

JANEIRO
JUNHO
2016
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos linguísticos 37 / Campinas: CNPq –
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2016;
Unicamp, 1997-2016

Semestral.

ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3.
Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD – 410.05
– 412.05
– 900

Copyright © 2016 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Coordenação editorial: Editora RG

Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Fábio Bastos, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Editoração eletrônica: Fábio Bastos

Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Editora RG

Fone: 19 3289.1864

rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2016

Impresso no Brasil

nº
37

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2016

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Ana Maria Di Renzo (Unemat), Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Débora Massmann (Univás), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp), Elvira Narvaia de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Unicamp), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Marlon Leal Rodrigues (UEMS), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França) e Taisir Mahmudo Karim (Unemat)

Comitê de Redação: Claudia Reis, Cristiane Dias e Sheila Elias de Oliveira

Secretaria de Redação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano do fascículo: janeiro a junho 2016

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número sequencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número sete até o final.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux <i>Verli Petri e Kelly Fernanda Guasso da Silva</i>	9
Compra estatal de libros escolares. Afinidades electivas entre el Estado argentino y las editoriales multinacionales <i>María López García</i>	29
Argumentação com o operador <i>além disso</i> <i>Claudia Mendes Campos</i>	53
Caracterizações das existenciais em <i>ser</i>: presença de um constituinte com marca intensificadora de grau <i>Elisângela Gonçalves da Silva</i>	85
O agente e o paciente na perspectiva de protótipos <i>Mariana Fagundes de Oliveira</i>	105
<hr/>	
CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS	
Para além da figura da mãe: reflexões sobre a noção de língua materna <i>José Edicarlos de Aquino</i>	125
<hr/>	
DOSSIÊ: TÉCNICA E ÉTICA DOS DISCURSOS <i>ON-LINE</i>	
<i>Cristiane Dias e Marie-Anne Paveau</i>	155
A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso <i>Cristiane Dias</i>	157
Éthique du discours numérique <i>Marie-Anne Paveau</i>	177

Questions méthodologiques autour de l'étude de deux plateformes interactives multimodales: de la communauté de contenu à l'application intimiste

Christelle Combe 211

Profilopraxie et apposition des stigmates de la mort: comment les proches transformant-ils la page Facebook d'un défunt pour la postérité?

Fanny Georges e Virginie Julliard 231

Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso

Guilherme Adorno 257

Entre o discurso jurídico e o tecnológico: a produção do silenciamento do processo de constituição de autoria no Brasil

Michele Schmitt 293

Reflexões sobre o texto e suas novas possibilidades: a autoria no site

Claudia Freitas Reis 305

RESENHA

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do Drone**. Trad. de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 288 p.

A ética da guerra ou a necroética no discurso sobre o drone

Cidarley Grecco Fernandes Coelho 325

APRESENTAÇÃO

A edição 37 de *Língua e Instrumentos Linguísticos* traz cinco artigos na *Seção Aberta*, um artigo na seção *Crônicas e Controvérsias*, sete artigos na seção *Dossiê* e uma *Resenha*. A *Seção Aberta* apresenta estudos sobre as ideias de ciência e conhecimento em Michel Pêcheux, sobre a política linguística na Argentina e sobre outros diferentes fatos de linguagem. A seção *Crônicas e Controvérsias* traz um estudo da expressão “língua materna”. O *Dossiê* dessa edição trata de diferentes aspectos do discurso digital. Por fim, a *Resenha* versa sobre a obra de Grégoire Chamayou a respeito dos drones na sociedade contemporânea.

O artigo “Apontamentos sobre a produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux”, de Verli Petri e Kelly Fernanda Guasso da Silva, discute como Michel Pêcheux compreende a produção do conhecimento e a prática científica, analisando as noções de corte epistemológico e corte continuado nas obras *Sobre a História das Ciências* (1969) e *Semântica e Discurso* (1975). As autoras mostram que a produção do conhecimento e a prática científica, para Pêcheux, fazem parte de um processo histórico determinado pelas formações ideológicas em que há sempre tomadas de posição sujeito.

O artigo “Compra estatal de libros escolares. Afinidades electivas entre el Estado argentino y las editoriales multinacionales”, de María López García, analisa as diretrizes do Ministério da Educação Argentina para a seleção de livros escolares, assim como os procedimentos administrativos que vão da compra desses livros até sua distribuição aos alunos economicamente desfavorecidos. Através da perspectiva da glotopolítica, as análises da autora mostram a ausência de uma política linguística argentina para a língua espanhola.

Movida pela discordância de parte dos alunos de graduação em Letras da UFPR sobre a descrição do operador “além disso” feita por Guimarães (2007 [1987]), Cláudia Mendes Campos, em “Argumentação com o operador além disso”, investiga o funcionamento desse operador em artigos de opinião, artigos de divulgação científica e redações de vestibular. Segundo as análises da autora, o operador tem um funcionamento acumulativo, o que não se opõe ao funcionamento aditivo apontado por Guimarães (2007 [1987]).

Em “Caracterizações das existenciais com ser: presença de um constituinte com marca intensificadora de grau”, Elisângela Gonçalves da Silva analisa, pela perspectiva da sociolinguística variacionista, construções com o verbo “ser” que produzem sentidos existenciais no português brasileiro contemporâneo. As análises mostram que as construções com ser-existencial se diferem das formadas pelos verbos “ter” e “haver”.

Em “O agente e o paciente na perspectiva de protótipos”, Mariana Fagundes de Oliveira apresenta uma proposta de caracterização dos papéis temáticos de agente e paciente através do conceito de prototipicidade apresentado por Rosch (1973), utilizando dados da língua portuguesa.

A seção *Crônicas e Controvérsias* dessa edição traz o artigo “Para além da figura da mãe: reflexões sobre a noção de língua materna”, de José Edicarlos de Aquino. O autor mostra os sentidos da expressão “língua materna” em diferentes domínios do conhecimento: na sociologia, na antropologia e nas ciências da linguagem. Ao final, Aquino ainda apresenta as contradições constitutivas dessa expressão nos seus primeiros registros no ocidente medieval.

O dossiê desta edição, “Técnica e ética dos discursos on-line”, é organizado pelas professoras Cristiane Dias e Marie-Anne Paveau. Os artigos analisam a construção de diferentes sentidos do discurso digital em diferentes materialidades: aplicativos, vlogs, redes sociais etc. Além disso, o dossiê trata também da questão da ética e da constituição de autoria no/do discurso digital.

A resenha desta edição, de autoria de Cidarley Grecco Fernandes Coelho, versa sobre o livro *Teoria do drone*, de Grégoire Chamayou. A leitura da autora é feita a partir do ponto de vista linguístico-discursivo da questão do uso dos drones. Ela nos oferece, assim, um caminho para pensar como os dispositivos tecnológicos servem como instrumentos de controle e poder dos Estados na sociedade contemporânea.

Através desse conjunto de trabalhos, este número da revista *Linguas e Instrumentos Lingüísticos* espera mais uma vez contribuir para a apreensão das ideias linguísticas e para a compreensão do funcionamento da linguagem, oferecendo aos seus leitores estudos produzidos por meio de diferentes perspectivas de análise.

Os Editores

APONTAMENTOS SOBRE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E PRÁTICA CIENTÍFICA EM ESCRITOS DE MICHEL PÊCHEUX

Verli Petri

DLV-PPGL Laboratório Corpus UFSM

Kelly Fernanda Guasso da Silva*

Resumo: Tomando como ponto de partida a perspectiva discursiva e pensando na especificidade do discurso produzido enquanto ciência e, portanto, relacionado e direcionado à circulação do conhecimento é que nos propomos a discutir as noções de produção do conhecimento e de prática científica nos escritos de Michel Pêcheux. Consideramos que o sujeito da produção do conhecimento inscreve-se para assumir uma posição-sujeito e inevitavelmente deixa ver o seu assujeitamento não só à ideologia e à língua, mas também à teoria e à norma. É nesse viés que tentamos recuperar um pouco das noções de ciência e de sujeito da ciência, que entendemos essenciais para a compreensão da prática científica, bem como imprescindíveis para suscitar reflexões acerca das relações entre ciência, discurso e sujeito. A produção do conhecimento linguístico abarca o nosso objetivo de pesquisa enquanto possibilidade de apresentar a constituição da categoria do sujeito. Consideramos a historicidade que permeia os saberes sobre discurso, sujeito e outros elementos constitutivos da exterioridade, tais como ideologia e condições de produção dos discursos. Este texto traz à baila resultados de pesquisa em andamento, são apontamentos que contribuem para a elaboração de um saber sobre como se dá a produção do conhecimento e a prática científica em escritos de Michel Pêcheux.

Abstract: Taking as a starting point the discursive perspective, besides thinking about the specificity of the discourse produced

as science, and therefore related and directed towards the circulation of knowledge, we propose to discuss the notions of production of knowledge and scientific practice in the writings by Michel Pêcheux. We consider that the subject of knowledge production takes a subject position and inevitably shows their subjection not only to ideology and language, but also to theory and rule. In this perspective we try to regain some of the notions of science and subject of science, which we see as essential for the understanding of scientific practice, as well as indispensable to raise reflections about the relations among science, discourse and subject. The production of linguistic knowledge encompasses our research goal as a possibility to present the constitution of the subject category. We consider the historicity that permeates knowledge on discourse, subject and other components of externality, such as ideology and conditions of discourse production. This text presents partial research results, which are notes that contribute to the development of knowledge about how the production of knowledge and scientific practice occur in writings by Pêcheux.

Considerações iniciais

Será que nem todo o cientista se interessa, desde que seja um pouco curioso, pela história de sua ciência; será que nem todo o cientista se coloca, mesmo que de forma simples, questões fundamentais sobre a razão de ser dos problemas, dos conceitos, dos métodos de sua ciência, questões filosóficas (epistemológicas) de sua própria ciência? (Pierre Macherey. In: CANGUILHEM, 2009, p.257-258)

Iniciamos nossas reflexões com a questão que Pierre Macherey se coloca ao escrever o posfácio à obra de Georges Canguilhem, na qual as reflexões sobre o normal e o patológico perpassam as noções de ciência e de sujeito da ciência, levando em conta “o meio” ou as condições de produção do conhecimento. Para nós, saber mais sobre a história da ciência é fundamental para compreensão da constituição dos

conceitos e dos dispositivos teórico-analíticos dos quais dispomos, porque tomamos a história como constitutiva do discurso e do sujeito e, portanto, do sentido. As noções de ciência e de sujeito da ciência, especialmente, tal como foram exploradas por Michel Pêcheux, nos instigam há bastante tempo, pois trabalhamos em conformidade com a afirmação de Paul Henry que sinaliza:

Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. É pelo menos isto que Pêcheux esperava de seu dispositivo: que ele fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva. Além do mais, creio que sua reflexão geral sobre aquilo que é verdadeiramente um instrumento científico merece ainda nossa reflexão. (HENRY, 1993, p.36¹)

Neste trabalho, realizamos alguns apontamentos sobre as noções de produção do conhecimento e prática científica, tocando de perto a questão da história das ciências, o que pode contribuir com as reflexões que têm sido empreendidas na área de Análise de Discurso, tal como vem sendo desenvolvida no Brasil nas últimas décadas. Para abordar tal problemática, fizemos um recorte teórico e referencial, o que nos leva à elaboração de alguns apontamentos sobre a temática em estudo. Nossa reflexão está embasada na leitura de alguns escritos de Michel Pêcheux, bem como de alguns de seus interlocutores e de leitores mais atuais, numa tentativa de dar conta das relações entre tais noções no trabalho desse autor e de tantos outros com quem dialoga.

Rerler Michel Pêcheux é sempre um desafio², propor interpretação para seus escritos é, na maioria das vezes, uma grande ousadia. Ousar é preciso, pois “com a leitura de Michel Pêcheux, nós temos um método para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo” (ORLANDI, 2011, p.12). Além de aceitar o desafio de compreender um pouco mais das ideias pecheuxtianas, acreditamos que há sempre algo a mais a ser lido e compreendido, como nos ensina Orlandi (Idem), é preciso “ler com o empenho da compreensão, com o entusiasmo de quem sabe estar entrando em um lugar novo de reflexão, uma outra compreensão da linguagem, dos sujeitos, dos sentidos”.

É pela retomada das ideias teóricas de Pêcheux (1995), quando problematiza as noções de corte epistemológico e de corte continuado, por exemplo, que podemos apresentar alguns pontos que consideramos

essenciais para refletir acerca da objetividade científica. É por meio de uma tomada de posição, portanto, que o sujeito considera/desconsidera, concorda/discorda, critica/aceita um saber: discutindo, repetindo, negando e/ou problematizando o discurso, até que se promova um deslocamento das ideias teóricas historicamente definidas, de modo a romper com os dizeres até então ditos sem deixar, de alguma maneira, de convocá-los.

Refletir sobre a produção do conhecimento a partir do viés materialista do discurso nos conduz, então, a considerar o que vem a ser um corte epistemológico, ou seja, esse “trabalho do impensado no pensamento” problematizado por Pêcheux (1995, p.194). Entendemos, pois, que os processos discursivos, inevitavelmente atravessados pelo modo de produção capitalista e sob o domínio do jurídico, têm em sua constituição um processo histórico que mobiliza os dizeres já ditos e os reorganiza de maneira que promova uma ruptura nas ideias estabelecidas. Dá-se, nesse sentido, uma transformação de saberes.

E é por meio da forma-sujeito do discurso, que reorganiza o conhecimento propondo um novo ponto de vista, que temos uma outra/nova tomada de posição frente aos discursos já-ditos. Questionando-se acerca das evidências, o sujeito do discurso problematiza os conhecimentos já postos e desestabiliza aquilo que, até então, era tido como verdade absoluta; é assumindo a posição que ele acredita³ ser a de crítico, questionador e capaz de retificar suas próprias elaborações e as de outros sujeitos que a forma-sujeito torna-se o espaço profícuo de inscrição de uma prática científica que propõe saberes outros, inclusive por meio de um corte continuado.

Desestabilizando os saberes e introduzindo novas possibilidades teórico-discursivas, por meio de um efeito de verdade, frente ao impensado, o efeito de evidência é trazido por Pêcheux (1995) para destacar que, entre outras questões, a verdade pode apresentar significados diferentes para sujeitos distintos. Questão essa que nos permite apreender que o sentido pode sempre ser outro, já que é inevitavelmente atravessado pelas condições de produção do sujeito que o (re)produz.

Mais uma vez, nos propomos a ler Michel Pêcheux como quem entende que “as questões nunca estão já sempre respondidas. Elas retornam.” De fato, estamos diante de uma “práxis teórica não servil” (ORLANDI, 2011, p.12).

1. Sobre o corte epistemológico e o “corte continuado”⁴

A história de uma ciência, dita nova, se daria a partir de um corte epistemológico, apresentado por Pêcheux e Balibar (1971, p.11), numa releitura de F. Reignault, como “o ponto ‘sem regresso’ a partir do qual a ciência começa”, considerando que “o termo ‘ponto sem regresso’ constitui uma tomada de posição”. Ao trazer à baila a noção de tomada de posição, Pêcheux e Balibar, no texto “Definições”, nos indicam que há uma relação muito forte com a questão ideológica, já que um sujeito toma posição em relação às formações ideológicas que estão em funcionamento em dado momento histórico. Tais questões nos levam a refletir sobre a noção de “corte epistemológico” e, sobretudo, sobre a noção de “corte continuado” (PÊCHEUX, 1995), levando em conta, entre outros elementos, a exterioridade e a historicidade que constituem o discurso.

A noção de corte e de corte epistemológico perpassa a obra de Pêcheux em diferentes momentos, dos quais optamos por destacar dois em especial: a) década de 1960, representada aqui pela obra *Sobre a História das Ciências* (1969⁵): o corte epistemológico como constitutivo da fundação de uma ciência dada como nova; b) década de 1970: o corte continuado, fazendo valer a noção de “campo epistemológico”, representada aqui pela obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975⁶), mais especificamente o capítulo “Ruptura epistemológica e forma-sujeito do discurso: não há ‘discurso científico’ puro”. A partir dessas duas publicações, estabelecem-se relações com outros textos de Pêcheux e de outros autores que se interessam pela problemática.

Partindo do pressuposto de que não haveria como “saltar” fora da ideologia, em um movimento de produção-reprodução-transformação, mesmo em se tratando do discurso da ciência, pois entendemos que a ideologia é constitutiva de todo e qualquer discurso e de toda e qualquer tomada de posição do sujeito, sob dadas condições de produção, entendemos que o corte epistemológico não escapa disso, já que “o corte constitutivo de uma ciência se efetua necessariamente numa conjuntura definida, na qual as origens [...] sofrem um deslocamento para um novo espaço de problemas” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p.12-13), no qual sujeitos tomam posições para produzir discurso. Da mesma forma, precisamos considerar que é o corte que tem “por efeito

tornar impossíveis certos discursos ideológicos ou filosóficos que o precedem” (Idem, p.14). Se, por um lado, “o corte tem como resultado determinar uma autonomia relativa da nova ciência que lhe corresponde”, por outro lado, a continuidade da “disciplina nascente” vai se dar a partir da “possibilidade de instituir um procedimento experimental que lhe seja adequado” (Idem, p.15). Nesse momento, a reflexão que empreendem Pêcheux, Balibar e Fichant nos remete à noção de corte epistemológico capaz de romper com uma questão teórica anterior, desde que apresente procedimentos diferenciados, o que de certa forma observa-se na fundação da Teoria do Discurso em suas relações com a Linguística, por exemplo.

Já nessa primeira reflexão, o corte epistemológico é bastante questionado no sentido de que seria considerado uma ruptura com tudo o que veio antes, um ponto sem regresso, pois, no final da década de 1960, fazia-se necessária uma tomada de posição frente às discussões filosóficas que colocavam em pauta o funcionamento das correntes “continuista” e “descontinuista”, presentes na história das ciências, considerando que “les continuistes aiment à réfléchir sur les origines, ils se jurent dans la zone d'élémentarité de la science.”⁷ (BACHELARD, 1972⁸, p.246). Assim sendo, a corrente descontinuista é a que mais tem afinidade com a ideia de corte, porque desse ponto de vista o saber não tem um desenvolvimento contínuo, questionando especialmente o idealismo e o evolucionismo. De acordo com Pêcheux e Balibar (1971, p.12), “a posição descontinuista recusa a noção de ‘saber’ como desenvolvimento contínuo do ‘conhecimento comum’ ao ‘conhecimento científico’, da aurora da ciência à ciência moderna”. Já está posta, nesse momento, a discussão sobre uma suposta busca das origens de um dado saber, o que não se justificaria cientificamente como relevante, já que o que mais interessa é entender que há sempre a possibilidade de deslocá-lo, realocando fronteiras, construindo outras relações e constituindo uma nova gama de problematizações.

De fato, “uma ciência não é o produto de um único homem” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p.14), assim como “toda ideologia é coletiva nela mesma e deve ter sua parte de utopia na sua vida imaginativa, na condição de podermos apreendê-la nos momentos mais instáveis” (SCHERER; DIAS; PETRI, 2014, no prelo); e, assim sendo, torna-se inviável a tese de que haveria um teórico fundador e “genial” para uma nova ciência, pois o sujeito da ciência está inscrito em dadas

formações discursivas e relaciona-se, ainda que de modo bem singular, com a ideologia que o domina. O sujeito da ciência é compreendido, então, como uma tomada de posição, entre tantas outras possíveis (não podendo também ser qualquer uma), num dado momento histórico no qual as circunstâncias determinam que haja uma dada produção do conhecimento e não outra, que esta produção estabeleça certas relações com o que está posto para promover os deslocamentos necessários, para fazer perguntas outras.

Talvez, por considerarmos que há um sujeito da produção do conhecimento, tantas vezes nomeado como o sujeito da ciência, e que é também um sujeito que toma posição para produzir discurso e constituir-se como sujeito, propriamente dito, possamos entender que cada um “vê”, cientificamente ou filosoficamente, aquilo que a “ideologia teórica”, na qual está inscrito prioritariamente, permite! (cf. PÊCHEUX, 1971, p.28). Da mesma forma, temos de levar em conta que cada “ideologia teórica” não se realiza de forma isolada, as ideologias teóricas (de diferentes ciências) constituem relações complexas, há “exterioridade entre as ciências, de modo que uma ciência tem necessariamente como *exterior específico* outra coisa que as outras ciências” (PÊCHEUX, 1971, p.29). O fato é que há uma configuração ideológica específica e, vinculada a ela, há um “campo de instrumentos” possível, fazendo com que a configuração de uma nova ciência ou de uma “disciplina científica” esteja diretamente vinculada à exterioridade, às ideologias teóricas e aos instrumentos que a tornam possível enquanto prática científica, respondendo muitas vezes a demandas políticas e sociais.

A prática científica foi definida por Pêcheux, na década de 1960, como aquela que se constitui a partir de uma matéria (ideológica) a ser trabalhada/transformada e de um instrumento de trabalho, resultando em um sistema de conceitos articulados. Nas palavras do autor, há a “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado. O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o ‘corte epistemológico’” (HERBERT, 1973⁹, p.7). A noção de corte epistemológico ganha uma outra versão, uma vez que ele não se daria estritamente no interior do sistema das ciências, mas em suas relações com o que lhe é exterior. A prática científica se dá, portanto, sempre sob determinadas condições materiais, sociais e históricas de produção, isso precisa ser levado em

conta pelo sujeito da ciência. Os obstáculos epistemológicos que se colocam diante dos avanços das ciências são, em geral, de natureza ideológica e é Pêcheux quem vai colocar em jogo as relações entre ciência e ideologia.

A prática científica, nesse viés, advém ainda e sempre do conceito inicial de prática, ou seja, de um “processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados” (HERBERT, 2012, p.24). Assim sendo, não há prática sem sujeito e, portanto, não há como desligar o sujeito da formação ideológica que regula as diferentes combinações, sob as quais ele é interpelado a realizar para responder às demandas da sociedade.

É por tudo isso que entendemos a possibilidade de o discurso do sujeito da ciência ter esse duplo movimento, a partir do qual, ao mesmo tempo, não deve depender do sujeito que discursiviza e também não deve ser totalmente descolado de uma formação ideológica, já que um discurso será sempre discurso de um sujeito.

Em outro momento da reflexão, Pêcheux (1995) passa a tratar de “ideologias teóricas” e “ideologias práticas” com mais força, estabelecendo relações outras entre os saberes. Assim, podemos observar que não se constitui o fio de um discurso (ou um discurso em rede!) apenas levando em conta o discurso de uma ciência em relação com outros discursos de outras ciências, pois as questões teóricas não estão isoladas das questões práticas, mais especificamente das práticas sociais. Há relações entre as ideologias teóricas e as ideologias práticas, o sujeito que toma posição no interior do discurso científico não se exime das outras tomadas de posição que lhe são impostas pela ideologia dominante no interior do sistema capitalista vigente, há uma forma-sujeito em funcionamento. O que observamos em Pêcheux e que nos remete a um diferencial para a tomada de posição do sujeito que trabalha na e para a produção do conhecimento é que há uma necessidade constante de retomadas, reconfigurações... e, nas palavras do autor: “de retificações”! Esse movimento é observável no discurso e, às vezes, se marca como uma certa tomada de consciência do sujeito diante das “coisas a saber”.

De acordo com Pêcheux (1995),

o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos etc.) que precedem o corte em um campo epistemológico dado é que eles permanecem inscritos na forma-sujeito, isto é, que eles existem sob a forma de um sentido evidente para os sujeitos. (PÊCHEUX, 1995, p.192)

A partir de tal afirmação, compreendemos que a forma-sujeito, por meio de uma tomada de posição no discurso, produz conhecimentos de acordo com as condições ideológicas de produção a que está assujeitada, bem como está constantemente mobilizando parafrasticamente o conhecimento através do interdiscurso intrincado nesse processo e, sendo assim, só produz o seu discurso porque algo já foi dito antes, em outro lugar. Althusser e Badiou (1979¹⁰) tratam da produção do conhecimento científico, explicitando que ele:

[...] não nasce nem se desenvolve em um compartimento fechado, protegido por não se sabe qual milagre de todas as influências do meio ambiente. Entre essas influências estão as sociais e políticas que podem intervir diretamente na vida das ciências, comprometer gravemente o curso de seu desenvolvimento e até ameaçar sua existência. Mas existem influências menos visíveis, igualmente perniciosas e inclusive mais perigosas, pois passam despercebidas: são as influências ideológicas. (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p.53)

As determinações ideológicas, que passam despercebidas, permeiam as relações entre os sujeitos, e o sujeito da ciência não escapa desse atravessamento. A ideologia funciona também para produzir um efeitos de “neutralização” de diferenças sócio-políticas e diminuir (ou até apagar) distâncias histórico-sociais. O funcionamento ideológico pode produzir efeitos que estabilizam oposições, apagam contradições e, com isso, apresentar um efeito de transparência em discursos e para sujeitos: é por tudo isso que junto com Althusser e Badiou (1979) entendemos o poder da ideologia enquanto passível de intervir mais ou menos visivelmente em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na constituição das ciências.

A questão de que a produção do conhecimento – discurso – científico não se dá em um compartimento fechado, mas que é, a todo

o momento, atravessada por determinações sociais e políticas, não foge do fato de que ela é, em sua essência, ainda e sempre a produção de um discurso. Nesse viés, como um desdobramento ou uma possibilidade de discurso(s), é por meio de um “fio de discurso” que o discurso do sujeito da ciência está atrelado aos efeitos de unidade e de completude que um discurso pode/deve apresentar. Nesse âmbito, entendemos que não há o discurso da ciência, mas o discurso do sujeito da ciência, “porque todo discurso é discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p.198); e que há, por um lado, um fio de discurso que atravessa esse sujeito menos subjetivo e, por outro lado, um sujeito menos objetivo que aquele idealizado pelo positivismo científico.

Considerando o processo de produção do conhecimento enquanto ciência e o processo de produção dos discursos em geral, Althusser e Badiou (1979) definem singularidades que contribuem com nossa reflexão. Para eles:

[...] a ciência é a prática produtora de conhecimentos, cujos meios de produção são os conceitos; enquanto que a ideologia é um sistema de representações cuja função é prático social, e que se autoneia dentro de um conjunto de noções. O resultado próprio da ciência – “resultado do conhecimento” – é obtido pela produção orientada de um objeto essencialmente distinto do objeto dado e distinto inclusive do objeto real. Em contrapartida, a ideologia articula o vivido, isto é, não a relação real dos homens com suas condições de existência, mas sim “o modo pelo qual vivem os homens sua relação com suas condições de existência”¹¹. (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p.15)

A partir do exposto, compreendemos que é por meio da ideologia que a produção de conhecimento sai do âmbito da experiência empírica (do senso comum) e possibilita a produção de conhecimentos efetivos, resultado de uma maior elaboração, fornecendo-lhes uma existência material. A ideologia funciona também para a “naturalização” do processo, desde a diferença de classes até a imposição da norma, desfazendo diferenças e promovendo um efeito de transparência dos sujeitos e dos sentidos. A ideologia, portanto, está também na norma e nos sentidos que ela negocia com a ciência. Henry (2013) nos auxilia a apreender essa discussão quando afirma que temos na ciência um

discurso sem sujeito – no senso comum –, porque uma ciência não deve exigir qualquer conhecimento sobre o sujeito que a produziu. No momento em que acessamos um conhecimento científico, não se faz necessário saber tudo acerca do sujeito empírico que o produziu; acessar o conhecimento produzido é de outra ordem. É preciso considerar o sujeito da ciência enquanto tomada de posição capaz de nos direcionar a apreensão de que há uma forma-sujeito que, nesse processo, por uma tomada de posição em relação à teoria e à norma, possibilita a relação entre sujeito e produção de conhecimento/ciência, pois: “se a ciência é um processo de transformação, a ideologia, quando o inconsciente se forma e se fixa nela, é um processo de repetição”¹² (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p.16); o que garante, de certa forma, sua existência no mundo.

Em se tratando dos estudos da linguagem, por exemplo, não temos um “cientista” que não seja, antes de mais nada, sujeito na/da sua própria língua. É pela “experimentação efetiva”, pelos instrumentos científicos que o sujeito “pode retirar” a língua (que conhece desde a mais tenra idade) do lugar comum. Há um deslocamento do sujeito empírico para uma tomada de posição em relação à produção do saber. É via instrumentos científicos que o sujeito dá à língua o estatuto de objeto de análise, mas tal processo se realiza em determinado espaço e tempo, sob dadas condições de produção, sempre afetado pela exterioridade e pela historicidade que lhe são constitutivas. Isso pode ser observado nos trabalhos científicos da área de Linguística, sejam eles de uma perspectiva discursiva ou não.

Numa releitura podemos entender que é preciso “descrever o fenômeno científico como uma *atitude*, como uma *tomada de posição* dentro de um debate¹³” (MACHEREY, 2009, p.265), e que “a ciência não determina completamente as condições desse debate”, pois ela funciona como uma parte do processo, podendo “também [...] ser questionada *de fora*¹⁴”. É porque as relações entre a produção do conhecimento e o sujeito da ciência estão postas dessa forma que tanto o resultado das pesquisas advém de uma tomada de posição, quanto os sujeitos, inscritos em formações discursivas dadas, podem tomar uma posição em relação ao que está posto como ciência.

Em nosso entender, a partir da reelaboração da noção de corte epistemológico, tal como havia sido tomada por Bachelard, Michel Pêcheux (1995) passa a tratar a fundação da ciência como “ruptura

epistemológica” e relacioná-la com o funcionamento da noção de forma-sujeito. Para o autor, “distingue-se um duplo sistema de referência, para a prática *científica* e para a prática *política*, com uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e da política¹⁵” (PÊCHEUX, 1995, p.189), com o funcionamento garantido no interior do modo de produção capitalista. Merece destaque especial a expressão “remissão perpétua”, porque explicita a força inarredável da ideologia na determinação das tomadas de posição do sujeito no discurso e da produção de sentidos, seja no âmbito do científico, seja fora dele. Todo e qualquer discurso produzido está posto em “relação a”¹⁶.

Tratar da prática científica e da prática política vai desencadear uma discussão que coloca em destaque o funcionamento das ideologias “teóricas e práticas”, sendo que estas últimas determinam os contornos (formas e limites) das primeiras. Pêcheux explicita que a produção do conhecimento científico é “o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância¹⁷, pela própria produção econômica” (PÊCHEUX, 1995, p.190). Isso se dá no fio do discurso, do qual não é possível determinar um início ou um final, e o autor acrescenta ainda que não se trata da fundação de uma ciência nova, mas do “começo histórico de uma ciência” e de um “desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura” (PÊCHEUX, 1995, p.191).

Sendo assim, todo o conhecimento científico produzido, determinado pelo todo complexo das formações ideológicas com dominante, faz parte de um processo histórico, pois “não há um ‘estádio’ pré-epistemológico em que ‘os homens’ se encontrariam diante do mundo em estado de completa ignorância, não há ‘estado de natureza’ – ou de inocência – epistemológico”¹⁸ (PÊCHEUX, 1995, p.192). O próprio do conhecimento, seja ele empírico ou científico, é que ele permanece inscrito na forma-sujeito, existindo sob a forma de um sentido evidente para os sujeitos, é como se o saber estivesse sempre-lá, já-dado, muito embora ninguém o tivesse “descoberto”. E é sob dadas condições de produção, em um dado momento histórico, em um determinado estado da luta de classes, sob o funcionamento de “instrumentos adequados”, que tal conhecimento se produz e passa a ser discursivizado como tal. Ao trazer à baila a noção de forma-sujeito, Pêcheux nos remete a compreender as relações entre formações ideológicas e formações discursivas, também no âmbito do discurso

científico, enquanto “intrincação, cujo princípio se encontraria precisamente na ‘interpelação’” (PÊCHEUX, 1995, p.182). De fato, estamos tratando das especificidades do processo discursivo, tal como o concebeu Pêcheux (1995), numa tentativa de explicitar como ele se realiza no âmbito do científico, ou seja, como funciona “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (Idem, p.161).

Ao analista de discurso interessa, de fato, o processo; e a produção do conhecimento se dá pela observação das relações que se estabelecem para que se tenha, num dado momento histórico, um “produto” e não outro, concebido enquanto uma prática: um discurso. Pelas “práticas discursivas” podemos observar as relações entre os domínios da ciência e da política não como justapostos ou opostos, mas como “articulados” (PÊCHEUX, 1995, p.213). O sujeito, ao mesmo tempo, é o ator e inscreve-se nas práticas discursivas, assujeitando-se à ideologia dominante. Tais indicações de Pêcheux, em nosso entender, são indispensáveis para refletirmos sobre o que significa produzir conhecimento na área dos Estudos da Linguagem e da Análise de Discurso e sobre o que significa identificar o “sujeito da ciência”, um sujeito presente “por sua ausência” (PÊCHEUX, 1995, p.198) e para além de qualquer evidência objetiva; o que intervém em nosso fazer cotidiano, enquanto pesquisadores. De fato, estamos sempre em processo e como nos ensina Pêcheux: “vão se formando respostas novas a questões que não haviam sido colocadas” (PÊCHEUX, 1995, p.194).

2. A historicidade na produção do conhecimento científico

A reflexão a qual estamos nos dedicando acerca das noções de produção do conhecimento e prática científica, a partir da perspectiva discursiva, nos faz perpassar outras noções que são constitutivas destas, dentre as quais destacamos a de história e de historicidade. Ao compreendermos a importância da história das ciências, não estamos fazendo referência a ela como uma cronologia qualquer ou como aquela que fornece elementos contextuais para a produção do conhecimento ou de uma prática ou um discurso dito científico. Para nós, a história é muito mais, ela é constitutiva de todo o processo discursivo e não pode ser negada em nome de uma “desejada” linearidade do dizer ou de uma presentificação dos sentidos.

Haroche (1992) colabora com nossa reflexão ao explicitar como se dão as formas de assujeitamento ideológico às quais o sujeito está exposto enquanto falante da língua e enquanto sujeito que produz conhecimento sobre a língua. A partir das considerações desta autora, somos conduzidos a compreender que, além da sujeição à língua e, conseqüentemente, ao discurso, o sujeito que produz conhecimento também assujeita-se à teoria e à norma. Sendo assim, é por meio de movimentos parafrásticos, que garantem uma regularidade e um efeito de neutralidade do discurso, que o sujeito não só desloca os sentidos já estabelecidos, mas também adequa-se à norma para produzir conhecimentos. Percebemos, assim, um fio do discurso e/ou uma rede de filiações de sentido (SCHNEIDERS, 2011) que configuram um efeito de unidade e de reconhecimento frente ao que se produz enquanto discurso da ciência, regularizados pelo que prevê a norma.

Considerando um possível percurso do discurso sobre a produção do conhecimento, compreendido a partir das noções propostas pela História das Ideias Linguísticas, o conceito de historicidade se faz essencial a esse processo, na medida em que “compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem” (NUNES, 2005, p.4). A própria noção de que o discurso não pode ser considerado nele e por ele mesmo, mas que deve ser apreendido sempre como uma atualização do dizer, já apresenta um percurso histórico. Diferentes autores – Michel Pêcheux, Sylvain Auroux, Paul Henry – defendem que, em um discurso, estão imbricados não só os já-ditos do interdiscurso, mas também uma transformação do dizer, atravessado, por sua vez, pelas condições de produção históricas e espaço-temporais de cada discurso. É por tudo isso que reafirmamos, junto com Henry (2013, p.9) que “o discurso não funciona de modo isolado”.

Para nós, a noção de corte continuado colabora para que possamos refletir sobre a constituição de uma historicidade das e nas ciências. Nos diz, ainda, Sylvain Auroux (1992, p.14) que todo o saber é um produto histórico que “resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (tomamos a noção de “contexto”, nesse caso, como correspondente a de condições de produção que estamos considerando), assim sendo, entendemos que a produção do conhecimento linguístico engendra, concomitantemente, o já-dito e a atualização do saber, pois

os conhecimentos não podem ser “fechados em paradigmas específicos” (AUROUX, 1992, p.14), e sim são construídos a partir de uma rede de filiações teóricas que é atravessada por um “horizonte de retrospecto e de projeção” que se constitui em relação aos discursos e aos sujeitos que o produziram.

Entendemos que pela produção do conhecimento, mesmo na situação de atualização do dizer, sempre haverá sentidos que se mantêm, já-ditos que permanecem mesmo que os sujeitos falem de posições diferentes e atravessados por diferentes condições de produção do discurso. É um dizer que volta e que nos permite perceber uma regularidade em se relacionar passado e presente/já-dito e atualização do dizer. São as regularidades do discurso que recuperam uma memória discursiva, que seria:

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010¹⁹, p.52)

O discurso é produzido por um dado sujeito, inclusive na produção do conhecimento e, portanto, pode sempre se deslocar, mas uma regularidade pode ser identificada, por isso passível de interpretação. Se fosse possível delinear um percurso, consideraríamos finalmente que também na prática científica os discursos se convocam: “o que se diz, o que se escuta, é sempre atravessado por algo que *já foi dito*, atravessado por um dito anterior. [...] O discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua letra, sua materialidade”²⁰ (HENRY, 2013, p.9).

Sobre essa atualização do dizer, consideramos ainda o que nos diz Thomas Herbert (1973²¹) acerca do discurso que se reproduz e que, muitas vezes, reflete sobre uma teoria, mantém uma regularidade e tem um efeito de coesão: “não basta que uma ciência fale, é preciso também que ela se ouça falar: somos conduzidos à ideia de que a reprodução metódica do objeto consiste em uma reflexão do discurso teórico sobre si mesmo que lhe confere a coesão” (HERBERT, 1973, p.31-32). O

mesmo autor ainda afirma que “[...] as experiências variam as questões, e é esta variação que representa o jogo de que dispõe um discurso científico para adaptar-se a si mesmo” (Idem, p. 32); ou seja, na atualização do dizer, podem ser percebidas variações de um conhecimento e esse fato é relevante por ter o funcionamento de adaptar e fortalecer o discurso do sujeito da ciência.

É pelo discurso em movimento que se pode analisar os efeitos de unidade e de transparência do sujeito e dos sentidos. Sendo assim, entendemos que o discurso do sujeito da ciência, sobretudo aquele direcionado à divulgação científica, se realiza por regularidades que reforçam um efeito de unidade e de objetividade entre os discursos do interdiscurso, sendo os movimentos parafrásticos que ativam uma memória sobre o conhecimento.

Considerações finais

Refletir sobre a produção do conhecimento e sobre a prática científica implica em uma reflexão sobre o que entendemos por ciência e sujeito da ciência. E se o desafio é compreender tais noções a partir de escritos de Michel Pêcheux, tal reflexão implica a noção de “corte”, sobretudo, para se perguntar corte em relação a quê? Seria realizar um corte em relação à história da ciência ou à produção do conhecimento? Ou seria um corte em relação às correntes evolucionistas de produção do conhecimento? Um corte que seria capaz de marcar as diferenças entre o idealismo e o materialismo histórico? A primeira pergunta não nos possibilita uma resposta definitiva. A segunda pergunta não se sustenta, posto que tal corte levaria o sujeito da ciência para os caminhos da fragmentação do saber, inaugurando imaginariamente a toda hora uma disciplina científica a-histórica. No tocante às demais perguntas, elas continuarão nos desafiando a partir do que está posto nos escritos pecheuxianos, considerando que o corte é uma ruptura produzida por tomadas de posição-sujeito no interior do discurso, já que para Pêcheux (1995):

o processo de produção dos conhecimentos é um ‘corte continuado’; ele é como tal, coextensivo às ideologias teóricas das quais ele *não cessa de se separar*, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso

científico²² sem ligação com alguma ideologia²³. (PÊCHEUX, 1995, p.198)

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. (1973). *Resposta a John Lewis: a questão do humanismo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. ([1969] 1979). *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. Trad.: Elisabete A. P. dos Santos. São Paulo: Global.
- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BACHELARD, G. (1972). *Le matérialisme rationnel*. Paris: Presses Universitaires de France. 3ª ed.
- CANGUILHEM, G. (2009). *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. Trad.: Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec.
- HENRY, P. (2013). “O discurso não funciona de modo isolado”. Entrevista concedida a José Horta Nunes. *Jornal da Unicamp*, n. 587. Campinas, 16-31, p. 9. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-de-modo-isolado>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- _____. (1993). “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Trad.: Bethania S. Mariani. Campinas: Editora da Unicamp. 2ª ed.
- HERBERT, T. ([1966] 1973). “Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, n. 30/31, p. 3-36.
- _____. ([1966] 2012). “Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social”. In: ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, 3ª ed., p. 21-54.
- MACHEREY, P. (2009). “A Filosofia da ciência de Georges Canguilhem”. In: CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 6ª ed.
- NUNES, J. H. (2005). “Leitura de arquivo: historicidade e compreensão”. In: SEMINÁRIO EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2.,

Porto Alegre. *Anais Eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2_simposios.html>. Acesso em 20 de maio de 2015.

ORLANDI, E. (2011). “Ler Michel Pêcheux hoje”. In: ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. ([1975]1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp. 2ª ed.

_____. ([1983] 2010). “Papel da memória”. In: _____; DAVALLON, J.; DURAND, J. L. *Papel da memória*. Campinas: Pontes. 3ª ed.

_____. “Ideologia e história das ciências”. In: _____; FICHANT, M. (1971). *Sobre a História das Ciências*. Trad.: F. Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa.

_____.; BALIBAR, E. (1971). “Definições”. In: _____; FICHANT, M. *Sobre a História das Ciências*. Trad.: F. Bairrão. Lisboa: Editorial Estampa, p. 11-16.

SCHERER, A. E.; DIAS, C.; PETRI, V. (2014). “Dialectiques: uma contribuição para a história da produção do conhecimento sobre a linguagem nos anos 60, 70 e 80”. In: BALDINI, L. (Org.) *Análise de Discurso e Materialismo Histórico: língua, sujeito e ideologia*. No prelo.

SCHNEIDERS, C. (2011). *Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Palavras-chave: discurso, produção do conhecimento, prática científica, Michel Pêcheux.

Keywords: discourse, production of knowledge, scientific practice, Michel Pêcheux.

Notas

* Mestranda em Estudos Linguísticos do PPGL/UFSM. Integrante do Laboratório Corpus.

¹ Este texto foi publicado em francês em 1969.

² Agradecemos a leitura atenciosa e plena em sugestões dos colegas Amanda Scherer e Maurício Beck, pesquisadores que assumem conosco o desafio de ler Michel Pêcheux.

³ Cf. noção pecheuxtiana de formações imaginárias.

⁴ Noção cunhada por Louis Althusser (1973) em “Resposta a John Lewis”, retomada e bastante trabalhada por Michel Pêcheux.

⁵ A data do original em língua francesa é 1969, mas utilizaremos a tradução portuguesa de 1971.

⁶ A data do original em língua francesa é 1975, mas utilizaremos a tradução brasileira de 1995.

⁷ “os continuistas gostam de refletir sobre as origens. Permanecem na zona de elementaridade da ciência”. (Tradução de F. Bairrão, In: PÊCHEUX, M; FICHANT, M. Sobre a história das ciências. 1971, p. 179).

⁸ A primeira edição é de 1953.

⁹ A primeira edição foi publicada em francês em 1966.

¹⁰ A primeira edição foi publicada em francês em 1969.

¹¹ Grifos dos autores.

¹² Grifos dos autores.

¹³ Itálicos do autor.

¹⁴ Itálico do autor.

¹⁵ Itálicos do autor.

¹⁶ Expressão utilizada mais de uma vez por Georges Canguilhem, em *O normal e o patológico*. É no sentido que ele confere a tal expressão que a estamos utilizando aqui.

¹⁷ Ele coloca a produção econômica como uma das partes do processo histórico, mas a determinação se dá no interior do processo de produção do conhecimento científico, seja pela instância econômica seja pela não-econômica.

¹⁸ Aspas do autor.

¹⁹ A primeira edição foi publicada em francês em 1983.

²⁰ Itálico nosso.

²¹ A primeira edição foi publicada em francês em 1966.

²² Destaques (itálico e aspas) do autor.

²³ Sempre levando em conta que a ideologia está em pleno funcionamento, sobretudo quando simula não estar funcionando.

COMPRA ESTATAL DE LIBROS ESCOLARES. AFINIDADES ELECTIVAS ENTRE EL ESTADO ARGENTINO Y LAS EDITORIALES MULTINACIONALES

María López García

Universidad de Buenos Aires/Consejo Nacional de Investigaciones
Científicas y Técnicas

Resumen: *El artículo analiza las pautas elaboradas por el Ministerio de Educación de la Argentina para la selección de libros escolares. Estudia también los pasos administrativos que culminan en la compra masiva de libros que luego se entregarán en forma gratuita a los estudiantes en situación económica desfavorable. El corpus de trabajo está compuesto por una serie de documentos legislativos relacionados con la enseñanza de la lengua en los niveles obligatorios y por las disposiciones ministeriales vinculadas con los procesos de selección de esos instrumentos. En dichos materiales se rastrean, desde la perspectiva glotopolítica, los dispositivos de generación de representaciones sobre la propia lengua y su regulación, y se los contrasta con el marco regulatorio de la enseñanza de la(s) lengua(s) y la(s) variedad(es). Luego, a través del análisis de algunos libros de texto, se ejemplifican las estrategias de construcción de un marco transnacional de regulación lingüística y la elusión del tratamiento de formas regionales de la lengua por parte de las editoriales escolares argentinas.*

Resumo: *O artigo analisa as diretrizes fornecidas pelo Ministério de Educação da Argentina para a seleção de livros escolares. Estuda também o circuito administrativo que conclui na compra em massa de livros para serem depois distribuídos gratuitamente a estudantes economicamente desfavorecidos. O corpus de trabalho é composto por uma série de documentos legislativos relacionados com o ensino da língua nos níveis obrigatórios e por disposições ministeriais vinculadas com os processos de seleção desses instrumentos. Nesses materiais, são procurados, a partir da perspectiva glotopolítica, os dispositivos de*

geração de representações sobre a própria língua e a sua regulação, bem como são contrastados com o enquadramento que regula o ensino da(s) língua(s) e a(s) variedade(s). Depois, através da análise de livros didáticos, são exemplificadas as estratégias de construção de um enquadramento transnacional de regulação linguística e a omissão do tratamento de formas regionais da língua por parte das editoras escolares argentinas.

Abstract: *The article analyzes the guidelines developed by the Ministry of Education of Argentina in order to make a selection of schoolbooks; also, explores the administrative steps that end at the massive purchase of books (which are delivered -free of charge- to financial disadvantaged students). The corpus of work consists in legal documents related to language teaching in the obligatory school years, and ministerial provisions related to the process of selection of books. In this instruments of teaching and in the legislation underlies a social representation about the language (and other languages) of the region as a distortion of a right Spanish. The corpus is tracked with the perspective of glotopolitics. Then, through the study of some schoolbooks, the paper illustrates the strategy of establish a transnational linguistic regulation and avoid the language varieties on schoolbooks.*

Introducción

Al igual que lo hacen varios países de América Latina y otros continentes subdesarrollados, la Argentina implementa desde hace casi dos décadas la compra estatal de libros para su entrega gratuita a los establecimientos educativos. Esta política de provisión de materiales es parte de un proyecto de mayor alcance sostenido por la UNESCO y financiado en sus inicios con préstamos del Banco Mundial y en la actualidad por el Banco Interamericano de Desarrollo, en combinación con el presupuesto nacional destinado al sector educativo.

En ese marco, el Ministerio de Educación de la Argentina encomienda a la Dirección Nacional de Políticas Socioeducativas (en adelante, DNPS) el diseño y la ejecución del modelo de inversión en material escolar. Esta dirección administra las diferentes instancias en las que el Estado interviene para fortalecer “las trayectorias educativas de niños, niñas y jóvenes en contextos socioeconómicos vulnerables a

través de la asignación de los recursos necesarios” (<http://portales.educacion.gov.ar>). Con ese cometido, desarrolla diversos proyectos y programas. Entre ellos está incluida la compra de libros escolares (de todas las áreas disciplinares y en una multiplicidad de géneros) para su entrega gratuita en las escuelas socialmente desfavorecidas.

En adelante, apoyados en el marco de estudio de la glotopolítica (ARNOUX, 2010), mostraremos las pautas que esta Dirección elabora para la selección, y también los pasos administrativos que culminan en la compra masiva de libros. El interés de nuestro trabajo es determinar si el Estado argentino, a través del Ministerio de Educación, controla o regula en atención a alguna política lingüística el español que enseñan los materiales que compra. Esta preocupación surge de nuestra comprobación en trabajos anteriores (LÓPEZ GARCÍA, 2015) de que los libros de texto que circulan en el territorio argentino (algunos de ellos, adquiridos por el Ministerio) ponen en práctica una política lingüística que, desatendiendo las disposiciones de la Ley de Educación Nacional y de sus instrumentos de regulación, aboga por un modelo lingüístico a espaldas a las variedades regionales y propicia la normalización de un español “general” e incluso de un español “neutro”.

Nuestra hipótesis de base es que, por medio de estas operaciones de liberación de mercado del español, el Ministerio colabora con la fijación de representaciones desprestigiantes de las variedades vernáculas y con ello afecta la identidad lingüística y cultural del público expuesto a estos materiales. Ejerce con ello un vacío en el ejercicio de uno de los modos de la soberanía: la independencia en la regulación de la lengua.

1. Contexto legislativo de regulación

Como señalamos, la DNPS tiene como función “promover políticas para la inclusión, igualdad y calidad educativa” (<http://portales.educacion.gov.ar>) en el marco de la Ley de Educación Nacional (Nº 26.206). De acuerdo con lo estipulado por el artículo 80 de esa Ley bajo el título “Políticas de promoción de la igualdad educativa”, el Estado se encuentra en la obligación de proveer los materiales de trabajo escolar:

Las políticas de promoción de la igualdad educativa deberán asegurar las condiciones necesarias para la inclusión, el reconocimiento, la integración y el logro educativo de todos/as los/as niños/as, jóvenes y adultos en todos los niveles y modalidades, principalmente los obligatorios. [...] El Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología [...] proveerá textos escolares y otros recursos pedagógicos, culturales, materiales, tecnológicos y económicos a los/as alumnos/as, familias y escuelas que se encuentren en situación socioeconómica desfavorable (CONGRESO DE LA NACIÓN, 2006).

Para lograrlo, la DNPS ha creado a lo largo de más de una década diferentes programas, entre los que se cuentan: turismo educativo, que financia viajes de intercambio y de egresados; colonias de vacaciones; conformación y sostenimiento de orquestas y coros; entrega de subsidios y materiales especiales de recreación a las escuelas albergue; y financiamiento de giras de compañías de teatro por las escuelas del país. Entre estas intervenciones figura el fortalecimiento de las bibliotecas escolares y populares, la implementación de programas de promoción del libro y la lectura, el diseño cursos de capacitación y carreras de grado y posgrado, y la producción, y nuestro foco de interés: entrega gratuita de materiales a docentes y alumnos.

La selección de estos materiales está regulada curricularmente en el nivel nacional a partir de los Núcleos de Aprendizajes Prioritarios (NAP), y en el nivel provincial con los Diseños Curriculares (marco de contenidos y pauta didáctica que genera independientemente cada provincia bajo la órbita de los NAP).

Es importante destacar que los medios de comunicación (entre los que contamos a las editoriales) son avalados por la Ley de Educación en la puesta en práctica de sus planes de contenido en tanto, en un llamativo ejercicio de control estatal, son parte del consejo consultivo destinado a su propia regulación.

ARTÍCULO 103.- El Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología creará un Consejo Consultivo constituido por representantes de los medios de comunicación escritos, radiales y televisivos, de los organismos representativos de los anunciantes publicitarios y del Consejo Federal de Educación,

con el objeto de promover mayores niveles de responsabilidad y compromiso de los medios masivos de comunicación con la tarea educativa de niños/as y jóvenes (CONGRESO DE LA NACIÓN, 2006).

Según información provista por actuales integrantes del Consejo Federal de Educación, el citado Consejo Consultivo nunca llegó a conformarse. Con lo cual no existe una instancia de debate y consenso acerca de los contenidos presentes en los medios masivos vinculados con la educación. En lo que atañe a las editoriales de libros escolares, el único contexto de exposición al arbitraje del Estado es el proceso de licitación que describiremos.

Por su parte, la anterior Ley Federal de Educación (Nº 24.195), vigente entre 1993 y 2006, preveía un espacio de ejercicio regulatorio para los propios medios de comunicación. Aunque esa Ley no establecía de manera clara qué clase de acciones se esperaba de los medios, el Estado conservaba para sí el rol de generación y administración de recursos escolares:

Artículo 53 i) Administrar los servicios educativos propios y los de apoyo y asistencia técnica al sistema -entre ellos, los de planeamiento y control; evaluación de calidad; estadística, investigación, información y documentación; educación a distancia, informática, tecnología, educación satelital, radio y televisión educativas- en coordinación con las provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. j) Alentar el uso de los medios de comunicación social estatales y privados para la difusión de programas educativos-culturales que contribuyan a la afirmación de la identidad nacional y regional (CONGRESO DE LA NACIÓN, 1993).

Entre estos dos agentes – el Estado, por medio de las comisiones de selección, y las editoriales – se dirime la selección de materiales.

1.1. Secuencia administrativa

Para la compra de libros se implementa una secuencia administrativa destinada a transparentar el destino de partidas millonarias.¹ Por medio de resoluciones, el Ministerio llama a licitación para la compra de libros escolares (mayormente literatura infantil y juvenil, y libros de texto).

Los libros presentados por las editoriales son evaluados por especialistas de diferentes áreas disciplinares pertenecientes a las distintas jurisdicciones educativas del país. La Comisión Asesora Nacional (CAP) y las distintas Comisiones Asesoras Provinciales (CAP) están integradas por maestros, por especialistas en educación y por expertos de las disciplinas. Es decir que cada jurisdicción designa representantes que deberán contemplar los acuerdos federales así como las pautas curriculares y didácticas de la jurisdicción por la que han sido escogidos.

Para unificar las categorías que circunscriben la selección del material, las comisiones a su vez elaboran y difunden (a través de resoluciones) una serie de contenidos transversales (además de los específicos de cada disciplina) que los manuales deberán respetar a los fines ser tomados en cuenta.

El artículo de la resolución que fija las características generales que deben respetar todos los textos considerados elegibles expresa:

Artículo N° 16.- Requisitos de los textos. Solo se tomarán en consideración títulos que respondan a las pautas que se indican seguidamente, las que deberán surgir de las propias muestras:

a) Última edición o actualización realizada en fecha posterior a las Resoluciones del CFE por las que se aprueben los Núcleos de Aprendizajes Prioritarios correspondientes al área/asignatura correspondiente.

b) Edición argentina, con independencia del lugar de impresión.

c) Textos en idioma español.

d) Respeto por la soberanía de la REPÚBLICA ARGENTINA y cumplimiento de la ley 26.651. [obligatoriedad del uso del mapa bicontinental que muestra la Antártida]

e) Respeto por los principios democráticos y por los derechos humanos (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, Resolución 1613 “Bases para la selección de textos escolares”, 2012, p. 16).

De entre las prerrogativas nos interesa destacar, por un lado, “respeto por la soberanía”, en tanto, como es posible prever, en el caso de que fuera atendida, impactaría no solamente sobre el territorio sino también sobre la elección (selección) de la lengua de enseñanza y la lengua enseñada, dado que la regulación estatal de la lengua es un ejercicio soberano (discutido desde los albores de la nación). Por otro, alertamos sobre la prescripción del español como lengua de enseñanza de todo el país. En relación con el español, la CAN repara especialmente en la lengua meta de la traducción “que sea desde el idioma original y de autor prestigioso” de manera de garantizar de algún modo que la lengua no sea un obstáculo en el acceso a las cuestiones estéticas planteadas en la obra. Eso se relacionaría, según las posiciones de integrantes de la CAN bonaerense, con adecuación al léxico de la zona a la que el libro está destinado, en este caso, la Argentina. Fuera de esta problemática, no se atiende a la variedad del español de uso en los libros, ni su tratamiento en las actividades.

Esta representación del lugar que ocupa la lengua española (y el monolingüismo) en la identidad nacional se coloca en tensión con la perspectiva regional latinoamericana y el respeto por la diversidad enunciados en la Ley de Educación vigente:

ARTÍCULO 92.- Formarán parte de los contenidos curriculares comunes a todas las jurisdicciones: a) El fortalecimiento de la perspectiva regional latinoamericana, particularmente de la región del MERCOSUR, en el marco de la construcción de una identidad nacional abierta, respetuosa de la diversidad (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2006).

Como veremos más adelante, la perspectiva regional latinoamericana y el respeto por la diversidad en los materiales que compra el Estado son ejercicios heurísticos que hará un único agente: las editoriales. La interpretación de las empresas pertenecientes a grupos económicos transnacionales responde a intereses globales y ese interés afecta el alcance de los principios soberanos impuestos en la licitación.

Las resoluciones acotan luego la selección dentro de cada una de las cuatro disciplinas (Lengua; Matemática; “Historia, Geografía/Área de Ciencias Sociales”; “Biología, Física, Química/Área de Ciencias

Naturales”). En relación con los libros de lengua las únicas condiciones expresadas son:

Art. N° 18. Lengua

I. Calidad y cantidad de textos literarios de distintos géneros, adecuados a la edad.

II. Calidad (entendida como desafíos progresivos), cantidad y variedad de actividades que promuevan:

1. la formación de lectores,
2. el desarrollo de la comprensión lectora,
3. el desarrollo de la producción de textos escritos,
4. el intercambio oral en el aula a propósito de las lecturas y de las diversas actividades,
5. la reflexión sobre el lenguaje y la normativa (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2012, p. 17).

A estos requisitos generales que atienden a las cuatro macrohabilidades y al estudio de la gramática y la normativa, los especialistas encargados de seleccionar los libros de las diferentes áreas le solapan un tamiz todavía más específico.² Cada jurisdicción gestiona informalmente documentos de circulación muy limitada. Estas guías coinciden en la mirada transversalista³ que impregna tanto la Ley de Educación Nacional como los documentos que la regulan, pero también hacen caso de sus propios condicionamientos curriculares y pedagógicos. Por ejemplo, el acta que la CAP de la Provincia de Buenos Aires elabora para justificar la recomendación del material (para escuelas secundarias) busca respetar su diseño curricular, organizado sobre las prácticas del lenguaje y no sobre ejes de contenido ni sobre las cuatro macrohabilidades, como lo hacen otros diseños y las regulaciones del Ministerio. Esto se expresa en la grilla de análisis que los integrantes de la CAP de Buenos Aires aplican para su selección del nivel secundario:

-Los contenidos son las prácticas del lenguaje.

-Aborda los tres ejes planteados por los Diseños Curriculares:
Prácticas en el ámbito de la literatura/Prácticas en el ámbito de la formación ciudadana/Prácticas en el ámbito de estudio.

-Pertinencia de la propuesta pedagógica respecto de los lineamientos vigentes en esta jurisdicción:

Propone la lectura de muchos y diversos textos (ficcional y no ficcional)/ Propone actividades de escritura teniendo en cuenta su proceso/Relaciona los textos literarios con otros lenguajes artísticos (entrevista).

Es decir que se mide la “pertinencia pedagógica” en función de que ofrezcan dentro del mismo libro a) acceso a géneros diversos (lo que presupone, acertadamente en la mayoría de los casos, a un docente que no busca recursos didácticos por fuera de la oferta del manual), b) presencia de actividades que alienten los procesos de escritura (lo que responde a evitar ejercicios que interpreten la escritura como un resultado fijo y no como una trayectoria cuyas etapas requieren diversas habilidades a las que los estudiantes van arribando en diferentes momentos de su escolaridad), y c) productividad de la propuesta para establecer lazos con otros lenguajes artísticos (de manera que las obras se interpreten como generadoras de sentidos y no como vehículos de esquemas cerrados).

Por otro lado, la mención a la “formación ciudadana” es congruente con los diseños curriculares, que incluyen los contenidos vinculados con la variedad en “el ámbito de la participación ciudadana”, como si el uso de la variedad regional de una lengua fuera una opción a tomar o declinar, o como si el respeto por las variedades regionales de la lengua tuviera alguna relación con la práctica democrática (con todo, es preciso reconocer que, según comentaron integrantes de la CAN en entrevistas informales, no todas las editoriales se adaptan a valores constitucionales como los derechos humanos o la soberanía nacional).

Por su parte, las habilidades vinculadas con la lengua “no literaria” suelen quedar del lado de la gramática prescriptiva, es decir, son entendidas como normativa y técnicas de estudio. Ni los NAP ni los Diseños Curriculares parecerían prever una instancia complementaria de “lengua en acción”, como por ejemplo “lengua en reflexión”.

No obstante las estrictas etapas de selección por las que pasan, las editoriales, atendiendo criterios de rentabilidad y a la necesidad que el Estado tiene de comprar el material, muchas veces aprovechan la labilidad en la formulación de los NAP y los diseños curriculares para hacer interpretaciones convenientes a sus intereses. En los casos en que

los libros no se adecuan del todo a los requerimientos ministeriales, los especialistas encargados de seleccionar el material diseñan, además, cuadernillos complementarios que permitan articular los materiales con el currículum vigente o con la pauta didáctica prevista por el diseño curricular de la jurisdicción donde se entregarán los libros. Esta labor de adaptación al aula del material vendido por las editoriales corre por cuenta del Ministerio.

Finalmente, luego de ese proceso de análisis y selección, las decisiones últimas sobre la compra de manuales, es decir, la conformación de la lista definitiva de editoriales beneficiarias de los millones de pesos destinados a la compra de libros, se toma a puertas cerradas. No hay registro público de las editoriales seleccionadas, ni del precio que el Ministerio abona por ejemplar, ni el número de tirada total de los manuales comprados (con lo que sería posible identificar el rol que juega el Estado en la subvención del negocio de los libros escolares).

La ley N° 25.446 del fomento del libro y la lectura no obliga a consignar el número de ejemplares de la tirada. Si bien en algunos casos este dato aparece en la página de legales o en el colofón, en los libros adquiridos por el Ministerio y en la mayoría de los manuales que circulan en el mercado no está consignado. Si se dispusiera de este número en el caso de los manuales adquiridos por licitación, sería posible saber qué porcentaje representa la compra del Ministerio en la tirada total (contando los que se venden en el mercado) o, al menos, la representatividad que tiene comparado con la cantidad de alumnos de las jurisdicciones donde se entrega.

El peso de las editoriales pertenecientes a grandes grupos internacionales no solamente se hace palpable en la posibilidad de presentarse a la licitación. Las editoriales, además, participan en el armado de los pliegos de la licitación y tienen la potestad de recusar integrantes de la CAN y la CAP – quienes ponen a disposición una declaración jurada donde consta que no han prestado servicios para ninguna de las editoriales que se presentan –:

Para asegurar la transparencia y la imparcialidad del desempeño de los integrantes de la CAN, se ha previsto que cada uno de ellos complete una declaración jurada en la que consten los siguientes datos: antecedentes académicos, de investigación, docentes,

cargos en la actividad pública y privada y publicaciones, relaciones laborales o accionarias con las editoriales, o cobros de derechos de autor. Las declaraciones juradas fueron de libre acceso a las editoriales interesadas, a través de la página web (PODER CIUDADANO, 2006, p. 85).

Una vez llevado a cabo el proceso de selección, también pueden apelar las decisiones tomadas por las comisiones. En atención a las tensiones suscitadas cuando las editoriales, con lógico interés en que sus materiales sean seleccionados para la compra ministerial, apelan (como lo han hecho) por vía judicial, el Ministerio provee asesoramiento legal a las CAN y la CAL durante el proceso de selección de materiales.

2. Antecedentes históricos de la relación entre el Estado y las editoriales escolares

Desde los comienzos del sistema educativo formal se registran tensiones entre las imprentas y las comisiones ministeriales de control de los libros. Spregelburd (2004) explica que en los inicios del sistema educativo los libros eran generados por particulares y por eso era central el control del Estado; el ejercicio de los inspectores, que reportaban al Consejo Nacional de Educación, garantizaba que el material se adecuara a los propósitos y necesidades del sistema educativo. Sujetas a las decisiones del Ministerio, las casas editoras se beneficiaban alcanzando espacios geográficos a los que, para entonces, solo había llegado el Estado. En la misma operación, además, empezaban a implantar al libro como bien de consumo en sectores del mercado para los que los libros resultaban inaccesibles (ayudaron también el sello de recomendación ministerial y la compra de partidas para distribuir entre los alumnos carenciados). Por medio de la operación de control y distribución del material, el Estado consolidaba la masividad del público alfabetizado a través del empleo de impresos y con ello, instauraba el uso indubitable del libro escolar.

Uno de los riesgos que entraña la centenaria relación entre el Estado y las editoriales está vinculado con la disparidad entre la obligación legal del primero de garantizar la educación de la ciudadanía frente al propósito mercantil y cortoplacista de las empresas de configurar un público capaz de adecuarse al material publicado a sus necesidades

económicas. La tensión entre estas dos fuerzas registra un destacable antecedente, presagio de la relación actual entre los dos agentes.

En 1946 un Proyecto de Ley de los senadores Alberto Teisaire, Vicente Leónides Saadi y Gilberto Sosa Loyola, elevado al Senado el 24 de julio, planteaba la adopción de un texto único aprobado y editado por el Estado. Esta propuesta fue rápidamente apelada por la Cámara Argentina del Libro (CAL) y la Asociación de Industriales Gráficos de la Argentina en un texto presentado en agosto de 1946 que exponía sus disidencias con el Proyecto.

Ambas asociaciones se mostraron de acuerdo con la defensa de la gratuidad de la enseñanza extendida a todos los ciclos y especialidades y con el control por parte del Estado de los textos que proponía el Proyecto de Ley. No obstante, en la presentación de sus objeciones al Proyecto quedaron en evidencia los intereses económicos que las inspiraban. Por ejemplo, en el Proyecto de Ley distintos argumentos mostraban que adecuar el precio al costo de su producción facilitaría el acceso al libro a una mayor porción de la población. Esta propuesta fue rechazada con la justificación del valor que las editoriales asignaban a sus productos. Las editoriales acudieron a la relación costo-beneficio, y no a la calidad académica, o siquiera la calidad material.

No solo refrendaban el precio, los planteos de los grupos editores sugerían que el Estado no solo debía abstenerse de editar un libro único, sino que debería propender el uso del libro en la escuela para asegurar al manual escolar su lugar en el mercado del libro.

La gratuidad debe ir al encuentro de estos hogares, pero no con el texto único ni la edición estatal, sino ampliando las partidas en los presupuestos escolares o tendiendo a que el Consejo Nacional de Educación o el Ministerio de Justicia e Instrucción Pública puedan adquirir los libros necesarios para distribuirlos entre sus alumnos (D' URBANO, 1946, p. 13-14).

Este intercambio es representativo de las bases que regulan aún en la actualidad la relación de fuerzas: el Estado debe permitir (e, incluso, garantizar) la libre competencia de las editoriales.

Como se expresa en la cita, el principal cambio que el Proyecto pretendía imponer era la adopción de un texto único editado por el Estado, asegurando con ello la independencia de los intereses

económicos (que ya habían sido denunciados por las comisiones asesoras de didáctica del Consejo Nacional de Educación, cfr. LÓPEZ GARCÍA, 2015) respecto de la educación. La acusación que caía sobre las editoriales “que no se lucre, que no se comercie a costa de la instrucción, porque de lo contrario se propenderá el analfabetismo” (D’ URBANO, 1946, p. 15) obligó entonces a las asociaciones a ponderar argumentos que reubicaran sus claros intereses en un presunto financiamiento de actividades culturales. Contraargumentaron entonces la CAL y la Asociación:

Las legítimas ganancias de los autores, editores, impresores, libreros, artistas, gráficos, etc. no pueden considerarse sin grave injusticia como lucro obtenido a costa de la instrucción, y mucho menos como propulsoras del analfabetismo. Son el producto de una de las actividades más altas del hombre, que alienta y favorece su desarrollo educativo y espiritual (D’ URBANO, 1946, p. 16).

3. Las pujas actuales por la obtención del mercado escolar

Otro antecedente más reciente corrobora el avance en el mismo sentido de la relación entre los agentes generadores de políticas educativas. En el año 2003 se suscitó un conflicto en el proceso de selección implementado: las editoriales impugnaron a las comisiones debido a que algunos de sus integrantes habían prestado (en períodos anteriores) servicios en las editoriales participantes de la licitación. El caso se resolvió anulando el proceso puesto en marcha. Para las licitaciones subsiguientes, se convocó a la fundación sin fines de lucro “Poder Ciudadano” (integrada mayormente por abogados y contadores entre los que actualmente figura Martín Etchevers, gerente de comunicaciones del monopólico Grupo Clarín -Prisa-, el más poderoso medio de comunicación en la Argentina) con el fin de que controlara que el proceso se llevara a cabo de forma legítima. En el libro *Transparencia y control social en las contrataciones públicas* esa fundación repasa los casos más salientes en los que su intervención resultó exitosa. Entre ellos, el de la compra de manuales por parte del Ministerio:

La participación de Poder Ciudadano estaba orientada a garantizar un procedimiento transparente y la participación más completa e integral en condiciones de igualdad de todas las editoriales interesadas en el proceso de selección de textos escolares para la compra directa que llevaría adelante el MECyT [Ministerio de Educación, Ciencia y Técnica], más específicamente en lo siguiente: “EL PRIMERO: Impulsar la participación de las editoriales en la preparación de las bases para la selección de textos y del pliego de condiciones de la compra” (PODER CIUDADANO, 2006, p. 79)

Es decir que la transparencia, según la intervención de PC, se logró permitiéndoles a los privados diseñar los pliegos de las licitaciones en las que participarían. Dicho procedimiento, no solamente no fue sindicado de irregular, sino que, incluso, respeta las disposiciones expuestas en el artículo N° 103, ya mencionado, de la Ley de Educación Nacional, que enmarca la participación de los medios de comunicación en su propio control. En ese marco legal, se garantiza la “igualdad” de todas las editoriales capaces de presentar 30 ejemplares de un libro terminado e impreso, materialmente exacto respecto del que compraría el Ministerio en caso de que ganara la licitación, es decir, las grandes editoriales.

Sin embargo, el espíritu que subyace a los préstamos del BID destinados a la compra de libros, según consigna esa entidad, es desarrollar una industria editorial nacional vinculada con los intereses educativos específicos de la región. La “Guía operacional para libros de texto y material de lectura” del BID expresa la intención última de su política de apoyo a la compra estatal de libros. En el corto plazo se espera favorecer la inclusión y la mejora en los estudiantes de zonas sociales y geográficas desfavorecidas; en el mediano y largo plazo, incentivar una industria editorial local con capacidad de extenderla luego hacia las necesidades específicas de poblaciones de lenguas minoritarias, proyectos institucionales, etc.

Fomentar el desarrollo de la industria editorial local: Este viene siendo un punto clave para los programas de provisión de texto que financia el Banco Mundial desde hace varios años. En la medida en que se desarrolle la industria editorial local, la

competencia va a llevar a que los libros de textos escolares mejoren en su calidad y sean más económicos. Mientras tanto, se deben realizar talleres para divulgar el uso de tecnologías digitales en la producción de coediciones sub-regionales e incentivar a los gobiernos a que promuevan trabajos conjuntos en la preparación de libros de texto en lenguas indígenas, minoritarias, no internacionales, etc., para estimular la industria editorial local (URIBE, 2005, p. 74).

Aunque, en contradicción con ese principio, priman las premisas comerciales. Pocas páginas después, el mismo documento aplica la teoría del derrame a la producción editorial: si se financia a las editoriales grandes, más tarde surgirán materiales destinados a públicos sectorizados.

El número de matrículas y el lenguaje de instrucción tienen una incidencia directa sobre el costo unitario de los libros que serán suministrados. Idealmente, los materiales de aprendizaje en el primer nivel de instrucción estarán escritos en la lengua materna del estudiante. Aunque la evidencia sugiere que el aprendizaje es más efectivo en la propia lengua de quien aprende, el costo de proporcionar materiales en lenguajes de minorías, al igual que la preferencia de los padres por el lenguaje en el cual sus hijos recibirán instrucción, deben ser evaluados cuidadosamente. Para lenguajes no internacionales, la construcción de capacidad editorial de libros de texto dentro del país estimulará el desarrollo de otras formas editoriales a nivel local (URIBE, 2005, p. 78).

A través del análisis de estos contados ejemplos, se advierte el modo en que las condiciones que acotan los procesos de control de los libros de texto resultan enteramente funcionales a las grandes empresas de comunicación. Estas multinacionales, en función de sus necesidades unificadoras, desatienden el conocimiento de las variedades en función de perpetuar la representación de una lengua común, gestionada desde el poder (lingüístico-económico) dueño de los instrumentos de gramatización.

3.1. Condiciones de las licitaciones en la actualidad

Para las licitaciones que actualmente se llevan adelante, los postulantes deben presentar (en el mes de septiembre del año anterior al que saldrán al mercado) treinta manuales terminados, en las condiciones materiales exactas en las que se publicarían de ser seleccionados por el Ministerio. Muy pocas empresas están en posición de participar de licitaciones de estas características, pues se requiere de un equipo de autores, editores, diseñadores y recursos materiales que permitan hacer esa apuesta. Esto resulta en que acceden a la compra estatal masiva, en un mayor porcentaje, las editoriales integrantes de grupos transnacionales. Estas editoriales atienden a las prescripciones ministeriales pero hay márgenes en las que son libres de imponer su interpretación de los Núcleos de Aprendizajes Prioritarios (NAP) en tanto el Ministerio no las regule. En relación a la reflexión sobre la lengua de enseñanza y la lengua enseñada, estos libros suscriben a políticas lingüísticas funcionales a intereses globales, por lo tanto, implementan una política de regulación lingüística diferente de la que alienta el espíritu de la Ley de Educación Nacional. En el próximo parágrafo mostramos algunos ejemplos.

4. El español global en los libros escolares⁴

En consonancia con los discursos panhispanicos, buena parte de los manuales analizados (el corpus completo integrado por 120 manuales puede consultarse en LÓPEZ GARCÍA, 2015) evita el tratamiento de la variedad. A grandes rasgos, notamos que se busca atender a la gramática estructural sin atravesarla con reflexión sobre casos particulares propios de la región, ignorando las prescripciones educativas nacionales y regionales argentinas.

El tratamiento del pronombre dativo *le/les* resulta siempre llamativo en tanto aparece obligatoriamente bajo el contenido “objeto indirecto” y en ningún caso del corpus es objeto de sistematización en tanto que rasgo dialectal. Vale recordar aquí que la variedad del Río de la Plata y otras de Argentina eluden la marca plural de *les* duplicada en el objeto desplegado y concuerda con el sujeto singular, como en: *querida, le(s) di de comer a los chicos*.

Asimismo, los libros escolares coinciden en presentar el cuadro de conjugaciones verbales regulares para los pronombres de todas las variedades, como en el caso:

yo amo
 tú amas
 vos amás
 usted ama
 él/ella ama
 nosotros amamos
 vosotros amáis
 ustedes aman
 ellos aman (SANTILLANA, 2007, Ideas en la cabeza).

La intención aparente del esquema es sistematizar los pronombres personales (no es preciso enseñarlos, puesto que el libro está destinado a hablantes nativos), pero plantea un sistema de nueve pronombres y no de seis (atropellando la conceptualización que surge desde la distribución gráfica), solapa distintos dialectos (voseantes y tuteantes) e incluye la distinción genérica en algunos casos (él/ella, mas no “nosotras”, “vosotras”, “ellas”). Es decir que, lejos de organizar sistemáticamente la lengua, el esquema superpone categorías disímiles con el fin de generar la ilusión de “español total”.

Este tipo de cuadros de pronombres y conjugaciones verbales regulares (que está presente en la amplia mayoría de los manuales de lengua entregados por el Estado), ponen de manifiesto dos decisiones vinculadas con qué lengua se está enseñando y a quiénes.

La más clara y superficial, y al mismo tiempo más arraigada en la práctica escolar de reflexión lingüística, es que se está exponiendo ante hablantes nativos la conjugación verbal como contenido a aprender (no a sistematizar). Por medio de este tipo de recursos, los libros van mellando la seguridad los estudiantes en su conocimiento de la lengua: ningún niño mayor de seis años falla al conjugar los verbos regulares o irregulares de su propia lengua en la vida cotidiana, sí falla cuando el maestro se los toma en el examen. Estas representaciones explican ejercicios como el que sigue:

Seleccionen el infinitivo adecuado para completar cada una de las oraciones que siguen y **conjúguenlo** en el tiempo, la persona y el número que corresponda.

Contar – saber - hundirse - existir - ofrecer - construir – nadar

La leyenda..... que los dioses griegos se repartieron el mundo.

La geografía de la isla..... un terreno rodeado de montañas.
En el mar..... peces extraños.
La Atlántida..... por un castigo de los dioses.
[luego deben pasar esos verbos conjugados a una grilla dividida
en tiempo pasado, presente y futuro] (KAPELUSZ/NORMA,
2009, Lengua y Literatura. Prácticas del lenguaje. p. 145).

La segunda representación conflictiva radica en la inclusión de distintas variedades del español en el mismo cuadro. Esto colabora, por un lado, con la idea de que la “lengua común”, el español “panhispánico”, es resultado de la superposición de los usos dialectales sobre una “base general”. Por otro, el solapamiento de registros (expresados como dos pronombres diferentes uno debajo del otro y no como opciones de 2º persona) alimenta la representación argentina que entiende al dialecto como el uso informal de un español culto transnacional (cfr. las encuestas a hablantes rioplatenses analizadas en LÓPEZ GARCÍA, 2013). A través de ejercicios manidos como este, y en continuidad con la práctica de todo el siglo XX, la gramática escolar argentina enseña, fundamentalmente, que los hablantes nativos necesitan apoyo para conocer las formas gramaticalmente correctas de su propia lengua. Veamos otros ejemplos:

Errores frecuentes

Cuando hablamos o escribimos podemos cometer algunos errores. Estas expresiones inadecuadas pueden darse en distintos aspectos de la lengua. Por ejemplo [...] en lo sintáctico (*detrás mío* por *detrás de mí*) (ESTRADA, 2008, Lengua 6. Colección Andamios, p. 164).

Tipos de registros formal e informal

La **lengua formal** puede subdividirse en **coloquial** (es el caso del primer ejemplo de esta página [El cachorro resbaló sobre un charco, pero luego salió corriendo rápidamente]), **literaria** (propia de los textos literarios) y **técnica** (propia de las ciencias y la técnica).

La lengua **informal** se subdivide en **familiar** (empleada entre familiares y amigos, como en el segundo ejemplo de esta página [se refiere a la oración “El pichilo se vino en banda en un charco,

pero luego salió corriendo rápidamente”]), **no escolarizada** (presenta términos incorrectos, por ejemplo: *refaló* en lugar de *resbaló*) y **regional** (presenta términos propios de una región o país, como *cuzquito* en vez de *cachorro*) (ESTRADA, 2008 Lengua 6. Colección Andamios, p. 116).

En el primer caso, el pronombre posesivo (*mío*) en contexto de construcción con preposición de lugar (igual que *adelante mío, atrás mío, abajo tuyo*) está sindicado como error, a pesar de que en el estándar argentino es no-marcado frente a *de mí* (asociado a registros elevados).⁵

En el segundo, la “lengua regional” es parte del conjunto “lengua informal”, que también integra a la “no escolarizada”, con lo que no solo se incurre en el error teórico de equiparar categorías de distinto estatuto (como dialecto y registro), sino que se alimenta una representación ya existente entre los hablantes argentinos de que la variedad es una deformación de la lengua correcta y solo corresponde a registros informales.

En las definiciones, los manuales se acogen a los contenidos obligatorios (que alientan el respeto de la diversidad) por eso deben incluir los conceptos de variedad y dialecto. Pero al oponerle el concepto de lengua o idioma, abonan las representaciones de los lectores, que asocian variedades y dialectos a tonadas o deformaciones y entienden la lengua como la versión deseable y correcta de esos desvíos.

Por medio de estos gestos, la escuela iguala la enseñanza de la gramática (en tanto que operación de reflexión sobre la lengua que se conoce) con el control y la prescripción con fines estandarizadores. Con ello, genera vergüenza e inseguridad de los hablantes frente a su variedad.

Este sentimiento está en la base de los modelos centralistas del control lingüístico. Los ideogramas de la homogeneidad y de la pureza se sostienen sobre hablantes inseguros respecto de sus variedades. Por esa razón afirmamos que los discursos académicos sobre la diversidad enmascaran instrumentos de gramatización que en la práctica buscan generar un modelo de lengua española global en desmedro del trabajo sobre las variedades a los fines de responder a las necesidades unificadoras del mercado lingüístico.

En otras palabras, la globalización y la multiplicación de las fuentes de modelos lingüísticos (medios de comunicación, institutos de enseñanza de español para extranjeros) y el fortalecimiento de instituciones americanas y de otras provincias españolas obliga a la Academia a flexibilizar sus discursos normativos, de manera que alcance a un público consciente del desdibujamiento de las fronteras, aunque suficientemente inseguro en relación a su variedad como para seguir aceptando un modelo de lengua global. Inversamente, gestionar un modelo de regulación del español verdaderamente pluricéntrico supondría poner en valor las variedades. Es decir, atender a las representaciones que les están asociadas, establecer parámetros de referencia, fomentar los estudios descriptivos y el análisis de su derrotero institucional en la historia de los estudios sobre el español.

Liberar las decisiones sobre la regulación del español a la puja “libre” entre las variedades es ignorar las desigualdades políticas, económicas y la descripción alcanzada que existen entre ellas.

Sería preciso, además, considerar el hecho de que los rasgos lingüísticos no responden necesariamente a recortes administrativo-institucionales de los estados-nación, por lo que los estándares de un español pluricéntrico no tendrían (únicamente) relación con los estados sino con las necesidades de regulación surgidas de las variedades mismas.

Conclusiones preliminares ¿tiene el estado argentino una política lingüística para regular el español escolar?

Como hemos visto, ninguna de las instancias de control real de los materiales prevé la necesidad de acordar una política lingüística argentina sobre la lengua española (lengua obligatoria de los libros, según indican las resoluciones que convocan a la licitación). Consecuentemente, no solo no hay una pauta uniforme (o concertada) en los materiales que se entregan, sino que el Ministerio adquiere libros que deliberadamente eluden el tratamiento de las variedades prescripto por los NAP. Estas decisiones glotopolíticas surgen en la desigual potestad que tienen el Estado argentino y las empresas editoriales para imponer sus representaciones sobre las variedades de lengua (o sobre las lenguas).⁶

Esta ausencia de una política lingüística no es un vacío, sino la liberación del mercado lingüístico. En un contexto editorial fuertemente

transnacionalizado y en un entorno discursivo que alimenta la vitalidad de los discursos de la RAE dotándola de fuerza simbólica, la política lingüística ausente y la falta de control ejercidos por el Ministerio de Educación alientan modelos de lengua globales en desmedro del conocimiento escolar cabal de las variedades regionales y con ello, probablemente, del orgullo lingüístico.

En este contexto, no es de extrañar que las editoriales con base peninsular como Santillana, Estrada, Puerto de Palos o SM organicen los contenidos de lengua en función de modelos que eluden el tratamiento formal de las variedades lingüísticas regionales en favor de la enseñanza de un español “panhispánico”. Estas decisiones podrían transformarse en la pauta lingüística de la nación en tanto la compra estatal masiva está colaborando en la actualidad con la instrumentación de un discurso que erige a las editoriales en portadoras de los recursos simbólicos y materiales, y que se transmite desde las escuelas del Estado. Con ello, se cierra el círculo colonial en el que las empresas extranjeras deciden el modelo de lengua, sus filiales argentinas aportan la mano de obra especializada para la confección de libros, y el Estado compra y difunde ideologías lingüísticas globales. Luego, devuelve a Europa, con intereses, los préstamos empleados para la compra de libros cuya política lingüística proviene de las mismas empresas europeas financiadoras.

Referencias bibliográficas

ARCIDIÁCONO, P. et al. (2006). “Procedimiento de consulta para la adquisición de textos escolares Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación, 2002/03”. En *Transparencia y control social en las contrataciones públicas*. Buenos Aires: Poder Ciudadano, p. 79-87.

ARNOUX, E. y DEL VALLE, J. (2010). “Las representaciones ideológicas del lenguaje: Discurso glotopolítico y panhispanismo”. En *Spanish in Context* (VII, 1), p. 1-24.

BERTOLOTTI, V. (2014) “Pronombres posesivos en el español rioplatense: tres casos de reanálisis”. En *Traslaciones*. Vol 1 (1) (pp. 56-74).

CONGRESO DE LA NACIÓN (1993). *Ley Federal de Educación* N° 24.195.

- _____ (2006). *Ley de Educación Nacional* N° 26.206.
- CONSEJO NACIONAL DEL EDUCACIÓN (1941). *Estudio, Selección y Concurso de Textos de Lectura*. Buenos Aires: Talleres Gráficos del Consejo Nacional de Educación.
- _____ (1942). *Antecedentes y Reglamento sobre Estudios, Selección y Concurso de Textos Auxiliares*. Buenos Aires.
- D' URBANO VIAU, J. y J. URGOITI (1946). *Observaciones formuladas por la Cámara Argentina del Libro y la Asociación de Industriales Gráficos de la Argentina al Proyecto de ley suscrito por los senadores Teisaire, Saadi y Sosa Loyola. 'Texto único aprobado y editado por el Estado, y enseñanza gratuita (24 de julio de 1946)'*. Buenos Aires, 20 de agosto. [CeNIDE]
- ELEISEGUI, P. (2013). "Escándalo: el Gobierno envió a escuelas libros de editorial 'K' con contenido sexual explícito". En *iProfesional*, 8 de agosto. Disponible en <www.iprofesional.com> Consulta: julio 2015.
- GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES (2004). *Diseño curricular para la Escuela primaria Ciudad de Buenos Aires*. Secretaría de Educación. Prácticas del lenguaje.
- GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (2008). *Diseño Curricular Educación Primaria. Dirección General de Cultura y Educación*. Prácticas del Lenguaje.
- GORTER, D. (2006). "The Study of the Linguistic Landscape as a New Approach to Multilingualism". En *International Journal of Multilingualism* 3 (1), p. 1-6.
- LÓPEZ GARCÍA, M. (2013). "La lengua que somos. Encuesta a los hablantes rioplatenses sobre la lengua que hablan". En *Lenguas V;vas* (10).
- _____ (2015). *Nosotros, vosotros, ellos. La variedad rioplatense en los manuales escolares*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- MAINGUENEAU, D. y F. COSSUTTA (1995). "L'analyse des discours constituants". En *Langages* (29), p. 112-125.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN (2012). Resolución N° 1613 "Bases para la selección de textos escolares para el 7° año de la educación primaria y para el ciclo básico de la educación secundaria". 17 de septiembre.

_____ (2014). Portal de la Dirección Nacional de Políticas Socioeducativas/Libros. Disponible en:

<<http://portales.educacion.gov.ar/dnps/>> Consulta: abril 2016.

_____ (2015). [Gacetilla consultada el 6 de julio de 2015] <http://portal.educacion.gov.ar/prensa/gacetillas-y-comunicado>

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA NACIÓN (2005). *Núcleos de Aprendizajes prioritarios*. Dirección Nacional de Gestión Curricular y Formación Docente. Lengua.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA (2005) Circular “El ministerio de Educación ya distribuyó 3.500.000 textos y duplicará la compra de libros para el 2005”. Disponible en: <www.portal.educ.ar> Consulta: abril 2016.

S/A (2013) “Escándalo en Mendoza: entregan libros escolares con sexo explícito”, en *La razón*, 8 de agosto. Disponible en: <www.larazon.com.ar> Consulta: abril 2016.

SPREGELBURD, R. (2004) *Políticas del Consejo Nacional de Educación sobre producción y circulación de textos escolares en el nivel primario (1881-1916)*. Tesis de Maestría: Universidad Nacional de Luján. [mimeo]

URIBE, R. (2005) Programas, compras oficiales y dotación de textos escolares en América Latina. Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe: UNESCO. Disponible en: <http://www.cerlalc.org/secciones/libro_desarrollo/Textos_Escolares.pdf> Consulta: abril 2016.

WIMMER, A. y N. GLICK SCHILLER (2002) “Methodological nationalism and beyond: nation–state building, migration and the social sciences”. En *Global Networks* 2, p. 301-334.

Palabras clave: compra estatal de libros escolares – variedades del español – enseñanza de español como lengua materna

Palavras-chave: Compra estadual de livros escolares - variedades do espanhol - ensino do espanhol como língua materna

Keywords: BID schoolbooks politics – varieties of Spanish – Spanish as mother language teaching

Notas

¹ Las partidas de los préstamos del BID correspondientes a la compra de libros escolares fueron, para el año 2011, \$ars. 204.861.662 [51 millones de dólares al cambio de ese momento ese año], 317.000.000 [57 millones de dólares] para 2013 y \$431.000.000 [46 millones de dólares aproximadamente] en 2015. (Datos obtenidos del portal de la DNPS y de circulares difundidas por Ministerio de Educación)

² En entrevistas personales a integrantes de la CAN y las CAP bonaerense y porteña hemos obtenido precisiones sobre las pautas de selección que, no figurando en las resoluciones ministeriales, nuestro análisis sólo podía deducir de los materiales ya comprados por el Ministerio.

³ Este modelo propone abordar complementariamente contenidos de más de una disciplina en un marco mayor abarcador de índole generalmente actitudinal. En el caso argentino, la atención a los derechos humanos, la diversidad o la soberanía son temas transversales consignados en la Ley de Educación Nacional.

⁴ Nuestro trabajo está centrado en el análisis de las regulaciones sobre la lengua española de manera que nos atendremos a los fragmentos de los documentos estrictamente vinculados con esa disciplina. En esta oportunidad dejamos de lado el trabajo sobre la selección de textos (o antologías) literarios, en tanto las variedades lingüísticas allí presentes responden a un propósito estético y no de reflexión metalingüística o normativa.

El corpus de manuales seleccionadas por la DNPS para su entrega gratuita en escuelas sobre el que aplicamos el análisis no está completo debido a que no hay acceso oficial a los listados de libros entregados a las escuelas. Recurrimos al depósito legal en las Bibliotecas Nacional y Nacional de Maestros para recolectar el corpus. Aunque es preciso advertir que el depósito no siempre se cumple y que, cuando se incorporan a los catálogos de las bibliotecas, han transcurrido por lo menos dos años desde su publicación.

⁵ Para conocer las razones del cambio en los pronombres americanos como resultados de la pérdida del *vosotros*, cfr. en Bertolotti (2014) el reanálisis de los pronombres posesivos en el Río de la Plata.

⁶ Es útil traer aquí el concepto de “nacionalismo de larga distancia”, acuñado por Wimmer y Glick Schiller (2002), que se aplica a los lazos que unen a ciudadanos de diferentes geografías a comportarse en relación a un territorio ancestral y su gobierno. Si bien el trabajo de Wimmer y Glick Schiller apunta a las identidades transfronterizas que generan los inmigrantes, es posible extrapolarla a las políticas sobre la lengua española, base de la constitución identitaria de la amplia mayoría de los estados americanos.

ARGUMENTAÇÃO COM O OPERADOR ALÉM DISSO

Claudia Mendes Campos
UFPR

Resumo: *Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados finais de uma pesquisa sobre o funcionamento linguístico-discursivo do operador além disso em artigos de divulgação científica, artigos de opinião e redações de vestibular. Partindo de um questionamento da sua descrição como operador aditivo (cf. GUIMARÃES, 2007), duas foram as frentes de investigação: seu funcionamento poderia ser i) escalar, ainda que diferente do até mesmo, ou ii) polifônico, à semelhança do operador não só... mas também. Estas duas hipóteses foram refutadas e foi possível concluir que, embora seu funcionamento pareça ser de fato centralmente aditivo, os encadeamentos articulados em torno dele apresentam a soma dos argumentos como mais forte para a conclusão em jogo do que o primeiro argumento tomado isoladamente. A investigação foi conduzida tomando como base a Teoria da Argumentação na Língua.*

Abstract: *In this essay it will be presented the final conclusions of a research on linguistic-discursive behavior of the Portuguese operator além disso in texts on scientific dissemination, opinion articles and texts written by undergraduate candidates. Departing from a description as an additive operator (cf. GUIMARÃES, 2007), two fronts have been available: its functioning could be i) scalar (although contrary to até mesmo), or ii) polyphonic (on a par with não só... mas também...). These two hypothesis were refuted and it was possible to conclude that, besides its effective additivity, the chainings articulated around it suggest that the sum of the arguments favour a conclusion more than the first argument alone. The research was conducted under the scope of Theory of Argumentation in Language.*

Introdução

O operador *além disso* ainda não recebeu nos estudos da argumentação uma descrição suficientemente abrangente. Segundo a

descrição encontrada em Guimarães (2007 [1987]), podemos concluir que seu funcionamento é semelhante ao do conector *e*, uma vez que ele apenas acrescentaria ao discurso um argumento que teria a mesma força em relação aos anteriores. Isto é, de acordo com este autor, o *além disso* articula dois enunciados de igual valor na sequência em que aparecem: considerada uma escala argumentativa (DUCROT, 1981), em que os enunciados articulados funcionam como argumentos para uma mesma conclusão (isto é, são argumentos de uma mesma classe argumentativa), o *além disso* situa ambos os enunciados por ele articulados em um único ponto da escala, indicando que eles têm a mesma força argumentativa. Segundo esta descrição, isto significa tão somente que tais enunciados são *apresentados como se* estivessem no mesmo ponto da escala, *como se* tivessem a mesma força argumentativa. Pouco importa que de fato os enunciados tenham a força de argumentos indicada no encadeamento: importa que a conjunção marca os enunciados dessa maneira – são esses os efeitos de sentido produzidos por ela.

Contudo, essa descrição não corresponde à interpretação que fazem dele alguns falantes que têm a língua portuguesa como língua materna, segundo a qual este operador introduziria um argumento mais forte na escala argumentativa, em um funcionamento semelhante ao do *até mesmo*. Esta interpretação foi identificada na resistência demonstrada por muitos alunos do curso de graduação em Letras da UFPR (Universidade Federal do Paraná), em relação à descrição oferecida para o operador *além disso* em Guimarães (2007). A intuição desses alunos parece levar em consideração os efeitos de sentido promovidos pela expressão *além de*, tal como captados no Dicionário Houaiss, que em sua quarta acepção traz a seguinte definição: “*acima de, mais do que*”. Nesse sentido, o argumento apresentado pelo *além disso* estaria situado em um ponto mais alto da escala do que o argumento que antecede o operador. Mais ainda que isso, ao comparar seu funcionamento ao do operador *até mesmo*, esses falantes atribuem ao argumento introduzido pelo *além disso* o valor mais alto em uma determinada escala argumentativa.

Minhas observações iniciais sobre esse tema não corroboravam a intuição dos alunos acima mencionados – pelo contrário, iam ao encontro da descrição realizada em Guimarães (op.cit.). Contudo, essa discrepância me levou a desconfiar da divergência identificada nesse ponto. Movida por estas diferentes interpretações do funcionamento

desse operador – ainda que uma delas fosse apenas intuitiva –, iniciei um trabalho de pesquisa sobre o funcionamento linguístico-discursivo do operador “*além disso*” em textos de diferentes naturezas – artigos de divulgação científica, artigos de opinião e redações de vestibular. Partindo de um questionamento da sua descrição como operador aditivo (cf. GUIMARÃES, 2007), duas foram as frentes principais de investigação: i) seu funcionamento seria escalar, ainda que diferente do “*até mesmo*”? ii) seu funcionamento seria polifônico, à semelhança do operador “*não só... mas também*”?

1. O funcionamento aditivo

Embora o trabalho de Guimarães, no livro que venho mencionando, esteja muito bem fundamentado e seja bastante consistente, a descrição do *além disso* é um tanto rápida e pode ainda ser desenvolvida. Por exemplo, ele não aciona o conceito de polifonia (usado na descrição de quase todas as conjunções tratadas no livro) para tratar dos encadeamentos articulados por esse operador. Posso supor que ele não o faz por não julgar pertinente. Porém, entendo ser relevante investigar o funcionamento dessa conjunção em relação às posições do sujeito da enunciação.

Efetivamente, os testes apresentados em Guimarães (op.cit.) e os exemplos por ele discutidos parecem sustentar consistentemente esta descrição aditiva para o operador em questão. Ele mostra, por exemplo, que o *além disso* pode ser combinado ao *também*, sem alteração da significação do encadeamento, como se vê nos enunciados abaixo:¹

- 1) Paulo veio e além disso João veio.
- 2) Paulo veio e além disso João também veio.

Esse teste ganha seu valor com a análise realizada em Vogt (2009, p.135-139), segundo a qual o *também* é um operador de argumentação e articula enunciados de mesma força argumentativa. Com isso, a combinação desses dois operadores – *além disso* e *também* – dá mais sustentação à hipótese de que ambos tenham como marca articularem argumentos localizados em um mesmo ponto de determinada escala argumentativa.

Guimarães ainda compara o *além disso* ao *até mesmo*, conectivo para o qual a descrição oferecida é a de que introduz o argumento mais alto (mais forte) em determinada escala argumentativa. Assim, ele mostra que, ao contrário do *além disso*, o *até mesmo* não pode ser combinado ao *também* em um enunciado sem causar estranhamento e interferir na sua aceitabilidade, como vemos no exemplo abaixo:

- 3) (?) Paulo veio e até mesmo João também veio.²

Do mesmo modo, a diferença entre esses dois operadores pode ser vista nos enunciados abaixo:

- 4) Paulo veio e, além disso, até mesmo João veio.
 5) (?) Paulo veio e, até mesmo, além disso João veio.

O enunciado 5) teria sua aceitabilidade comprometida pelo fato de que combina esses dois operadores de maneira que o *até mesmo* impõe uma interpretação escalar para o *além disso*, que ele não aceita; isto é, aquele marcaria uma diferença de força argumentativa, ao passo que este não. Já o enunciado 4) seria aceitável, porque, nesse caso, o *além disso* – que não marca diferença de força argumentativa – antecede o *até mesmo*, que assim não pode impor sobre o *além disso* a leitura escalar, uma vez que ele não tem escopo sobre o que o antecede.

Esta descrição, além de descartar a hipótese de que o funcionamento deste operador seja escalar, não considera que a polifonia possa ter algum papel no seu funcionamento. Contudo, a questão da polifonia pode eventualmente configurar um aspecto pertinente para uma melhor compreensão das regularidades do operador em análise. Nesse sentido, talvez seja viável levantar a hipótese de que a configuração do sujeito da enunciação em encadeamentos desse tipo possa ser descrita através de uma perspectiva que considere a polifonia, assim como também é pertinente aprofundar a discussão de um eventual funcionamento escalar. Estas duas possibilidades serão discutidas neste trabalho.

2. A argumentação e a textualidade

Antes de dar continuidade à reflexão sobre o funcionamento do *além disso*, cabe pensar sobre alguns conceitos mais gerais que fundamentam

a discussão, tais como as concepções de argumentação e de textualidade que estão em jogo aqui. Estes aspectos da questão são especialmente pertinentes uma vez que o que está em questão, neste trabalho, é o funcionamento *textual* e *argumentativo* do operador em análise, e não uma sua descrição pensada em abstrato, tampouco pensada em enunciados tomados isoladamente dos textos em que ocorrem. Em outras palavras, a argumentação de que se trata aqui ocorre no texto e é considerada como parte integrante da textualidade.

Portanto, partindo do pressuposto de que, como bem lembra Guimarães no artigo “Texto e enunciação” (1995), não há nada que seja texto em si, isto é, não há texto independentemente de teorização, proponho pensar o conceito de texto nos estudos da argumentação de uma perspectiva enunciativa e discursiva.

Embora a argumentação possa ser marcada nos textos por encadeamentos do tipo X conectivo Y, os efeitos argumentativos produzidos vão além do nível do enunciado, isto é, o funcionamento da argumentação no texto se diferencia do funcionamento da argumentação em enunciados isolados, porque a significação do texto se constitui na integração dos seus enunciados em um nível superior. Esse tipo de relação remete aos níveis de análise linguística tal como descritos por Benveniste (1988), para quem o *sentido* de uma unidade linguística corresponde à “sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (p.136). Ou seja, o sentido de uma entidade linguística aponta para o nível imediatamente superior ao seu; o sentido é constituído na relação entre uma entidade linguística e outras de mesmo tipo e do mesmo nível que se integram em uma entidade de nível superior. A contraparte de tal propriedade da língua é, segundo Benveniste, a *forma*, que corresponde à capacidade de uma unidade linguística de “dissociar-se em constituintes de nível inferior” (p.135). Desse modo, forma e sentido são propriedades “inseparáveis no funcionamento da língua” (p.136) – enquanto uma unidade de determinado nível se decompõe em unidades de nível inferior, reduzindo-se à sua forma, tais unidades de nível inferior se integram em uma unidade de nível superior ao seu, constituindo o seu sentido. Contudo, quando se atinge o nível da frase, uma diferença se impõe, uma vez que “podemos segmentar a frase” em unidades de um nível inferior, mas “não podemos empregá-la para integrar” uma unidade de nível superior (p. 137): a frase é o último nível de análise linguística.

Pode-se dizer que, para Benveniste, uma frase não se integra a outras, elas apenas se justapõem, em uma relação de outra natureza, configurando-se em unidades do nível do discurso. Porém, ainda que Benveniste tenha colocado na frase o limite entre o domínio da língua e o do discurso, sendo ela uma unidade do discurso; isto é, ainda que ele considere não haver nível linguístico além do nível da frase, ele sustenta que há sentido além desse nível, no discurso.³

Portanto – tomando o enunciado como realização concreta da frase (DUCROT, 1989) – posso afirmar que, assim como ocorre com a argumentação, o sentido no discurso se constitui não apenas pela justaposição dos enunciados que o compõem, mas pela relação que se estabelece entre os enunciados que o constituem. Em um texto argumentativo, o sentido está na relação entre seus enunciados, que assumem a posição de argumento e conclusão justamente a partir dessa relação mútua. Já desde a definição do conceito de orientação argumentativa dos enunciados, apresentado e sustentado por Anscombe & Ducrot⁴ (apud GUIMARÃES, 2001) a partir da década de 1970 – conceito esse que corresponde à apresentação do conteúdo do enunciado como razão para que se conclua de acordo com o conteúdo de um outro enunciado, ou seja, um enunciado X é apresentado como razão para que se tome um outro enunciado Y como conclusão – são as *relações entre os enunciados* do texto que estão no centro da constituição da sua significação. Mais recentemente, na apresentação da teoria dos blocos semânticos, Carel & Ducrot (2000/2001) definem argumentação como um *discurso* ou um encadeamento do tipo X conectivo Y.⁵ A argumentação tal como descrita nesta definição abre para a inclusão de encadeamentos textuais; ou seja, além de enunciados argumentativos, ela abrange textos argumentativos, em que um enunciado X liga-se a um outro enunciado Y através de um conectivo, direcionando a significação do texto.

No entanto, para que haja texto é preciso haver significação, que depende diretamente de interpretação. Assim, o texto depende de interpretação para existir enquanto tal. Se, como sustenta a Análise de Discurso, há injunção à interpretação na linguagem, o texto – assim como todo objeto simbólico – é objeto de interpretação. Não há sentido sem interpretação, isto é, o sentido não está no texto de antemão, simplesmente esperando para ser decodificado, ele precisa ser construído e é esse o papel da interpretação, que se dá tanto da parte de

quem fala ou escreve, ouve ou lê, quanto de quem analisa. Não se trata, porém, de atribuir sentidos ou de encontrar os conteúdos das palavras, mas de assumir a não-transparência da linguagem, sua opacidade, o fato de que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996, p.64).

Segundo Orlandi (1996, p.77), o texto é um objeto com duas faces: por um lado, pode-se dizer que ele tem começo, meio e fim e pode, portanto, ser visto como uma unidade que se fecha sobre si mesma, que se completa internamente; por outro lado, no entanto, seu estatuto se altera quando ele é tomado do ponto de vista do discurso, porque neste vigora a incompletude, entendida como “lugar do possível”. Assim, o texto nunca se fecha completamente, deixando espaço para o surgimento de pontos de deriva possíveis, que oferecem lugar à interpretação e ao equívoco. Neste trabalho, o texto é tomado por estas suas duas propriedades – a ilusória, que constrói a imagem de uma totalidade, e a discursiva, que alerta para a incompletude, aponta que o sentido fora do texto fazendo efeito no texto.

Nesse sentido, a argumentação que se dá no texto é sempre suscetível de deslizamentos, que dizem respeito ao funcionamento linguístico-discursivo, cuja mola mestra são os eixos metafórico e metonímico. Estes eixos constituem os dois modos de funcionamento da linguagem descritos por Jakobson (1988 [1956]) a partir da formulação de Saussure das relações sintagmáticas e associativas. Como diz Milner, a língua é suscetível unicamente de metáfora e de metonímia, porque “a metáfora e a metonímia são as únicas leis de composição interna possíveis onde somente as relações sintagmáticas e paradigmáticas são possíveis” (1989, p. 390). No cruzamento entre esses dois eixos, os significantes silenciados podem sempre fazer furo na cadeia e dar lugar a deslizamentos da linguagem. Isso quer dizer que na língua não atuam apenas restrições.

Como demonstra Lemos (1995, p.11-15), as relações entre encadeamento e imprevisibilidade permeiam a Linguística desde sua fundação com Saussure.⁶ O encadeamento funciona em dois eixos distintos, que agem simultaneamente sobre a cadeia: “o das relações sintagmáticas, que resultam do encadeamento de termos em oposição **no discurso, na cadeia da fala** e o das relações associativas entre entidades que **na memória, fora do discurso**, formam grupos a partir da semelhança que se dá como efeito de relações de ordem diversa” (1995, p.12; grifos da autora). Por um lado, a noção de sintagma em

Saussure – passível de incluir o textual, ultrapassando o sentencial (SAUSSURE⁷ apud LEMOS, 1995) – é espaço da imprevisibilidade, marcada pela liberdade de combinações que encadeia elementos no discurso *obedecendo às restrições impostas pela língua mas sem escapar ao que pode haver de fortuito no encadeamento*. Por outro lado, no entanto, também as relações associativas evocam um espaço de imprevisibilidade no encadeamento, uma vez que **“uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja possível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra”** (SAUSSURE⁸ apud LEMOS, 1995; grifo da autora), isto é, os significantes latentes ecoam na cadeia e podem sempre irromper, fazendo furo na cadeia. Se Saussure atribui ao eixo associativo uma natureza mais aberta que ao sintagma, uma vez que este seria mais sujeito a restrições, a possibilidade de escolha que abre para a imprevisibilidade migraria da “liberdade de combinações” característica do sintagma, para o eixo associativo, onde a possibilidade de escolha do falante seria mais livre. Essa mudança de ângulo na discussão não altera, no entanto, a possibilidade constante de deslizamentos da/na cadeia promovidos pela imprevisibilidade. Em outras palavras, o texto não escapa à imprevisibilidade vigente no encadeamento – para compreender seu funcionamento não basta buscar as regularidades e restrições que atuam sobre ele, é crucial que se possa concebê-lo tendo em vista o alcance do reconhecimento de um lugar para a imprevisibilidade no funcionamento linguístico-discursivo. Ou seja, é crucial dar conta “da possibilidade de irrupção do individual a cada ponto da cadeia”.

No caso dos textos que compõem o corpus desta pesquisa, isso significa que o funcionamento do operador em análise não é totalmente previsível. Podemos buscar regularidades no seu uso, mas não regras estritas que comandem seu funcionamento. Tampouco podemos supor que escapem da imprevisibilidade da linguagem. Nesse sentido, a estrutura dos encadeamentos com *além disso*, composta com dois argumentos ou duas conclusões conectados, é uma regularidade linguístico-discursiva, que se associa a outra, referente ao tipo de relação semântica estabelecida pelo conectivo no encadeamento, ambas obedecendo a restrições impostas pela língua, embora suscetíveis de equívoco. Neste trabalho, parti do princípio, que pude constatar no seu desenvolvimento, de que a estrutura básica do encadeamento se mantém, de maneira que não encontramos no corpus este operador

interligando argumento e conclusão, mas apenas argumentos entre si, ou conclusões entre si. Esta parece ser uma forte restrição imposta pelo funcionamento linguístico-discursivo, embora também aí se possa, eventualmente, encontrar deslizamentos, fruto do equívoco inevitável. Já na relação semântica estabelecida pelo operador, vemos o submetimento à imprevisibilidade, embora também com restrições. No cruzamento dos eixos sintagmático e associativo, isto é, na relação entre seleção e combinação, os sentidos se constituem e abrem para a interpretação. O resultado é que os encadeamentos com *além disso* parecem não apenas promover efeito de adição entre os enunciados conectados, mas por vezes também outros efeitos de sentido, que coube a este trabalho investigar quais fossem. A interpretação parece fazer os textos oscilarem entre a mera adição e outros efeitos de sentido.

Os argumentos ou conclusões encadeados assumem o lugar discursivo de argumentos e conclusões em função da sua combinação no texto, em que o sujeito falante⁹ constrói um encadeamento argumentativo tal que as partes se definem mutuamente e na sua relação com o restante do texto em que aparecem, constituindo-se como argumento ou conclusão nessa relação.¹⁰ Em outras palavras, o conectivo abre espaço na cadeia, impondo aos enunciados que preenchem esses espaços o lugar de argumentos e/ou de conclusões, conforme o conectivo em questão. Os enunciados passam a argumento e/ou conclusão por efeito do conectivo que os interliga e por sua relação mútua. Também é fundamental a relação dos enunciados conectados com o texto do qual o encadeamento faz parte – especialmente em casos como o do *além disso*, em que o valor de argumentos ou de conclusões dos enunciados interligados depende da argumentação construída no texto e é dado, portanto, por um encadeamento mais amplo, que englobe a contraparte da argumentação: o argumento, caso os enunciados funcionem como conclusões, ou a conclusão, caso funcionem como argumentos. Parece haver aí uma forte restrição, imposta tanto pelo conectivo quanto pela relação entre as partes, cujo efeito é que a abertura para interpretação parece mais controlada pelas regularidades impostas. Como já foi ressaltado antes, o equívoco pode fazer o individual irromper a qualquer momento, nos lugares mais imprevisíveis. No entanto, o que cabe destacar do funcionamento do *além disso* com relação a este aspecto são as restrições, mais que a

imprevisibilidade, cuja irrupção na cadeia não parece constitutiva do funcionamento desse operador.

No que diz respeito à relação semântica estabelecida pelo operador, no entanto, a heterogeneidade que move a imprevisibilidade parece mais presente. Ao selecionar elementos do eixo associativo e combiná-los no eixo sintagmático, compondo o encadeamento e o texto, o sujeito está submetido aos movimentos do funcionamento linguístico-discursivo e, portanto, está constantemente sujeito a heterogeneidade e a imprevisibilidade. Podemos afirmar, com Pêcheux (1990, p.53), que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é (...) linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação”. Assim, as relações semânticas entre as partes encadeadas pelo operador em questão são passíveis de configurar adição ou outros sentidos que a interpretação permita emergir. Cabe investigar quais deles de fato se configuram na cadeia, por entre a heterogeneidade e a imprevisibilidade da linguagem. Cabe ainda considerar como o equívoco atua na cadeia, tendo em vista o papel da interpretação na constituição da textualidade e, conseqüentemente, na produção de efeitos de sentidos no texto. Nos textos do corpus, havia uma oscilação na sua interpretação por diferentes leitores, ora indicando escalaridade, ora abrindo para a polifonia, ora permanecendo na adição – tanto para textos diferentes entre si quanto para o mesmo texto. Essa oscilação parece indicar a atuação do equívoco de linguagem. No entanto, o objetivo desta pesquisa é procurar regularidades nesse funcionamento. É isso que procurarei discutir neste trabalho.

3. A polifonia

Antes ainda de passar para a discussão das especificidades do operador em análise, é importante pensar acerca do conceito de polifonia e de como ele está considerado aqui. A polifonia é entendida neste trabalho partindo das considerações iniciais de Ducrot no artigo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” (1987 [1984])¹¹, considerando-se também as modificações realizadas em coautoria com Carel no artigo “Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação” (2008). No texto da década de 80, Ducrot postula que o sujeito não é uno, que ele se multiplica na enunciação. Com esta formulação, o autor se opõe à posição linguística que toma como óbvio

que cada enunciado tem um e apenas um autor. Iniciando sua reflexão através de um diálogo com os trabalhos de Bakhtin, ele postula a existência de um desdobramento do sujeito na enunciação: há locutor e enunciador nesse lugar.¹² Há o *locutor*, que é o responsável pelo dizer, é aquele a quem o pronome *eu* se refere (DUCROT, 1987, p.182). Há, por outro lado, os *enunciadores*, que correspondem às perspectivas apresentadas no enunciado, aos pontos de vista postos em cena pelo locutor na enunciação dos enunciados.

No texto de 2008, a teoria da polifonia é revista e alterada, particularmente no que diz respeito às *relações entre locutor e enunciadores*. Mantém-se a caracterização das personagens da enunciação, assim como o entendimento de que é na enunciação que o locutor coloca em cena um ou mais enunciadores. Apresentam-se, contudo, duas especificações acerca da relação locutor-enunciador: as *assimilações* e as *atitudes*. O locutor assimila os enunciadores a personagens da cena enunciativa, que podem ser determinados, indeterminados ou apenas genericamente caracterizados. Além das assimilações, há ainda as atitudes do locutor em relação aos pontos de vista assimilados a tal ou qual enunciador. Isto é, o locutor se posiciona quanto a esses pontos de vista, assumindo-os, concordando com eles ou se opondo a eles na cadeia enunciativa. Quando ele *assume* um enunciador, o ponto de vista assimilado a esse enunciador será *imposto* no enunciado. Quando ele *concorda* com o enunciador, o ponto de vista em questão será *mantido* no enunciado. Quando, por fim, ele se *opõe* ao enunciador, o objeto da oposição fica *impedido* de ser assumido na sequência do discurso, assim como fica impedido de receber a concordância do locutor.

Esses dois novos conceitos – assimilações e atitudes – permitem à teoria suprimir a ideia de “identificação”, anteriormente usada de modo genérico para tratar das relações entre locutor e enunciadores, com a vantagem de “dar ao enunciador um papel indispensável que era menos claro anteriormente” (DUCROT & CAREL, 2008, p.9). Tomando a negação como exemplo, embora simplificando a descrição realizada pelos autores e adequando-a aos propósitos desta exposição, observa-se que o locutor não se *identifica* com um dos enunciadores colocados em cena na negação, mas sobretudo se *opõe* a um deles (a afirmação evocada no enunciado) e *assume* o outro, ou pelo menos *concorda* com ele (a negação propriamente dita). Em geral, apenas na enunciação será

possível descrever as assimilações e atitudes. No entanto, em certas estruturas linguísticas, como a negação, as atitudes do locutor frente aos enunciadores são sistemáticas. Portanto, nesses casos, seu funcionamento é passível de descrição no plano do enunciado, sem recurso ao texto ou ao discurso. As assimilações, contudo, parecem sempre depender do plano discursivo para serem descritas, razão pela qual na descrição da negação aqui apresentada não foram formuladas hipóteses a esse respeito.

O modelo clássico da polifonia, tal como originalmente desenvolvido por Ducrot, permitia descrever as vozes que ecoam no enunciado, mas deixava um tanto nebulosas as relações entre o locutor e as vozes que ele colocava em cena, relações estas descritas apenas através da noção pouco explorada de “identificação” do locutor ao(s) enunciator(es). Do mesmo modo, a assimilação das vozes apresentadas no enunciado a determinadas personagens, ou a lugares de dizer, inscritos na enunciação não se podia fazer naquele modelo – essa não era sequer uma questão levantada na referida etapa da teoria polifônica. Tais relações – fundamentais para a descrição da enunciação tomada como encontro entre língua e discurso – foram esclarecidas na versão atual da teoria, através dos conceitos de assimilação e atitude. Observa-se, então, ganhar seu lugar no modelo, para além de vozes genericamente inscritas na enunciação, vozes identificadas – ou melhor: assimiladas – a personagens ou a lugares de dizer, sejam eles determinados, indeterminados, genéricos ou individuais. Contudo, resta ainda excluída de ambas as versões da teoria qualquer relação com o acontecimento da enunciação tomado em sua historicidade. O desdobramento da teoria que criou os conceitos de assimilação e atitudes, apesar dos avanços alcançados, impõe uma limitação à descrição da historicidade da enunciação, que demanda sua busca em outro quadro teórico. A semântica do acontecimento abre a possibilidade de descrever mais precisamente, com bases sócio-históricas, a cena enunciativa, as relações entre aquele que fala e os lugares de dizer postos em cena na enunciação.

Em Guimarães (2002), no livro *Semântica do acontecimento*, a cena enunciativa é descrita a partir de uma releitura do modelo ducrotiano que parece propícia para investigar os lugares do sujeito da enunciação em suas dimensões linguística, enunciativa e histórica. As categorias postuladas por Guimarães propõem um olhar para a historicidade do

acontecimento enunciativo. Essas categorias são inspiradas em trabalho anterior do próprio Guimarães ([1987] 2007), porém com algum deslocamento e aprofundamento de intuições já presentes naquele trabalho. Na descrição da cena enunciativa, espaço em que o sujeito da enunciação se desdobra, são estabelecidas três figuras da enunciação, correspondendo a representações do sujeito da enunciação configuradas no acontecimento enunciativo: o Locutor (com maiúscula), o locutor-x e o enunciador. Assim como para Ducrot, também aqui não se trata de *pessoas* envolvidas na enunciação. Segundo Guimarães, o que há é “uma configuração do agenciamento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p.23). As configurações do sujeito da enunciação correspondem a lugares de dizer constituídos no acontecimento.

O *Locutor* é “o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (op. cit.). Trata-se, portanto, de uma representação da origem do dizer, do sujeito que fala na enunciação. Esse sujeito, no entanto, fala de *lugares sociais* “*autorizados a falar*” (op. cit., p.24). Guimarães exemplifica com o ato de decretar, em que um sujeito autorizado, como o presidente da República ou o governador de Estado decreta alguma coisa. Ele só pode fazê-lo a partir desse lugar legitimado socialmente, o de locutor-presidente ou locutor-governador. Assim, desse ponto de vista, “o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social” (GUIMARÃES, 2002, p. 24), que corresponde ao que na teoria se designa como *locutor-x*, em que o *x* é uma variável que representa o lugar social em questão. Em outras palavras, o sujeito da enunciação é dividido, é clivado: ele é um lugar enunciativo, o lugar de onde o Locutor enuncia, se representando como fonte desse dizer, mas é também um *lugar social*.

Ocorre, no entanto, que o sujeito nem sempre fala de um lugar social conhecido ou determinado. Segundo Guimarães (2002), este *lugar de dizer* pode se representar como *individual*, ou ainda como *genérico* ou *universal*. Nesses três casos, a cena enunciativa é representada como se estivesse fora da história, como se fosse independente dela. Obviamente, esta é apenas uma representação, uma vez que não há dizer efetivamente independente da história, mas ela dá outra configuração ao sujeito da enunciação. Nesses casos, não se fala mais em locutor-x, mas em *enunciador*: “o Locutor se representa como um *lugar de dizer* simplesmente” (op. cit., p. 25, grifo do autor). O *enunciador-individual* fala como se a própria pessoa fosse a responsável pelo dizer; nesses

casos, o Locutor assimila o enunciador a si mesmo. O exemplo é uma promessa entre amigos: “eu prometo que vou a sua casa” (op. cit.). O Locutor enuncia a promessa tomando a pessoa no mundo, fora de qualquer lugar social, como o lugar de onde diz.

Outro lugar de dizer que promove o apagamento do lugar social é o do *enunciador-genérico*. O exemplo prototípico são os ditos populares, mas não apenas eles configuram sua origem nesse lugar. Também os lugares comuns, as frases feitas e os dizeres do senso comum se representam como “aquilo que todos dizem” (op. cit.), como se o dizer não tivesse relação com um lugar social. O *todos* a que está associado esse enunciador-genérico refere-se a um conjunto indeterminado, cujas fronteiras são indiscerníveis. Desse modo, o sujeito da enunciação é representado “como um indivíduo que escolhe falar como outros indivíduos” (op. cit.). Assim, também nesse caso, trata-se de uma representação do acontecimento enunciativo como independente da história.

Há ainda uma terceira possibilidade de representação da enunciação como fora da história e independente de um lugar social: o *enunciador-universal*. Nesse caso, importa uma relação do dizer com certa representação de valores de verdade, com o verdadeiro e o falso. O Locutor apresenta seu dizer como tendo certa relação com os fatos que faria dele indubitavelmente verdadeiro. Isto é, o Locutor fala do lugar do universal, do que seria compartilhado e universalmente aceito não por uma totalidade indiscernível de locutores, mas devido à sua veracidade, à sua relação com certa factualidade – os fatos *são apresentados* pelo Locutor como verdadeiros. É importante salientar que se trata de uma representação do dizer: o Locutor fala de um lugar que toma a noção de verdade como essencial na construção do seu discurso.¹³

Em síntese, Guimarães (2002, p.26) considera que a cena enunciativa configura sempre um *Locutor*, uma origem para o dizer, mas que o sujeito da enunciação está dividido, podendo se representar associado a um lugar social ou independente dele. No primeiro caso, o Locutor divide a cena com o *locutor-x*; no segundo, com o *enunciador*. No primeiro caso, a relação com a história está encenada no acontecimento; no segundo, ela está apagada, recalçada.

4. A hipótese da escalaridade

Para retomar a descrição do operador *além disso*, vamos investigar a hipótese da escalaridade, levantada pelos estudantes de Letras que motivaram este estudo, segundo a qual o *além disso* teria um funcionamento semelhante ao do *até mesmo*, indicando o argumento mais forte da escala. Essa hipótese não se sustenta, ela não sobrevive à menor observação do funcionamento da língua em qualquer conjunto de dados, de maneira que mesmo aqueles estudantes, quando confrontados com os fatos da língua, acabam por recuar da afirmação de identidade entre esses dois operadores. Eles não recuam, no entanto, da afirmação de que o *além disso* não seria um sinônimo do *e*, esse sim notadamente aditivo. Isto é, tais estudantes se aferram à ideia de que haja diferença escalar entre os argumentos conectados pelo *além disso*, ainda que aceitem que não se trata exatamente do mesmo funcionamento que o *até mesmo*. Foi preciso, então, verificar outras constituições de escalaridade possíveis, que pudessem estar na base dos sentidos promovidos pelo operador em análise.

O funcionamento do operador foi observado e estudado em um triplo conjunto de dados, um deles com redações de vestibular produzidas por candidatos ao curso de Letras da UFPR, no processo seletivo 2009/2010, um outro com notícias e artigos de opinião publicados na Folha de São Paulo no período de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011, e um último com artigos de divulgação científica da área de linguística, de autoria de Sírio Possenti, Carlos Alberto Faraco e José Luiz Fiorin. Um dos objetivos desse recorte de sujeitos para a pesquisa foi o de verificar o funcionamento do operador tanto em textos de falantes com relativa proficiência na norma culta da língua, tal como os candidatos do vestibular, quanto em textos de falantes com maior proficiência, tal como jornalistas e articulistas de jornal e, especialmente, linguistas discutindo questões de língua.

O trabalho com as redações de vestibular e com os textos de opinião foi efetivado com o auxílio de dois bolsistas de iniciação científica, Andressa D'Ávila e Thiago Chicolte, tendo aquela focalizado principalmente o tema da escalaridade nas redações e este o tema da polifonia nos artigos de jornal. Em suas análises (cf. relatório de IC/2010), D'Ávila identificou um funcionamento que, segundo ela, conferia com uma diferença de escala entre os argumentos articulados pelo operador *além disso*. Uma diferença que não indicava o argumento

mais forte da escala, mas que apontava para o fato de que o argumento introduzido pelo operador parecia a ela de fato mais forte que o anterior, ainda que a estrutura deixasse aberta a possibilidade de outros argumentos ainda mais fortes que aquele em foco na pesquisa.

Essa interpretação vai na direção dos sentidos apontados no dicionário Houaiss para a expressão *além de*, tal como mencionado acima, mas não se sustentou nas análises dos textos dos outros gêneros estudados na pesquisa e mostrou-se bastante heterogênea, fundamentalmente dependente da interpretação do leitor, a cada texto, como pudemos observar não apenas nos textos dos dois outros *corpora*, mas inclusive nas redações de vestibular.

Embora a heterogeneidade da linguagem seja um pressuposto da abordagem assumida nessa pesquisa, embora a interpretação seja entendida aqui como uma injunção que possibilita a produção de efeitos de sentido nos textos, nossas análises estavam em busca de alguma regularidade¹⁴ no funcionamento desse operador, e a escalaridade não se apresentou de maneira regular nos dados analisados.

Em outras palavras, nos três gêneros do discurso que compõem o corpus da pesquisa, encontramos encadeamentos em que seria possível identificar uma diferença de força argumentativa entre os argumentos; no entanto, em nenhum dos textos o *além disso* marcava o argumento mais forte da escala – isto é, quando a leitura escalar é possível, ela apenas indica um argumento que pode eventualmente ser interpretado como mais forte que o anterior. Nesse sentido, a descrição escalar dessas construções depende da interpretação do leitor, variando a cada leitura, e não é inequívoca. Portanto, embora tenham sido encontradas construções interpretáveis como escalares, não foi possível sustentar que o operador *além disso* marcasse escala argumentativa.

5. A hipótese da polifonia

A possibilidade de haver polifonia no funcionamento do *além disso* foi por mim discutida em artigo anterior (CAMPOS, 2011), em que sustento que esse operador, embora comporte um funcionamento polifônico, não é o responsável por marcá-lo no encadeamento.

Esta hipótese foi levantada como possível resposta para a intuição dos falantes que se recusavam a aceitar um funcionamento aditivo para o operador em análise. Parecia viável descrever a configuração do sujeito da enunciação em encadeamentos desse tipo através de uma

perspectiva que considerasse a polifonia (cf. GUILMARÃES, 2002). Assim, uma explicação possível diria que os enunciados articulados por esse operador seriam apresentados a partir de lugares enunciativos distintos, constituindo perspectivas diferentes. Eles funcionariam como o *não só... mas também*, que encadeia argumentos ou conclusões entre si, sendo o segundo segmento do encadeamento assimilado ao Locutor, que concordaria com o primeiro enunciado do encadeamento e assumiria o segundo. Do mesmo modo, o *além disso* introduziria um enunciado assimilado ao Locutor e representado como tendo se originado em um lugar de dizer diferente daquele de onde vem o enunciado anterior. Como no caso do *não só... mas também...*, o Locutor apresentaria o primeiro enunciado como um já-dito, com o qual ele concordaria mas que seria assimilado a um outro lugar de dizer, diferente do Locutor. Já o segundo enunciado seria apresentado como acrescentado ao anterior da perspectiva do Locutor, esse dizer seria representado como tendo sua origem no Locutor, isto é, seria assimilado ao Locutor. Dessa configuração viria a interpretação do segundo segmento como mais forte que o primeiro – não de uma diferença de força argumentativa entre os enunciados encadeados.

No entanto, os dados mostraram que a eventual diferença de perspectiva identificada nos encadeamentos com *além disso* não se deve ao operador, mas a outras formas de marcação da polifonia na língua. Estas mesmas conclusões são defendidas no trabalho de Chicolte (relatório de IC 2010), que analisou textos jornalísticos. Do mesmo modo, as análises dos demais gêneros estudados na pesquisa também sustentam que só há polifonia quando marcada por outros meios. Portanto, esta pesquisa indica que o operador *além disso* não marca polifonia, embora comporte um funcionamento polifônico.

6. Acumulando argumentos

A hipótese da polifonia, embora não tenha se sustentado, nos conduziu a uma hipótese alternativa, não aventada no projeto inicial, mas viável a partir da comparação entre o funcionamento dos operadores *além disso* e *não só... mas também...* A comparação inicial foi motivada pela possibilidade de ambos marcarem uma divisão na cena enunciativa, com duas perspectivas distintas, cada uma vinculada a um dos argumentos encadeados. No entanto, o *não só... mas também...* tem uma peculiaridade que o aproximou mais efetivamente do operador

em análise na pesquisa: a sua força *acumulativa*. Isto é, no funcionamento do *não só... mas também...* está incluído um efeito de acumulação, dado pela soma dos argumentos: o operador indica, entre outros sentidos, que a soma dos argumentos é mais forte do que cada um deles apresentados isoladamente. Nesse sentido, há igualdade de força argumentativa entre os argumentos, nenhum deles é mais forte que o anterior, contudo a soma dos dois, sua apresentação em conjunto, é o que dá força à argumentação.

O *não só... mas também...* tira sua força acumulativa da polifonia. O *além disso*, mesmo sem marcar polifonia, parece compartilhar com ele essa característica. Enquanto o *não só... mas também...* acumula argumentos de lugares enunciativos distintos – isto é, reforça a argumentação através da apresentação de *duas argumentações* –, o *além disso* acumula argumentos de um mesmo Locutor, um único lugar de dizer. Trata-se, portanto, no caso em estudo aqui, de *uma única argumentação*, que ganha força pelo acúmulo de argumentos.

Essa análise coaduna inclusive com os sentidos dados para o *além disso* no dicionário Houaiss, em que ele figura lado a lado com *além do mais*, significando “*ademais, de mais a mais, outrossim*”, parecendo, portanto, indicar que há um “algo a *mais*” na argumentação (*ademais, de mais a mais*), mas também um acréscimo de algo *semelhante* na argumentação (*outrossim = do mesmo modo, igualmente*). A noção de acumulação, tal como apresentada aqui, parece dar conta desses dois aspectos.

7. Uma análise acumulativa

As conclusões às quais foi possível chegar com o desenvolvimento desta pesquisa se fundaram na análise de um corpus variado, tal como foi mencionado mais acima, composto por *redações de vestibular*, *artigos de opinião* e *artigos de divulgação científica*. Trago nesse momento uma análise do excerto de um desses textos, representativa do que foi encontrado na pesquisa, a fim de colocar em discussão as hipóteses apresentadas nas seções anteriores. Esta foi uma pesquisa qualitativa, em que os diversos textos do *corpus* foram analisados nas suas especificidades, tomando-se em consideração as características da textualidade discutidas anteriormente neste artigo¹⁵, isto é, entendendo a argumentação como constituída no texto, em função de restrições

impostas na cadeia pelo aparecimento do conectivo¹⁶, mas sempre submetida a interpretação e, portanto, suscetível de heterogeneidade e submetida à imprevisibilidade da linguagem. Nesse sentido, embora cada texto do *corpus* imponha para o operador em análise um funcionamento específico, em razão do lugar da interpretação nesse funcionamento, foi possível encontrar algumas regularidades nas análises realizadas, que serão apresentadas através da análise a seguir.

O texto a ser analisado é um artigo de divulgação científica, “A língua praticada nas Redes Sociais”, de autoria de Carlos Alberto Faraco, lido na mesa-redonda “A língua praticada nas redes sociais e a construção da identidade”, realizada no dia 14 de agosto de 2010 dentro da programação da 21ª Bienal do Livro de São Paulo¹⁷. Trago abaixo um excerto desse texto que permitirá fazer algumas observações e apontar as conclusões a que foi possível chegar na pesquisa.

*[O texto vem falando nos parágrafos anteriores a respeito da “**linguagem escrita da comunicação mediada por computador**”.]*

Como se trata de uma fala-escrita, o que aparece não é o texto que, na tradição da cultura letrada, se constituiu tendo como valor o distanciamento da oralidade – o texto com relativa autonomia frente aos modos de ser da língua falada. Na tradição da escrita, marcas de oralidade no texto são avaliados como um defeito. Ao contrário, na escrita que se pratica nas redes sociais, as marcas da oralidade não constituem um problema porque estamos justamente escrevendo a fala. E isso vale tanto para os aspectos estruturais da composição dos enunciados, quanto para a variedade da língua que aí se utiliza. Assim, não é difícil surpreender nos textos dos blogues, das salas de chats e das redes sociais a cadência da fala. É o texto que vai acontecendo on-line, que vai se constituindo no processo. Não há tempo para planejamento, para escolhas meditadas e para reescritas. Daí que a progressão temática é fluida (como o é na fala). Igualmente são comuns as digressões, descontinuidades e repetições tão características da fala. Além disso, a variedade que emerge nesses textos é o português urbano brasileiro falado. Não necessariamente o português culto falado, mas essa variedade em

que se interseccionam o português urbano standard falado e o português mais coloquial – essa variedade de meio de campo que é usada correntemente, em situações pouco monitoradas, pela população urbana brasileira alfabetizada e medianamente letrada e que é audível também na linguagem radiofônica e televisiva. (FARACO, 2011, p.03; os grifos são meus)

Observemos primeiramente a estrutura do encadeamento: Argumento 1 (A1) – “*Não é difícil surpreender nos textos dos blogs, das salas de chats e das redes sociais a cadência da fala*”. Argumento 2 (A2) – “*Além disso, a variedade que emerge nesses textos é o português urbano brasileiro falado.*” A conclusão pode ser depreendida no começo do parágrafo: Conclusão (C) – *A linguagem escrita na internet não tem como valor o distanciamento da oralidade.* Cada um desses argumentos se desdobra nos enunciados que se seguem a ele no texto. Ao primeiro argumento, seguem-se enunciados em que o Locutor especifica os sentidos de “*cadência da fala*” (processamento simultâneo à produção, progressão temática fluida, digressões, descontinuidades e repetições). Após o segundo argumento, lemos enunciados em que o Locutor explica os sentidos de “*português urbano brasileiro falado*” (“variedade usada correntemente, em situações pouco monitoradas, pela população urbana brasileira alfabetizada e medianamente letrada”). Desse modo, o texto permite a interpretação de que se trata aqui de dois argumentos articulados pelo operador *além disso*, embora vejamos um conjunto de enunciados antecedendo e sucedendo o operador, e não apenas os enunciados aos quais se atribui aqui a síntese da argumentação. Do mesmo modo, podemos interpretar esses dois conjuntos de enunciados como relacionados, semântica e discursivamente, no texto, aos efeitos de sentidos promovidos no início do parágrafo pelo enunciado “*Como se trata de uma fala-escrita, o que aparece não é o texto que, na tradição da cultura letrada, se constituiu tendo como valor o distanciamento da oralidade – o texto com relativa autonomia frente aos modos de ser da língua falada*”. Estes sentidos também se desdobram nos enunciados seguintes, em que o Locutor trata das diferenças de estruturação, na tradição da escrita, entre textos escritos e falados. Deste conjunto de enunciados, é possível depreender a conclusão à qual se ligam os dois argumentos conectados pelo *além disso*: *a escrita na internet difere da escrita na tradição, ao contrário*

desta ela não precisa de autonomia em relação à oralidade, não valoriza uma estruturação que se distancie da fala.

Ainda que toda análise de texto dependa fundamentalmente da interpretação do analista, ainda que os efeitos de sentido descritos acima sejam promovidos por este texto na leitura desta investigadora, podemos observar uma marca que explicita a relação de argumento a conclusão aqui defendida – uma marca discursiva. Aos enunciados tomados aqui como conclusão/tese defendida no texto, segue-se o enunciado “*E isso vale tanto para os aspectos estruturais da composição dos enunciados, quanto para a variedade da língua que aí se utiliza*”. Isto é, o Locutor afirma explicitamente que as diferenças entre a escrita da internet e a escrita da tradição sustentadas por ele no texto valem para dois aspectos da relação fala/escrita, podem ser encontradas nesses dois aspectos: aqueles estruturais e aquele relativo à variedade mais comum nessas formas de escrita, respectivamente a cadência da fala e o português urbano falado. Segue-se o operador *assim*, que retoma o enunciado imediatamente anterior e dá continuidade a ele, especificando a argumentação, desdobrando os argumentos que dão sustentação à afirmação da diferença entre as duas formas de escrita. É esta interpretação que motiva os passos seguintes da análise.

Em primeiro lugar, é preciso averiguar a viabilidade de a relação argumentativa estabelecida neste texto configurar diferença escalar entre os argumentos. Podemos notar que não há nada no segundo argumento que faça dele intrinsecamente mais forte do que o primeiro. Isto é, o argumento de que *a cadência da fala está presente na escrita da internet* (A1) parece tão bom quanto o argumento de que *o português urbano falado está presente na escrita da internet* (A2) para defender a conclusão de que *a escrita da internet não demanda distanciamento da oralidade* (C). O texto aponta duas características da oralidade que tradicionalmente a distinguem da escrita: sua estruturação e a variedade linguística. Os estudos linguísticos, tal como estabelecidos em diferentes perspectivas teóricas, não parecem permitir uma ordenação entre essas características. São características relativas a aspectos distintos da fala, mas nenhuma mais importante ou relevante que a outra – inclusive porque relacionadas entre si. Assim, somente uma interpretação baseada no conhecimento não especializado, do senso comum, poderia sustentar que algum desses dois argumentos fosse mais

forte que o outro em uma escala que leve à conclusão do encadeamento. No entanto, o Locutor coloca em cena um locutor-linguista, ou um locutor-professor universitário, lugar de dizer que não autoriza a interpretação leiga, segundo a qual haveria, talvez, diferença escalar entre os argumentos.

Contudo, cabe lembrar que os sentidos promovidos por um texto não são apenas aqueles “pretendidos” pelo Locutor. Considerando-se, ademais, que os destinatários desse texto eram justamente falantes não especialistas em linguagem, mas interessados em geral, é preciso observar outros efeitos de sentido possíveis para ele. Nesse sentido, não podemos simplesmente descartar a hipótese escalar, sem antes dar continuidade à análise.

Se substituimos o operador por um outro que seja notadamente escalar, como *até mesmo*, podemos inclusive inverter a ordem dos argumentos que o resultado será sempre um encadeamento que marca o segundo argumento como sendo o mais forte da escala, independentemente de qual seja ele. Portanto, não são os argumentos em si, por sua força retórica, que têm forças distintas na argumentação. É o operador *até mesmo* que situa os argumentos, quaisquer que sejam eles, no ponto mais alto da escala argumentativa. O operador *além disso* não tem essa mesma propriedade, como podemos ver ao invertermos a ordem dos argumentos do encadeamento em análise, o que não altera a força da argumentação: A1 – *Os textos escritos nas redes sociais usam o português urbano brasileiro falado.* A2 – *Além disso, eles têm a cadência da fala.* C – *Portanto o distanciamento da oralidade não é um valor nos textos das redes sociais.* Assim, mesmo uma leitura não especializada do texto em análise não teria como sustentar uma diferença escalar entre os argumentos articulados pelo *além disso*.

Em segundo lugar, é preciso discutir a hipótese de haver polifonia nesse encadeamento. Tal como apontado acima, na análise da escalaridade, há apenas um Locutor nesse texto – especificamente no excerto estudado aqui, o Locutor não dá a palavra a outros Locutores, por exemplo através da citação; não há citações, não há menções a outros lugares de dizer. Há apenas um lugar de dizer assumido pelo Locutor, que fala do lugar social da *autoridade em questões de linguagem*; isto é, ele coloca em cena o locutor-professor; e não apenas: o locutor-professor universitário; e, mais ainda, o locutor- “Professor

Titular de Português e Linguística” (como mostram suas credenciais ao final do texto). Estes são lugares de autoridade no imaginário popular, que dão sustentação ao dizer do Locutor. Mas não há desdobramento, não há diferentes lugares de dizer, diferentes “vozes” apresentando os argumentos. Não há polifonia nesse encadeamento.

Ainda assim, por hipótese, poderíamos questionar se o primeiro argumento não estaria sendo apresentado como um já-dito, tal como ocorre com o *não só... mas também...* Desse modo, perguntaríamos se o argumento de que *a estruturação própria da fala está presente na escrita da internet* não poderia ser interpretado como um argumento de “domínio público”, ou atribuído a outro Locutor, ou mesmo ao Alocutário. Não parece ser o caso, na medida em que estes sentidos provêm do mesmo lugar de dizer que aqueles promovidos pelo segundo argumento, de que *a variedade linguística típica da fala está presente na escrita da internet*, a saber o do locutor-especialista em linguagem – nem de um suposto segundo Locutor nem do Alocutário. Por um lado, como não há citação nem menção a outros textos, definitivamente não há mais de um Locutor em cena. Por outro lado, considerando-se o público alvo do texto – falantes interessados em linguagem, não-especialistas – não há como surpreender nos discursos desses Alocutários, do senso comum, nos dizeres leigos sobre a língua, afirmações como as que vemos no texto em análise sobre a estruturação da fala e da escrita, nem sobre as diferenças e semelhanças aí encontradas. Tal como foi sustentado no parágrafo anterior, ambos esses argumentos têm sua origem assimilada a um mesmo lugar de dizer, a um mesmo lugar social, o da autoridade em questões de linguagem.

Entretanto, se não há desdobramento polifônico, há um efeito de acumulação na argumentação. Vejamos: o Locutor diz que os textos escritos nas redes sociais têm *a cadência da fala, a estruturação da fala*. Esse argumento, sustentado com base em evidências linguísticas e na autoridade profissional do Locutor, poderia ser suficiente para concluir que *o distanciamento da oralidade não é um valor nos textos das redes sociais, que a escrita da internet não demanda distanciamento da oralidade*. No entanto, o Locutor acrescenta um novo argumento, introduzido pelo operador em análise, que reforça a argumentação: ele afirma que, *além disso*, os textos escritos na internet usam o *português urbano brasileiro falado*. Com isso, a conclusão seguramente ganha

mais força. O segundo argumento, tomado isoladamente, também poderia ser suficiente para sustentar a conclusão. Contudo, ele não é apresentado como único argumento, mas como um argumento a mais na argumentação. Assim, o Locutor enuncia uma argumentação com dois argumentos, não apenas um – e destaca, através do *além disso*, o acúmulo dos argumentos.

Como mencionado na apresentação dessa hipótese¹⁸, essa análise é compatível com os sentidos dados para o *além disso* em um dos bons dicionários do português brasileiro, um dicionário que se mantém atualizado em relação aos usos correntes na língua, o Dicionário Houaiss. Ali, o operador *além disso* figura, entre as locuções, no verbete *além*, lado a lado com *além do mais*¹⁹. Na acepção 1, ele significa “*ademais, de mais a mais*”; na acepção 2, significa “*também, ademais, outrossim*”. Essas relações parecem, portanto, indicar que há um “algo a mais” na argumentação (*ademais, de mais a mais*), mas também um acréscimo de algo semelhante na argumentação (*também, outrossim [que equivale a do mesmo modo, igualmente]*). A noção de acumulação, tal como apresentada aqui, parece dar conta desses dois aspectos. Os argumentos se equivalem em força argumentativa, mas sua soma traz um algo a mais, mais força para a argumentação. Assim, a descrição inicial do operador fica mantida: a sua função essencial parece ser aditiva. No entanto, há também esse peso a mais trazido à argumentação como um todo pelo operador, que não configura escalaridade como supunham os estudantes que motivaram esse estudo, mas que não deixa escapar esse peso a mais trazido à tona pela intuição desses mesmos estudantes. Dizer que seu funcionamento é acumulativo apenas se acrescenta à sua descrição como aditivo, não se opondo a ela, mas especificando seu funcionamento, detalhando seu papel textual-discursivo.

Considerações finais

O trabalho sintetizado neste artigo permitiu concluir que, embora o funcionamento do operador *além disso* pareça ser de fato centralmente aditivo, os encadeamentos articulados em torno dele apresentam a soma dos argumentos como mais forte para a conclusão em jogo do que o primeiro argumento tomado isoladamente. A hipótese escalar, segundo a qual o segundo argumento seria apresentado como mais alto na escala argumentativa do que o primeiro, não se sustentou nas análises, porque

na maioria dos textos não havia qualquer justificativa para se atribuir diferença de força argumentativa aos segmentos articulados pelo operador. Sempre que foi possível fazer uma interpretação escalar para os textos analisados na pesquisa, a escalaridade mostrou-se dependente da interpretação, variando fundamentalmente de um leitor para outro, sem que fosse possível encontrar alguma regularidade nesse funcionamento. Tampouco se sustentou a hipótese polifônica, segundo a qual o segundo argumento seria apresentado de uma perspectiva diferente do primeiro. Há textos polifônicos no corpus, porém não há indícios de que o operador em questão seja o responsável por marcar a polifonia. Com base na teoria da argumentação na língua, especificamente com o suporte da teoria argumentativa da polifonia e da teoria dos blocos semânticos²⁰, e com base também na semântica da enunciação, foi possível descrever o operador argumentativo *além disso* como tendo um funcionamento “acumulativo”.

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, E. (1988 [1966]). “Os níveis de análise linguística”. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes e Ed. Unicamp, 2ª ed., p.127-140.
- CAMPOS, C. M. (2011). “A polifonia em encadeamento com *além disso*”. In: *ReVEL*, v.9, n.16. Disponível em: <www.revel.inf.br>.
- _____. (2007). “O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua”. In: *Revista da Abralin*. João Pessoa: UFPB, v.6, n.2, p.139-169.
- CAREL, M.; DUCROT, O. (2000-2001). “Présentation générale de la théorie des blocs sémantiques”. Texto distribuído na conferência proferida por O. Ducrot durante o *Seminário de Estudos em Semântica Argumentativa: a teoria dos blocos semânticos*, realizado nos dias 11 e 12 de setembro de 2001 no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.
- CHICOLTE, T. (2010). *Sujeito da Enunciação e Argumentação: Os lugares sociais de onde fala o Locutor*. Relatório de Iniciação Científica. Curitiba: UFPR.
- D’ÁVILA, A. (2010). *Descrição polifônica e argumentação: uma análise do operador além disso*. Relatório de Iniciação Científica. Curitiba: UFPR.

- DUCROT, O. (1981 [1973]). “As escalas argumentativas”. In: *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Trad.: Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, p.178-228.
- _____. (1987 [1984]). “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. Trad.: Eduardo Guimarães. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, p.161-218.
- _____. (1989). “Argumentação e ‘topoi’ argumentativos”. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes.
- _____. (1999 [1993]). “Os Topoi na Teoria da Argumentação na Língua”. In: *Revista Brasileira de Letras*. Trad.: Rosa Attié Figueira. São Carlos: UFSCar, v.1, n.1, p.1-11.
- _____; CAREL, M. (2008). “Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação”. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n.1, p.7-18.
- GUIMARÃES, E. (2007 [1987]). *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, 4ª ed.
- _____. (1995). “Texto e enunciação”. In: *Organon*. Porto Alegre: UFRGS, v.9, n.23, p.63-67.
- _____. (2002). “Enunciação e acontecimento”. In: *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, p.11-31.
- JAKOBSON, R. (1988 [1956]). “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”. In: *Linguística e comunicação*. Trad.: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 13ª ed.
- LE MOS, C. T. G. (1995). “Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v.30, n.4, p.9-28.
- MILNER, J-C. (1989). *Introduction à une Science du Langage*. Paris: Éditions du Seuil.
- ORLANDI, E. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes.
- SAUSSURE, F. (1989 [1916]). *Curso de Linguística Geral*. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix,

VOGT, C. (2009 [1977]). *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ateliê Editorial, Campinas: Unicamp, 2^a ed.

Palavras-chave: argumentação; escalaridade; polifonia; acumulação.

Keywords: argumentation; scalarity; polyphony; accumulation.

Notas

¹ Os exemplos de 1 a 5 foram adaptados de Guimarães (2007, p.96-97).

² O sinal (?) indica o estranhamento do enunciado.

³ Vemos aqui o duplo sentido que o conceito de frase assume em Benveniste, com um aspecto sintático e outro discursivo: trata-se de uma unidade do último nível de análise linguística, mas trata-se também de uma unidade do discurso, “a manifestação da língua na comunicação viva” (BENVENISTE, 1988, p.139).

⁴ ANSCOMBRE, J-C & DUCROT, O. (1976) L’Argumentation dans la Langue, *Language*, 42, p.5-27.

⁵ Segundo Carel & Ducrot, esta definição foi originalmente elaborada em Anscombe & Ducrot, em trabalho cuja referência eles não indicam.

⁶ O trabalho de Cláudia Lemos versa sobre a aquisição de linguagem, mas estas suas considerações dizem respeito ao funcionamento linguístico-discursivo, não exclusivamente ao seu funcionamento na criança.

⁷ SAUSSURE, F. (1916/1987) *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, p.144. “... a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frases, frases complexas).”

⁸ Op. cit. p.146.

⁹ Refiro-me aqui ao sujeito de linguagem, constituído no seu próprio dizer, não ao indivíduo empírico que fala. O sujeito se faz sujeito pela linguagem.

¹⁰ Este conceito de encadeamento argumentativo foi adaptado a partir de uma formulação de Ducrot. Ver, por exemplo, Ducrot, 1999; ver também Campos, 2007.

¹¹ 1984 é a data da primeira publicação do livro que contém este artigo. A edição a ser referida e citada neste trabalho é a de 1987.

¹² Segundo o próprio Ducrot, a figura do autor empírico não interessa a linguística e não será, portanto, tratada aqui.

¹³ Ou seja, a teoria não trabalha com valores de verdade, mas apenas identifica em alguns dizeres a representação desses valores.

¹⁴ Cabe destacar que *regularidade* não é entendida aqui como *homogeneidade*, tampouco como *funcionamento regrado*.

¹⁵ Ver seção 2.

¹⁶ Essas restrições dizem respeito, por exemplo, aos efeitos de sentido promovidos pelo conectivo, cujo aparecimento impõe um certo funcionamento aos espaços abertos na cadeia, fazendo com que os segmentos que preenchem esses espaços funcionem seja como argumentos seja como conclusões, conforme os sentidos do conectivo atualizado na cadeia. No caso do operador *além disso*, essas restrições impõem que os segmentos

articulados funcionem ou bem ambos como argumentos, ou bem ambos como conclusões, mas nunca um como argumento e outro como conclusão. Para além dessa restrição, há outras que cabe mostrar neste artigo, cujo objetivo é justamente fazer essa discussão.

¹⁷ Ver texto completo no anexo.

¹⁸ Ver seção 6.

¹⁹ Verbete *além*: Locuções – *a. disso* ou *do mais* **1** ademais, de mais a mais; **2** também, ademais, outrossim.

²⁰ As questões relativas à teoria dos blocos semânticos não puderam ser apresentadas e discutidas aqui, mas compuseram o trabalho de pesquisa que resultou nas conclusões expostas aqui.

Anexo

A LÍNGUA PRATICADA NAS REDES SOCIAIS *

Carlos Alberto Faraco **

Ouço e leio, sobre a língua praticada nas redes sociais, muitas manifestações cheias de temores e preocupações. É como se a língua estivesse nos seus estertores. Gostaria, então, de lembrar que uma língua, na dinâmica dos usos sociais, se transforma continuamente, passa permanentemente por mudanças, mas uma língua não decai, não apodrece, não perde o viço, não se esgarça. E isso vale para todas as variedades da língua, inclusive para as chamadas variedades cultas.

Tenho bem consciência de que não é fácil aceitar esse fato. É um fato óbvio, amplamente demonstrado pelos estudos científicos da história das línguas. Mas é um fato que vai contra o imaginário de senso comum. Nesse imaginário, parece predominar a figura da língua como uma realidade estática e homogênea. A mudança, o novo, o diferente são, em geral, representados como sinal de decadência, de destruição, de morte. São vistos como um sinal de um perigo apocalíptico a rondar a língua, uma ameaça à sua sobrevivência. Há até aqueles que chegam a afirmar que, se tudo continuar por este caminho, logo estaremos apenas grunhindo.

São, obviamente, falsos temores. Mas esses mecanismos do imaginário que participam dos processos de dar sentido ao mundo são, é claro, muito poderosos. Impedem, não raramente, a observação dos fatos e a argumentação racional. Impedem a percepção de quanto a língua é maleável e plástica, de como os falantes a ajustam e adaptam a

todas as condições objetivas de seu uso. E isso vale tanto para o plano da fala, quanto para o plano da escrita.

Não seria demais lembrar, por exemplo, que, na Idade Média, o suporte para o texto escrito era raro. Para adaptar-se a essa raridade, as pessoas que escreviam costumavam abreviar as palavras para aproveitar ao máximo o espaço de cada pergaminho. Não se pulava linha para começar parágrafo (marcava-se o início de novo parágrafo com um sinal específico).

Se hoje temos de aprender a ler (a decifrar) estes textos, seus contemporâneos os liam sem dificuldade, já que abreviar palavras na escrita era prática corrente entre os letrados.

Da mesma forma, quando a base tecnológica mudou e se desenvolveu a produção de papel, e a imprensa com tipos móveis foi criada e se difundiu, os falantes se viram frente à necessidade de fixar uma ortografia para as suas línguas.

Primeiro, porque havia agora uma relativa abundância de papel e não era mais preciso abreviar para ganhar espaço. Por outro lado, com as novas tecnologias, a circulação de material impresso se ampliou enormemente. Com isso, o escrito não estava mais restrito aos limites do local, aos limites dos escritórios (*scriptoria*) e arquivos deste ou daquele monastério, ou deste ou daquele tabelião, ou desta ou daquela chancelaria. Era preciso fixar uma ortografia para que todos os leitores, num vasto espaço geográfico, pudessem ler os textos.

Da mesma forma, quando se tornou necessário registrar por escrito e com precisão a fala, foram criados sistemas de taquigrafia que permitiram superar a diferença de velocidade que há entre a boca e a mão. Sem uma solução gráfica como a taquigrafia, como teria sido possível registrar os trabalhos dos poderes legislativo e judiciário nas sociedades modernas?

Não é outra a motivação da grafia abreviadíssima que se pratica em muitos espaços da comunicação mediada por computador. A tecnologia nos deu condição de nos comunicarmos por escrito em tempo real. Ora, isso trouxe de volta a necessidade de se lançar mão de recursos de natureza taquigráfica ou quase taquigráfica para vencer os ritmos diferentes da fala e da escrita.

A escrita que se pratica, nestas circunstâncias, não é a mesma escrita que se pratica na comunicação não mediada por computador. Não tem (nem pode ter) as características da escrita tradicional, que se faz à

distância e de maneira assíncrona. E, muitas vezes, para um público indiferenciado.

Ao contrário, a escrita na comunicação mediada por computador se faz sob a pressão do momento e colada à velocidade da fala. Não há, nestas circunstâncias, como não enveredar por soluções gráficas de natureza taquigráfica: abreviar para dizer o muito em pouco tempo. E as soluções que vemos circulando na internet revelam um forte senso fonológico dos seus praticantes, com reduções, em geral, facilmente identificáveis e legíveis.

A grafia abreviada e simplificada que aí se pratica vai destruir a grafia oficial?

Professores e pais, principalmente, costumam manifestar esse temor. Embora eu ache muito difícil ser profeta em matéria de língua, prefiro acreditar e apostar na inteligência humana, que, de fato, não tem dificuldade de operar com a multiplicidade de meios semióticos (somos seres de múltiplas linguagens) e, portanto, não tem dificuldades para perceber que cada tipo de escrita tem seus contextos próprios e suas funções específicas.

Ambas têm suas conveniências e dominá-las amplia e não diminui nossas competências comunicativas. E, se um dia, uma delas for eventualmente descartada, terá sido não porque estamos em irremediável decadência, mas por ter perdido suas funções ou por terem desaparecido as condições objetivas que as justificavam.

Mas a tecnologia dos computadores não afeta só a grafia. Nunca antes tantos escreveram e nunca antes tanto se escreveu. Nós que tivemos a oportunidade de viver os dois tempos (antes e depois do computador) sabemos bem como o ato de escrever era raro antes da comunicação mediada por computador, antes do e-mail, dos blogues, das salas de chats e das incontáveis redes sociais.

A escrita que aí aparece tem a característica de estar muito próxima da conversa presencial. É, digamos assim, uma fala-escrita, um novo composto que se produz neste complexo contínuo das modalidades da língua que vai da conversa face a face informal ao escrito distante, assíncrono e formal.

Essa modalidade de comunicação on-line, de comunicação escrita em tempo real (que a internet permite, estimulou e popularizou) tende a resultar num tipo de escrita com características muito próprias.

Vale aqui lembrar de um texto de Mário de Andrade, escrito em 1940, a propósito da linguagem radiofônica. O rádio se massificava no Brasil e Mário de Andrade percebia, com muita clareza, que o novo recurso tecnológico disponível para a comunicação trazia consigo a constituição de uma nova linguagem. Dizia ele:

“Assim, está nascendo dentro da língua portuguesa, e provavelmente dentro de todas as demais línguas, uma nova linguagem, a linguagem radiofônica. Como a dos engenheiros, como a dos gatunos, como a dos amantes, como a usada pela mãe com o filho que ainda não fala, essa linguagem radiofônica tem suas características próprias determinadas por exigências ecológicas e técnicas”

(reproduzido em Edith Pimentel PINTO – *O português do Brasil*, vol. 2. S. Paulo: EDUSP, 1981, pág. 172)

O mesmo podemos dizer, 70 anos depois, a respeito da linguagem escrita da comunicação mediada por computador. Como se trata de uma fala-escrita, o que aparece não é o texto que, na tradição da cultura letrada, se constituiu tendo como valor o distanciamento da oralidade – o texto com relativa autonomia frente aos modos de ser da língua falada.

Na tradição da escrita, marcas de oralidade no texto são avaliados como um defeito. Ao contrário, na escrita que se pratica nas redes sociais, as marcas da oralidade não constituem um problema porque estamos justamente escrevendo a fala. E isso vale tanto para os aspectos estruturais da composição dos enunciados, quanto para a variedade da língua que aí se utiliza.

Assim, não é difícil surpreender nos textos dos blogs, das salas de chats e das redes sociais a cadência da fala. É o texto que vai acontecendo on-line, que vai se constituindo no processo. Não há tempo para planejamento, para escolhas meditadas e para reescritas. Daí que a progressão temática é fluida (como o é na fala). Igualmente são comuns as digressões, descontinuidades e repetições tão características da fala.

Além disso, a variedade que emerge nesses textos é o português urbano brasileiro falado. Não necessariamente o português culto falado, mas essa variedade em que se interseccionam o português urbano standard falado e o português mais coloquial – essa variedade de meio de campo que é usada correntemente, em situações pouco monitoradas,

pela população urbana brasileira alfabetizada e medianamente letrada e que é audível também na linguagem radiofônica e televisiva.

Assim, são comuns nos textos dos blogues, das salas de chats e nas redes sociais as orações relativas sem a preposição que ainda se faz obrigatória no português standard escrito; são comuns as regências verbais contemporâneas e não as clássicas; as concordâncias verbais da fala, as características do sistema pronominal falado e assim por diante.

Esse tipo de texto está destruindo a escrita tradicional? Esse tipo de texto está alterando a chamada norma culta? Ou pondo a norma culta em risco?

Eu diria que não. A escrita é equivocadamente vista, no imaginário social, como uma prática homogênea. Costuma-se tomar o texto formal, erudito e sofisticado como o prototípico da escrita. Ora, este texto é apenas uma das faces da atividade da escrita. A escrita é uma prática social que se desdobra em inúmeros gêneros e formatos e, portanto, não há problema em se agregar mais alguns gêneros e formatos à sua já ampla heterogeneidade.

Por outro lado, a presença bem saliente das características dessa variedade culto-coloquial (à falta de termo melhor) do português urbano brasileiro contemporâneo talvez venha a ter um reflexo interessante sobre a norma culta escrita. Talvez venhamos a assistir uma efetiva aproximação das normas cultas falada e escrita, dissolvendo em boa parte o velho paradoxo de uma sociedade que fala de um jeito e ainda se sente na obrigação de escrever, em situações mais monitoradas, de outro jeito.

Mas insisto: não quero ser profeta em matéria de língua. E acrescento: mesmo que isso venha a acontecer, ainda assim ninguém estará obrigado a abandonar suas preferências expressivas para adotar novos modos de escrever. Me parece que neste debate específico, precisamos aceitar dois fatos: primeiro, há espaço para conservadores e inovadores. E, segundo, nem a uns, nem a outros assiste o direito de impor suas preferências.

* Versão do texto apresentado na mesa-redonda “A língua praticada nas redes sociais e a construção da identidade”, realizada no dia 14 de agosto de 2010 como parte da programação da 21ª Bienal Internacional do Livro – São Paulo.

** Professor Titular (aposentado) de Português e Linguística da Universidade Federal do Paraná. E-mail: deolhonalingua@ufpr.br

CARACTERIZAÇÃO DAS EXISTENCIAIS COM *SER*: PRESENÇA DE UM CONSTITUINTE COM MARCA INTENSIFICADORA DE GRAU

Elisângela Gonçalves da Silva
UESB

RESUMO: *O objetivo deste estudo é analisar construções com o verbo ser que adquirem leitura existencial no Português Brasileiro Contemporâneo (PBC). É apresentada uma descrição de dados que corrobora o fato de que as existenciais com ser diferem das demais (formadas com os verbos ter e haver) por portarem um caráter avaliativo que é marcado pela presença de elementos intensificadores, como muito(a/s), só, entre outros, e pela intensificação marcada no próprio nome, que é realizado com uma entonação particular para indicar o seu caráter avaliativo. Os dados foram analisados sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972), em termos percentuais (quantitativos).*

ABSTRACT: *The aim of this study is to analyze constructions with the verb “ser” which acquires an existential meaning in Contemporary Brazilian Portuguese (CBP). A description of data is presented in order to confirm the fact that the existential constructions with verb “ser” are different from the others (formed with the verbs “ter” and “haver”) because they have an evaluative feature which is represented by the presence of intensifier elements, as “muito(a/s)”, “só”, among others. They are also represented by the intensification of nouns, which are pronounced with a particular intonation to indicate its evaluative nature. The analysis of data was done from the Variationist Sociolinguistics’ perspective (LABOV, 1972), in percentage (quantitative) terms.*

Introdução

Conforme aponta Mattos e Silva (1995), o verbo *ser* com sentido existencial, que variava com o verbo *haver* desde o latim, foi substituído por este no século XVI. Todavia o uso existencial de *ser*

voltou a ser verificado, segundo Gonçalves (no prelo), primeiramente no século XX (década de 1970), no Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Projeto NURC), em dados de informantes de Salvador e São Paulo, e também em dados do século XXI (ano de 2004) – de informantes de Vitória da Conquista (BA) e Campinas (SP). O *corpus* de Vitória da Conquista foi constituído por pesquisadores do projeto *O fenômeno do duplo sujeito em dados de fala da comunidade linguística de Vitória da Conquista – BA* (Termo Nº 4881/2006, com financiamento interno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). A coleta de dados se deu em conformidade com a metodologia da Sociolinguística Variacionista¹ (LABOV, 1972). O *corpus* de Campinas foi constituído por Cândida Mara Britto Leite, doutora pelo programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp, que também seguiu o modelo variacionista. A ideia de trabalhar com amostras de informantes de Vitória da Conquista se deve ao fato de as análises de introspecção exploradas nesta pesquisa em torno das construções existenciais partirem da própria autora do trabalho, uma falante nascida e criada na referida região. Já as amostras de falantes da região de Campinas decorrem da necessidade de se comprovar que o emprego de *ser* como existencial **não** se restringe à variedade do português falada em Vitória da Conquista.

Conforme afirmado no resumo deste trabalho, as primeiras construções com *ser-existencial* constatadas por Gonçalves (2012) no PBC constam nos dados do Projeto NURC, coletados praticamente na década de 1970 (mais especificamente, em 1969) e, em seguida, nos *corpora* de Vitória da Conquista (BA) e Campinas coletados no ano de 2004. Isso poderá nos permitir verificar se o uso do verbo *ser-existencial* se expandiu ou não em um pouco mais de três décadas.

Das amostras referentes às duas capitais consideradas, foram extraídas 342 sentenças existenciais, sendo 179 ocorrências de Salvador e 163 de São Paulo. Do total, foram identificadas 53 com o verbo *ser*, 129 com *haver* e 160 com *ter*, como é demonstrado nos exemplos em (1)-(3) a seguir, respectivamente. Esses valores estão representados em termos percentuais no Gráfico 1 abaixo.

- (1) a. Eu me lembro que na estação daqui **era** uma confusão muito grande. (m1S²)
 b. [...] já no fim da rua, então, **era** uma casa muito antiga. (m2P)

- (2) a. [...] um local em que **haja** condições do estudante ter a aula. (f2S)
 b. [...] daí até a Penha, era um atalho, onde **havia** cobras, índios... (m2P)
- (3) a. Bom, **tinha** as solenidades de formatura, não é? (m2S)
 b. **Tem** um grande amigo meu que vem aqui... (f3P)

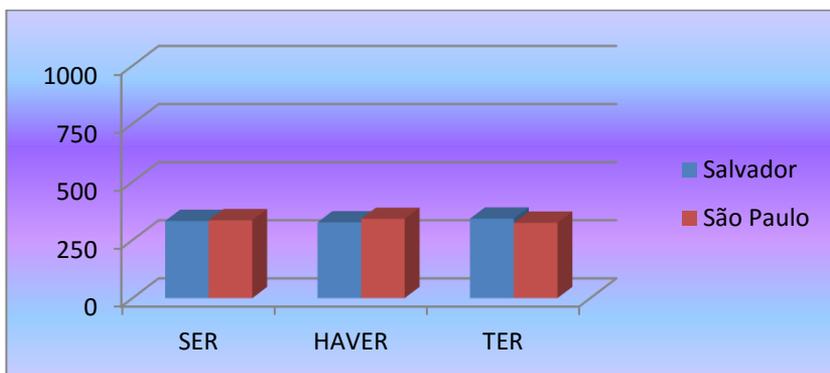


Gráfico 1 – Construções Existenciais com os Verbos *Ser*, *Haver* e *Ter* por Região – Salvador/São Paulo

Das amostras de Vitória da Conquista e Campinas, foram levantadas 753 sentenças existenciais com os verbos *ser*, *estar*, *haver* e *ter*, sendo 57 com o verbo *ser* (conforme exemplo em (4) abaixo), 79 com o verbo *haver* (conforme exemplo em (5)) e 611 com o verbo *ter* (conforme exemplo em (6)), o que está ilustrado no Gráfico 2 a seguir, em que esses números são apresentados em termos percentuais.

- (4) a. Eu morei; eu mudei; lá não tinha nada. **Era MATO. Era MATO.** (f3sC)
 b. Agora lá no Rio de Janeiro **é** uma violência terrível. (f3fV)
 c. **Eram** muito poucas [casas]. (m2mC)
- (5) a. Buscar preencher esse vazio que **há** dentro de si. (f3sV)
 b. Eu não acho que **há** dificuldade. (m2mC)
 c. **Houve** vários assaltos nas casas, porque... (f3sV)

- (6) a. [...] apesar que **tem** cidades legais (f3sC)
 b. Eu fui num show de rap que **teve** aqui e eu senti um medo.
 (m1sV)
 c. Ali **tinha** um alguns coleguinhas que a gente jogava futebol,
 empinava pipa... (m3sC)



Gráfico 2 – Construções Existenciais com os Verbos *Ser*, *Haver* e *Ter* por Região – Campinas/Vitória da Conquista

Não é nenhuma surpresa o fato de *ter* ser o verbo a apresentar maior incidência nas construções existenciais (81,1%), visto este ser o verbo existencial canônico do Português Brasileiro Contemporâneo. O verbo *haver* e *ser*, por sua vez, contam, respectivamente, com 10,5% e 7,6%. Se, à primeira vista, pode parecer inútil estabelecer uma análise em termos quantitativos do emprego desses verbos, dada a supremacia do verbo *ter* em relação às outras formas verbais, consideramos que tal análise pode ser importante, no sentido de nos apontar o traço característico do verbo *ser-existencial*, foco deste trabalho, que distingue seu uso do dos demais verbos.

Ao compararmos os números de ocorrências do NURC com os dos dados do século XXI, concluímos que não houve modificação significativa quanto ao emprego de *ser*, que permaneceu basicamente o mesmo; todavia com relação a *ter*, percebemos uma expansão vultosa em seu uso, que cresceu quatro vezes mais em 35 anos; *haver* também

sofreu mudança considerável, mas no caminho contrário de *ter*, com o seu emprego reduzido de 129 ocorrências para 79. Esses números nos indicam alterações nos padrões de frequência das construções com os verbos existenciais entre os falantes após três décadas, apontando uma atitude linguística mais conservadora dos falantes do NURC em relação aos falantes do século XXI, ao manter o emprego de *haver* e *ter* equiparados, com as duas formas competindo. Esse fator também pode se dever ao fato de todos os falantes do projeto NURC terem nível de instrução superior, o que pode justificar esse emprego significativo do verbo *haver* em sentido de existência. Sobre essa variação entre *ter* e *haver*, Callou & Avelar (2002) mostram que, da década de 70 para a década de 90, as construções existenciais com *ter* tiveram a sua frequência ampliada entre os falantes cultos da cidade do Rio de Janeiro: na década de 70, *ter* era empregado em 64% das construções existenciais, frequência que se amplia para 80% na década de 90 (chegando, segundo os autores, a 98% entre os indivíduos com menos de 35 anos de idade).

Gonçalves (no prelo) objetiva responder se o emprego de *ser-existencial* no PBC corresponderia a uma continuidade do emprego desse verbo no Português Medieval ou se consistiria numa inovação com relação a este. A sua conclusão é de que se trata de uma construção que volta ao sistema do português com traços específicos. A distinção básica entre ambos é o fato de aquele só se realizar em sentenças que contenham um constituinte com avaliação de grau, que pode ser expressa pelo emprego de elementos intensificadores, tais como: quantificadores, como *vários*, *muitos*, *poucos*, *um* (cf. (7)), pronomes demonstrativos (cf. (8)), numerais (cf. (9)), advérbios que indiquem avaliação, apreciação, como *só*, *sempre* (cf. 10)), nomes realizados com uma entonação enfática (cf. (11)).

- (7) a. São **vários** pontos que estão contribuindo pra isso. (f1sV)
b. Sim. Era **uma** fábrica ali – antiga Matarazzo. (m2mC)
- (8) a. Não **tinha** segurança nenhuma e não **era essa** onda de violência. (f1fV)
b. Os meninos de hoje não têm essa vontade, não sabe o que fabricar, fazer uma pipa [...] Hoje **é tudo!** **É** computador, internet, e dentro de shopping, sabe. (m2mC)

- (9) Aqui [Campinas] tem bastante coisas, entendeu. Você vai numa cidade lá fora, a cidade é um ovinho; não tem quase nada. *É uma* ou *duas* escolas, faculdade. (f1mC)
- (10) a. Entrevistador: Nessa época, não tinha ônibus?
 Informante: Não. Não tinha ônibus; não tinha nada. *Era só* o bonde mesmo. (f3mC)
- b. Eu conheço gente alcoólatra também. E *é sempre* algum trauma, alguma coisa. (m1sV)
- (11) Eu morei; eu mudei; lá não tinha nada. *Era MATO. Era MATO.* (f3sC)

No presente trabalho, objetivamos apresentar evidências para a necessidade de um elemento portador de grau na coda das sentenças existenciais com *ser*, estabelecendo um comparativo entre os usos desse verbo e dos verbos *haver* e *ter* no Português Brasileiro Contemporâneo.

Este texto possui a seguinte organização: na Seção 2, apresentamos evidências de que estamos diante do emprego de *ser* em sentido existencial, estabelecendo uma correlação entre as sentenças em que esse verbo ocorre e aquelas formadas com os verbos *ter* e *haver* existenciais. Em 2.1 e em 2.2, respectivamente, apresentamos semelhanças e diferenças entre o emprego do verbo *ser* como *copulativo* e como *existencial*. O fato de o verbo *ser* realizar-se mediante a presença de um constituinte com caráter avaliativo nos leva a crer que este resguarda traços do verbo *ser-copulativo*. Por fim, na Seção 3, apresentamos evidências de que o que distingue o emprego de *ser-existencial* dos de *ter* e *haver* existenciais é o fato de se aplicar àquele a restrição de só ser empregado em sentenças que contam com a presença de um constituinte com valor de grau (caráter avaliativo).

1. Evidências do emprego do verbo *ser* em sentido existencial – equiparação com o uso dos verbos *ter* e *haver*

Uma estratégia encontrada a fim de demonstrar que o verbo *ser* está, de fato, sendo empregado em sentido existencial é a de substituir esse

verbo pelos verbos *ter* e *haver*, sem que ocorra alteração de sentido da sentença, conforme demonstramos nos exemplos abaixo:

- (12) Nesse trecho, ***eram*** muito poucas casas.
 Nesse trecho, ***tinha*** muito poucas casas.
 Nesse trecho, ***havia*** muito poucas casas.
- (13) ***É*** uma molecada na frente daquele bar! (com ênfase sobre o quantificador *uma*)
Tem uma molecada na frente daquele bar!
Há uma molecada na frente daquele bar!
- (14) Entrevistador: Nessa época, não tinha ônibus? Informante:
 Não. Não tinha ônibus; não tinha nada. ***Era*** só o bonde mesmo. (f3mC)
 [...] ***Havia*** só o bonde mesmo.
 [...] ***Tinha*** só o bonde mesmo.

Assim, toda vez em que podemos intercambiar o emprego do verbo *ser* com os dos outros dois verbos, consideramos que estamos diante do emprego existencial desse verbo.

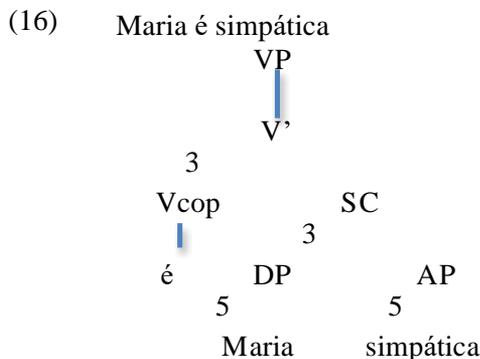
1.1. Semelhanças e diferenças entre *ser-existencial* e *ser-copulativo*

Uma propriedade que caracteriza o que Matos (2003) denomina família das construções inacusativas, nas quais se incluem as copulativas e as existenciais, é o fato de o verbo não possuir força temática de modo a atribuir papel temático ao argumento interno pós-verbal³. Assim, é requerido um elemento capaz de atribuir um papel- θ pleno ao DP que é tomado como complemento do verbo, daí a necessidade do que se convencionou chamar de *coda* existencial (cf. MILSARK, 1974, 1977). Dessa forma, a “força” temática das construções existenciais se origina na categoria que nucleia um constituinte que possa funcionar como o predicado da coda, como podemos notar nas seguintes sentenças:

- (15) a. César é professor de Matemática.
 b. Maria é simpática.

- c. Gerson está de terno.
- d. A universidade fica longe do Centro da cidade.

Acima encontram-se *small clauses*, argumentos selecionados pelo verbo, em que os predicados “professor de matemática”, “simpática”, “de terno” e “longe do Centro da cidade” atribuem papel-temático aos argumentos “César”, “Carla”, “Gerson” e “a universidade”, visto que os verbos copulativos *ser* e *estar* não o podem fazer⁴. Isso é exemplificado em (16) abaixo:



Nesses casos, o verbo não estabelece restrições ao tipo de argumento que ocupa a posição de sujeito. Na verdade, como mostram as seguintes sentenças, é o predicativo do sujeito (o predicador da *Small Clause*) que impõe restrições ao sujeito:

- (17) a. Joana é alta.
 - b. O carro está sem rodas.
 - c. O café está quente.
- (18) a. *O livro é alto.
 - b. *A televisão está sem rodas.
 - c. *O medo está quente.

O mesmo argumento apresentado para as sentenças em (15) acima é válido para as sentenças existenciais:

- (19) a. Tinha um guarda-costas com Tiaguinho.
 b. *Tinha um guarda-costas.
 c. Tinha um guarda-costas de Fernanda Sousa com Tiaguinho.
 d. *Tinha um guarda-costas de Fernanda Sousa.

Se não estiverem contextualmente ancoradas, as construções em (19b) e (19d) acima podem ser consideradas mal formadas, justamente pela falta de um licenciador temático para o DP pós-verbal, ao contrário das ocorrências em (19a) e (19c). Enquanto a sentença em (19a) conta com um predicado para *um guarda-costas* (a sequência *com Tiaguinho*, nucleada pela preposição predicativa *com*), o que lhe garante uma interpretação temática; a construção em (19b) traz um DP que não pode ser licenciado tematicamente, visto que a preposição *de* não dispõe de força semântica suficiente para garantir uma interpretação temática para *um guarda-costas*. Similarmente a (19a), o predicado *com Tiaguinho*, em (19c), licencia tematicamente o DP *um guarda-costas*, mas a estrutura em (19d), por sua vez, é agramatical pelo fato de não haver qualquer elemento capaz de atribuir papel- θ a esse DP.

Outro ponto comum entre as existenciais e as copulativas predicativas formadas com o verbo *ser* é o fato de em ambas estar presente a avaliação do falante. Logo, nas sentenças em (20) a seguir, não estamos diante de um fato incontestável, mas da opinião do falante acerca de Janete e de Maria Rita, respectivamente, os quais são o foco das informações contidas em ambas as construções. Igualmente, o propósito do falante em (21a) não é o de informar que existe material a ser copiado, mas (a) de que os alunos terão que se preparar financeiramente, já que se trata de muito material, ou (b) de que os mesmos terão muito o que estudar em uma dada disciplina, bem como em (21b), seu intuito não é de informar que houve confusão na rua, mas, provavelmente, de ressaltar que a confusão foi de “parar o quarteirão”, digna de aparecer na mídia:

- (20) a. Janete é inteligente.
 b. Maria Rita é uma cantora excepcional.
- (21) a. É muito material da Charlotte para xerocar!
 b. Foi UMA confusão nessa rua ontem! Você não viu?

1.2. Sobre diferenças entre construções existenciais e copulativas com o verbo *ser*

À primeira vista, poderíamos ser levados a considerar que, sempre que sentenças como aquelas em (22a) abaixo admitissem a paráfrase em (22b), estaríamos diante de uma construção copulativa, e não de uma existencial. Dessa perspectiva, as verdadeiras existenciais com *ser* seriam aquelas que não admitissem tal paráfrase.

- (22) a. Lá no Rio de Janeiro, *é uma* violência terrível.
 b. Lá no Rio de Janeiro, *a* violência *é* terrível.

Contudo, levando em conta algumas questões particulares das construções com *ser*, possibilidades de construção de paráfrases como a observada em (22) não serão aqui consideradas como um indício ou evidência para atestar o estatuto de uma construção como copulativa, e não como existencial. Essa afirmação se pauta, sobretudo, nos contrastes envolvidos nas restrições de definitude, ou seja, quando posposto ao verbo, o N *violência* pode ser antecedido por um quantificador indefinido (cf. (23a) a seguir); o mesmo não é observado, todavia, quando o N é preposto ao verbo (cf. (23b)), produzindo-se uma construção copulativa, quando o quantificador indefinido sem interpretação partitiva não é admitido, conforme (24).

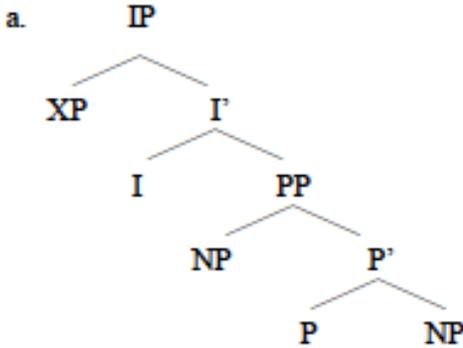
- (23) a. Lá no Rio de Janeiro *é uma* violência terrível.
 b. * Lá no Rio de Janeiro *é a* violência terrível.

- (24) a. Lá no Rio de Janeiro, *a* violência *é* terrível.
 b. * Lá no Rio de Janeiro, *uma* violência *é* terrível.

O contraste observado em (23)-(24) nos leva a considerar que estamos diante de duas instâncias diferentes de *ser*: uma existencial, e outra copulativa. Isso reforça o Paradigma Locativo proposto por Freeze (1992), segundo o qual, sempre que o Tema (argumento interno) for definido, será movido para o início da sentença, obtendo-se, assim, uma sentença locativa (*O livro está sobre a mesa*), ao passo que, se o Tema for indefinido (normalmente com traço [-humano]⁵), logo, movendo-se para a posição de sujeito, o resultado será a derivação de

uma sentença existencial. O ponto relevante aqui tem a ver com o fato de que, no âmbito das construções com *ser*, as restrições de definitude que se impõem ao DP complemento são responsáveis pela alternância entre a interpretação existencial e a interpretação copulativa. O Paradigma Locativo encontra-se representado em (25), com exemplos do russo, conforme Freeze (1992).

(25)



[_{IP}e [_I byla [_{PP}[_{NP}kniga] [_Pna stole]]]]

b. [_{IP} [_{NP}kniga]_i [_I byla [_{PP}t_i[_Pna stole]]]]
 book.NOM.FEM was on table.LOC
 ‘The book was on the table.’

c. [_{IP} [_Pna stole]_i [_I byla [_{PP} [_{NP}kniga] t_i]]]
 on table.LOC was book.NOM
 ‘There was a book on the table.’

d. [_{IP} [_Pu menja]_i [_I [+TNS] [_{PP} [_{NP}sestra] [_P t_i]]]]
 at 1sg.GEN [+LOC] sister-NOM

**2. Caracterização das existenciais formadas com o verbo *ser*:
 Presença de um constituinte com caráter avaliativo (marca intensificadora de grau) no DP da coda existencial**

Conforme temos ressaltado ao longo deste trabalho, há uma característica que distingue as sentenças existenciais com *ser* das que ocorrem com os outros verbos existenciais: naquelas, costuma ocorrer

um constituinte com marca de grau, podendo ser, conforme já demonstrado neste trabalho, quantificadores, pronomes demonstrativos, numerais, advérbios que expressem avaliação, e o próprio nome, com uma entonação enfática. Essa hipótese é evidenciada por meio dos dados analisados, cujos resultados apontados na Tabela 1 a seguir nos mostram que o verbo *ser-existencial* acontece somente em sentenças que contam com a presença de tal constituinte. Nessa Tabela, também podemos verificar quais são os elementos mais requisitados para a “ativação” de uma sentença existencial com o verbo *ser*, isto é, aqueles sobre os quais recai a intensificação. Em primeiro lugar, com 44,3% das construções, encontram-se os *quantificadores*, como *muito(a/s)*, *tanto(a/s)*, *quanto(a/s)*, conforme exemplos em (26) abaixo; em seguida, encontram-se os *nomes*, com 25,5% das ocorrências com *ser-existencial*, como podemos observar na sentença em (27) e os *advérbios* que totalizam 11,3% das mesmas (cf. (28)). Também exemplificamos os casos com *numerais*, com 10,4% (cf. (29)). Os *pronomes indefinidos/demonstrativos* (cf. (30)) e *adjetivos* (cf. (31)) possuem valores percentuais de 4,7% e 3,7%, respectivamente. O que chama atenção na Tabela 1 é o fato de não haver sentenças em que *ser* aconteça sem que ocorra na sentença um constituinte de grau.

- (26) a. [...] na periferia, *é muita* violência. (m3sV)
 b. [oh] veja como está subindo pelas minhas pernas [oh] piolho de galinha [oh] mas *era tanto* que se notava uma mancha preta subindo nas pernas... (m2P)
 c. Nós temos o chefe dos departamentos e vários departamentos não eu não sei *quantos são* no Hospital das Clínicas... (f2S)
- (27) Ah, aí você me apertou, porque essa parte de estrutura de universidade... Lá *são departamentos*, né? (f2S)
- (28) Na de lá já *era menos* (confusão), porque praticamente a gente saltava quase que sozinho. (m1S)

- (29) E as lagoas; quer dizer, *são três* ou *quatro* lagoas; só conheci a Lagoa do Bonfim; agora, tem mais umas duas ou três que não houve tempo de eu conhecer.
- (30) a. Os meninos de hoje não tem essa vontade, não sabe o que é fabricar, fazer uma pipa fazer, um carrinho de rolimã [...] hoje é *tudo*, é computador, internet, e dentro de shopping, sabe. (m2mC)
b. [...] não tinha segurança nenhuma e não *era essa* onda de violência. (f1fV)
- (31) [...] ali é *pura* natureza, né? (m2S)

Presença/ausência de constituinte intensificador	Ocorrências	(%)
Ausência	0	0
Adjetivo	4	3,7
Advérbio	12	11,3
Nome	27	25,5
Numeral	11	10,4
Pronome demonstrativo	5	4,7
Quantificador	47	44,4
TOTAL	106	100

Tabela 1 – Construções existenciais com o verbo *Ser*, de acordo com o constituinte intensificador

Essa restrição não é verificada para os verbos *haver* e *ter*, entretanto, visto que o primeiro apresenta 25,8% de ocorrências com intensificação sobre o DP da coda existencial (cf. (32a)) contra 74,2% de ocorrências sem marca de intensificação (cf. (32b)), e o segundo apresenta, respectivamente, 30,3% de sentenças com intensificação (cf. (33a)) para 69,7% sem intensificação (cf. (33b)).

- (32) a. [...] porque *há muita* invasão de domicílio muita invasão. (m3sV)
b. Bom, *há* termos prefixados [...] (f1sS)

- (33) a. [...] e hoje diz ela que na parte do ventre *só tem* uma ligeira mancha vermelha... (m2sP)
 b. *Tinha* o Cine Carlos Gomes na avenida Campos Sales. (m3sC)

Outro fator que analisamos na realização das construções existenciais com *ser* foi o *Tempo Verbal*, o que nos apontou um fator interessante: a correlação entre as *existenciais com ser* e as *Small Clauses Livres*, (SCLs), construções que apresentam um caráter avaliativo, similarmente às *Small Clauses* opinativas (KATO, 2007) – aquelas cujo predicado traz a expressão de um juízo de valor acerca de algo –, exemplificadas em (34):

- (34) a. Inteligentes esses meninos! (p. 88)
 b. Um grande artista esse seu filho! (p. 91)
 c. Muito bonita a sua casa! (p. 86)
 d. Muito competente esse seu secretário! (p. 86)
 e. Um artista o seu filho! (p. 86)

Conforme Sibaldo (2009, p.69), apesar de nas SCLs “não haver a presença de tempo *morfologicamente*, o tempo entendido subjacentemente é o tempo presente”. Para ele, a despeito de não apresentarem morfologia de tempo na superfície, as SCLs do Português Brasileiro “podem ser parafraseadas com a cópula no tempo presente”, conforme é demonstrado nas construções abaixo:

- (35) a. Lindo o dia!
 “OK O dia está lindo!”
 “* O dia estava lindo!”
 “* O dia estará lindo!”
 b. Bonita a sua roupa!
 “OK A sua roupa está bonita!”
 “*A sua roupa estava bonita!”
 “*A sua roupa estará bonita!” (SIBALDO, 2009, p.69-70)

Sibaldo ressalta que, apesar da ausência de morfologia, o tempo subtendido nas SCLs é o presente, o que pode ser indicado pelo uso de

um advérbio/locução adverbial de tempo, conforme podemos observar nas sentenças seguintes.

- (36) Lindo o dia hoje!
 “OK O dia está lindo hoje!”
 “*O dia estava lindo hoje!”
 “*O dia estará lindo hoje!”

Todavia, é possível que o tempo interpretado em algumas SCLs seja o pretérito.

- (37) Bonita a sua roupa ontem!
 “*A sua roupa está bonita ontem!”
 “OK A sua roupa estava bonita ontem!”
 “*A sua roupa estará bonita ontem!”

Nas *existenciais com ser*, o verbo também se encontra primordialmente no tempo presente, embora possa acontecer no pretérito, como nos mostram as sentenças a seguir:

- (38) a. Aqui interior, *é* mais sempre sossego, né; aqui já *é* muito muito agitação. (m2mC)
 b. [...] e na época em que [...] poderia existir sim, mas *era* poca divulgação. (m2mC)

Todavia, *ser* praticamente não é empregado no tempo futuro (verificamos apenas duas ocorrências em uma mesma sentença proferida por um falante apresentada em (39) abaixo), o que pode ser determinado pela impossibilidade de se avaliar uma situação que ainda está por vir. Na verdade, como podemos observar na Tabela 2 abaixo, os três verbos são empregados sobretudo no presente.

- (39) [...] porque *vai ser* ou um shopping ou um não sei o que vai ser lá. (f3sC)

Tempo Verbal	Ocorrências	(%)
Presente	69	65,1

Pretérito	35	33
Futuro	2	1,9
TOTAL	106	100

Tabela 2 – Construções existenciais com o verbo *Ser*, de acordo com o tempo verbal

Ainda, consideramos na análise dos dados o traço semântico do Tema (argumento interno), se [animado], [inanimado material], [abstrato], [evento]. Assim como o verbo *ter*, o verbo *ser* “transita” bem entre todos os argumentos, como é mostrado na Tabela 3, enquanto *haver*, ao contrário, ocorre primordialmente com argumentos com traços [abstrato] (53%), que corresponde a mais da metade das sentenças, e [evento] – 20,3%, conforme já notado por Callou & Avelar, (2002). Esses traços juntos representam a grande maioria de ocorrências com esse verbo (73,3%).

- (40) a. Evito o bastante de sair, somente quando *é necessidade*. (f2sV)
- b. [oh] o aluno fazia todos os exames finais de maneira que era esse conjunto [...] de modo que era a frequência [oh] *eram os trabalhos apresentados* [...] o resultado de tudo isso dava a nota que o aluno conseguiu obter para passar. (f3sP)
- c. [...] pois e *tem fotografias do Barão Geraldo de Rezende com Bento Quirino...* (m3sC)
- d. Mas *tem um problema com relação aqui a Bahia*, que é de topografia.
- (41) a. Dificuldades ah não sei; eu não penso ... eu não acho que *há dificuldade*. (m2mC)
- b. Bom, *há aquelas reuniões informais e ao acaso*. (f1sS)

VERBO	SER		HAVER		TER		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Traço semântico do Tema							

[animado]	12	11,3	26	12,0	227	29,0	265
[inanimado material]	41	38,7	31	14,3	266	34,0	338
[abstrato]	33	31,1	116	53,4	180	23,0	328
[evento]	20	18,9	44	20,3	109	14,0	172
TOTAL	106		217		782		1105

Tabela 3 – Construções existenciais com os verbos *Ser*, *Haver* e *Ter*, de acordo com o traço semântico do Tema

Conclusão

Acreditamos que, por meio da análise aqui apresentada, fica claro que o verbo *ser-existencial* não acontece em toda sentença existencial, como o faz *ter-existencial*, verbo que, ao longo do tempo, tem ocupado o espaço do verbo *haver* na expressão de existência no Português Brasileiro. Isso porque, na verdade, a intenção do falante não é a de somente informar algo sobre a proposição proferida, mas apresentar a sua *avaliação* em face da proposição por ele enunciada. Por isso, o verbo *ter*, não o verbo *ser*, é utilizado numa sentença como “Tem um celular sobre a mesa. Não é meu.”, em que se percebe claramente a intenção do falante de informar a seu ouvinte a existência de algo.

Referências bibliográficas

- CALLOU, D.; AVELAR, J. O. de. (2002). “Sobre TER e HAVER em Construções Existenciais: Variação e Mudança no Português do Brasil”. In: *Gragoatá*, v. 9, p. 85-100.
- DUARTE, I. (2003). “A família das construções inacusativas”. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, p. 506-548.
- GONÇALVES, E. (2012). *Ser ou não Ser, eis a questão: Construções “Existenciais” com o verbo Ser no Português Brasileiro Contemporâneo*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

_____. *A “reinscrição” de ser entre os verbos existenciais no Português Brasileiro Contemporâneo*. No prelo.

KATO, M. A. (1990) 2007. “Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese”. In: *DELTA*, 23 (Especial): Homenagem a Lucia Lobato, p. 85-111.

MATTOS E SILVA, R. V. (1994a). “Para uma caracterização do período arcaico do português”. In: *DELTA*, v. 10. 247-276.

_____. (1994b). *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.

_____. (1995). “TER ou HAVER em estruturas de posse: variação e mudança no português arcaico”. In: PEREIRA, C. C.; PEREIRA, P. R. D. (Org.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam de Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 288-298.

_____. (1996). “A variação *haver/ter*”. In: _____. (Org.). *A Carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq, p. 181-194.

_____. (1997). “Observações sobre a variação no uso dos verbos “ser”, “estar”, “haver”, “ter” no galego-português ducentista”. In: *Estudos linguísticos e literários*, 19, p. 253-285.

_____. (2002a). “A definição da oposição entre “ser” e “estar” em estruturas atributivas nos meados do século XVI”. In: _____.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA, p. 103-117.

_____. (2002b). “Vitórias de “ter” sobre “haver” nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros”. In: _____.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA, p. 119-142.

SIBALDO, M. A. (2009). *A sintaxe das Small Clauses Livres do Português Brasileiro*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Maceió: Universidade Federal de Alagoas.

Palavras-chave: construções existenciais, português brasileiro contemporâneo, sociolinguística variacionista.

Keywords: contemporary Brazilian Portuguese, existential constructions; variationist sociolinguistics.

Notas

¹ Seguindo a metodologia variacionista, foi selecionado o mesmo número de informantes de diferentes faixas etárias (de 15 a 25 anos, de 26 a 49 anos, de 50 anos em diante), níveis de escolarização (fundamental, médio e superior) e dos gêneros feminino e masculino.

² Esses correspondem aos símbolos utilizados para a identificação dos informantes. Neste caso específico, *m* equivale ao gênero Masculino; *I*, à faixa etária 1 (15-25 anos); *S*, à cidade de Salvador.

³ Uma vez que não conta com um argumento externo a que possa atribuir papel temático, o verbo inacusativo fica impossibilitado de atribuir o Caso acusativo a seu argumento interno, daí a nomenclatura *inacusativo*.

⁴ Alguns autores, como Belletti (1988), assumem que, nas existenciais, o argumento interno recebe Caso partitivo, que consiste num Caso inerente; logo, devendo ser checado juntamente com o papel temático.

⁵ Freeze (1992) ressalta que o Tema indefinido com traço [+humano] gera uma construção possessiva.

O AGENTE E O PACIENTE NA PERSPECTIVA DE PROTÓTIPOS

Mariana Fagundes de Oliveira
UEFS

Resumo: Os papéis temáticos Agente e Paciente constituem o objeto de estudo deste trabalho, cujos objetivos são caracterizá-los e descrevê-los em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas, na perspectiva da Semântica Lexical e numa abordagem representacional ou mentalista. Neste estudo, é apresentada uma classificação para o Agente e para o Paciente, trabalhando com seis propriedades semânticas: desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador. Desta forma, são propostos dois tipos de Agente: Agente prototípico e Agente afetado, e três tipos de Paciente: Paciente prototípico, Paciente experienciador e Paciente agentivo, num continuum que vai do Agente e do Paciente mais prototípicos ao Agente e ao Paciente menos prototípicos; no ponto em que se apresenta, no continuum, o Agente menos prototípico, é quando começa o Paciente prototípico, e, vice-versa, no ponto onde se apresenta o Paciente menos prototípico, que é o Paciente agentivo, é quando começa o Agente mais prototípico.

Abstract: The thematic role of Agent and Patient are the target of this study of whose objectives are characterize in prototypical and non prototypical semantic properties, in the perspective of Lexical Semantic and a representational approach or mentalist. In the study, is presented in one classification for Agent and the Patient, working with six semantic properties: trigger, control, intention, cause, affected and experiencer. In this form, is proposed two types of Agents: prototypical Agent and affected Agent, and three types of Patient: prototypical Patient, experiencer Patient and agentive Patient, in the continuum that goes from Agent and the Patient more prototypical goes to the Agent and the Patient less prototypical. In the point where is presented in the continuum the Agent less prototypical, is when begins the prototypical Patient, and, vice-versa, in the point where it presents the Patient less

prototypical, that is the agentive Patient, and when begins the Agent more prototypical.

1. Breve introdução

Apresentaremos, neste texto, os papéis temáticos Agente e Paciente, propondo uma caracterização dessas noções em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas, com base em dados da língua portuguesa (OLIVEIRA, 2009). Trata-se de um estudo de Semântica Lexical, numa abordagem representacional ou mentalista, trabalhando com o conceito de prototipicidade segundo Rosch (1973).

2. Propriedades semânticas e o conceito de protótipo

A nossa opção é tratar os papéis temáticos Agente e Paciente, na perspectiva da Semântica Lexical, caracterizando-os em propriedades semânticas, trabalhando com uma concepção procedimental ou processual do significado, numa abordagem bastante flexível. Para tanto, nos baseamos em Cançado (2003; 2005b), que, por sua vez, se baseia na proposta de Dowty (1989), com a diferença de que, enquanto para este autor papéis temáticos são propriedades não-discretas, agrupadas em dois macro-papéis, ‘Proto-Agent’ e ‘Proto-Patient’, referentes ao número e à qualidade de propriedades acarretadas que tem cada argumento, classificado como X ou Y, a autora prefere tratar os papéis temáticos como compostos por propriedades discretas.

Para Cançado

O papel temático de um argumento, ou seja, o papel semântico que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir dos acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se (CANÇADO, 2003, p. 99).

Baseia-se Cançado, para definir papel temático, tanto na proposta de Dowty (1989), por decompô-los em propriedades semânticas, como na proposta de Franchi (1997), de composicionalidade, por considerar, na atribuição de papéis temáticos e na sua caracterização em propriedades semânticas, os acarretamentos estabelecidos pelo predicado como um todo.

Cançado (2003, p. 102) propõe, depois de analisar, em um processo empírico, a correlação entre as funções sintáticas e semânticas de orações do Português Brasileiro (PB) nas quais se acham os papéis temáticos mais investigados na bibliografia e analisar os acarretamentos destas orações, quatro propriedades semânticas, que são as seguintes:

- a) Desencadeador: ser o desencadeador de um processo.
- b) Afetado: ser afetado por um processo.
- c) Estativo: ser um objeto estativo.
- d) Controle: ter controle sobre um desencadeamento, processo ou estado.

São essas, segundo a autora, as propriedades semânticas fundamentais para o estabelecimento das regras de projeção da semântica na sintaxe, que é o seu propósito teórico, mas não o nosso; por isso não trataremos estas regras aqui.

Entre as propriedades apresentadas por Cançado, lançaremos mão, neste trabalho, para a caracterização do Agente e do Paciente, das propriedades desencadeador, afetado e controle, deixando de fora, por motivos claros, a propriedade estativo, e apresentaremos ainda outras propriedades semânticas que acabam por fazer parte do Agente e do Paciente, em determinados contextos de frase.

A formalização na descrição semântica que apresentaremos dos papéis temáticos Agente e Paciente no domínio do verbo, trabalhando com seus argumentos e adjunções, é feita, portanto, na perspectiva da Semântica Lexical, baseando-nos em Cançado. Tal formalização passa, numa abordagem representacional ou mentalista, segundo classificação de Chierchia (2003, p. 40-42) – trabalhando com o conceito de prototipicidade segundo Rosch (1973) –, por relações intuitivas; recorreremos, desta forma, não somente a conhecimentos habitualmente chamados linguísticos como também a um conjunto de conhecimentos de ordem lógica, psicológica, sociológica, enfim, numa interpretação que vai além do sistema da língua. Afinal, como afirma Silva (2006, p. 297), o significado linguístico é enciclopédico, intimamente associado ao conhecimento do mundo e, da mesma forma, baseado na experiência e no uso; para o autor “Se o significado é uma conceptualização, então inevitavelmente tem tudo a ver com a experiência humana”. E para Oliveira (1996, p. 345) “uma teoria semântica adequada ao estudo das

línguas naturais tem de recorrer às intuições que constituem o núcleo dos dados empíricos relativamente aos quais a teoria semântica deve ser avaliada”. Ainda consoante a autora,

Ao fazer Semântica lingüística, é fundamental aprender a desenvolver argumentos semânticos e a explorar intuições semânticas de uma forma sistemática. No entanto, como noutras áreas da Lingüística, pode, por vezes, ocorrer alguma diversidade de juízos entre os falantes de uma língua, mas isso não deve fazer esquecer o facto de que esses juízos estão inter-relacionados (CANÇADO, 1996, p. 344).

Segundo Chierchia (2003, p. 40-41), na abordagem representacional ou mentalista, “o significado é essencialmente um modo pelo qual representamos a nós mesmos o conteúdo daquilo que se diz”. E essa ideia pode ser articulada de várias formas, como em termos de imagens mentais. Segundo o autor (2003, p. 41) “a sentenças como *A Mulher Gato come uma ave* corresponde uma pequena cena mental na qual a *Mulher Gato* executa uma certa ação, e assim por diante”. Para Chierchia (2003, p. 41), “é legítimo supor que o significado de uma expressão seja a imagem mental a ela associada”.

Rosch (1973) demonstrou que os falantes tendem a classificar uniformemente, por disporem de protótipos mentais, os exemplares de um certo tipo, com base na sua prototipicidade. É a conhecida teoria dos protótipos de Rosch. Em princípio, por exemplo, nenhum de nós teria dúvida de que um canário é uma ave mais típica do que um pinguim.

O modelo de Rosch – uma maneira de ver os dados que, segundo Kleiber (1990, p. 115-116), constitui incontestavelmente um formidável avanço em Semântica Lexical – concebe os conceitos como estruturados de forma gradual.

Na categorização prototípica, existem graus, enquanto a categorização clássica ou aristotélica permite apenas dois membros, o que está dentro e o que está fora da categoria. As categorias prototípicas são, portanto, flexíveis, podendo acomodar novas categorias, na condição de membros periféricos, a uma categoria protótipo, sem acarretar uma reestruturação fundamental no sistema categorial, assegurando certa estabilidade.

Há, segundo Rosch, um membro típico ou central de uma dada categoria (por exemplo, a categoria AVE) e outros membros menos típicos ou mais periféricos. Como afirma Silva (2006, p. 300), “Uma das conseqüências mais directas da prototipicidade é a própria existência de diferenças de saliência entre os membros de uma categoria”. Assim é que, na categoria AVE, há membros mais centrais ou típicos, como canários, periquitos, papagaios, e outros mais periféricos, como pinguins. Na categoria MAMÍFERO, por exemplo, homens e macacos são elementos mais típicos do que baleias, das quais certas propriedades assemelham-se muito a elementos da categoria PEIXE: vivem na água, têm barbatanas etc. Desta forma, a baleia pode pertencer a duas categorias, mas comumente a associamos à categoria PEIXE, por ela apresentar um maior número de propriedades desta categoria.

Não há dúvida, segundo Chierchia (2003, p. 41), de que “existe um olho da mente”, de que o significado de uma expressão possa ser a imagem mental a ela associada, ainda que, em certos casos, tal associação não esteja clara, e que a imagem mental seja passível de variação. E, segundo Cançado (2005a, p. 93-94), “evidências empíricas sugerem que o significado tem lugar não somente em um nível existente entre o mundo e as palavras, mas também no nível da representação mental.”

Nesta abordagem, nos valeremos também desse ‘olho da mente’, na caracterização, em propriedades semânticas, do Agente e do Paciente, em protótipos e *continuum*, descrevendo as propriedades semânticas que nos parecem mais típicas ou centrais do Agente e do Paciente e as propriedades que lhes são periféricas, num *continuum* que vai do Agente mais prototípico ao Agente menos prototípico, e do Paciente mais prototípico ao Paciente menos prototípico, com propriedades de interseção entre esses papéis temáticos.

Tratamos aqui os papéis temáticos Agente e Paciente como representações mentais, sob uma ótica semântica, como Jackendoff (1990), por exemplo; a sintaxe gerativa, por outro lado, prefere tratar os papéis temáticos numa perspectiva puramente estrutural, não considerando seu conteúdo semântico, tão somente a atribuição dos papéis temáticos aos argumentos.

Antes de passarmos à próxima seção, destacaremos aqui um aspecto: assumimos, neste texto, que, se pode ser verdade, como afirma Chafe

(1979, p. 97), que, na determinação dos papéis temáticos, “A influência semântica do verbo é dominante, estendendo-se sobre os nomes subordinados que o acompanham” – afinal, como afirma Cançado (2003, p. 102), é possível relacionar as propriedades desencadeador, afetado e estativo às três grandes categorias semânticas, ações/causações, processos e estados, e também, por exemplo, é geralmente com verbos de ação/atividade e de processo que ocorrem o Agente e o Paciente –, é verdade que não é o verbo sozinho que determina as relações temáticas na predicação, mas, tanto no que se refere ao argumento externo como no que se refere ao argumento interno, a composição global do predicado ou a expressão predicadora. O predicado como um todo determina não só o papel temático dos constituintes relacionados ao verbo, mas também pode determinar as propriedades semânticas que constituem estes papéis temáticos.

3. O Agente e o Paciente em um *continuum*

As definições apresentadas para o Agente e o Paciente não são muito precisas na bibliografia consultada; de modo geral, as definições aí apresentadas para os papéis temáticos são variáveis e frequentemente intuitivas, o que não é de estranhar-se, tendo em vista a natureza semântica do fenômeno, o que também pode justificar que, no tratamento dessa questão, a componente formal tenha sempre sido mais desenvolvida do que a componente conceitual. Mas, não por serem noções intuitivas, os papéis temáticos deixam de ter importância nas línguas, pois o seu conteúdo semântico restringe e/ou ordena a estrutura sintática das orações.

3.1 O Agente

O Agente prototípico, na nossa análise, caracteriza-se pelas propriedades semânticas desencadeador, controle, intenção e causa. São estas as propriedades que nos parecem típicas do Agente: quando pensamos no Agente, pensamos em alguém (animados de forma geral, João, um cachorro, enfim, seres vivos com poder de ação) que age intencionalmente, numa atividade física, e não em alguém que age sem o propósito ou intenção de agir, nem em inanimados, isto é o que assumimos neste trabalho¹. E, ainda, quando pensamos no Agente, pensamos em alguém que faz alguma coisa, intencionalmente, e de cuja ação resulta algo; daí a noção de causalidade com que trabalhamos aqui,

relação entre uma causa e o seu efeito. Essa é a imagem que associamos ao Agente prototípico: alguém agindo intencionalmente, numa atividade física que causa algum efeito que não recai sobre o próprio Agente.

A propósito da noção de causalidade como parte do Agente, Cançado afirma que

De fato, na atribuição de agentividade, sempre se pode mostrar que um certo evento foi causado pela ação do agente. Observe-se que a noção de causalidade envolvida nessa descrição é a de uma relação que se estabelece entre dois eventos: o que o agente fez e o que resultou de sua ação. Mas nem todo evento que se atribui a um agente pode ser explicado como causado por outro evento (CANÇADO, 1995, p. 103).

É verdade, como afirma Silva (2006, p. 299), que “‘causa’ é um conceito altamente complexo e diferenciado”, concordando com Faria (2003, p. 281-282), de acordo com quem “A noção de causalidade pode referir, quer a relação entre uma causa e o seu efeito, quer a relação entre um agente e o respectivo paciente, quer apenas uma parte da relação causal, nomeadamente o seu efeito ou resultado.” Quando propomos aqui que a propriedade semântica causa compõe o papel temático Agente, estamos trabalhando com uma noção de causalidade que envolve a relação entre uma causa e o seu efeito. E para nós todo Agente, seja mais, seja menos prototípico, apresenta a propriedade causa, e o efeito da ação/atividade pode configurar-se ou não num argumento verbal Paciente; por isso trabalhamos com a noção de causalidade como a relação entre uma causa e seu efeito, não apenas como a relação entre um Agente e seu respectivo Paciente. Ora, quando falamos na relação entre uma causa e seu efeito, o efeito engloba, inclusive, o Paciente, mas não necessariamente coincide com ele.

Parece-nos possível afirmar que, quando há, na oração, Agente, há também geralmente afetamento, ou de outro argumento na predicação ou participante no evento – um argumento verbal ou participante Paciente –, ou do próprio sujeito Agente, configurando-se, nesse caso, reflexividade, ou afetamento de dois participantes ao mesmo tempo: do próprio Agente e de outro participante no evento (havendo reflexividade aqui também); nos casos de reflexividade, configura-se

um Agente menos prototípico, segundo nosso ponto de vista, por tratar-se, como discutiremos mais adiante, de um Agente afetado.

A formalização que propomos do Agente prototípico é a seguinte:

(I) Agente prototípico → [desencadeador, controle, intenção, causa]

Na nossa concepção, como explicaremos melhor adiante, controle e intenção, apesar de terem uma relação estreita, não são a mesma coisa, daí falarmos separadamente em controle e intenção. Desencadeador e causa podem até ser vistos pelo leitor como sendo a mesma propriedade, como propriedades que se sobrepõem (o que consideramos também aceitável); optamos, entretanto, por tratar desencadeador e causa como propriedades semânticas diferentes, com o propósito de destacar, de um lado, que o Agente desencadeia uma ação, dá início a uma ação, e desse desencadeamento resulta um efeito, sendo, portanto, também, de outro lado, aquele que causa um efeito qualquer, pelo desencadeamento de uma ação.

Nas orações abaixo, vem destacado o que analisamos como Agente prototípico:

(1) *João* dobrou o papel.

JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa]

Função sintática: Sujeito

Dobrar: Verbo transitivo de ação/atividade²

Voz verbal: Ativa³

João na oração acima é, na nossa análise, exemplo de Agente prototípico, que desencadeia com controle e intenção uma ação, da qual resulta um efeito, que se configura em um argumento Paciente, *papel*.⁴

Nos exemplos seguintes, o Agente apresenta, somadas às propriedades prototípicas – desencadeador, controle, intenção e causa –, as propriedades semânticas afetado e experienciador, que, na composição desse papel temático, vêm sempre juntas e são as propriedades categóricas do Paciente não-prototípico, como veremos mais à frente, podendo dar-se uma experiência psicológica, cognitiva, perceptiva:

(2) *João* pulou do alto do precipício.

JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]

Função sintática: Sujeito

Pular: Verbo intransitivo de ação/atividade

Voz verbal: Ativa

(3) *Maria* analisou demoradamente o projeto.

MARIA: Agente → [desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador]

Função sintática: Sujeito

Analisar: Verbo transitivo de ação/atividade

Voz verbal: Ativa

João em (2) é um exemplo clássico do que afirma Klaiman (1988, p. 127) sobre a possibilidade de, em algumas línguas, um argumento ou participante ser considerado afetado, em razão de executar certas ações⁵. *João* em (2) e *Maria* em (3) são, na nossa concepção, desencadeadores com controle da ação descrita e também afetados por ela, mudando de estado físico e de estado psicológico.

Classificamos os argumentos destacados em (2) e (3) como Agentes afetados, sabendo que todo Agente afetado é também experienciador, porque, de acordo com o que assumimos aqui, todo Agente é animado, e todo participante animado que é afetado é também experienciador, como formalizaremos adiante.

O Agente em (2) e (3) trata-se de um Agente afetado, porque não podemos dizer que *João* e *Maria* aí tenham três papéis temáticos, Agente, Paciente e Experienciador, o que violaria o Critério Temático, segundo o qual, de acordo com Mioto *et al* (2005, p. 140), “(i) cada argumento tem que receber um e um só papel θ ; (ii) cada papel θ tem que ser atribuído a um e um só argumento”.

Seria possível, nessa abordagem flexível dos papéis temáticos, chamar também aos argumentos destacados em (2) e (3) de Experienciadores agentivos, por serem Agentes de atividades mentais, naturalmente sofrendo, ao mesmo tempo, mudança de estado psicológico, pelo que podemos dizer que todo Agente de atividades mentais é um Agente afetado; mas nem todo Agente afetado é um Agente de atividades mentais, podendo ser também um Agente de

atividades físicas. Outro autor, com outros objetivos que não os nossos, poderá preferir falar, o que é perfeitamente possível, em Experienciador agentivo a falar em Agente afetado.

Os Agentes de atividades mentais, como em (3), são, no nosso ponto de vista, Agentes ainda menos prototípicos do que os Agentes de atividades físicas, como em (2), já que assumimos que Agentes de atividades físicas são mais prototípicos do que Agentes de atividades mentais.

O afetamento do Agente em (3) é menos prototípico do que o afetamento do Agente em (2), porque, como veremos na próxima seção, o afetamento de natureza psicológica, no nosso modo de ver, é menos prototípico do que o afetamento de natureza física.

A propriedade afetado, presente nos argumentos Agentes em destaque nas orações de (2) e (3), é a única propriedade da qual se constitui o Paciente prototípico; aí no ponto onde se localiza, no *continuum*, esta propriedade, a agentividade vai dando lugar ao afetamento. Preferimos dizer afetamento a dizer passividade, em primeiro lugar porque a propriedade essencial do Paciente é afetado e, em segundo lugar, porque comumente se associa o termo passividade à voz verbal passiva, e o Paciente extrapola a voz passiva.

Os exemplos (2) e (3), de Agentes afetados – desencadeadores com controle da ação e afetados por ela – demonstram que é possível haver reflexividade sem configurar-se voz reflexiva. Ou seja, da mesma forma que a passividade, como ressaltamos acima, extrapola a voz passiva, também a reflexividade extrapola a voz reflexiva. Trata-se da autonomia entre a sintaxe e a semântica.

Todos os exemplos de Agente apresentados até aqui têm, na sua composição, a propriedade intenção, associada à propriedade controle. É pouco comum o Agente apresentar a propriedade controle e não apresentar a propriedade intenção; pouco comum, não impossível. Portanto, se podemos dizer que intenção implica controle, não é verdadeiro dizer, por outro lado, que controle implica intenção. Vejamos as orações abaixo:

(4) *João* quebrou o vaso original, achando que era o falso.

JOÃO: Agente → [desencadeador, controle, causa, afetado, experienciador]

Função sintática: Sujeito

Quebrar: Verbo transitivo de ação/atividade
Voz verbal: Ativa

João, em (4), tem controle da ação, mas não intenção; a expressão predicadora, usando a denominação de Franchi (1997), *quebrar o vaso original, achando que era o falso*, leva-nos a analisar *João* como um Agente sem intencionalidade.

O Agente, no nosso modo de ver a questão, pode não ter, ocasionalmente, intencionalidade, mas tem que ter controle da ação/atividade. Se é verdade, como afirma Silva (2006, p. 298), que “a pertença a uma categoria não requer a verificação de todas as propriedades esperadas, donde os seus membros não precisarem de partilhar um conjunto de propriedades comuns”, assumimos aqui também como verdade que, para um argumento pertencer à categoria Agente, não pode prescindir das propriedades desencadeador, controle e causa. E propomos, então, a seguinte formalização (os parênteses significam ‘propriedade facultativa’):

(II) Agente → [desencadeador, controle, (intenção), causa, (afetado), (experienciador)]

São essas, portanto, as propriedades semânticas que propomos para a caracterização do Agente: desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador. As quatro primeiras são propriedades prototípicas do Agente, sendo as duas primeiras e a quarta propriedades essenciais do Agente, e a quinta e a sexta propriedades são propriedades não-prototípicas do Agente.

A seguir, apresentamos um *continuum* de propriedades na caracterização do Agente, constantes nele as propriedades mais e menos prototípicas desse papel temático:

(III) AGENTE

→

Desencadeador, controle, intenção, causa, afetado, experienciador

.....(+).(-).....

Agente prototípico

Agente afetado

3.2 O Paciente

É somente uma a propriedade semântica que nos parece essencial do Paciente: a propriedade afetado, que, segundo Cançado (2005, p. 34), implica sempre mudança de um estado A para um estado B, podendo, segundo a autora, ser mudança de estado físico, mudança de estado de vida, mudança de estado psicológico, mudança de posses, mudança de lugares, mudanças em geral. Trabalhamos aqui com um conceito mais restritivo de afetamento: para nós a propriedade afetado pode abarcar apenas dois tipos de mudança: mudança de estado físico (que inclui mudança de estado de vida), de natureza concreta, e mudança de estado psicológico, de natureza abstrata.

Quando pensamos na noção de Paciente, pensamos em algo, em um inanimado, que sofre mudança de estado físico, mudança de natureza concreta, ou que resulta de uma ação/atividade ou de um processo, sofrendo também mudança de estado físico, como uma casa, que é construída, resultando de uma ação/atividade, ou um milho, que vai crescendo, por exemplo, resultando de um processo. Essa é a imagem que fazemos do Paciente prototípico: algo, um inanimado, inativo, passivo, que muda de estado físico ou resulta de uma ação/atividade ou de um processo.

Eis a formalização que propomos para o Paciente prototípico:

(IV) Paciente prototípico → [afetado]

O Paciente prototípico parece ter seu lugar sobretudo em orações transitivas prototípicas, havendo um sujeito Agente intencional e um objeto direto Paciente:

(5) *Maria varreu o chão.*

CHÃO: Paciente → [afetado]

Função sintática: Objeto direto

Varrer: Verbo transitivo de ação/atividade

Voz verbal: Ativa

Em (5), destacamos um argumento inanimado, concreto, que é afetado pela ação/atividade de um Agente intencional – numa oração transitiva prototípica –, mudando de estado físico.

(6) *O milho cresceu.*

MILHO: Paciente → [afetado]
 Função sintática: Sujeito
Crescer: Verbo intransitivo de processo
 Voz verbal: Ativa

Em (6), o Paciente, inanimado, resulta de um processo, também mudando de estado físico, de um instante a outro. O Paciente, seja inanimado ou animado, quando resulta de um processo, geralmente configura-se sintaticamente como sujeito.

No exemplo seguinte, temos um paciente animado, sujeito, resultante de um processo:

(7) Maria nasceu ontem.
 MARIA: Paciente → [afetado, experienciador]
 Função sintática: Sujeito
Nascer: Verbo intransitivo de processo
 Voz verbal: Ativa

Trata-se aí de um Paciente não-prototípico, por ser animado, apresentando a propriedade experienciador, como em (8):

(8) João felizmente sarou.
 JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador]
 Função sintática: Sujeito
Sarar: Verbo intransitivo de processo
 Voz verbal: Ativa

Parece-nos possível dizer que todo Paciente animado é sempre experienciador, enquanto os Pacientes inanimados, que consideramos prototípicos, não o são; estes sofrem sempre e apenas afetamento físico, de natureza concreta, não de natureza psicológica, abstrata, como aquele. Vamos propor, então, a seguinte formalização:

(V) Paciente animado → [afetado, experienciador]

Ou seja:

(VI) Paciente animado = Paciente não-prototípico

O Paciente animado nem sempre sofre mudança de estado psicológico e de estado físico ao mesmo tempo, como em (7) e (8). É possível que o afetamento seja apenas de natureza psicológica, como em (9), configurando-se um Paciente ainda menos prototípico, na nossa concepção:

(9) O anúncio de greve na empresa preocupou *João*.

JOÃO: Paciente → [afetado, experienciador]

Função sintática: Objeto direto

Preocupar: Verbo transitivo de processo

Voz verbal: Ativa

Chamamos aos argumentos destacados em (7), (8) e (9) de Pacientes experienciadores; poderíamos chamá-los ainda – mas não é a nossa opção – de Experienciadores afetados. Como afirma Cançado,

O Experienciador é compatível com os traços de Paciente (...) e também compatível com traços de Agente (...) No sentido estrito do termo, “Experienciador”, portanto, é uma etiqueta que recobre diferentes papéis temáticos, reunidos por terem um traço comum (CANÇADO, 1995, p. 114-115).

Esse tratamento dos papéis temáticos em propriedades semânticas favorece uma maior flexibilidade na atribuição de papéis temáticos, o que consideramos mais realista e também vantajoso para a descrição.

As propriedades desencadeador, controle, intenção e causa podem, ocasionalmente, fazer parte do Paciente, um Paciente agentivo, o tipo de Paciente que consideramos o menos prototípico de todos, como nas orações que seguem:

(10) *Maria* recebeu o anel de João.

MARIA: Paciente → [afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa]

Função sintática: Sujeito

Receber: Verbo transitivo de processo

Voz verbal: Ativa

(11) O professor correu *o garoto atrevido* para fora da sala.

GAROTO: Paciente → [afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa]

Função sintática: Objeto direto

Correr: Verbo intransitivo de ação/atividade

Voz verbal: Ativa

Os Pacientes agentivos ocorrem normalmente com verbos do tipo *dar* ou *receber*, que selecionam um argumento ‘destinatário’, como em (10).

Orações como (11) são, segundo Cançado (2005b, p. 30), comuns no português coloquial brasileiro. Ela dá outros exemplos: “A mãe casou a filha bem”, “O pai estudou todos os filhos até a faculdade”.

Em resumo, são essas as propriedades semânticas que propomos para a caracterização do Paciente: afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção e causa, sendo que a primeira delas é a propriedade essencial do Paciente, e a segunda, em se tratando de Paciente animado, está sempre associada à propriedade afetado, como achamos ser verdadeiro. As quatro últimas propriedades aí listadas só participam ocasionalmente da composição do Paciente.

Apresentamos, abaixo, um *continuum* de propriedades na caracterização do Paciente, que vai das propriedades mais prototípicas, à esquerda, às propriedades menos prototípicas, à direita:

(VII) PACIENTE

→

Afetado, experienciador, desencadeador, controle, intenção, causa

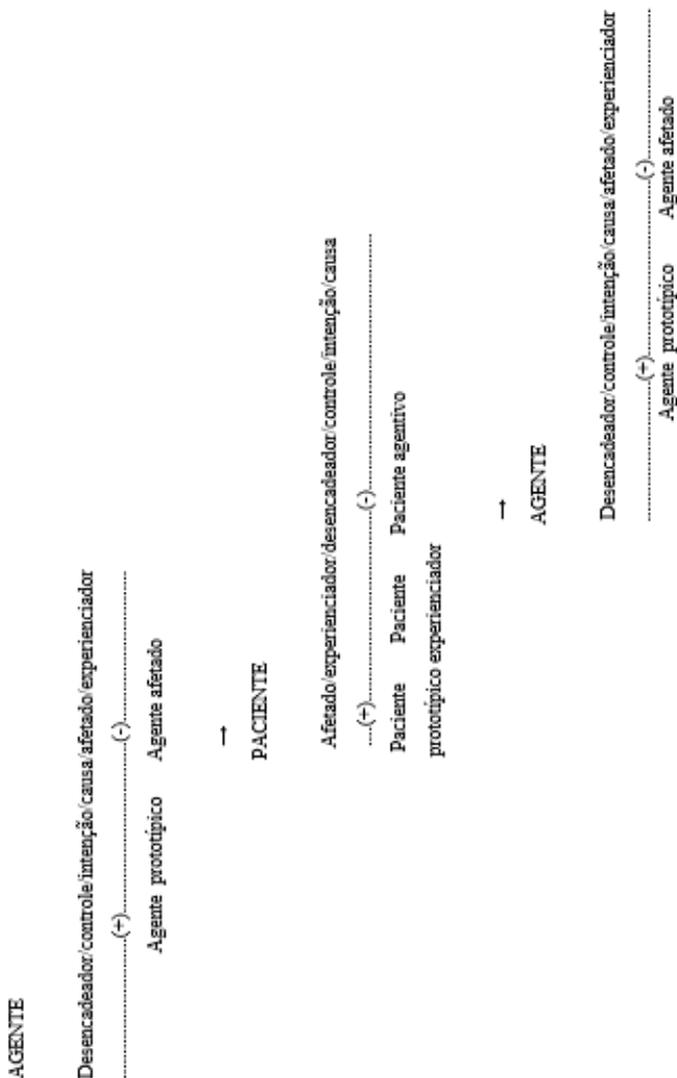
.....(+). (-).....

Paciente Paciente Paciente agentivo

prototípico experienciador

4 Resumindo para concluir

Apresentamos, a seguir, em conjunto, o *continuum* de propriedades semânticas caracterizadoras do Agente e o *continuum* de propriedades semânticas caracterizadoras do Paciente, para concluirmos esta exposição:



Esquema 1: *Continuum* de propriedades semânticas do Agente e do Paciente.

Está aí, portanto, a nossa proposta, com base em dados da língua portuguesa, para a caracterização dos papéis temáticos Agente e Paciente em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas.

Visualizando, em conjunto, o *continuum* de propriedades semânticas do Agente e o *continuum* de propriedades semânticas do Paciente, notamos que as noções de Agente e Paciente não são inteiramente opostas nem distantes; pelo contrário, todas as propriedades propostas para a caracterização do Agente são também propriedades para a caracterização do Paciente, com a diferença de que as propriedades mais prototípicas do Agente – desencadeador, controle, intenção e causa –, sendo desencadeador, controle e causa as suas propriedades essenciais, são as menos prototípicas do Paciente, e a propriedade essencial do Paciente, que é a propriedade afetado, sendo o Paciente prototípico um inanimado, é a menos prototípica do Agente, ao lado da propriedade experienciador, que é também propriedade não-prototípica do Paciente, categórica, no nosso ponto de vista, do Paciente animado, que pode ser de dois tipos: Paciente experienciador e Paciente agentivo. Desta forma, o afetamento – relativo à propriedade afetado e experienciador, entendendo que o afetamento pode abarcar dois tipos de mudança, mudança de estado físico e mudança de estado psicológico – pode fazer parte, em eventos de ação/atividade ou de processo, do Agente, o Agente afetado, que é menos prototípico, sobretudo o que sofre, além de afetamento psicológico, afetamento de natureza física, e a agentividade – o que chamamos ao conjunto das quatro propriedades prototípicas do Agente: desencadeador, controle, intenção e causa – pode fazer parte do Paciente, o Paciente agentivo, o menos prototípico de todos, em eventos de processo, mas também em eventos de ação/atividade.

Referências bibliográficas

CANÇADO, M. (1995). *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

_____. (2003). Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeraldo; FOLTRAN, M. J. (Org.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto. p. 95-124

_____. (2005a) *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- _____. (2005b). Posições argumentais e propriedades semânticas. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. 1, p. 23-56.
- CHAFE, W. (1979). *Significado e estrutura lingüística*. Trad.: Maria Helena de Moura Neves, Odete Gertrudes, Luiza Campos, Sônia Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- CHIERCHIA, G. (2003). *Semântica*. Trad.: Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas/Londrina: UNICAMP/Eduel.
- DOWTY, D. (1989). On the semantic content of the notion of Thematic Role. In: Chierchia, Partee e Turner (Org.). *Properties, types and meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, 2: Semantic Issues. Daordrecht: Kluver. p. 69-129.
- FARIA, I. H. (2003). A propósito de causalidade. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Org.). *Razões e emoções: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. v. 1. Lisboa: IN-CM. p. 279-290.
- FRANCHI, C. (1997). Predicação. In: CANÇADO, M. (Org.). Predicação, relações semânticas e papéis temáticos: Anotações de Carlos Franchi. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2. p. 17-81.
- GRUBER, J. (1965). *Studies in lexical relations*. Tese de Doutorado. Cambridge: MIT Press.
- JACKENDOFF, R. (1990). *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press.
- KLAIMAN, M. (1988). Affectiveness and control: a typological study of voice systems. In: SHIBATANI, M. (Ed.). *Passive and voice* [Typological studies in language], v. 16. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamin. p. 123-135.
- KLEIBER, G. (2005). *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*. Paris: Puf, 1990.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. (2005). *Novo manual de sintaxe*. 2 ed. Florianópolis: Insular.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, F. (1996). Semântica. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, Inês; GOUVEIA, C. (Org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. 2 ed. Lisboa: Caminho. p. 333-379.
- OLIVEIRA, M. F. de (2009). *O Agente e o Paciente em língua portuguesa: caracterização em propriedades semânticas e estudo diacrônico*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA.

PONTES, E. (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo/Brasília: Ática/Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.

RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da gramática. A Faculdade da linguagem*. 2 ed. Lisboa: Caminho.

ROSCH, E. (1973). Natural categories. *Cognitive Psychology*, v. 4. p. 328-359.

SILVA, A. S. da (2006). *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina.

Palavras-chave: Agente e Paciente, Semântica Lexical, Protótipos.

Keywords: Agent and Patient, Lexical Semantic, Prototypes.

Notas

¹ De acordo com Pontes (1986, p. 237), “Agente pode, para certos falantes, ser um inanimado, desde que cause um efeito em um objeto, por sua ação”.

² Adotamos aqui a classificação semântica dos verbos proposta por Neves (2000).

³ A voz verbal, neste trabalho, é classificada segundo a Gramática Tradicional (GT); fazemos, entretanto, diferença no caso de verbos com *se*, entre voz reflexiva e voz média (dinâmica) e classificamos orações com verbo de ligação ou copulativo como orações de voz adjetival. Optamos por classificar, por exemplo, uma oração como “João perdeu todo o ódio” ou como “Maria engordou alguma coisa” como oração na voz ativa, conforme classificação da GT, para mostrar que, mesmo na chamada voz ativa, há sujeito Paciente, haja vista que *perder* e *engordar* são verbos de processo.

⁴ Para Pontes (1986, p. 237) o Agente, em orações ativas transitivas como (1), *João dobrou o papel*, é mais Agente do que o Agente em orações ativas intransitivas, em *João correu*.

⁵ Para Jackendoff (1972), que retoma a proposta de Gruber (1965), propondo um esquema conceitual abstrato, cuja principal função é a de Tema, classificando os verbos semanticamente em dois grupos, verbos de deslocação ou movimento – que implicam a existência de um Tema, de uma Fonte e de um Alvo – e verbos de localização ou estativos – que implicam a existência de um Tema e de um Lugar –, classificação que não adotamos neste trabalho, *João*, num exemplo como (2), assume dois papéis temáticos: Agente, por ser responsável pela ação descrita, e Tema, por mudar de estado; mas essa análise de Jackendoff viola o Critério Temático.

PARA ALÉM DA FIGURA DA MÃE: REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA MATERNA¹

José Edicarlos de Aquino *

Resumo: *Este artigo examina um termo canônico nas indagações sobre a linguagem, a expressão língua materna. Nosso objetivo é questionar as evidências formadas em torno da expressão, empregada largamente sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Para tanto, trazemos para a discussão (a) os problemas envolvidos na crença de uma língua da mulher, (b) o tratamento da língua materna nas ciências da linguagem, (c) a confusão entre os sentidos de língua materna e de língua nacional e (d) o surgimento da expressão no ocidente medieval. Procuramos demonstrar que, em vez de responder pura e simplesmente à figura da mulher, a expressão língua materna corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história.*

Abstract: *This article examines a canonical term in language studies, the term mother tongue. Our aim is to question the evidence formed around the expression, largely used without explanation, as if its meaning were obvious. For that purpose, we will discuss (a) problems involved in the belief of a women's language, (b) the treatment of mother tongue in language sciences, (c) the confusion between the senses of mother tongue and national language and (d) the emergence of the term in the medieval Western world. We aim to show that, opposed to answering pure and simply to a womanly feature, the expression mother tongue corresponds primarily to certain sociopolitical configurations in history.*

Introdução

Quando aborda o tema da formação das nações e do nacionalismo, Walter Bagehot, segundo o relato de Eric Hobsbawm (2008, p.11), teria observado que a nação é algo que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”. Podemos admitir que com a língua materna se passa exatamente o

contrário, isto é, qualquer um pode defini-la rapidamente: língua materna é a língua que se *aprende* com a *mãe*, a *primeira* que se fala, a que se fala na *terra* onde se *nasce*. No domínio dos estudos da linguagem, como lembra Giulio Lepschy (2001), a língua materna é frequentemente associada a um *falante nativo* nos moldes de uma definição simétrica e convergente: o falante nativo é aquele que fala uma língua materna, sendo essa, por sua vez, a língua de um falante nativo. Para questionar essas evidências em torno da noção de língua materna, procurando mostrar que ela não é um tema sem controvérsias, discutimos neste artigo os problemas teóricos em torno da crença em uma língua da mulher, o tratamento da língua materna nas ciências da linguagem, a confusão entre o sentidos de língua materna e de língua nacional e o aparecimento da expressão língua materna no ocidente medieval.

1. A crença em uma língua da mulher

Tratemos de início de um problema aparentemente pacífico, qual seja, o nome da língua: a língua é dita materna por ser a língua da mãe? Esse problema é aparentemente pacífico porque a afirmação de que a língua materna é a língua da mãe pressupõe a existência de uma língua própria da mulher. E essa já não é uma questão assim tão pacífica. Pelo contrário, a crença em uma língua da mulher é um problema teórico carregado de contradições.

Muitos trabalhos se apoiam na crença de uma língua da mulher – e na crença maior ainda na língua do homem –, mesmo quando acreditam negar a possibilidade de uma linguagem feminina por assim dizer. É o caso da crítica que a sociolinguista Marina Yaguello (1992) faz aos estudos de Antropologia no que diz respeito à crença em uma prática languageira especificamente feminina. Os estudos antropológicos resenhados pela autora localizam na língua um lugar de segregação sexual. Assim, ao evocar a relação entre língua e sexo nas chamadas “sociedades primitivas”, o sociólogo americano Paul Furfey (*Men’s and Women’s Languages*, 1944) argumenta que a língua dos homens pode ser um instrumento de dominação sobre as mulheres. O tabu linguístico funcionaria como uma garantia da manutenção da ordem social nessas sociedades. Para sustentar essa tese, Malinowski (*La Vie sexuelle des sauvages du Nord-Ouest de la Mélanésie*, 1929) afirma que, entre os índios das Ilhas Trombiand, a mulher não deve proferir

nem conhecer as fórmulas de encantamento proferidas pelos homens, sob o risco de torná-las inoperantes ou nefastas. Já Capell (*Studies in Socio-linguistics*, 1966) observa que, no povo Kamilaroi, na Austrália, a língua mística é falada exclusivamente pelos homens nas cerimônias de iniciação. Jespersen (*Language, its Nature, Origin and Development*, 1992), Kraus (*Die Frauensprache bei den primitiven Völkern*, 1924) e Reik (*Men and Women Speak Different Languages*, 1954), por seu turno, fazem referência a sociedades nas quais as mulheres são proibidas de pronunciar o nome do marido ou de membros do seu clã, como os Zulus, para quem os nomes dos membros machos da família do marido seriam tabus para uma mulher.

São comuns as pesquisas que procuram estabelecer diferenças estruturais entre uma língua do homem e de uma língua da mulher. Entre os pesquisadores apresentados por Yaguello que vislumbram uma prática languageira feminina na análise do léxico, da fonética, da morfologia e da sintaxe das línguas, Flannery (*Men's and Women's Languages*, 1946) aponta diferenças fonéticas entre a fala dos homens e a das mulheres entre os índios Gros-Ventre de Montana: o /k/, por exemplo, é palatalizado na pronúncia dos homens. Bogoras (*Chukchee*, 1911) assinala diferenças da mesma ordem em chukchee, língua de uma tribo mongol da Sibéria: as mulheres pronunciariam [ts] para [tʃ] e [tsts] para [tʃʃ]. De acordo com Furfey (*Men's and Women's Languages*, 1944), a língua chiquito, falada na Bolívia, comporta uma distinção de gênero: na fala masculina, todos os nomes que designam deuses, demônios e homens são do gênero masculino, já os que designam mulheres, animais inferiores e conceitos não sagrados são do feminino. Haas (*Men's and Women's Speech in Koasati*, 1944), por sua vez, explica que o pronome pessoal da primeira pessoa é diferente em tailandês: um homem dirá *phǒm*; uma mulher, *dicham*.

Após discutir os trabalhos relatados, Yaguello sentencia que a abordagem correta do problema é aquela que toma a variação:

Na medida em que se pode pôr em evidência, em uma dada sociedade, diferenças linguísticas claramente modificadas entre locutores homens e mulheres, seria legítimo pôr as variantes sobre o mesmo plano. Seria ao mesmo tempo reconhecer a existência de subculturas não hierarquizadas. Um rápido giro pela pesquisa nesse domínio mostra que, até aproximadamente

1930, fala-se apenas de *línguas de mulheres*. Em seguida, observa-se uma evolução da noção da língua da mulher como desviante para a noção de línguas de homens e mulheres como variantes sociais. Essa é uma modificação sobre o plano científico (a única abordagem correta) e sobre o plano ideológico ao mesmo tempo. Podemos observar que, entre os autores recentes que continuam a falar de *línguas das mulheres*, encontram-se sobretudo homens.^{3 4} (1992, p.23)

No tratamento da variação linguística segundo os preceitos da Sociolinguística, Louis-Jean Calvet (2002, p.114), teórico citado com frequência pela autora, põe lado a lado as variáveis linguísticas, “todas as que a análise permite descobrir”, e as variáveis sociais, “todas as que uma teoria sociológica permite isolar”, estabelecendo variações em três eixos para a língua: variações diacrônicas (correlatas às faixas etárias), variações diatópicas (correlatas aos lugares) e variações diastráticas (correlatas aos grupos sociais). A pertinência dessas variações estaria no fato de definirem grupos, ou seja, elas “não são apenas linguísticas, elas têm ao mesmo tempo uma pertinência social e participam de uma certa ‘cultura’”. Nas variações diastráticas, encontra-se o sexo. Ao defender a abordagem do problema por meio da variação, Yaguello acredita negar uma língua da mulher. No entanto, quando se coloca o sexo entre as variantes diastráticas, a operação que se realiza é justamente dividir as formas linguísticas segundo o critério sexual, tornando possível falar de uma variedade da mulher e de uma variedade do homem. Dessa maneira, passar a olhar a variação não desautoriza a defesa de uma língua de mulher e de homem. Nesse sentido, Yaguello, para quem, dadas as bases científicas para uma nova abordagem do problema, continuar afirmando velhas doutrinas constitui um gesto de sexismo, acaba por confirmar os mesmos trabalhos antropológicos que procura desautorizar, trabalhos que parecem considerar o tabu linguístico como algo que emana natural e diretamente da língua, dando, assim, como resultado interpretações segundo as crenças das quais partiram, quer dizer, há uma língua do homem e há uma língua da mulher. No que toca a nossa discussão, um efeito possível desse quadro é a naturalização dos sentidos de língua materna como a língua da mãe.

2. O tratamento da língua materna nas ciências da linguagem

O tratamento da língua materna nas ciências da linguagem é outra questão plena de contradições. Um aspecto a ser observado é que a língua materna é frequentemente tomada pelos estudiosos da linguagem como algo que já se sabe por antecipação. Com efeito, diferentemente das divergências teóricas em torno da definição de vocábulos como “língua”, apenas para ficar nesse exemplo, a heterogeneidade em torno dos conceitos básicos que sustentam a Linguística não parece se aplicar à expressão *língua materna*, muitas vezes usada sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Na verdade, embora a língua materna seja um termo canônico nas indagações sobre linguagem, os sentidos de língua materna flagrados nessas indagações não estão muito distantes do lugar comum. Basta folhear, por exemplo, a obra *Conversas com linguistas* (2003), que reúne entrevistas feitas com dezoito linguistas brasileiros, para encontrar a língua materna definida como a língua que se herda no berço materno, a primeira língua, a língua natural, a língua local, a língua nativa, a língua oral, a língua que se contrapõe à língua estrangeira, como podemos ver pelos trechos que trazemos abaixo:

A partir daquilo que você pesquisa, daquilo que você estuda, você pode contribuir para uma melhor compreensão de problemas da sociedade. Problemas que dizem respeito, por exemplo, ao preconceito linguístico, problemas relativos à aquisição da língua materna, problemas pedagógicos, associados ao ensino e à aprendizagem da língua materna, dentro outros. (2003, p.19)

Talvez todas as outras linguagens se desenvolvam a partir da experiência que a gente tem com uma língua básica, uma língua materna: a primeira língua que a gente aprende, seja ela oral, seja ela de sinais. E as outras se constroem em cima desse modelo. A gente está cercado de linguagens outras, artificiais. (2003, p.27)

A reflexão linguística feita pelos linguistas, a partir das teorias linguísticas, alterou substancialmente o modo de encarar o ensino de língua materna ou de línguas estrangeiras. (2003, p.46)

E em consequência, isso vai ter ancoragens momentâneas, que

vão desde a elaboração de material didático mais adequado à aprendizagem de línguas estrangeiras ou de língua materna, até uma compreensão mais filosófica da subjetividade, da própria sociedade e da história. (2003, p.86)

A língua do império será uma língua de relação comercial. Mas o modo de eu me inserir nessa relação é reforçando a língua materna. [...] A língua geral e as relações mantidas através dela não constituirão nossas ‘almas’. A consciência, a subjetividade terão suas bases nas línguas maternas, aquelas de nosso grupo. As ‘almas’ dos sujeitos falarão em suas línguas nativas, maternas. Com elas e nelas nos constituímos. (2003, p.89-90)

A linguística, em sua face aplicada, pode prestar relevantes serviços à educação, à cultura; trata-se de um desafio permanente, que está sendo enfrentado com resultados promissores, principalmente no ensino-aprendizagem de línguas (materna, segunda/estrangeira). (2003, p.94)

Então, ao tentar responder, nós podemos dizer que, num nível aplicado, é clara a vocação da linguística para a educação em muitos desdobramentos, desde a importância para a qualificação profissional até os aspectos de natureza pedagógica propriamente dita, ligados à construção de métodos e ações nos processos de ensino e aprendizagem de L1 e L2, quer dizer, língua materna e línguas estrangeiras. (2003, p.147)

E passando agora para a linguística, sim, a linguística tem um compromisso marcado com a educação. Em primeiro lugar, com o ensino de língua materna e de língua estrangeira, com as teorias de aquisição, por exemplo. (2003, p.155)

Para ter uma ideia do lugar que a língua materna ocupa nos estudos da linguagem, é interessante relatar que, no conjunto de respostas dadas pelos linguistas entrevistados, a expressão *língua materna* não comparece quando o que está em jogo é a definição de língua e de Linguística ou a determinação do sujeito da linguagem. Também não está presente quando o tema suscitado pela pergunta é o da

cientificidade da Linguística, a relação desse campo do saber com a chamada pós-modernidade nem mesmo quando a indagação é sobre os vínculos entre língua, pensamento e cultura. Por outro lado, quando se responde ao questionamento sobre a relação entre língua, linguagem e sociedade, sobre os desafios para a Linguística do século XXI e, principalmente, sobre a serventia da Linguística e o seu compromisso com a educação, a expressão *língua materna* se faz ouvir na fala dos entrevistados. Quando se olha com mais atenção para as passagens reproduzidas acima, percebe-se que o uso da expressão diz respeito ao ensino-aprendizagem da língua materna quase que predominantemente. De qualquer forma, não é o caso de considerar inválidas as definições da expressão no discurso dos especialistas em linguagem, estejam elas próximas ou não dos sentidos historicamente dominantes. O problema está em naturalizá-las, o que pode, inclusive, implicar sérios embaraços teóricos.

2.1. Problemas enredados pela naturalização dos sentidos de língua materna: o caso da Gramática Gerativa

Perguntado sobre o lugar da expressão *língua materna* na Gramática Gerativa, Noam Chomsky afirma que “o conceito de ‘língua materna’ é uma versão informal do que se chama Língua-I na gramática gerativa, o tema principal de investigação”⁵. Tanto em uma de suas publicações mais recentes, *New Horizons in the Study of Language and Mind* (2000), quanto em um dos seus mais célebres trabalhos, *Syntactic Structures* (1957), a expressão *língua materna* não é usada uma única vez. O fato de trocar língua materna por Língua-I não livra a Gramática Gerativa dos problemas enredados pela naturalização dos sentidos de língua materna. Pereira de Castro (2006), observando as discussões realizadas pelos gerativistas sobre a aquisição da chamada L2, a língua estrangeira ou língua segunda, termos cujas equivalências ou diferenças variam segundo as diversas posições teóricas, mostra como o reconhecimento da especificidade da chamada L1, a língua materna, definida no eixo de uma cronologia e reconhecida como primeira língua, abala os princípios da teoria gerativista pelo enfraquecimento da Gramática Universal (GU).

A discussão sobre a aquisição da língua estrangeira ou língua segunda enfrenta o problema de saber se o papel desempenhado pela GU na aquisição de L2 é o mesmo na aquisição de L1. Sendo a

faculdade da linguagem biologicamente determinada, conforme a premissa do programa gerativista, o problema lógico da aquisição de linguagem deveria ser o mesmo em L1, L2...Ln. Como mostra Pereira de Castro (2006), para os autores que invocam a noção de período crítico, tal como formulada por Eric Lenneberg (1967), que determina um prazo específico para que a criança possa aprender uma língua, a GU não estaria mais acessível para o aprendiz de L2, tratando-se, nesse caso, de um processo unicamente cognitivo. Embora sirva de argumento para sustentar a peculiaridade de L1, a língua materna, o conceito de período crítico fragiliza o valor da GU na teoria gerativista por limitar seu papel à aquisição de uma primeira língua, “abrindo brechas para a contradição teórica: pode-se adquirir/aprender uma segunda língua sem que se acionem as estruturas cognitivas exclusivas da linguagem”, como afirma Pereira de Castro (2006, p.136).

Ainda que reconheçam a especificidade da aquisição de L2 por aqueles que já atingiram a puberdade, há autores que não abrem mão de uma hipótese que sustente o papel da GU na aprendizagem de uma língua estrangeira. Para reafirmar esse papel da GU, procura-se, então, diferenciar aquisição e aprendizagem, processos cognitivos específicos à linguagem e aqueles mais gerais, conhecimento explícito e conhecimento implícito. Pereira de Castro (2006) argumenta que a discussão entre os gerativistas mostra que a L1 – caracterizada no debate principalmente pelo valor atribuído à GU – só é problematizada quando posta em oposição às línguas posteriormente adquiridas. Nesse sentido, quando se assume a hipótese de que a determinação biológica garante a acessibilidade da GU, se está certamente reafirmando as premissas da teoria, mas, ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de que as línguas adquiridas ao longo da vida possam ser postas em sequência L1, L2...Ln, que as diferencia pela simples ordem da aquisição. Já quando se indaga sobre a diferença entre a língua que se adquire na infância e aquelas adquiridas na puberdade – assumindo ou não a hipótese do período crítico –, põe-se a diferença entre saber uma língua (materna) e conhecer uma língua (outra), a partir da língua que se sabe, explicando-se, assim, o recurso ao termo “aprendizagem”. Dessa forma, conclui Pereira de Castro (2006, p.137), “o reconhecimento da especificidade da língua materna, a L1, não deixa de abalar os princípios da teoria pelo enfraquecimento da GU”. Mesmo relegada ao lugar de chamamento informal, a naturalização da noção de

língua materna como a primeira adquirida mexe profundamente com os pressupostos da Gramática Gerativa.

2.2. Duas propostas de ressignificação da expressão *língua materna*: Aquisição de Linguagem e Análise de Discurso

Em contraste com a posição anterior, é possível fazer referência a trabalhos que procuram enfrentar a complexidade da noção de língua materna com vistas a uma ressignificação do termo. Entre os mais recentes, destacam-se os de Pereira de Castro e os de Maria Onice Payer.

Pereira de Castro (1998, 2006, 2009, 2011) trabalha no sentido de provocar uma reflexão sobre a particularidade da língua materna na sua relação com a constituição do sujeito falante. A autora (1998, p.248) reconhece, junto com Jean Claude Milner, a necessidade de deslocamento conceitual da noção de língua materna, “da configuração numerável, de simples equivalente à primeira língua, para o lado que a impede, justamente, de fazer número com as outras línguas, de lhes ser acrescentada, comparada”. Partindo de uma perspectiva interacionista da aquisição de linguagem, que considera a singularidade da fala da criança e toma o adulto como lugar de funcionamento da língua constituída, Pereira de Castro (2009, p.11) alega, citando Milner, que a língua materna, pela sua relação com o sujeito falante, é incompatível com a seriação: “A língua materna tem um traço incomensurável, que a faz diferente de todas as outras porque não tem outra; não se soma a nenhuma outra. Ela é qualquer língua, como todas de certo modo o são, mas para o sujeito ela é sua língua materna; fato que a torna incompatível com uma seriação”.

Ressaltando a importância de interpretar a língua materna dentro de uma reflexão sobre a(s) língua(s) e retomando o conceito lacaniano de *lalangue*, o registro que destina uma língua ao equívoco, Pereira de Castro (2009, p.20) defende que a “língua materna põe o sujeito na posição de falante, isto é, passa a qualificá-lo a partir desse momento lógico de captura por um modo de funcionamento, sempre dividido entre *lalangue* e língua”. Por considerar que a língua materna significa a criança com o perfil de um ser falante, isto é, por fazer a passagem do lugar de *infans*, aquele que não fala, ao de ser da linguagem, e também por avaliar que não é possível retornar ao estado de *infans*, Pereira de Castro (1998, p.256) afirma que “a *língua materna é única e*

inesquecível. Nunca silenciada, mesmo se não a encontramos na superfície da fala, mesmo se falamos uma língua estrangeira”. Em suma, para a autora, o traço que caracteriza a língua materna é a constituição de um sujeito falante, e numa trajetória de aquisição de linguagem irrepetível. Um dos colorários dessa teorização, segundo Pereira de Castro (2011, p.63) é o fato de que “em certas situações pode-se supor que a língua materna seja constituída por materialidades linguísticas diversas, provenientes de mais de uma língua”. Não se trata aqui, como adverte a autora, de uma hipótese sobre o bilinguismo, “mas de uma experiência atravessada por línguas, etnias ou culturas diversas” (2011, p.63). Nesse sentido, “o sujeito falante seria o produto de um atravessamento de línguas ou de fragmentos delas; sem que para isso se deva lhe atribuir um conhecimento nos termos de um conceito como o de bilinguismo” (2011, p.64). Essa leitura reforça a obrigação de tirar a língua materna do lugar comum de primeira língua, pois se o traço de incomensurabilidade da língua materna nos impede de incluí-la em uma lista de línguas, ao mesmo tempo nos leva a considerar a possibilidade de ela ser constituída por uma série de línguas, melhor dizendo, por materialidades linguísticas diversas.

Maria Onice Payer (2006, 2007, 2009) busca na noção de língua materna um valor operatório que permita explorar os traços da língua a partir de uma abordagem que supere categorias como “dialeto regional”, “língua informal” e “língua familiar”. Para a autora, é preciso pensar a língua materna não apenas como uma “língua empírica” específica, quer dizer, um sistema linguístico particular, mas como uma dimensão discursiva da linguagem, uma dimensão da memória da língua. Como uma dimensão discursiva da linguagem, a língua materna não seria autoevidente nem teria a mesma configuração em qualquer circunstância histórica. Essa é uma perspectiva condizente com a noção de língua trabalhada pela Análise do Discurso, que considera que, pela língua, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo. Nesse sentido, a noção de língua materna possibilitaria atingir “a instância em que se alcança a mútua constituição do sujeito e da língua”, conforme a autora (2006, p.128).

Quando analisa a situação dos descendentes de imigrantes italianos no Espírito Santo, Onice Payer (2006) constata que, no sentido de uma língua constituída, a função de língua materna não é exercida por uma única língua apenas, o que a leva a afirmar, numa posição convergente

com a de Pereira de Castro, que mais de uma língua possa atuar na função de língua materna. Por outro lado, seria possível operar um desmembramento entre a função de estruturação simbólica do sujeito falante e materialidade da língua materna. De acordo com a autora (2006, p.134), considerando o percurso dos sentidos e a disputa das línguas ao longo da história, “a ‘matéria’ da língua materna pode não ser a mesma em dois tempos, X e Y, e mesmo assim a língua do primeiro momento X funciona na constituição do sujeito de linguagem no tempo Y, enquanto memória da língua”. Para Onice Payer (2009, p.06), a língua materna envolve não apenas a função estruturante do sujeito desde a infância, mas também “a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/ pelos cuidadores que estão mais próximos”.

3. Confusão entre língua materna e língua nacional

Outra questão que gostaríamos de abordar é a confusão entre língua materna e a língua nacional. Talvez seja esse o maior dos problemas em torno do tema, pois a sobreposição entre o que é materno e o que é nacional pode levar, no fim das contas, ao próprio apagamento da noção de língua materna. É preciso estabelecer que língua materna e língua nacional representam duas dimensões da relação dos sujeitos com a linguagem e com o poder central representado pelo Estado nacional. Como explica Onice Payer (2009), língua materna e língua nacional são línguas materialmente diferentes em confrontos na história, são conceitos diferentes, pois circunscrevem fenômenos distintos em seu funcionamento na relação do sujeito com a língua. Com os olhos voltados para o sujeito imigrante no Brasil, a autora esclarece que língua nacional e língua materna “não se recobrem, nem em termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua” (2007, p.339-340).

Segundo o modo de distribuição para seus falantes, Eduardo Guimarães (2005) separa as línguas em duas categorias: aquelas que tratam das relações cotidianas entre seus falantes, entre as quais se incluem a língua materna e a língua franca, e aquelas que tratam das suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais, entre as quais

se incluem a língua nacional e a língua oficial. Nesse esquema, de acordo com o autor (2005, p.11), a língua materna é aquela “cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nascem a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes”, ao passo que a língua nacional é “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo”, geralmente sobreposta à língua oficial, “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”.

Porque língua materna e língua nacional são diferentes é que pode haver uma tensão entre elas. Essa tensão ganha corpo no imaginário de unidade linguística da nação. Argumentando nesse sentido, Onice Payer afirma que a tensão entre língua materna e língua nacional “se produz na história, sustentada pelo Estado, em um momento importante de sua consolidação como nação, e que, vindo dessa exterioridade, tal tensão atinge a constituição da linguagem e do sujeito, em seus processos de identificação em relação à língua” (2007, p.340-341). Como explica a autora, a diversidade interna da nação, seja ela de ordem ideológica, política, social, linguística etc., é aplainada sob o ideário e o imaginário da unidade nacional. Dessa forma, embora a língua não seja um critério satisfatório para classificar uma nação, como argumenta Hobsbawm (2008), ela, a nação, (quase) sempre se apresenta através de suas instituições como linguisticamente homogênea. Nesse jogo, realiza-se a sobreposição entre língua materna e língua nacional, pois como, em geral, a nação elege apenas uma única língua como a língua nacional, essa língua acaba por significar a língua materna de todos os sujeitos do território nacional.

Se a questão da língua é uma questão de Estado, como defendem Gadet e Pêcheux (2004), a identificação das línguas dentro do território do Estado nacional é orientada pela língua eleita como língua nacional. Como diz Orlandi, “a noção de língua nacional é que faz ter sentido distinções como a de língua materna/língua nacional quando diferentes memórias entram em confronto” (2001, p.13). Pelo batimento entre o ideário de unidade linguística e a pluralidade de línguas dentro do Estado nacional é que os sentidos de língua materna podem coincidir e ao mesmo tempo divergir dos sentidos de língua nacional. Para alguns, aqueles que supostamente falam a língua nacional, a língua materna coincidiria com a língua nacional. Para outros, a língua materna diverge

da língua nacional. Para todos, no entanto, a língua nacional é apresentada como a única língua do Estado nacional, logo, como língua materna de todos os cidadãos. Na verdade, de nossa posição, é mesmo complicado afirmar que alguém fale uma língua nacional, já que ela é, antes de tudo, um produto de um processo de gramatização. Definida por Auroux (1992, p.65) como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”, a gramatização é um termo da História das Ideias Linguísticas para o processo de produção de instrumentos linguísticos, tais como gramáticas, dicionários e outros escritos sobre as línguas, responsáveis por construir uma imagem de unidade linguística para o Estado nacional, a língua nacional.

Sobre os efeitos da sobreposição entre língua materna e língua nacional, Guimarães (2005) argumenta que a distribuição das línguas para seus falantes, por ser desigual, constitui uma hierarquia, no que vêm a pesar os instrumentos linguísticos da gramatização, que trabalham na divisão entre o certo e o errado, produzindo duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento, quer dizer, uma divisão vertical, entre um registro formal e um registro coloquial, e uma divisão horizontal, entre variedades normalmente chamadas de dialetos ou de falares. Por essa divisão não ser de igualdade, a divisão vertical recorta a língua de uma maneira que as divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencentes à língua. Nesse gesto, o registro formal passa a ser considerado *a língua*, enquanto todo o resto é significado como *erro*, estando, portanto, fora da língua. No cruzamento entre divisões verticais e horizontais, alguns falares regionais são significados unicamente como línguas coloquiais, como línguas de pessoas não escolarizadas. Como observa Guimarães (2005, p.24):

Essa divisão, que elege um falar (ou falares) em detrimento de outro ou outros, assume maior gravidade se observarmos que a hierarquia traz consigo, além da sobreposição da língua oficial e da língua nacional, a sobreposição destas à língua materna (os falares específicos politicamente excluídos: o nordestino e o baiano no caso de São Paulo, e o cuiabano no caso de Mato Grosso). Com essa sobreposição, o português não é só a língua

nacional e oficial, mas também a língua materna de todos os brasileiros. Desse modo, se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então essa língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E, ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é língua materna deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo – ou, pior, como se nunca falassem).

O efeito de coincidência entre a língua materna e a língua nacional produzido no processo de gramatização brasileira funciona de maneira consistente no espaço escolarizado, como demonstra Castellanos Pfeiffer: “Na ordem do imaginário, espaço de organização dos sentidos, tudo se passa como se o ‘sujeito de linguagem’ brasileiro fosse à escola para aprender sua língua materna e não a língua nacional”⁶ (2007, p.116). Cabe aqui esclarecer que a chamada gramatização brasileira refere-se ao processo iniciado na segunda parte do século XIX de produção de instrumentos linguísticos por autores brasileiros e para leitores brasileiros.

O que Castellanos Pfeiffer flagra como um dos efeitos do processo de gramatização brasileira, e que diz respeito ao efeito de coincidência entre a língua materna e a língua nacional, é a indistinção, na ordem do imaginário, entre o aprendizado *sobre* a língua materna e o aprendizado *da* língua materna na escola, de modo que essa língua fica no limite entre um saber pedagógico e um saber científico. A partir daí, como expõe a autora, “a língua nacional, necessária, funciona como uma evidência: é a língua materna de cada um de nós. Naturaliza-se a coincidência, institucionalizando sua naturalização – que se torna *memória institucionalizada*”⁷ (2007, p.118). A força dessa naturalização leva, segundo a autora, ao estabelecimento da distinção entre cultura e natureza, palavras reservadas, respectivamente, aos que já estão na escola e àqueles que acabaram de ingressar nela. No fim das contas, como analisa a autora, é como se houvesse duas línguas maternas, “aquela que será ensinada [...] e que coincide com a língua de cultura, com a língua nacional; e aquela que destoa da língua de cultura, constituída da pluralidade das ‘variedades naturalmente adquiridas’”⁸ (2007, p.120). Uma é significada como um instrumento de civilização superior, enquanto as outras, quer dizer, as variedades naturalmente adquiridas, são colocadas no lugar do diferente, do inferior. Embora o

efeito de coincidência entre língua materna e língua nacional atinja todos os sujeitos, a validade dessa coincidência, no entanto, abrange poucos. Conforme Castellanos Pfeiffer: “Para aqueles que sempre foram à escola, a equivalência entre língua materna e língua nacional permanece válida, enquanto que os outros vão à escola para adaptar sua língua materna de forma a poder estar no lugar justo do bem-dizer, da língua nacional”⁹ (2007, p.121).

4. Língua materna como uma invenção do ocidente medieval

Embora sofra o mérito da evidência e produza efeitos de reconhecimento toda vez que é enunciada, a língua materna é um objeto cercado de contradições. Ela é um objeto buliçoso, sempre colocando os limites das ciências da linguagem à prova, apesar de muitas vezes ser tomada como um problema banal, razão pela qual ela é raramente definida acima do lugar-comum. Com uma certa dose de drama, Jean-Didier Urbain (1982) afirma que a língua materna não é apenas uma imagem persistente na Linguística, mas talvez sua parte maldita, enquanto Lacan, como nos lembra Jean-Marie Prieur (2007), enxerga nela um fantasma elaborado por linguistas e gramáticos a partir da dispersão e da hibridação das línguas. Para nós, que não procuramos fazer da língua materna uma questão menos problemática, ela é acima de tudo uma invenção histórica, que, em vez de responder pura e simplesmente à figura da mulher, corresponde, na verdade, a certas configurações sociopolíticas na história.

O primeiro registro da expressão *língua materna* na história ocidental é encontrado na Idade Média na crônica da Primeira Cruzada *Dei Gesta per Francos*, escrita pelo monge francês Guiberto de Nogent entre 1104 e 1108. Dessa forma, levando-se em conta a ausência dessa expressão na Antiguidade Clássica, ela pode ser considerada uma invenção medieval e mesmo uma invenção religiosa, pois os primeiros registros conhecidos aparecem em obras de membros da Igreja, em escritos relacionados a essa instituição. Quando elogia o papa Urbano II pela facilidade com que levou multidões a participar das Cruzadas e pela também facilidade na prática da língua latina, o monge beneditino emprega a expressão *sermo maternus*:

*Eius enim scientiae litterali agilitas, non enim minor ei
eloquentiae cooperabatur videbatur in Latinae*

*prosecutione locutionis
 ubertas quam forensi cuilibet
 potest esse in materno
 sermone pernicitas.*

O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um

papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum advogado poderia ter em sua **língua materna** tanta facilidade quanto o Papa tinha na prática da locução latina.

Guiberto de Nogent distingue duas línguas e dois grupos sociais. As expressões *eloquentia litteralis* (“eloquência literária”) e *latina locutio* (“locução latina”) estão associadas conjuntamente ao papa e contrapostas a *sermo maternus* (“língua materna”), expressão ligada, por sua vez, a *forensis* (“advogado”). Segundo essa divisão, o *sermo maternus* seria a língua dos advogados, que, na sociedade medieval, fazem parte da ordem dos leigos, ao passo que o papa Urbano II, líder da Igreja, teria também por língua a *eloquentia litteralis*, a *latina locutio*, enfim, o latim. Para Guiberto de Nogent, Urbano II tinha mais facilidade na prática da locução latina do que o leigo na prática da língua materna, não porque a primeira fosse mais fácil que a segunda, mas porque o domínio que o papa tinha da cultura latina era tão grande que, mesmo no emprego de uma língua pautada na escrita, ele teria mais facilidade de se expressar do que o advogado quando emprega sua língua materna na realização de suas atividades temporais. Por esse quadro, podemos dizer que a expressão *língua materna* nasce marcada pela oposição ao latim e pela identificação com os leigos. Ela é a insígnia de um mundo partido em dois, isto é, dividido entre clérigos e leigos, mas é principalmente a insígnia da situação linguística particular do mundo latino, marcado pela conservação do latim como língua da administração e da vida intelectual e religiosa e pelo aparecimento das línguas neolatinas, como observa Auroux (1992).

Como o direito é uma atividade essencialmente oral na Idade Média, conforme Jacques Chiffolleau (2006), a oposição ao latim e a identificação com os advogados investe uma configuração oral à língua materna, daí a atribuição da língua materna aos advogados e da língua latina ao papa por Guiberto de Nogent. A facilidade da língua materna de que fala o monge está portanto no fato de ela ser uma língua oral. Essa ideia de facilidade da língua materna está em conformidade com

o espírito escolar da época, segundo o qual o latim representava um nível de dificuldade superior àquele da língua vernácula, como afirma Batany (2003). Não é de surpreender que o latim seja considerado mais difícil que a língua materna, pois, como declara Auroux (1992), no século IX, ele é antes de tudo uma língua a ser aprendida por meio da gramática latina, cujo estudo englobava não apenas as práticas de leitura e escrita, mas também a leitura e a interpretação dos autores latinos, como revela Beck-Busse (1994).

Se a ancoragem do latim é assegurada pelo lugar da Igreja na sociedade, como afirma Auroux (1992), a própria diferenciação entre latim e vernáculos, com a criação da expressão *língua materna*, pode ser encarada como um feito da Igreja, pois são aqueles que empregam o latim que cunham a expressão *língua materna*, são aqueles que conhecem o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada *língua materna*. Em si, a criação da expressão *língua materna* é uma manifestação do trabalho de diferenciar clérigos e leigos na sociedade medieval. Ela é uma perfeita representação das barreiras visíveis que asseguram a partição do mundo feudal em dois de que fala Pêcheux (1990). Escrita e lida, pronunciada e ouvida, ela impõe uma ordem de sentidos que separa o mundo dos clérigos do mundo dos leigos, marcando, assim, diferentes modos de vida, maneiras distintas de se colocar na presença de Deus, bem como variados níveis de instrução e de acesso à escrita. Em suma, a expressão *língua materna* é uma marca da consciência da diversidade dialetal e linguística do homem medieval, apontando, dessa forma, problemas peculiares à sociedade medieval, como a organização social dividida entre clérigos e leigos e a própria formação do clero, do mesmo modo que as questões linguísticas implicadas, tais como o desaparecimento do papel vernacular do latim e a sua manutenção como língua do saber letrado e da vida religiosa e a emergência dos vernáculos, como podemos ver a partir dos fragmentos abaixo:

Vita Norberti, 1157-1161:

In crastinum ergo fecit Romana videlicet, quia sermonem ad populum vix numquam eam didicerat; sed adhuc aliquid sciens vel non diffidebat, quin, si intelligens de lingua illa, materna lingua verbum Dei

*adoriretur, Spiritus sanctus,
qui quondam centum viginti
linguarum erudierat
diversitatem, linguæ
Teutonicæ barbariem, vel
Latina eloquentia
difficultatem, auditoribus
habilem ad intelligendum
faceret*

No dia seguinte, fez um discurso ao povo, que até então mal conhecia ou entendia aquela língua, quer

dizer a romana, porque nunca a apreendera, mas não duvidava que se introduzisse a palavra de Deus na **língua materna**. O Espírito Santo, que uma vez havia aplanado a diversidade de cento e vinte línguas, tornaria apta à compreensão dos ouvintes a barbárie da língua germânica ou a dificuldade da eloquência latina

Costume de Springierbach/Rolduc, 1123-1128:

*His actis domnus abbas uel
prior uel alius, cui librum
miserit abbas, sermonem facit
materna lingua ad
intelligendum omnibus, non
tamen cottidie, sed his diebus
quibus uisum fuerit prelato.*

Depois disso, o senhor abade ou prior ou outra pessoa, a quem o abade envie o livro, faz um sermão na **língua materna** para que todos possam entender, não em todos os dias, mas naqueles dias em que o prelado achar por bem.

Jean Belet, *Summa de ecclesiasticis officiis*, 1160-1164:

*Inde est, quod sacerdos
diebus dominicis postquam
fecerit sermonem ad populum,
dominicam orationem et
Credo in Deum debet illis in
materna lingua exponere*

Por isso é que o sacerdote, nos dias de domingo, depois de fazer o sermão ao povo, deve rezar o Pai Nosso e o Credo na **língua materna**.

*Hessonis magistri scholarum Argentinensis relatio de pace mense
Octobri anni 1119 frustra tractata inter Calixtum II papam et
Heinricum V imperatorem, 1119:*

*Quod cum prudenter
episcopus Ostiensis
perorasset, iterum
Catalaunensis episcopus ex
praecepto domni papae hoc
idem clericis et laicis **materna
lingua** exposuit.*

Depois de o bispo de Óstia ter discursado com prudência, novamente o bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na **língua materna**

Na biografia de São Norberto, o latim é novamente colocado em contraposição à língua materna. Tal como expõe a narrativa, o povo, por nunca ter aprendido o latim, seria incapaz de compreender essa língua, dispondo apenas de sua língua materna, língua na qual São Norberto acredita ser possível introduzir a palavra de Deus, palavra pregada por excelência na língua latina. Em contraste com a língua materna, tomada na qualidade de barbárie, a língua latina, caracterizada pela sua dificuldade, acaba por significar uma língua civilizada. Por oposição à dificuldade da língua latina, mais uma vez a língua materna é marcada por uma suposta facilidade.

De acordo com o que consta no *Costume de Springierbach/Rolduc*, para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito em língua materna, não no latim. No entanto, longe de ser uma obrigação cotidiana, a pregação em língua materna é apontada como uma medida de exceção, sendo realizada apenas quando o prelado determinar. Como decreta a *Summa de ecclesiasticis officiis*, a língua materna deve ser empregada na oração do Pai Nosso e do Credo, mas somente após a realização do sermão, feito certamente em latim, e apenas no dia de domingo. Como se nota a partir desses dois textos, a língua materna é cada vez mais usada para propagar a palavra de Deus, mas não a ponto de substituir o latim como veículo de pregação na Idade Média.

Por assim dizer, Deus fala através da Igreja em latim, afinal essa é a língua da comunidade universal cristã reunida em torno do papado, ao passo que sua mensagem é traduzida em língua materna por aquela instituição. A recomendação de pregar para o povo na língua local é uma determinação comum desde o século IX, conforme Auroux (1992), sendo uma necessidade que não diz respeito somente aos leigos, estendendo-se também aos clérigos, como mostra o relato de Hesso sobre o Concílio de Reims, que une clérigos e leigos pela incapacidade

na compreensão da língua latina. Diante das barreiras construídas pela Igreja para separar clérigos e leigos, o não aprendizado do latim acaba por se converter em um problema de má formação do clero. Personalidade eclesiástica da segunda metade do século XII, Giraud de Barri (1146-1223 d.C), por exemplo, afirma o que se segue: “Hoje os clérigos iletrados são como nobres inábeis na guerra”, conforme Le Goff (2006, p.89). Como afiança Jean-Claude Schmitt: “A distinção entre *litterati* e *ilitterati* recobre assim, em grandes traços, a entre clérigos e leigos. Ser letrado significa conhecer, além da língua materna, o latim, que se escreve e fala” (2006, p.244).

Os registros da expressão *língua materna* encontrados em escritos não relacionados diretamente à Igreja apontam uma divisão menos rígida entre língua materna e latim do que aqueles encontrados em produções clericais, talvez por estarem menos interpelados pela ideologia clerical. A divisão rigorosa entre latim e língua materna encontrada nos textos da Igreja pode ser considerada um efeito de sentido produzido segundo as representações que os clérigos fazem dos leigos durante a Idade Média, como homens inferiores espiritual e culturalmente, conforme Catherine König-Pralong (2009). Sendo o latim uma barreira que separa dois mundos, o dos clérigos e o dos leigos, em um gesto de reforço dessa barreira, divide-se tão severamente latim e língua materna. Textos de caráter gramatical ou de lógica, na medida em que se voltam para temas que não a fé, trabalham no sentido de aproximar latim e língua materna:

Notae Dunelmenses, 1109-1113:

Sed quaerendum est quomodo haec quinque ‘nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu’ exponantur materna lingua ita ne sensum verbi videantur habere, sed sensum nominis. Nam cum dico ‘vade salutatum’, eundem sensum videtur habere acsi diceretur ‘vade salutare’ et sic in ceteris.

Mas precisa perguntar de que modo estas cinco palavras *‘nocendi, nocendo, nocendum, nocitum, nocitu’* possam ser explicadas na **língua materna** de maneira que não pareçam ter sentido de verbo, mas de nome. De fato, quando digo *‘vade salutatum’* parece ter o

mesmo significado que dizer adiante.
 ‘*vade salutare*’ e assim por

Ars Medulina, 1154-1180:

*Hoc idem et iam videtur ex
 materna lingua. Que
 nunquam dictione communis
 generis solet uti ad
 supponendum res diversorum
 sexuum una prolacione, sed
 comprehendendo rem
 masculini sexus preponit
 articulum masculinum genus
 discernentem, rem vero
 feminini sexus femininum,
 dicendo: “li citereens vent”,
 “la citerenne vent”.*

Isso aparece ainda na **língua materna**. Nunca de forma habitual um termo genérico é utilizado para designar por um único emprego realidades de sexos diferentes, mas se se deseja designar uma realidade masculina, ela é determinada com ajuda de um artigo masculino; e uma realidade feminina, com ajuda de um artigo feminino. Por exemplo, se diz: “*li citereens vent*”, “*la citerenne vent*”.

O primeiro fragmento, retirado de um conjunto de comentários sobre Prisciano, nos permite observar, para além da divisão entre latim e língua materna, uma situação na qual a língua materna funciona como base para o aprendizado do latim. Esse fragmento das *Notae Dunelmenses* assinala também um processo de adaptação dos conceitos da tradição greco-latina para os vernáculos emergentes, pois, se é necessário explicar termos da língua latina na língua materna, isso se dá a par da instrumentação da própria língua materna, a partir da introdução de elementos metalinguísticos criados por aquela tradição, processo no qual as *Institutions grammaticales*, de Prisciano, escritas no início do século VI d.C., têm papel de destaque por alimentar a reflexão gramatical durante toda a Idade Média, dando origem a uma grande série de comentários, entre os quais as próprias *Notae Dunelmenses*, nas quais se expõe a necessidade de procurar na língua materna formas correspondentes às da língua latina.

Na passagem em que emprega a expressão *língua materna*, o *Ars Medulina*, um importante tratado de lógica na Idade Média, rejeita a

possibilidade de um termo designar simultaneamente indivíduos do sexo masculino e feminino. Para tanto, o tratado toma como exemplo o funcionamento do artigo na língua reconhecida hoje como francesa, responsável por fazer aquela distinção. A impossibilidade de um mesmo termo designar ao mesmo tempo os sexos masculino e feminino seria um fato tanto do latim quanto da língua materna, mas é justamente o funcionamento do artigo na língua materna a prova dessa impossibilidade. Para além disso, o emprego da expressão *língua materna* no *Ars Medulina* nos permite enxergar a experiência linguística da língua materna como um lugar de observação do próprio latim, um elemento de interferência na reflexão gramatical da língua latina. O emprego da expressão *língua materna* em textos como o *Ars Medulina* e as *Notae Dunelmenses* nos confirma a existência de uma reflexão gramatical sobre a língua materna já desde o século XII, momento no qual os registros da expressão *língua materna* formam uma mancha que se estende do norte da França ao sul da Inglaterra e que passa pela fronteira ocidental da Alemanha, de onde se espalham pelos resto da Europa nos séculos seguintes (AQUINO, 2012).

5. Para além da figura da mãe

Para dar um encerramento, provisório, às reflexões que temos feito até aqui, retomamos a questão do nome da língua apontada logo no início do texto. Interrogamos a própria metáfora da mãe na formação da expressão *língua materna*: por que língua materna? Essa expressão seria por acaso motivada pela percepção de uma relação com a língua atravessada pela figura da mãe? De fato, é possível encontrar registros da expressão *língua materna* que marcam uma relação da língua com a mãe ou, pelo menos, com o ambiente familiar, como mostramos abaixo:

Filipe de Harvengt, *De obedientia clericorum*, 1157-1183:

*Infantiae quidem loquendi
ad perfectum non donatur
facultas, sed loquentibus
inhiantem nativa quaedam
reprimat difficultas; vixque*

*tandem sufficit pauca verba
conari, quae domi a
parentibus audit frequentius
ventilari. Pueritia vero videns
sibi maiorem loquendi*

*facultatem praeberi intra penates patrios iam non sustinet contineri, sed foris vagabunda maiorem nititur aemulari, odio habens silentium, cum sui similibus diligit verbosari. Est autem idonea non solum **maternam linguam**, quam domi didicit, retinere, sed et novam quamlibet, si oblata ei fuerit, obtinere; imo plures vel linguas vel artes discendo potest puer facilius adipisci, et earum imposterum tenacius dicitur reminisci.*

A capacidade de falar perfeitamente não é dada à infância, mas uma certa dificuldade inata reprime a criança que começa a falar;

mas finalmente é suficiente tentar falar poucas palavras que em casa a criança ouve repetir mais frequentemente pelos pais. A puerícia, no entanto, parece oferecer maior capacidade de falar e já não tolera ser mantida dentro da casa paterna, mas brilha maior capacidade de emular o que está fora da porta, tendo em ódio o silêncio, gostando de tagarelar com seus semelhantes. É apta então para reter não apenas a **língua materna**, que apreendeu em casa, mas também qualquer língua nova, se lhe for ensinada; a criança pode apreender mais facilmente muitas línguas ou artes, e se diz que no futuro vai se lembrar delas com maior tenacidade.

Nigel Wireker, *Tractatus contra curiales et officiales clericos*, 1193:

*Lingua tamen caueas ne sit **materna**, sed illa / Quam dedit et docuit lingua paterna tibi.*

Presta atenção, entretanto, para que a língua não seja a **materna**, mas aquela que te deu e te ensinou a língua paterna.

Marginalia, 1150-1250:

Britones namque Amorici qui ultra mare sunt cum Maximo tyranno hinc in

expeditionem ex<e>untes, quoniam redire nequiuerant, occidentals partes Gallie

*solotenus uastauerunt nec
mingentes ad parietem uiuere
reliquerunt; acceptisque
eorum uxoribus et filiabus in
coniugium omnes earum
linguas amputauerunt ne
eorum successio **maternam**
linguam disceret.*

Os Bretões e Armoricanos,
que moram além-mar,
chegando aqui numa

expedição com o chefe
Máximo, pois não puderam
voltar atrás, devastaram as
regiões ocidentais da Gália e
não deixaram vivos nem
aqueles que encontraram
mijando na parede. Depois,
tendo levado para si as esposas
e as filhas deles, amputaram a
língua de todas para que seus
descendentes não
aprendessem a **língua**
materna.

O abade Filipe de Harvengt toma a língua materna como a língua aprendida em casa, com pais, na infância, funcionando como primeiro grau de instrução linguística. É importante ressaltar que, no texto de Filipe de Harvengt, a língua materna não parece se ligar exclusivamente à mulher, pois a palavra latina *parens* diz respeito tanto à mãe quanto ao pai. No tratado de Nigel Wireker, a expressão *língua materna*, por ser contrastada com uma língua que se aprende com o pai, acaba por indicar a língua que se aprende com a mãe. Cabe dizer que, etimologicamente, o adjetivo latino *paternus* significa um pai físico e genitor. Dessa forma, em contraste com a língua paterna, o latim, no caso, é possível assumir que a língua materna é aquela ensinada pela mãe. Os comentários sobre a invasão das regiões ocidentais da Gália pelas tropas do imperador Magno Máximo exibem um episódio caracterizado como uma estratégia de interdição da língua materna. A língua materna é apresentada como a língua das mulheres, como a língua passada de uma geração a outra pelas mulheres. Segundo o relato, sendo a língua materna a língua das mulheres, para impedir que as futuras gerações aprendessem essa língua, foi preciso barrar as mulheres no uso de sua língua, amputando-lhes a língua, o órgão muscular situado na boca, o que significa dizer que a língua materna não apenas pode ser interdita, mas também que a língua materna está pregada fortemente ao sujeito, fixada na sua língua, a carne. A língua é corpo!

Esses poucos registros da expressão *língua materna* que parecem

marcar uma relação da língua com a mãe não nos permitem afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pela mãe. Não é o caso de negar a existência de um jogo entre língua e mãe na composição da expressão *língua materna*, afinal a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Por outro lado, se não é inadequado tratar a língua materna como língua da mãe, não nos parece produtivo, contudo, partir dessa evidência para explicar os sentidos da expressão. Basta notar que não apenas a figura mãe, tantas vezes usada para falar também da pátria e da Igreja, mas igualmente a qualidade do que é materno foi historicamente ressignificado. Segundo Tombeur (2005), o substantivo *maternitas* (“maternidade”), por exemplo, só bem recentemente passou a ser associado à mulher, tendo antes o sentido de *terra natal* e depois o sentido de *qualidade de uma igreja catedral, maternidade espiritual da Igreja*, sendo utilizado para evocar a *maternidade de Maria* nas obras de pensadores medievais como João de Würzburg, Tomás de Aquino e Raimundo Lúlio.

Não se trata igualmente de invalidar a possibilidade de se ter concebido a expressão *língua materna* para marcar uma língua falada e transmitida particularmente pela mulher. Essa hipótese se mostra até certo ponto plausível quando se toma em conta o fato de que a expressão *língua materna* ganhou vida pela primeira vez pelas mãos de um clérigo, sendo usada para marcar uma distinção entre clérigos e leigos e entre as línguas associadas a cada um desses grupos na sociedade medieval, o latim e a língua materna, respectivamente. Como explica Jean-Claude Schmitt, “o grupo dos leigos é constituído de mulheres e homens, enquanto que o dos clérigos é exclusivamente masculino” (2006, p.241). De acordo com o autor, a divisão entre clérigos e leigos na sociedade cristã da Idade Média “sempre foi pensada como algo exclusivo dos homens”, pois as mulheres eram proibidas de receber a ordenação sacerdotal (2006, p.250). Dessa forma, pela associação com os clérigos, o latim pode ser tomado como uma língua, se não exclusiva, ao menos circunscrita a um universo tipicamente masculino. Em contraste com esse funcionamento do latim como a língua do homem, a expressão *língua materna* poderia, a princípio, marcar não uma língua particular da mulher, mas, talvez, uma língua evitada nesse ambiente tipicamente masculino do clero. Essa interpretação esbarra justamente no fato de o grupo dos leigos não ser exclusivamente feminino. Como

o grupo dos leigos é formado por homens e mulheres, se a língua materna é apontada como a língua dos leigos, ela não pode ser classificada tão somente como a língua das mulheres, mas também como a língua dos homens. A questão é que a língua materna é geralmente a única língua que a mulher fala na Idade Média, enquanto o homem, quando clérigo, tem a possibilidade de também aprender o latim. De qualquer modo, vale lembrar que também na Antiguidade Latina atribui-se à mulher o papel de ensinar a língua aos pequenos, conforme Paul Veyne (2009), mas nem por isso essa língua ensinada pela mulher era chamada de língua materna, mas de *patrius sermo* e *patria lingua*. Queremos provar com isso, como já havíamos adiantado, que a expressão *língua materna* não se explica pura e simplesmente pela figura feminina de um(a) progenitor(a)¹⁰, mas corresponde primeiramente a certas configurações sociopolíticas na história. Na sua origem, ao mundo medieval estruturado pela divisão entre clérigos e leigos.

Referências bibliográficas

- AQUINO, J. E. de. (2012). *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- AUROUX, S. A. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BATANY, J. (2003). “Les clercs et la langue romane: une boutade renardienne au XVe siècle”. In: *Médiévales*, 45, p.85-98.
- CALVET, L-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola.
- BECK-BUSSE, G. (1994). “Les “femmes” et les “illitterati”; ou: la question du latin et de la langue vulgaire”. In: *Histoire Épistémologie Langage*, 16, p.77-94.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C. R. (2007). “L’écologie, la langue maternelle et la langue nationale”. In: ORLANDI, E. P. ; GUIMARÃES, E.. *Un dialogue atlantique: production des sciences langage au Brasil*. Lyon : ENS Éditions.
- CHIFFOLEAU, J. (2006). “Direito(s)”. In: LE GOFF, J. ; SCHMITT, J-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*, v.1. São Paulo: Edusc.

- CHOMSKY, N. (2000). *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. *Syntactic Structures*. (2002). Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 1957.
- GADET, F.; PECHEUX, M. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.
- HOBSBAWM, E. J. (2008). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed.
- KÖNIG-PRALOG, C. (2009). “Les laïcs dans l’histoire de la philosophie médiévale”. In: *Doctor Virtualis*, 9, p.169-197.
- LE GOFF, J. (2006). *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed.
- LENNEBERG, E. (1967). *Biological Foundations of Language*. New York: John Wiley & Sons.
- LEPSCHY, G. (2001). “Mother tongues and literary languages”. *The Modern Language Review*, 96. 4, p.33-49.
- ORLANDI, E. P. (2001). “Apresentação”. In: ORLANDI, E. P. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Pontes.
- PAYER, M. O. (2009). “Dimensões materna e nacional das línguas. Simpósio Nacional de Letras e Linguística”, In: *Anais do XII SILEL*. 12, p.1-8.
- _____. (2007). “Entre a língua nacional e a língua materna”. In: INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C. L. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz.
- _____. (2006). *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.
- PECHEUX, M. (1990). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, 19, p.7-24.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. (2011). “A língua materna e depois”. In: *Didáskomai*, 2, p.63-76.
- _____. (2009). “A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo”. In: CORTINA, A. ; NASSER, S. M. G. da C.. *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- _____. (2006). “Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna”. In: LIER DE VITO, M. F. ; ARANTES, L. *Aquisição, patologias e*

- clínica de linguagem*. São Paulo: Editora PUC-São Paulo: FAPESP.
- _____. (1998). “Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem”. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. *Silêncio e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PRIEUR, J-M. (2007). “Linguistique et littérature face à la langue maternelle: réel, symbolique, imaginaire”. In: *Ela. Études de linguistique appliquée*, 147, p.289-296.
- SCHMITT, J-C. (2006). “Clérigos e leigos”. In: LE GOFF, J. ; SCHMITT, J-C. *Dicionário temático do ocidente medieval*, v. 1. São Paulo: Edusc.
- TOMBEUR, P. (2005). “Maternitas dans la tradition latine”. In: *CLIO. Histoire, femmes et sociétés*, 21, p.1-6.
- URBAIN, J-D. (1982). “Langue maternelle : part maudite de la linguistique ?”. In: *Langue Française*, 54. 1, p.7-28.
- VEYNE, P. (2009). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- XAVIER, A. C. ; CORTEZ, S. (2003). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola.
- YAGUELLO, M. (1992). *Les mots et les femmes: essai d'approche socio-linguistique de la condition féminine*. Paris: Payot.

Palavras-chave: língua materna, língua da mulher, ciências da linguagem, língua nacional.

Keywords: mother tongue, women’s language, language sciences, national language.

Notas

¹ Este artigo retoma e resume algumas questões tratadas na nossa dissertação de mestrado, *O que há de materno na língua?: Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*, defendida em fevereiro de 2012.

* Doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e na Université Sorbonne Nouvelle - Paris III.

³ “Dans la mesure où l’on peut mettre en évidence, dans une société donnée, des différences linguistiques nettement codifiées entre locuteurs hommes et femmes, il serait légitime de mettre les variantes sur le même plan. Ce serait en même temps

reconnaître l'existence de sous-cultures non hiérarchisées. Un bref tour d'horizon de la recherche en ce domaine montre que, jusque vers 1930, on ne parle que de *langue de femmes*. Ensuite, on observe une évolution de la notion de langue de femme déviante vers celle de langue d'hommes et de femmes comme variantes sociales. C'est une modification à la fois sur le plan scientifique (c'est la seule approche correcte) et sur le plan idéologique. On peut remarquer que parmi les auteurs récents qui continuent à parler de *langues de femmes*, on trouve surtout des hommes."

⁴ Todas as traduções são de nossa autoria.

⁵ Mensagem enviada a nós por Noam Chomsky em nove de abril de 2011: "The concept 'mother tongue' is an informal version of what's called I-language in generative grammar, the main topic of investigation".

⁶ "Dans l'ordre de l'imaginaire, espace de l'organisation des sens, tout se passe comme si le "sujet de langage" brésilien allait à l'école apprendre sa langue maternelle et non pas la langue nationale."

⁷ "À partir de là, la langue nationale, nécessaire, fonctionne comme une évidence : c'est la langue maternelle de chacun de nous. On naturalise la coïncidence, en institutionnalisant sa naturalisation – qui devient *mémoire institutionnalisée*."

⁸ "Si l'on réfléchit à l'effet de coïncidence traité dans ce travail, on aurait en fait deux langues maternelles : celle qui sera enseignée [...] qui coïncide avec la langue de la culture, avec la langue nationale; et celle qui dissone avec la langue de la culture, constituée de la pluralité des "variétés naturellement acquises"."

⁹ "Pour ceux qui y sont toujours allés, l'équivalence entre la langue maternelle et la langue nationale reste valable, tandis que les autres y vont pour adapter leur langue maternelle de façon à pouvoir être à la place juste du bien-dire, de la langue nationale."

¹⁰ Embora nosso trabalho deixe um espaço de questionamento das representações da figura da mulher e dos sentidos do *feminino* na história, o presente artigo se encerra sem dar a esse tema toda a atenção que ele merece, seja pela limitação do espaço, seja pela nossa própria limitação para tratar do assunto. Esperamos, contudo, que as luzes que jogamos sobre o problema possam servir de material para pesquisas que interroguem o lugar da mulher na sociedade.

Técnica e ética dos discursos on-line

Os discursos produzidos em ambientes digitais, plataformas (de escritura ou de leitura social, por exemplo), redes (como Twitter ou Facebook mas também outras redes menos citadas como LinkedIn, Youtube, Pinterest) ou ferramentas (os pads permitindo escritas colaborativas espontâneas), modificam a forma material do texto e produzem uma relação do sujeito com a linguagem, cujo processo de constituição, formulação e circulação é afetada por um complexo tecnolinguístico-histórico.

Essa mudança é determinada pela própria materialidade constitutiva do digital e do on-line, no modo como a partir dela o sentido se inscreve na história, produzindo uma outra discursividade, outros processos de significação.

- *no plano ético-jurídico*: coloca-se a questão da privacidade, entendida como uma alternativa à oposição binária privado x público que não tem mais nenhuma pertinência no on-line. A *privacy* implica, com efeito, questões difíceis e, sobretudo, bastante consolidadas em relação aos ambientes: a questão do direito do autor, do direito à imagem, do direito de citação, do plágio, todas as formas as mais complexas e variadas do copyright.

- *no plano socioespacial*: os modos de circulação no espaço urbano e de regulação dos trajetos por meio dos dispositivos de vigilância (câmeras, rastreamento, filtros) produzem questionamentos sobre o direito de ir e vir, de ocupar os espaços da cidade, colocando um problema sobre aquilo que poderíamos chamar de uma ética da segurança. Também nesse plano, é preciso considerar que novas formas de circulação e mobilidade se impõe, por meio da conectividade.

– *no plano enunciativo*: as instâncias enunciativas on-line, uma vez que elas podem ser pseudônimos ou heterônimos (ou anônimos no caso das redes privadas), colocam em causa as concepções tradicionais do “sujeito falante”, do “enunciador” e do “autor”; pois elas podem ser coletivas e partilhadas (locutor aumentado, escrituras colaborativas), elas modificam igualmente a homogeneidade desse sujeito falante lançando-o para a pluralidade ou para a ubiquidade.

- *no plano metodológico*: a questão da constituição dos dados e do corpus. O que é um corpus na web? Um tuíte, um status no Facebook, uma postagem num blog ou um vídeo podem ser extraídos e considerados como enunciados de corpus? Não são eles intrinsecamente tomados nos ambientes relacionais e convencionais que fazem a especificidade das escritas digitais?

– *no plano socioético, ou filosófico*: a acessibilidade dos indivíduos às possibilidades de expressão on-line quaisquer que sejam sua situação econômica, cultural ou social abre novas problemáticas concernentes aos discursos. Podem se colocar questões sobre a legitimidade dos conteúdos (discursos dos amadores), da memória e da conservação dos conteúdos (vestígios on-line deixados por internautas depois de sua morte, particularmente em redes sociais,) ou ainda efeitos induzidos por novas formas de violência verbal (*trolling, cyberbullying, revenge porn*), e sua consideração no regime sócio-ético das comunidades implicadas.

Todas essas questões, relativas à materialidade constitutiva do universo digital e on-line, são profundamente tratadas neste dossiê, intitulado Técnicas e ética dos discursos on-line, elaborado com a colaboração de importantes pesquisadores do Brasil e do exterior, no âmbito da rede de pesquisa franco-brasileira em Análise do discurso digital (A2DI).

Marie-Anne Paveau e Cristiane Dias

A MATERIALIDADE DIGITAL DA MOBILIDADE URBANA: ESPAÇO, TECNOLOGIA E DISCURSO

Cristiane Dias

Labeurb/Nudecri – UNICAMP

***Resumo:** Este artigo se propõe a discutir o sentido de mobilidade urbana e seus processos de significação a partir do digital. Para tanto, vou problematizar, da perspectiva da Análise do Discurso, noções como materialidade digital, espaço, cidade, sentido e sujeito, a fim de construir um dispositivo teórico-analítico que me permita compreender a emergência da discursividade digital na forma material do urbano.*

***Résumé:** Cet article propose une discussion sur le sens de mobilité urbaine et ses processus de signification d'après le numérique. À la fois, je propose une problématisation depuis une perspective discursive, des notions telles que matérialité numérique, espace, ville, sens et sujet, pour construire un dispositif théorique-analytique qui me permettra de comprendre l'émergence de la discursivité numérique dans la forme matériel de l'urbain.*

Nota introdutória

Tenho insistido em meus trabalhos (DIAS, 2014) sobre o processo de significação de mobilidade na constituição do sentido das cidades – entendida a partir dos trabalhos de Orlandi (1999, 2004, 2014) como espaço político-simbólico – e dos sujeitos, a partir da discursividade digital. Entendo que a transformação dos sentidos na/da cidade e do sujeito urbano está ligada a um modo de significação do espaço pelas tecnologias digitais, a partir das quais os processos de significação, interpretação e textualização da cidade têm se dado.

1. Mobilidade densa e mobilidade rarefeita: um espaço retigráfico

Podemos compreender a mobilidade contemporânea a partir de duas características que, para fins de explicação teórico-metodológica, vale

considerar separadamente, mas que, em seu funcionamento, são inseparáveis. São elas:

- MOBILIDADE DENSA
- MOBILIDADE RAREFEITA

A mobilidade densa, consiste no mover-se no espaço físico, de um ponto a outro, seria uma mobilidade onde o corpo e o espaço estão colados, onde há aderência ao espaço geográfico, como aponta Lafont (2004). O corpo se desloca de um ponto a outro numa temporalidade específica. Uma temporalidade de forma densa, medida pela relação com o espaço físico. Ela diz respeito à organização do espaço, sistematicidade, fixação dos sentidos.

A mobilidade densa se textualiza na cidade pela normatização do espaço, como leis e regras que regulam as vias e os percursos dos sujeitos – leis e regras de trânsito, placas indicativas, por exemplo – produzindo um sentido estabilizado, que normatiza os modos de circulação.



R-3 Sentido proibido

Figura 1 - Placa de trânsito



Figura 2 - BR116 – Foto do street view



Figura 3 - Placa Niterói Digital (Imagem: Márcio Alves/Agência O globo -15 ago. 2014)



Figura 4 - Placa wifi gratuito (arquivo pessoal/2016)

Já a mobilidade rarefeita, consiste em se mover sem sair do lugar, no fluxo das redes digitais. Estar aqui, ali e acolá, ao mesmo tempo. O corpo se desloca de um ponto para muitos, de forma instantânea pelo fluxo de dados. Uma temporalidade de forma dispersa, rarefeita. É uma espacialidade não geográfica, espaço feito de fragmentários, luminosidades, *displays touch screem*, uma espacialidade retigráfica, pela sua forma em rede.

Nessa forma de mobilidade, o corpo do sujeito e o corpo da cidade se separam e se constituem por fragmentos e virtualidades, numa espacialidade retigráfica. Na mobilidade rarefeita, predomina a

velocidade, a explosão dos sentidos, a debandada. “Sentidos em fuga”, no dizer de Orlandi (2012).

A conectividade seria o fator que reúne essas duas formas de mobilidade para as quais estou apontando, constituindo a materialidade do urbano contemporâneo, pelo digital, pois é a conectividade que significa o sujeito num ponto do espaço geo-retis-gráfico, se considerarmos a estrutura das redes e das ruas.

Se observarmos as capturas de tela abaixo, veremos o ponto em que a conectividade reúne as duas formas de mobilidade, dando forma ao espaço retigráfico.

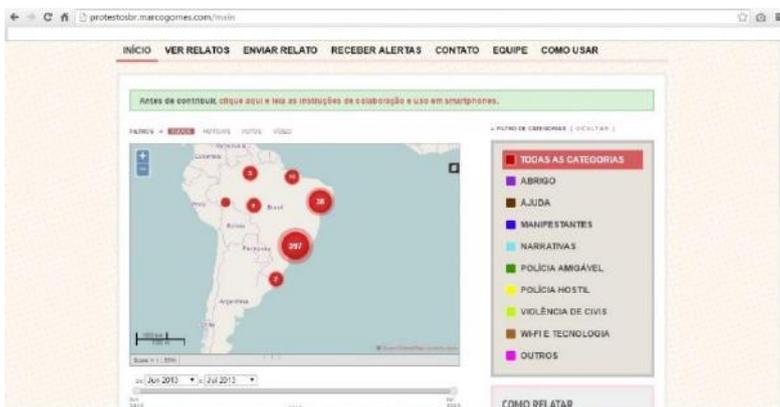


Figura 5 – mapa colaborativo protestos.br



Figura 6 – mapa colaborativo protestos.br



Figura 7 – mapa colaborativo <http://protestosbr.marcogomes.com/reports/view/57>

Trata-se de um mapa colaborativo, criado na ocasião das manifestações brasileiras, ocorridas em junho de 2013, inicialmente, em protesto ao aumento de 0,20 centavos nas tarifas de ônibus de São Paulo. O objetivo do mapa colaborativo é auxiliar os manifestantes a conhecerem a situação das ruas onde está ocorrendo cada protesto. Esse auxílio se dá por meio dos relatos enviados pelos próprios manifestantes, que, a partir de seus telefones móveis, enviam alertas sobre situações de risco, violência, abuso, estabilidade, tranquilidade, ajuda, abrigo, acesso *wifi*, conforme as categorias elencadas no menu à direita (figura 5), e vão construindo o espaço retográfico, mapas de rede.

Nas capturas de tela 6 e 7 (figuras 6 e 7), vemos que, por meio dos relatos, os sujeitos dão orientações a respeito da situação das ruas na ocasião das manifestações. “Policiais fecham a Av Paulista” (figura 6) e na categoria “Polícia hostil”: “De um lado, bomba de gás lacrimogêneo, de outro, rojões. Segue a batalha em BSB” (figura 7). A mobilidade rarefeita, nesse caso, constrói discursivamente a mobilidade densa como referente discursivo.

Como afirmei anteriormente, a mobilidade densa e a mobilidade rarefeita se atravessam, para constituir sujeito, sentido e espaço retográfico. Espaço urbano e espaço digital produzindo a forma material cidade, pela conectividade dos sujeitos. A conectividade seria, então, a forma material da mobilidade contemporânea, uma vez que é por meio da conectividade que o sujeito pode tecer a rede cartográfica do espaço.

O uso dos aplicativos em aparelhos móveis, como os smartphones, é também uma ferramenta fundamental da mobilidade digital e da significação do espaço retográfico, espaço simbólico-tecnológico de sujeitos e sentidos.

Um exemplo é o Aplicativo experimental *SenseMyMood*, que pretende mapear o grau de felicidade e satisfação das pessoas em determinados lugares do espaço urbano. Por exemplo, um sujeito pode enviar ao aplicativo informações sobre como se sente entediado num congestionamento numa avenida determinada ou feliz numa praça específica. Com isso, é possível cruzar os dados enviados por diferentes sujeitos e mapear os lugares em que eles se sentem mais felizes, bem como o que produz neles esse sentimento de felicidade. Da mesma forma, o que produz o sentimento de irritação, tédio, tristeza, como falta ou demora no transporte público, falta de segurança etc. Além disso, o próprio sujeito pode acessar o histórico dos lugares em que ele esteve e ter acesso à memória de como ele se sentiu naquele lugar. O projeto foi desenvolvido por pesquisadores da Faculdade de Engenharia do Porto, em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto¹.



Are you Moody? Temperamental? Or Happy-Go-Lucky? See the impact your emotions have on the World's general mood! Contribute and discover the happiest (or the saddest) places on Earth. SenseMyMood is a collaboration between FELIP and FPCEUP.

The collected data will allow to understand whether there are areas where people feel better/happier, and whether there are environmental factors that correlate with the perceived happiness, like noise or the reason for being there.

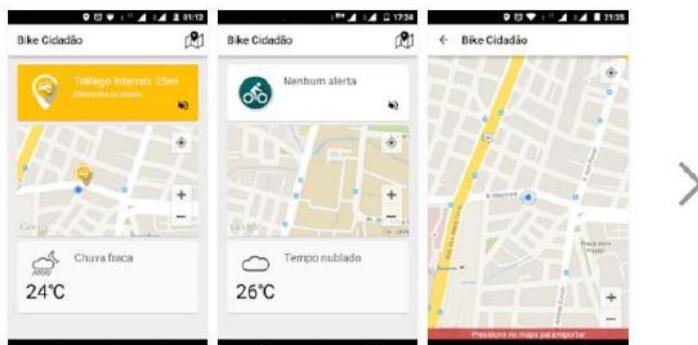
Moreover, SenseMyMood will collect mobility information, to quantify traffic light waiting times, identify traffic congestions at different times of day, and know how many people actually move from one part of the city to another, using which transportation mode.

We do not store personal information, besides what is asked in the demographic questionnaire on the first use. We do not process or analyse the data per individual, but only as aggregate.

Figura 8 – App SenseMyMood

https://play.google.com/store/apps/details?id=future.cities.moodsensor&hl=pt_BR

Outro exemplo dessa mobilidade no espaço retigráfico é o aplicativo *Bike Cidadão*.



A aplicação móvel de crowdsensing para a navegação de bicicleta e compartilhamento de informação para outros ciclistas: Bike Cidadão fornece um recurso de crowdsensing para compartilhar pontos de perigo nas ruas da cidade, informar as condições meteorológicas e enviar alerta de voz de pontos perigosos mais próximas em tempo real.

Desenvolvido pelo projeto, Engenharia de Software para Cidades Inteligentes (ESCIn), PRONEX-FACEPE-APQ 0388-1.03/14, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Engenharia de Software (INES).

Figura 9 -

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.ufpe.cin.contexto.bikecidadao&hl=pt_BR

Conforme descrição (figura 9), esse aplicativo funciona pelo compartilhamento de informações enviadas pelos ciclistas a respeito da situação das ruas, para melhoria da circulação de outros ciclistas. A circulação de bicicletas é uma questão importante da mobilidade no espaço urbano aderente, das cidades sustentáveis. Dessa forma, o *Bike Cidadão* é um aplicativo que textualiza o espaço urbano, a mobilidade densa, pela mobilidade rarefeita, fazendo com que o sujeito circule determinado pelas informações recebidas pelo espaço digital compartilhado:



Figura 10 – captura de tela de smartphone pessoal

É essa textualização do tecnológico e do espaço urbano que produz o espaço retigráfico, *meio material* no qual considera-se a técnica encarnada no mundo, em sua base tecno-histórica, não como transparência, mas como materialidade. Orlandi (2004, p. 130), ao refutar a compreensão da linguagem como mero instrumento de comunicação e coloca-la na relação com o político, a subjetividade, a ideologia, “sendo assim muito mais complexa do que aparentam seus produtos simplificados”, afirma que seus “meios” são meios materiais. É nesse sentido que tomo aqui meio material como técnica encarnada no mundo.

Paveau (2013) em seus trabalhos, fala em termo de “tecnologia discursiva” ou “tecno-discursiva”, o que ela define como:

l’ensemble des processus de mise en discours de la langue dans un environnement technologique. C’est un dispositif au sein duquel la production langagière et discursive est intrinsèquement liée à des outils technologiques en ligne ou hors ligne (ordinateurs, téléphones, tablettes, logiciels, applications, sites, blogs, réseaux, plateformes...). La technologie discursive implique une nature composite des productions langagières.²

Nessa perspectiva, considero, aqui, a relação constitutiva entre tecnologia digital e espaço urbano, *on-line* e *off-line*, no que se refere à significação do espaço, à ordem e à organização³ das cidades. A determinação dos percursos urbanos dos sujeitos, sua mobilidade, se dá por essa constitutividade, *meio material* pelo qual o sujeito é individualizado em seus percursos significantes, pois, como ensina Orlandi (2001, p. 13), a discursividade é um *continuum*, sempre recortado por diferentes versões “(interpretação, formação discursiva, ideologia)”. Daí o trabalho da autora sobre a noção de “forma material”, que inscreve, na reflexão sobre o texto, o processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade.

2. Suporte, forma material, materialidade

Ao definir a noção de “forma material”, Orlandi (1998, p. 47) a distingue da forma abstrata, considerando “ao mesmo tempo forma e conteúdo enquanto materialidade”, e da forma empírica, afastando-se de uma perspectiva pragmática. Com isso, leva em conta a base linguístico-histórica deslocando a análise positivista para a materialista. Na esteira da autora, ao buscar compreender os processos de simbolização do espaço urbano retigráfico pela noção de *meio material*, estou considerando os modos de individualização do sujeito urbano pelo digital. Num movimento teórico semelhante ao de Orlandi, estou levando em conta a base tecno-histórica, ao considerar a materialidade do espaço, deslocando a compreensão e análise do espaço de uma perspectiva empírica e abstrata, do espaço neutro, para uma análise materialista, sem incorrer no risco de reduzir, como diz Orlandi (2012), a materialidade “ao que está dito” ou ao “dado de qualquer natureza que seja”. A centralidade teórico-analítica, nesse caso, é deslocar a compreensão do espaço e da tecnologia como suporte da/para a mobilidade. O espaço se constitui ao mesmo tempo em que o sujeito se move nele, seja a mobilidade densa ou rarefeita. Os trajetos se contornam pela mobilidade, expandindo digitalmente o espaço. As formas da mobilidade pelo digital produzem diferentes efeitos de sentidos para o espaço e para o sujeito, “específicos à sua forma e sua materialidade” (ORLANDI, 2006, p. 5).

Dessa perspectiva, de acordo com Orlandi (2001, p. 11-12), “os ‘meios’ não são nunca neutros”. Daí a importância de considerar os meios como parte constitutiva do sentido, bem como a maneira com que

ele se formula, se constitui e circula. Sendo assim, da maneira como estou buscando descrever *meio material* é possível compreender que uma rua ou uma direção na cidade, ou uma placa *wifi*, ou um aplicativo utilizado por um sujeito para se locomover ou localizar no espaço urbano, como vimos nos exemplos de mobilidade, são parte de um processo de significação, em sua forma de existência histórica, a partir da qual se constroem as coisas-a-saber (ORLANDI, 2012, p. 52). Não se trata de meros suportes da comunicação através dos quais os sujeitos se comunicam pelo envio e troca de dados; discursivamente, diremos que, nesse caso, trata-se do *meio material*, constituído ao mesmo tempo por uma mobilidade densa e uma mobilidade rarefeita. São, como afirma Orlandi (2004), “formas do discurso urbano”.

Culiolli (1981, p. 191), na mesa-redonda “discurso, história-língua” do colóquio *Matérialités Discursives*, ocorrido em 1981, em Nanterre, afirmava naquele momento acreditar estar lidando com uma forma de positivismo ligada a uma certa concepção de materialidade. Essa é, atualmente, uma convicção que se impõe em muitos trabalhos em Análise de discurso que tomam o digital como “suporte” de suas análises (embora digam se tratar de materialidade), desconsiderando a dimensão significativa do espaço. Há uma displicência teórica na maneira como materialidade digital vem sendo tomada de modo indistinto de suporte digital nos procedimentos analíticos em Análise do discurso digital.

Culiolli aponta três maneiras de se conceber a materialidade:

On peut concevoir la matérialité comme un phénomène, à la limite physique, susceptible d’une analyse spatio-temporelle.

D’un autre côté on peut aussi la concevoir, pour continuer ce genre de métaphore, comme une sorte de bloc incontournable, à partir duquel on peut reconstruire quelque chose.

Mais on peut aussi songer à une autre conception de la matérialité, selon laquelle l’énoncé est un construit théorique (...)⁴ (CULIOLLI, 1981, p. 191)

Ora, conceber a materialidade conforme as duas primeiras alternativas apontadas pelo autor é uma possibilidade que nos levaria, sem dúvida, ao modo como o digital vem sendo concebido como suporte. Concebê-la, porém, como um construto teórico, como propõe

Culiolli, significa justamente levar em conta o acontecimento do discurso da tecnologia, sua inscrição na memória discursiva e sua atualização nas formulações digitais. Implicaria considerar a técnica encarnada no mundo. Ainda segundo Culiolli (idem, p. 191), “Ce serait un autre emploi de “matérialité”: non pas matière (préexistant de toute façon comme unité physique) mais forme. Cette forme ne serait pas amorphe, mais produite par tout un ensemble d’opérations, constitutives de toute activité symbolique humaine.”⁵

É aí que considero os aplicativos em sua materialidade, nem apenas matéria (unidade física), nem apenas forma (substância), mas “forma material”, tal como definida por Orlandi (2001, p. 39, 40) em seus trabalhos, como forma discursiva, linguístico-histórica.

3. Meio material, circulação

Partindo da definição de forma material de Orlandi (1998, 2001, 2012), cujos contornos teóricos delineamos no item anterior, o *meio material* tem como princípio articular materialmente tecnologia e espaço.

Debray (1993, 1995), em sua midialogia, vai além da simples consideração dos meios de comunicação de massa como suporte no sentido empírico e abstrato. Como afirma o autor, “o médium, no sentido McLuhan da palavra, não passa do nível térreo. Portanto, não podemos nos deter aí.” (DEBRAY, 1995, p. 21).

Muito antes de McLuhan, a história da escrita tinha materializado o *medium is message* mostrando de que maneira o material condiciona o utensílio de inscrição que, por sua vez, dita a forma da escrita. A midialogia amplia o movimento e prolonga o comando material do domínio gráfico ao universo moral e simbólico. O utensílio modifica o espírito do traçado, mas também os traços do espírito de um tempo, o estilo de um *Zeitgeist*. (DEBRAY, 1993, 208-209)

Debray (1995) vai se afastar de uma visão substancialista do *médium*, buscando uma posição intervalar entre técnica e cultura, não automática e nem direta. Também se afasta de qualquer abstração dos suportes e redes, como as antíteses escrito/oral. Segundo Debray (1995, p. 25), “um médium desenvolve-se a partir do meio em que está

inserido”, ou seja, trata-se de pensar a exterioridade constitutiva do médium. Discursivamente, sua materialidade.

Ainda para o autor, “ao pequeno sistema suporte-dispositivo que faz o médium corresponde o grande sistema médium-meio, complexo sociotécnico que constitui o objeto peculiar da midialogia positiva, histórica”. (DEBRAY, 1995, p. 26).

É a partir dessa relação complexa médium-meio que me interessa pensar *meio material*, da perspectiva da Análise de Discurso, ou seja, pensar o dispositivo, a técnica, o espaço em sua materialidade. Não subestimar as condições sócio-históricas de produção dos sentidos que determinam e formulam os próprios dispositivos técnicos. Como afirma Debray (1995, p. 29), “o edifício dos signos comporta três patamares: físico (técnico), semântico e político”.

Para a Análise do discurso digital esses três patamares são igualmente importantes e constituem o *meio material*, no qual está implicado, em nosso procedimento analítico, o momento da circulação dos discursos. Segundo Orlandi (2001), a circulação é também uma das instâncias de produção dos discursos, ao lado da constituição e da formulação⁶. Nesse sentido, o modo como um discurso circula é parte do seu processo de significação. No entanto, ao perguntar em que meio e de que maneira um discurso circula, não se está perguntando por seu suporte. Como diz Orlandi (2001), saber se escrito em uma faixa, documento, carta etc., não significa perguntar pelo suporte, mas pela matéria significativa à qual o sentido não é indiferente, pois é ela que lhe dá uma forma (ORLANDI, 1998).

Nessa perspectiva, um texto escrito num outdoor numa cidade, significa de uma certa maneira. Vejamos:



Figura 11 - Captura de tela de postagem no twitter

Segundo Orlandi (2001, p. 12), quando pensamos um texto, pensamos:

Em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significante e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); **como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto**; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade.⁷

À luz dessa formulação, gostaria de analisar a figura 7 como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto. Segundo ensina a autora, para o analista interessa os pontos no texto onde incide a discursividade, que se manifesta materialmente no texto. Sendo assim, chamo a atenção para a incidência da discursividade digital, que se manifesta na textualidade do outdoor instalado numa via urbana. É somente pela complexidade da relação memória e discurso que é possível produzir sentido para esse outdoor; isso, por sua vez, só é possível a partir da discursividade do digital. Em maio de 2016, na ocasião do início do processo de

impedimento da presidenta brasileira Dilma Roussef, usuários da rede social *Facebook* iniciaram um movimento de contestação chamado Vomitação, um movimento que consiste convocar o maior número possível de usuários a utilizarem o emoji⁸ Meep  em postagens julgadas ofensivas à justiça e à democracia. É esse movimento que emerge discursivamente, produzindo o sentido de contestação ao texto asgado “Não fale em crise. Trabalhe.”, enunciado referido pelo então presidente em exercício Michel Temer, em seu discurso de posse. Nessa análise, diremos que o *meio material* do discurso consiste no conjunto complexo em que tecnologia (digital) e espaço (urbano), mas também tecnologias do urbano (outdoor) e espaço digital (emoji), se ligam materialmente no texto pelos meios simbólicos de circulação do discurso. Não se trata de uma divisão entre o *on-line* e *off-line*, mas de considera-los materialmente ligados.

De modo abstrato, *on-line* e *off-line* podem ser consideradas separadamente, mas, da perspectiva discursiva, estão materialmente ligados. Assim, se durante uma viagem recebemos em nosso smartphone uma notificação de acidente à frente (conforme figura 8), não podemos considerar esse alerta da perspectiva *on-line* ou *off-line*; não é possível produzir sentido para o acidente como fato ao manter essa divisão. Se, no entanto, considerarmos o *meio material*, tecnologia e espaço ligados materialmente, em certas condições de produção do sentido, com seus efeitos e sua memória histórica, não estratificada, estaremos falando em termos de materialidade digital. O digital, aí, significa pelas suas condições de produção discursivas, e não por suas condições técnicas, físicas, que seria o caso do suporte. A escrita, na pedra, no papel, na pele de animal ou no muro da cidade, não significa pelo suporte no qual se inscreve, mas pela forma material, linguístico-histórica na qual se textualizam sentidos em certas condições de produção.

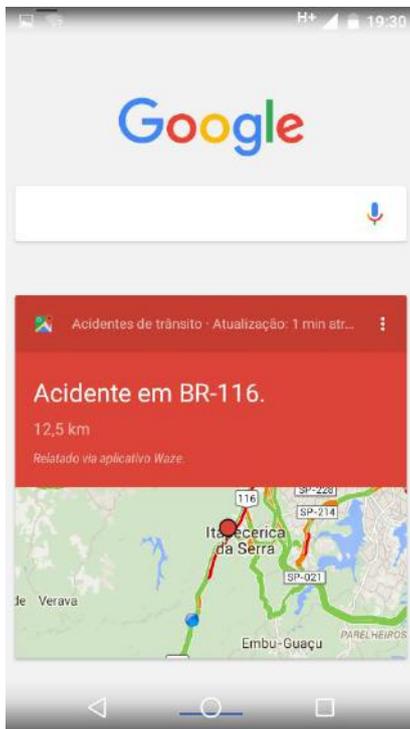


Figura 12 - Captura de tela de smartphone pessoal



Figura 13 - Foto de arquivo pessoal – BR 116 (Itapecerica da Serra)
17 jul. 2016

Desse modo, a materialidade digital não deve se confundir com suporte porque o que chamamos materialidade digital é o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo *meio material* (aplicativo, outdoor, rede social, cidade etc.). Podemos dizer, a partir das análises apresentadas anteriormente, que a materialidade digital inclui tanto o *meio material* que, por sua vez, reúne de modo constitutivo as tecnologias do urbano às tecnologias digitais, quanto a forma material, que, por seu lado, reúne língua e história.

Nota conclusiva

Enquanto analistas do discurso, não devemos esquecer que é o funcionamento da interpretação que interessa. E é nessa medida que consideramos o técnico como parte da própria linguagem. Nos trabalhos de Paveau (2015, p. 52, 2015a) em ADN (Analyse du Discours Numérique), o técnico faz parte da própria linguagem, assim como o social, o cultural, o histórico, o ético, o objtetal, o animal etc., constituindo o que a autora chama “compósito heterogêneo”⁹.

O digital é, portanto, “matéria significante” (ORLANDI, 1998). Para Orlandi, por não ser indiferente à matéria significante, a análise do discurso nunca se restringiu à língua ou à escrita como lugares de constituição do sentido. Daí meu interesse pelos processos de significação da mobilidade urbana e seus efeitos na constituição dos sentidos, dos sujeitos, da própria linguagem, a partir do digital.

Referências bibliográficas

- DEBRAY, Régis. *Manifestos midiológicos*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- _____. *Curso de midialogia geral*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.
- CULIOLLI, Antoine. Table-ronde discours, histoire-langue. In: CONEIN, Bernard et. al. (orgs.) *Matérialités discursives*. Nanterre: Presses Universitaires de Lille, 1981. pp. 177-198.
- LAFONT, Hubert. Introduction. Modernes mobilités urbaines. In: KAPLAN, Daniel; LAFONT, Hubert. *Mobilités.net: villes, transports, Technologies face aux nouvelles mobilités*. Paris : FING-LDG, 2004. pp. 17-21.

- ORLANDI, Eni. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. In. *Línguas e instrumentos linguísticos*. N. 34, jul-dez, 2014.
- _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Ponte, 2012.
- _____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *N/o limiar da cidade*. In. *Rua Especial*. Jul, 1999. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/issue/view/699/showToc>
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- _____. “Composite », *Technologies discursives*, [Carnet de recherche], ago/2015a <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=699>. Acesso em : 28 jul. 2016.
- _____. “Technologie discursive », *Technologies discursives* [Carnet de recherche], <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=277>, jan/2013. Acesso em : 25 jul. 2016.

Palavras-chave: materialidade digital, meio material, mobilidade

Mots-clés: matérialité numérique, medium matériel, mobilité

Notas

¹ O desenvolvimento do aplicativo insere-se no projeto SenseMyCity, desenvolvido no âmbito do FutureCities, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (equipe liderada por Ana Aguiar). Ver: <http://futurecities.up.pt/site/entrevista-com-ana-aguiar/>. Para saber mais sobre a pesquisa SenseMyMood ver: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/83322/2/125905.pdf>

² Tradução: “O conjunto dos processos de discursivização da língua no meio tecnológico. É um dispositivo no seio do qual a produção languageira e discursiva está intrinsecamente ligada a instrumentos tecnológicos online e off-line (computadores, telefones, tablets, softwares, aplicativos, sites, blogs, redes, plataformas...). A tecnologia discursiva implica uma natureza compósita das produções languageiras.”

³ Orlandi (1998, 1999, 2001) faz a distinção entre ordem e organização. Ordem é da instância do real do discurso e a organização da instância do imaginário. Para a autora,

a organização “não expressa concepções de mundo mas dá indícios de como o autor pratica significações” (2001, p. 12, 13).

⁴ Tradução: “Podemos conceber a materialidade como um fenômeno, no limite, físico, suscetível de uma análise espaço-temporal.

Por outro lado, podemos também concebê-la, para continuar esse gênero de metáfora, como uma espécie de bloco incontornável, a partir do qual podemos reconstruir alguma coisa.

Mas podemos também sonhar com uma outra concepção da materialidade, segundo a qual o enunciado é um construto teórico (...)”

⁵ Tradução: “Esse seria um outro emprego de “materialidade”: não matéria (preexistente de toda forma como unidade física) mas forma. Esta forma não seria amorfa, mas produzida por todo um conjunto de operações, constitutivas de toda atividade simbólica humana. ”

⁶ Cabe esclarecer que, para Orlandi (2001, p. 9), os três momentos do processo de produção dos discursos são inseparáveis, porém, “por necessidade teórica ou por opção metodológica em relação a nossos procedimentos analíticos” (idem, p. 12), é possível privilegiar uma dessas instâncias em relação à outra. Sendo assim, considerados em suas especificidades, cada um, ao mesmo tempo que os outros dois sendo parte do processo de significação. Nesse artigo, faz-se necessário privilegiar a instância da circulação por uma necessidade teórica, pois é o nessa instância da produção do discurso que o meio material se torna mais relevante.

⁷ Os grifos são meus.

⁸ “Emoji é de origem japonesa, composta pela junção dos elementos *e* (**imagem**) e *moji* (**letra**), e é considerado um **pictograma** ou ideograma, ou seja, uma **imagem que transmite a ideia de uma palavra** ou frase completa. ”
<http://www.significados.com.br/emoji/> Acesso em 27/07/2016.

⁹ « (...) le terme *composite* désigne la co-constitution du langagier et du technique dans les discours natifs d’internet. Les observables ne sont plus alors des matières purement langagières, mais des matières *composites*, métissées de non-langagier de nature technique. » Tradução : « (...) o termo *compósito* designa a co-constituição do linguageiro e do técnico nos discursos nativos da internet. Os observáveis não são mais matérias puramente linguageiras, mas matérias *compósitas*, mescladas do não-linguageiro de natureza técnica. ” (Paveau, 2015a)

ÉTHIQUE DU DISCOURS NUMÉRIQUE

Marie-Anne Paveau

Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité

Resumo: A massificação da comunicação online modifica a ordem do discurso em muitos planos, entre os quais o plano ético. O acesso de todos à escrita e à leitura online, as possibilidades infinitas de se relacionar, inclusive com desconhecidos, os dispositivos de publicação, a ausência física nas trocas comunicativas impõem novas normas para a ética do discurso. Após colocar a noção de ética do discurso digital, este artigo considera a questão sob o ângulo da integridade discursiva (a questão da vida privada), do ajustamento discursivo (a questão da verdade dos discursos) e da decência discursiva (o exemplo da cyberviolência discursiva).

Resumé: La massification de la communication en ligne modifie l'ordre du discours sur de nombreux plans, dont le plan éthique. L'accès de tous à l'écriture et à la lecture en ligne, les possibilités relationnelles infinies, y compris avec des inconnus, les dispositifs de publication, l'absence physique dans les échanges imposent de nouvelles normes pour l'éthique du discours. Après avoir posé la notion d'éthique du discours numérique, cet article envisage la question sous l'angle de l'intégrité discursive (la question de la vie privée), de l'ajustement discursif (la question de la vérité des discours) et de la décence discursive (l'exemple de la cyberviolence discursive).

Abstract: The massification of online communication changes the order of the discourse on many levels, including ethically. The universal access to writing and reading online, the infinite relational opportunities, including with strangers, the publication devices, the physical absence in verbal interactions impose new standards for discourse ethics. After defining the notion of digital discourse ethics, this article considers the issue from the perspective of the discursive integrity (the issue of privacy), the

discursive adjustment (the question of the truth of discourse) and discursive decency (the example of discursive cyberbullying).

Introduction. Définir l'éthique du discours numérique

L'éthique du discours numérique est l'ensemble des critères d'acceptabilité des discours produits sur internet par rapport aux valeurs reconnues par les usagers dans un espace et dans un temps donnés. Ces valeurs de nature morale, relatives aux deux grands pôles du bien et du mal, construisent dans une société les critères des actions destinées à une vie bonne ou au contraire dirigées vers la nuisance d'autrui (OGIEN, 2007). On ne parlera pas ici d'éthique comme ensemble de critères normatifs appliqués aux discours à la manière d'une éthique kantienne ou religieuse, qui définit des principes préalables et transcendants et considère comme transgressifs les discours qui ne s'y conforment pas ; on envisagera plutôt l'éthique des discours comme une éthique des valeurs intersubjectivement négociées par les acteurs de la production verbale sur internet, dans la perspective du courant de l'éthique des vertus (PAVEAU, 2015 [2013]). L'éthique du discours numérique est donc toujours construite par un métadiscours car elle est définissable seulement par ce que les usagers en disent. Les valeurs mobilisées par l'éthique du discours numérique sont en partie les mêmes que celles de l'éthique du discours hors ligne mais s'y ajoutent des valeurs spécifiques aux communications connectées qui ont une dimension actionnelle (VITALI ROSATI, 2012).

En ligne, il existe en effet un lien intrinsèque entre le discours et l'action, comme le précise Marcello Vitali Rosati: "Pour qu'il y ait le besoin, et la possibilité, d'une éthique du numérique, il faut d'abord considérer que ce dernier produit un espace d'action particulier et spécifique." (2012, p.2). Cet espace est à la fois concret et relationnel:

Mais une plus grande familiarité avec les technologies numériques nous fait désormais comprendre que l'espace qu'elles produisent est un espace concret, réel et probablement aussi physique. Comme tout espace, l'espace

numérique est l'agencement d'une série de relations entre des choses. Ces relations sont concrètes ou ne sont pas. Il s'agit de relations de proximité ou de distance, de plus ou moins forte accessibilité ou visibilité (VITALI ROSATI, 2012, p.6).

Il faut insister sur cette dimension actionnelle de l'internet, et en particulier du web, pour comprendre en quoi il est un lieu où se déploie une éthique discursive et relationnelle. L'action en ligne est souvent la mise en place d'une relation: un compte sur un réseau social est un espace relationnel, autrement dit un annuaire de liens; une publication sur un blog crée une relation avec les lecteurs et commentateurs potentiels; une recherche ou un achat en ligne crée automatiquement un lien avec d'autres objets de recherches ou d'achats algorithmiquement liés. Marcello Vitali Rosati estime que

le numérique, et le Web en particulier, est devenu notre principal espace d'action, ou du moins un des espaces privilégiés de nos actions. Une grande partie de nos travaux se fait à l'aide d'Internet, nous communiquons avec nos amis et nos familles sur le Web, nous nous y informons et nous y amusons, nous y lisons, organisons nos voyages, faisons nos courses, gérons notre argent. Une partie importante de nos actions quotidiennes se fait dans l'espace numérique. Et la tendance de cet espace est d'occuper de plus en plus notre vie en englobant l'espace non numérique (VITALI ROSATI, 2012, p.12).

Mais l'éthique numérique est essentiellement une éthique discursive, et même scripturale. Pour agir en ligne en effet, il faut écrire; et inversement, une grande partie des écrits en ligne sont des actions. Cette dimension actionnelle distingue fortement les écrits numériques des écrits prénumériques, souligne encore Marcello Vitali Rosati:

Nous avons dit qu'agir dans l'espace numérique signifie écrire. L'action numérique est de l'écriture. La première caractéristique de cette écriture est donc de ne pas se

présenter en premier lieu comme une représentation du monde, mais comme un acte. On pourrait en effet penser qu'écrire signifie avoir pensé le monde et le transcrire. [...]

L'écriture numérique ne peut être interprétée de cette manière : elle est tout d'abord action. On voit, on fait et on vit dans l'espace numérique en écrivant. Comme nous l'avons dit, même en lisant quelque chose en ligne, nous écrivons. En regardant ce qui se passe dans une ville à l'aide d'une webcam, nous écrivons: nous laissons des traces faites de code sur des serveurs. Quand nous communiquons avec un ami, nous écrivons; lorsque nous achetons quelque chose, nous écrivons. L'écriture est l'action et non pas la représentation de l'action (VITALI ROSATI, 2012, p.53 et 54).

Dans cette espace actionnel et relationnel qui annule presque la distance entre action et représentation de l'action, certaines questions d'éthique se posent.

Les événements discursifs moraux sont fréquents sur internet: phrases assassines reprises en buzz sur les réseaux sociaux, cyberviolence de toutes intensités, de la microviolence de la petite médisance au suicide par cyberbullying en passant par le tweetclash, le trolling, la campagne de dénigrement, etc., publication des petites et grandes transgressions des personnages publics ou des simples citoyens; mais également, du côté du bien, célébrations des discours vertueux et courageux de toutes natures, paroles généreuses, dispositifs solidaires, dévouements remarquables. Tous ces événements discursifs produisent de l'indignation ou de l'émotion partagée, des paniques morales ou des soutiens éthiques, toujours *via* des échanges discursifs intenses sur les critères moraux d'acceptabilité et d'inacceptabilité des discours. Au cœur de ces discours, des questions récurrentes se posent. On envisagera ici celles de l'intégrité des internautes et de leurs contenus (le problème de la protection de la vie privée), de la vérité des discours (l'ajustement discursif aux croyances justifiées) et de la décence discursive (les problèmes de la cyberviolence et de la propriété intellectuelle et discursive).

1. L'intégrité discursive. La question de la vie privée

La publication d'informations d'un ou sur un individu sans son consentement, surtout quand elles sont de nature à lui nuire, constitue une transgression d'ordre éthique dans la mesure où elle touche à son intégrité. Cette transgression peut être de l'ordre de l'indiscrétion, de l'intrusion, de la médisance, de la diffamation, etc., sur une échelle d'intensité variable. Le développement des médias d'information et de communication et en particulier du web social, permettant l'accès de tous aux outils de rédaction et de publication, a considérablement augmenté l'importance accordée à la protection de la vie privée et à la propriété intellectuelle, enjeux d'une "guerre culturelle autour de la vie privée" selon la formule d'Antonio Casilli (2014). On ne compte plus les affaires de droit à l'image, les plaintes pour plagiat ou pour violation des droits d'auteur qui se règlent au tribunal. Si ces phénomènes semblent principalement d'ordre juridique, ils s'inscrivent cependant dans une problématique éthique au cœur de laquelle se trouve la définition du privé par rapport au public.

L'internet et en particulier le web 2.0 a complexifié cette question jusqu'à la modifier, comme le souligne Josée Côté:

Nul ne conteste que les journaux électroniques sont d'ordre public alors que les sites donnant accès à des informations bancaires personnelles sont privés. La question apparaît plus difficile lorsqu'il s'agit des réseaux sociaux, qui se présentent comme des sites hybrides, parfois publics, parfois privés [...]. En effet, à l'ère du Web participatif, il est fréquent de retrouver un amalgame de fonctionnalités interactives sur un même site: il sert à la fois de site d'information, de forum, de site de clavardage, de site collaboratif pour créer des applications, publier du contenu ou échanger des fichiers textes ou audio, des vidéos ou des photos (CÔTÉ, 2012, p.6).

Par conséquent, "les définitions rigides entre public et privé sont contraires à la nature des interactions en ligne puisque la majorité des communications se produit simultanément dans un lieu privé et public (2012, p.7). Les notions juridiques de

“protection” et de “droit à” deviennent alors insuffisantes et même erronées pour penser le rapport des individus à leur intégrité sur internet. Il est donc sans doute plus juste de penser que les internautes voient l’internet comme un espace médian où les notions de privé et de public sont concomitantes, révisables et même croisées:

Actuellement, la notion de vie privée s’élargit et s’oriente vers un réseau [...]. Pour Charles Ess (2010), cette privauté élargie s’apparente au concept danois de sphère intime : un espace de communication partagé mais privé. D’autres y voient une révolution anthropologique où la protection de la vie privée n’apparaît plus comme essentielle au bien-être des peuples (BLOCHE; VERCHÈRE, 2011). Ces derniers rapportent, à titre d’exemple, que 69 % des photographies publiées sur Flickr sont laissées accessibles à tous alors que leurs auteurs ont la possibilité de les rendre privées; de même, 61 % des utilisateurs de Facebook se rendent visibles à tous, et les usagers y inscrivent en moyenne 40 informations à caractère personnel [...]. Pour Cardon (2008), cette exposition de soi représente à la fois un risque et une opportunité puisque l’identité numérique construite devient un signe relationnel et une occasion de coopération davantage qu’une information divulguée (2012, p.9)¹.

Le traitement éthique de la question privée vs public ne peut donc plus se faire au sein d’une opposition binaire et de définitions juridiques fondées sur les notions de protection et de droit et doit adopter une autre perspective. Celle que propose Antonio Casilli permet d’approcher les publications en ligne en termes de construction d’un capital social, hypothèse qui fait échec au discours sur la fin de la vie privée qui ne manque pas d’accompagner les critiques de l’hypervisibilité en ligne. Cette dernière position est tenue par exemple par Vinton Cerf (l’un des pères fondateurs d’internet) ou Mark Zuckerberg (PDG de Facebook), et réaffirmée par de nombreux responsables d’entreprises et plateformes, ainsi que par des rapports, comme le rapport Pew de 2014 notamment, qui propose une synthèse d’avis

d'experts (Pew Research Center, 2014): la notion même de vie privée serait en train de disparaître du fait de la circulation des informations sur internet. *A contrario*, la notion d'élaboration d'un capital social par les activités discursives de publication, révélation ou mise en scène de soi peut se définir comme "l'acquisition, via des relations médiatisées pas les TIC, de ressources matérielles, informationnelles ou émotionnelles" (CASILLI, 2014, p.18). La saisie éthique de la notion de vie privée devrait donc dépasser la simplicité binaire de la paire privé vs public et prendre en compte essentiellement les comportements des internautes, leurs motivations et leurs conceptions de la vie privée.

Un bon exemple de cette approche est la manière dont a été reçu le "*Facebook Copyright Hoax*", ce message que les utilisateurs de Facebook relaient régulièrement depuis 2012, afin de protéger leurs contenus d'une éventuelle utilisation commerciale par le réseau social. En voici le texte original en anglais (*la version française étant issue d'une mauvaise traduction automatique*):



Image 1: texte du *Facebook Copyright Hoax*
 (<http://expioconsulting.com/confusion-facebook-guidelines/>)

Dans un billet intitulé “Pourquoi on devrait prendre au sérieux le ‘Facebook Copyright Hoax’”, Lionel Maurel (Calimaq) estime que le mépris manifesté envers ce hoax, en particulier par les juristes, empêche d’observer les comportements des internautes. Selon lui, cette publication “traduit quelque chose d’intéressant dans les aspirations des internautes et la manière dont ils souhaiteraient que l’usage de leurs contenus et données sur le web soit régulés” (2015, en ligne). Lionel Maurel trouve que les utilisateurs, en publiant ce texte, consentent à une utilisation non commerciale de leurs contenus, en quelque sorte placés de ce fait sous ce qui ressemble à une licence Creative Commons CC-BY-NC (c’est-à-dire avec attribution de crédit, partage et modification autorisés mais sans utilisation commerciale)². Il inscrit cette pratique dans un mouvement actuel vers le copyleft (inverse du copyright, c’est-à-dire le fait de céder volontairement ses droits) et les Privacy Commons, “permettant aux individus de déterminer finement les usages autorisés de leurs données par des tiers” (MAUREL, 2015, en ligne).

Les critères d’acceptabilité morale de la publication des discours en ligne, qu’il s’agisse de productions créatives ou de données personnelles ne peuvent donc être établis à l’avance ni appliqués de l’extérieur, mais doivent s’appuyer sur les représentations et les connaissances des internautes eux-mêmes.

2. L’ajustement discursif. La question de la vérité

Le second questionnement éthique quant aux discours numériques concerne la vérité. Cette question est une constante des débats sur la valeur des communications sur internet depuis son existence, notamment à travers le problème du pseudonymat et de l’anonymat, qui servira ici de fil rouge à la réflexion. On ne compte plus en France et ailleurs les tentatives juridiques pour interdire les pseudonymes (PAVEAU, 2015a) et les discours critiques sur la possibilité de dissimuler son identité sur internet. La question des “fakes” ou faux profils est selon Fred Pailler et Antonio Casilli un “point de confluence d’un ensemble d’attentes relatives aux conduites et aux modalités de subjectivation des usagers”:

Ainsi les *fakes* se sont-ils vus, entre autres, désignés comme des imposteurs dépourvus d'intégrité morale (les "faux profils" sur les médias sociaux), comme des tricheurs animés par des intentions prédatrices (les "pervers" des sites de rencontre) ou encore comme l'incarnation de l'exploitation capitaliste des communs (les "faux-nez" sur Wikipédia) (PAILLER; CASILLI, 2015, p.6).

Les pseudonymes ou fakes posent en effet une des questions morales les plus importantes: la vérité et le mensonge, mentir sur son identité permettant d'autres transgressions et l'accès à la violence et à la criminalité en ligne. Le pseudonymat et même l'hétéronymat font cependant partie de l'économie discursive de l'internet et présentent des possibilités morales inverses du côté de la vie bonne : accès à la parole des individus silencieux pour des raisons diverses, dont politiques, liberté d'expression et circulation de paroles inaudibles dans les espaces prénumériques, formation de groupes, réseaux et communautés à partir d'identités numériques de partage et de reconnaissance, soutien à la fabrication et au maintien de certains liens sociaux et affectifs.

Plusieurs événements ont mis en lumière les enjeux éthiques du pseudonyme, dont l'affaire des "*real names*" sur Facebook en 2012, à l'origine de ce qu'on a parfois appelé les "*nym wars*", les guerres des noms. L'utilisation du "vrai nom" figure dans les conditions d'utilisation de Facebook depuis l'origine, mais la politique du groupe s'est radicalisée cette année-là. En juillet, le réseau demande en effet à ses membres des informations sur le "vrai nom" de certains de leurs amis, dans le message suivant qui s'affiche dans un encadré à la connexion: "Veuillez nous aider à comprendre la façon dont les gens utilisent Facebook. Votre réponse restera anonyme et n'affectera pas le compte de votre ami(e). S'agit-il du véritable nom de votre ami(e)?" Après le nom et la photo apparaît la liste des réponses possibles: "oui", "non", "je ne connais pas cette personne", "je ne souhaite pas répondre".



Image 2: fenêtre d'information Facebook sur les “vrais noms”, (In: NIKOPIK, 2012)

Cette disposition est immédiatement vue comme un dispositif de dénonciation et déclenche de nombreux débats autour de la question morale. Le blogueur Nikopik s'en émeut et contacte Facebook qui lui fait cette réponse:

La mission de Facebook est de rendre le monde plus ouvert et connecté. Les internautes utilisent Facebook pour rester en contact avec leurs amis et leur famille, pour savoir ce qu'il se passe dans le monde et pour partager et exprimer ce qui importe à leurs yeux. Ils tireront le meilleur du site en utilisant leur véritable identité. Cela permet une responsabilité plus importante et un environnement plus sécurisé et digne de confiance pour les internautes. Utiliser un faux nom ou une fausse identité est une violation de nos principes, nous encourageons donc les internautes à signaler toute personne qui pourrait agir ainsi, soit via les liens à cet effet présents sur le site, soit en nous contactant via le formulaire de notre rubrique dédiée aux questions des

utilisateurs. Nous avons une équipe qui s’occupe spécifiquement de ces questions, qui lit toutes les remarques envoyées, les signalements d’éventuels faux profils et agit en conséquence. Ainsi, nous envisageons de supprimer un profil si et seulement si nous estimons qu’il n’est pas authentique et qu’il comporte de fausses informations. (NIKOPIK, 2012, en ligne)

Facebook met donc en avant la vérité (“véritable identité”) pour défendre une valeur morale de “responsabilité”, et une valeur d’ordre psychomoral, la “confiance”. La réponse insiste sur la notion de faux, présente à cinq reprises dans ce texte bref : “faux nom”, “fausse identité”, “faux profils”, “fausses informations”, “pas authentique”. Facebook adopte le rôle, selon l’expression d’Antonio Casilli, d’un “entrepreneur de morale” (CASILLI, 2014) avançant des principes préalables et abstraits (vérité, authenticité, responsabilité) pour réguler des situations pratiques et concrètes. Quelques mois plus tard en septembre 2012, Facebook publie sur sa page le message suivant:

19 septembre 2012

Il est important d'utiliser votre vrai nom et votre vraie date de naissance de sorte que nous puissions trouver votre profil si vous ne parvenez plus à y accéder. Veuillez vous rendre sur le lien suivant pour changer votre date de naissance <<https://www.facebook.com/help/121641674584595/>> et sur ce dernier pour mettre à jour votre nom <<https://www.facebook.com/settings>>.

Certains comptes d’internautes sont alors bloqués par la plateforme qui envoie le message suivant : “Votre compte a été bloqué car nous avons détecté que votre profil ne reflète pas votre nom réel. Veuillez fournir les informations suivantes pour nous permettre de confirmer que le nom que vous indiquez est bien le vôtre. Facebook est une communauté dans laquelle les gens communiquent en exposant leur nom réel. Nous ne pourrions vous aider si vous n’indiquez pas votre nom réel et complet dans le champ ci-dessous”. L’usager est invité à remplir les champs

prénom, second prénom, nom de famille et à scanner une pièce d'identité. Fred Pailler et Antonio Casilli analysent un phénomène analogue concernant Google + en 2011:

[...] la politique engagée en 2011 a consisté à supprimer sans sommations des milliers de comptes ne répondant pas à ce que l'entreprise considérait comme étant formellement un "vrai nom". Cette campagne a eu pour principal résultat la suppression des comptes de personnes bien réelles, qu'il s'agisse d'artistes, de professionnels connus sous leur nom de scène ou de personnes dont la culture veut qu'ils aient trois ou quatre noms différents à fournir pour leur permettre de s'identifier correctement (comme c'est le cas dans différents pays asiatiques, par exemple). (PAILLER; CASILLI, 2015, p.4).

Facebook réaffirme cette politique du vrai nom en 2015 dans la mise à jour des conditions d'utilisation et développe les arguments dans la page consacrée aux standards de la communauté³. On y trouve ce texte, toujours d'actualité en avril 2016:

Utilisation de votre véritable identité : en quoi l'exigence de Facebook concernant l'utilisation d'un nom réel crée un environnement plus sûr.

Les utilisateurs de Facebook communiquent sous leur véritable identité. Lorsque les personnes expriment leur avis et agissent en utilisant leur véritable identité et leur réputation, notre communauté devient davantage responsable. Si nous découvrons que vous possédez plusieurs profils personnels, nous pouvons vous demander de désactiver les profils supplémentaires. Nous supprimons également tout profil qui usurpe l'identité d'autrui.

Le lien entre "véritable identité" et responsabilité demeure, comme une architecture stable de la politique du groupe. On retrouve là la traditionnelle méfiance envers les noms et les identités d'emprunt, dans une conception occidentalocentrée de l'identité considérée comme stable, unique et vérifiable

administrativement. Cette conception va à l'encontre des standards d'autres aires culturelles et géographiques (Asie, Afrique notamment, où le système des noms est beaucoup plus complexe et surtout évolutif selon les temps de la vie et les situations sociales particulières), mais aussi ceux d'un certain nombre d'individus aux identités liquides pour lesquels le pseudonyme est une question de survie. En juin 2015, une journaliste étatsunienne spécialisée dans les questions de sexisme voit par exemple son compte bloqué à cause du pseudonyme qu'elle utilise pour se protéger des commentaires haineux, des menaces de viol et de mort que les féministes militantes reçoivent couramment sur les réseaux et les pages de la presse en ligne. Quelques mois auparavant, en 2014, s'était déclenchée une "*nym war*" concernant la communauté LGBT et les femmes, premières cibles de la violence hors ligne et sur les réseaux sociaux. Les victimes de misogynie, sexisme, violence conjugale, homophobe, lesbophobe, transphobe, etc. sont plus exposées que les autres sur les réseaux sociaux et les associations de défense préconisent souvent le pseudonymat comme mesure de protection. Le Guide de la vie privée du survivant (*Privacy and Safety on Facebook. A Guide for Survivors of Abuse*) rédigé par le *National Network to End Domestic violence* donne une série de conseils à ce propos⁴: "Survivors can maximize their privacy by using being careful about what they share, strategic in creating accounts (not using your real name in your email or username) and using privacy settings in social networks." (cité dans Blue, 2015, en ligne). Une catégorie précise a particulièrement été visée par le blocage des comptes: les drags queens. En septembre 2014, la célèbre drag queen Heklina, fondatrice du non moins célèbre club Trannyshack voit son compte effacé par Facebook et reçoit un message lui demandant de revenir à son nom de naissance. De nombreuses autres drags queens connaissent la même mésaventure et ne parviennent pas à récupérer leurs données. Cette fermeture brutale a des conséquences graves sur la vie d'une communauté qui ne fonctionne qu'avec des pseudos ou noms de scène: Heklina explique par exemple qu'elle se trouve coupée de toutes les autres drags, dont elle ne connaît pas le nom de naissance. Mais, pire,

cette disposition de Facebook oblige à un *coming out* lourd de conséquences, comme l'explique l'avocat Scott Wiener²:

Preventing drag queens from using the names that actually define who they are also puts a number of people in the untenable position of having to choose between telling the world that they're drag queens and abandoning Facebook for their drag personas. While many drag queens are “out” about who they are, not all drag queens have that luxury. Plenty of discrimination, hate, and violence toward the LGBT community still exists in many parts of the world, and various people have drag personas that they feel the need to keep separate from the rest of their lives. People who disclose their non-drag identity – and who, conversely, announce to the world that they are drag queens – should do so because they want to, not because Facebook is forcing them to do so in order to continue using their profiles.
 (rapporté dans Burr, 2014, en ligne)

Plusieurs campagnes sont lancées sur Twitter pour soutenir les queens : #mynameis pour la restauration des pseudonymes sur Facebook, et #logoffforpride pour favoriser la déconnexion provisoire ou définitive du réseau social.

On peut citer d'autres exemples où la politique (ou la morale?) des noms sur Facebook entre en conflit avec les usages et besoins sociaux des individus: des “*native americans*” ont également été victimes de cette politique, Facebook ayant fermé des comptes d'utilisateurs portant leur nom tribal. Shane Creepingbear, Lance Brown Eyes, Lana Lone Hill ont tous vu leur compte fermer car leurs noms n'ont pas été “approuvés” par la plateforme, selon le terme utilisé (PHILLIP, 2015). Le réseau Facebook s'est d'abord défendu en expliquant qu'il ne demandait pas le nom légal de ses usagers, mais celui qu'ils “utilisent dans la vie réelle” (*real life*). De fait, les deux se superposent dans la mesure où une pièce d'identité est requise pour restaurer le compte fermé. Depuis octobre 2015, Facebook a assoupli sa politique et permet aux usagers d'expliquer pourquoi ils souhaitent conserver leur

pseudonyme: il s'agit d'une modification dans la définition du patronyme et de ses représentations culturelles.



Image 3: bandeau de la page Facebook de Heklina (<https://www.facebook.com/Heklina/?fref=ts>)

Ces affaires, auxquelles on pourrait ajouter bien d'autres (notamment sur les pseudonymes protecteurs pour des militants politiques en régime autoritaire, des acteurs de révolutions, soulèvements ou résistances) mettent en lumière une contradiction importante dans les débats sur la vérité des mots et des discours : pour Facebook, le "nom véritable" rend l'environnement de la plateforme plus "sûr" ; mais pour la journaliste féministe et les drag queens, c'est exactement le contraire. Facebook comme d'autres réseaux sociaux et plateformes (le même type de problème s'est posé pour Google + qui en 2011 a interdit les pseudos) appliquent une éthique de type déontologiste, c'est-à-dire reposant sur des principes *a priori* sans prise en compte des situations particulières. Sur internet, et particulièrement sur les réseaux sociaux, une éthique profondément ancrée dans les situations locales et particulières est nécessaire, et par conséquent les paradigmes de l'épistémologie des vertus ou du care sont bien mieux adaptés à la réflexion: en matière de discursivité numérique, la prise en compte de la situation de l'internaute, de son environnement et de ses usages est nécessaire à la compréhension de ses comportements discursifs.

Pour revenir à la question plus large du “fake”, on peut encore citer Fred Pailler et Antonio Casilli selon lesquels il faudrait se détacher des approches en termes de personnalisation ou d’identification et

lire le phénomène du *fake* à la lumière d’un autre processus: celui de *l’inscription*, qui met l’accent sur la façon dont les individus se positionnent au sein de l’architecture de l’information sur les plateformes. De ce dernier processus trois modalités essentielles de manifestation du *fake* émergent – sur un plan individuel, la falsification de la présentation de soi; sur un plan relationnel, la trahison d’une convention d’interaction entre locuteurs; sur un plan structural, la tricherie face à l’architecture technique et sociale des plateformes (PAILLER; CASILLI, 2015, p.11).

Le pseudonyme agit en effet sur les structures relationnelles et les architectures techniques et s’inscrit dans une économie générale de l’écosystème du web social:

Le phénomène du *fake* illustre un entrelacement complexe de politiques industrielles et d’éléments d’une économie morale du Web. Les valeurs de participation, d’authenticité, de transparence propres aux sociabilités ordinaires du Web que le *fake* est accusé de mettre en échec sont autant de composantes idéologiques d’une économie numérique dont les modèles d’affaires prédominants sont basés sur l’inscription, le traçage des usagers et la fouille de leurs données personnelles (PAILLER; CASILLI, p.45).

Sur le plan discursif, aucune étude n’est actuellement disponible pour rendre compte des fonctionnements du pseudonyme dans la perspective de cette inscription des internautes dans les dispositifs des plateformes. Pour l’instant, les travaux se cantonnent aux approches en termes d’identité numérique ou de responsabilité énonciative.

3. La décence technodiscursive. L'exemple des cyberviolences verbales

On peut parler de décence discursive, d'après le concept de décence proposé par Avishai Margalit (1999 [1996])⁶ comme d'une propriété des discours qui évite ou empêche l'humiliation des agents: "[...] un discours décent est un discours, non seulement par lequel les agents ne s'humilient pas entre eux, mais qui est produit dans un environnement dont les valeurs ne permettent pas l'humiliation des agents. Cela veut dire que la décence discursive, qui définit l'ajustement entre les agents, est régulée par le collectif, puisqu'elle dépend des normes discursives de l'ensemble de l'environnement, et non pas simplement des conceptions individuelles des agents de l'échange verbal" (PAVEAU, 2013, p. 233). La décence discursive n'est donc pas une norme *a priori* mais une valeur *a posteriori*, négociée et revendiquée par les locuteurs dans leurs interactions ; c'est toujours le produit d'une activité métadiscursive. On parlera de décence technodiscursive pour désigner cette propriété au niveau des technodiscours, c'est-à-dire intégrant les dispositifs sociotechniques au sein des écosystèmes du web. Les programmes, les logiciels, les algorithmes sont en effet considérés comme des agents moraux car ils permettent et parfois favorisent tel ou tel comportement moral.

Comme dans les espaces hors ligne, la notion de décence est relative aux époques, espaces et cultures, et fait l'objet de négociations permanentes au sein d'événements discursifs moraux déclenchés par des énoncés violents, décrits couramment sous le terme de cyberviolence⁷. C'est ce phénomène que l'on traitera ici à titre de laboratoire d'analyse des technodiscours, l'autre côté de la décence, c'est-à-dire les énoncés considérés comme conformes aux valeurs morales positives et à la conservation de "l'honneur" dû aux individus, selon les termes d'Avishai Margalit, étant traité dans un autre travail (PAVEAU, 2017, à par.).

On donne ici une description des cyberviolences discursives qui part des environnements technodiscursifs et qui rend compte de la dimension réellement composite du phénomène. Il ne s'agit pas, comme c'est le cas dans la plupart des travaux sur la violence verbale en ligne, de transposer dans les univers discursifs numériques des analyses prénumériques, et de reconduire des

analyses logocentrées qui n'intègrent pas les dispositifs sociotechniques. La perspective de l'ADN implique plutôt d'identifier ce qui est spécifique de la transgression des valeurs de décence dans les écosystèmes connectés.

On adoptera donc une classification des modalités technodiscursives ou des technogenres de discours produisant de la violence verbale, qui se situe à l'interface des formes techniques et des domaines sémantiques de la violence. Le commentaire comme fonctionnalité technique, le statut (sur Facebook) ou le tweet sont dans cette perspective⁸ des formes techniques; le sexisme, le racisme, l'homophobie sont des domaines sémantiques. Entre les deux, un certain nombre de modalités proprement technodiscursives servent l'attaque d'autrui, l'humiliation et la transgression des valeurs de décence. Ce sont des formes technodiscursives qui ne pourraient s'élaborer hors de la contribution de dispositifs informatiques et numériques. En cela elles sont véritablement natives de l'internet.

3.1 Terminologie

Les composés en *cyber-*, bien qu'un peu datés désormais (ils correspondent aux premières études de l'internet dans les années 1980-1990 et portent une connotation liée à la science-fiction et à la robotique), sont toujours usités pour nommer la violence verbale en ligne.

Un rapport pour l'Observatoire des droits de l'internet réalisé par des chercheurs belges (WALRAVE *et al.*, 2009) propose d'après Vandenbosch et Van Cleemput 2009 la notion générale de *cyberagression*, regroupant des formes plus ou moins violentes et plus ou moins harcelantes: le *cyberteasing* ou moquerie en ligne, le *cyberarguing* ou dispute en ligne, le *cyberattacking* ou action nuisible unique, le *cyberharassment* ou harcèlement sexuel en ligne et le *cyberbullying* ou cyberharcèlement qui est marqué par la répétition⁹. On emploiera ici *cyberviolence verbale* pour désigner l'ensemble de ces phénomènes agressifs sous l'angle des discours, en s'attachant plus particulièrement à l'exemple du *cyberbullying*.

La notion de *cyberbullying* est proposé au début des années 2000 par Bill Belsey, enseignant canadien, à la suite de la tuerie de Colombine aux États-Unis, qui déclenche chez lui une réflexion sur

le harcèlement et la maltraitance des et par les ados à l'école. Il le définit ainsi:

Cyberbullying involves the use of information and communication technologies to support deliberate, repeated, and hostile behaviour by an individual or group, which is intended to harm others. [...] Cyberbullying can happen through the use of almost any means that we communicate over the Internet such as: Social Media such as FaceBook and Twitter, e-mail, cell phone text (SMS) and multimedia messages (MMS), instant messaging (IM), defamatory Web logs (Blogs), personal Web sites, online personal polling sites and apps such as Snapchat, Streetchat, Ask.fm, YikYak and others, especially those that encourage anonymity (BELSEY, 2006, en ligne).

Il fonde deux sites importants (www.bullying.ca puis www.cyberbullying.ca) qui deviendront des références en la matière et diffuseront la notion au niveau international. Les grandes caractéristiques du cyberharcèlement, qui est très généralement d'ordre scriptural, donc langagier, sont l'anonymat, l'absence de face à face, le caractère permanent et la diffusion massive. Il existe une imposante littérature anglophone sur le *cyberbullying*, essentiellement en sciences de l'éducation et en psychologie (voir par exemple les travaux de Nancy Willard 2005, 2007a, 2007b et l'impressionnante synthèse de Tokunaga, 2010) et quelques travaux sur ses formes langagières, dans la perspective de la détection automatique. Dans cette dernière perspective, les chercheurs explorent assez classiquement le vocabulaire de l'agression verbale et de l'insulte, ainsi que certaines formes graphiques comme les capitales par exemple (voir par exemple Bayzick *et al.*, 2011 ou Marathe et Shirsak, 2015). Beaucoup moins d'études sont disponibles en français, et l'ouvrage-rapport de l'Observatoire des droits de l'internet publié en Belgique en 2009 s'appuie significativement sur une bibliographie presque entièrement anglophone (WALMARE *et al.*, 2009). Il n'existe pas en revanche de recherches sur ses formes technolangagières et technodiscursives dans la perspective de l'analyse du discours, de

l'interactionnisme ou de la sociolinguistique. Dans les rares travaux qui existent en linguistique sur la violence verbale en ligne, on ne trouve pas en effet de prise en compte des paramètres technodiscursifs ni sociotechniques, mais en général des applications de dispositifs d'analyse d'énoncés prén numérique (par exemple dans Bellachhab et Le Gal, 2012 sur des conversations en ligne entre clients et téléconseillers, Atifi, 2014 et Atifi, Gauducheau et Marcoccia, 2015, sur la violence verbale dans les forums ou Amadori, 2012 sur la violence polémique dans les commentaires sur Youtube¹⁰).

3.2 Typologies

On trouve des essais de typologie du cyberharcèlement dans une perspective générale, non spécifiquement linguistique, comme celle de Nancy Willard par exemple, qui distingue dans son ouvrage de 2007, *Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression*, les sept catégories suivantes : *flaming* (attaques verbales), *harassment* (harcèlement), *denigration* (dénigrement), *impersonation* or *masquerade* (usurpation d'identité), *outing* ou *trickery* (diffusion d'informations intimes sensibles), *exclusion* (par bannissement ou réduction au silence) et *cyberstalking* (traque obsessive). Les auteurs de "Detecting the Presence of Cyberbullying Using Computer Software" qui porte sur des fils de commentaires du réseau MySpace explorés au moyen du programme *Bullytracer* (BAYZICK *et al.*, 2011)¹¹, énumèrent quant à eux neuf catégories: *flooding* (occupation du fil de discussion pour empêcher un internaute de publier), *masquerade*, *trolling* (ou *baiting* c'est-à-dire interruptions verbales violentes destinées généralement à polluer ou tuer les échanges), *harassment*, *cyberstalking* et *cyberthreats*, *denigration*, *outing* et *exclusion*. La liste proposée par Catherine Blaya, une des rares chercheuses françaises travaillant sur la question, comporte quant à elle une dizaine de catégories: textos méchants ou humiliants, prise et diffusion de vidéos humiliantes, messages d'insultes, exclusion d'un groupe en ligne, diffusion de fausses rumeurs, groupes de haine, piratage de profils et usurpation d'identité diffusion d'informations personnelles, sexting, messages ou appels menaçants (BLAYA, 2011). Ces catégories, plutôt de

type fonctionnel ou psychologique, restent imprécises pour une approche linguistique qui voudrait saisir des formes langagières et des dispositifs discursifs.

L'Observatoire des droits de l'internet propose dans son ouvrage une classification plus charpentée (où l'on retrouve la plupart des items précédents), distinguant le harcèlement direct avec "implication directe de la victime ("*to my face*"-bullying)" et le harcèlement indirect qui "se déroule sans que la personne visée n'en soit consciente ("*behind my back*"-bullying)" (2009, p.27). Les formes du harcèlement direct proposées sont:

- le *cyberharcèlement physique* sous "la forme de l'endommagement ou de l'annulation/l'interruption des activités TIC de la victime, ou d'une intrusion virtuelle dans son système";
- le *harcèlement verbal en ligne* ou *flaming*, décrit comme un ensemble d'"interactions belliqueuses et méprisantes par e-mail et par le biais de forums en ligne" et de "tirades insultantes";
- le *harcèlement en ligne non verbal* par envoi massif d'images explicites ou par *happy slapping* (films brefs de bastonnades diffusés en ligne);
- le *harcèlement social en ligne* par exclusion ou silenciation (par exemple sur les sites ou forums de jeux en ligne peu accueillants pour les femmes en général).

Du côté du harcèlement indirect, on trouve:

- *l'outing* ou révélation d'informations personnelles à caractère sensible, sur la sexualité par exemple ;
- *l'usurpation d'identité* (*masquerade* en anglais): le harceleur vole l'identité de sa victime par piratage de ses comptes ou se fait passer pour quelqu'un d'autre pour abuser de sa victime (imposture);
- *la dénigration*¹² (*denigration* ou *put-down* en anglais) qui consiste à attaquer le nom et la réputation d'un individu en lançant par exemple des rumeurs malveillantes;
- *les sites de haine*, lieux numériques dédiés à la malveillance envers un individu (une page Facebook par

exemple) où les internautes peuvent laisser des commentaires.

Dans cette typologie, on retiendra les catégories qui mettent principalement en jeu l'usage du langage, bien que, dans la réalité de la communication numérique, les différents codes sémiotiques soient étroitement liés. On proposera donc ici à titre heuristique une typologie linguistique de la cyberviolence verbale, qui trouvera cependant vite ses limites, à cause de la spécificité environnementale des phénomènes et de leur variété innovante, comme tout phénomène de discours. Il semble que les sept grandes catégories suivantes puissent se dégager, à partir d'un classement énonciatif.

En deuxième personne, en contexte interactionnel:

- *Le cyberharcèlement verbal* ou flaming (messages de haine et insultes), passant par des adresses directes en deuxième personne; la question technolinguistique est d'ordre pragmatique (les effets des discours violents dans l'environnement technodiscursif) et sociodiscursive (les normes d'acceptabilité des discours en ligne et le rôle des trolls et des faux nez dans l'élaboration des discours).
- *L'imposture (masquerade)*: un internaute masqué sous une fausse identité (un faux nez) attaque ou trompe un individu ; la question technolinguistique est celle de la vérité énonciative et des effets pragmatiques du mensonge et de la manipulation dans les dispositifs de pseudonymat/anonymat de l'internet créant des effets d'absence.
- *Le harcèlement social* : un internaute est banni d'un site ou d'un forum, ou réduit au silence par des discours d'intimidation, de haine ou de menace ; la question technolinguistique est d'ordre pragmatique, c'est celle du silence et de la silenciation (ou du silencier selon Orlandi, 2004) dans les dispositifs communicationnels des forums bénéficiant de l'anonymat/pseudonymat, de l'autorité du modérateur, de la force du nombre et des possibilités de circulation des messages.

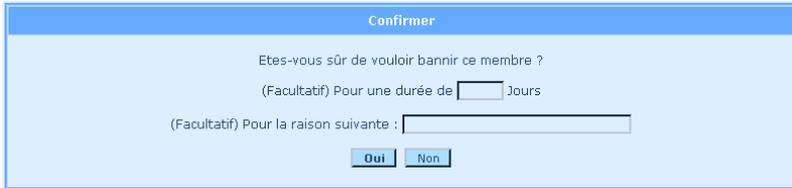


Image 4: fenêtre de bannissement pour modérateur ou administrateur

(<http://forum.forumactif.com/t134650-le-bannissement>)

En troisième personne, en contexte descriptif, narratif ou argumentatif:

- *Le dénigrement*, du simple *gossip* à la rumeur malveillante ; la question technolinguistique est d'ordre éthique (celle de la vérité des discours ou ajustement discursif aux vérités acceptées par un collectif) et techno-énonciatif (dispositifs de circulation virale et effets d'absence).
- *L'outing* ou révélation à l'insu d'un individu et contre son gré d'éléments de vie privée sensibles ou compromettants ; la question technolinguistique est celle, énonciative, des dispositifs de circulation virale et des effets pragmatiques de la révélation.
- *L'usurpation d'identité*, mettant en jeu le piratage d'un compte de messagerie ou de réseau social : la question linguistique posée est celle de l'énonciation elle-même du sujet source de ses paroles, puisqu'il se trouve doublé par un autre sujet produisant des discours à sa place (en troisième personne) et en son nom (ce qui revient à une première personne). Cette usurpation énonciative est fortement articulée aux possibilités techniques de piratage et constitue donc une question proprement technodiscursive.
- *Les sites de haine*, groupes ou pages dédiées au dénigrement d'un individu, sont des espaces organisés pour accueillir les énoncés de dénigrement, se présentant parfois comme des livres d'or de l'attaque contre autrui. Ils fonctionnent de manière symétrique aux sites, groupes et pages dédiées à la mesure de la popularité ; cet aspect

quantitatif, permis par le dispositif numérique, en fait un espace de nature technodiscursive.



Image 5: Groupe de haine sur Facebook visant Hillary Clinton

(<https://www.facebook.com/ihatehillaryclinton/>)

Le flaming et le dénigrement sont les formes plus fréquentes selon les résultats de l'étude que Francine Dehue et ses collaborateurs ont consacrée à la question, publiés dans "Cyberbullying: Youngster's Experiences and Parental Perception": "The most frequently used nature of harassments were name-calling and gossiping", écrivent-ils (DEHUE *et al.*, 2008, p. 217).

Mais au-delà des dimensions énonciative, pragmatique ou éthique mentionnées, sont également engagées des paramètres techniques et pratiques qui contribuent fortement à la nature des technodiscours de haine. Ils doivent donc entrer dans l'analyse du discours de la cyberviolence verbale.

3.3 Paramètres technodiscursifs

Si l'on veut éviter d'une part les analyses hors sol (ce qui concerne l'analyse du discours en général, et pas seulement numérique) et d'autre part l'usage d'outils et de théories prén numériques pour rendre compte des discours natifs du web dont les conditions de production sont spécifiques aux environnements technodiscursifs, il faut envisager des paramètres de la

communication en ligne qui marquent les discours numériques de certains traits.

- *L'anonymat-pseudonymat.* On a montré ailleurs (PAVEAU, 2015a, 2015b, 2017, à par.) que le pseudonymat sur internet constituait une véritable culture énonciative et discursive. Rappelons que, hors des espaces du dark web, et des processus de cryptage des données et de navigation privée, l'anonymat n'existe pas sur internet puisque toute trace est signée au moins de l'adresse IP de l'ordinateur utilisé. C'est donc le pseudonymat qui règne sur internet et qui présente un large éventail de possibilités de création et de gestion d'identités en ligne, des plus créatives et lumineuses aux plus nuisibles et sombres. En ce qui concerne la cyberviolence verbale, il joue un rôle non négligeable d'intensificateur : la cible ne pouvant identifier la source, celle-ci devient une source énonciative omnipotente (pouvant produire du discours toujours et partout de manière imprévisible). Le schéma énonciatif classique ne fonctionne pas sur ce type de communication qui ne présente pas de symétrie entre locuteur et interlocuteur, mais au contraire une profonde asymétrie. La victime ne peut donc mettre en place des dispositifs discursifs de défense qui seraient dirigés vers son agresseur, intraçable et inconnaissable.
- *L'effet d'absence et la bedroom culture.* Au pseudonymat est étroitement ce qu'on appellera *l'effet d'absence*, symétrique de cet effet de présence souvent évoqué à propos des échanges en ligne: Louise Merzeau a largement décrit la notion de présence numérique dans une tension entre dissémination incontrôlée de ses traces et possibilités de réappropriation par la redocumentarisation notamment (MERZEAU, 2009, 2010). La communication en ligne, parce qu'elle n'implique pas la personne physique, produit un effet d'absence augmenté par le pseudonymat qui détermine donc le type de réponse à l'attaque verbale, et, partant, le déroulement des interactions verbales. On peut parler à ce propos, pour les adolescents en particulier, de

bedroom culture, notion proposée par la sociologue Angela McRobbie en 1978 et développée avec Jennie Garber (MCROBBIE, 1978, MCROBIE; GARNER, 1978) pour désigner les cultures adolescentes féminines se distinguant de celles des garçons par des choix d'espace (l'intérieur et la chambre pour les filles et le dehors ou la rue pour les garçons). Plus récemment, Sian Lincoln a repris cette notion pour rendre compte de la manière dont les jeunes filles utilisent les technologies de l'internet, en particulier via le téléphone, pour mettre en place leur espace culturel et vivre leur relations amicales et amoureuses (LINCOLN, 2013). Cette notion présente un double intérêt pour l'analyse du discours numérique: d'abord un intérêt démystificateur puisqu'elle montre que l'isolement dans un espace confiné n'est pas lié à l'arrivée d'internet mais se vit bien avant, après la Seconde Guerre mondiale; et également un intérêt descriptif pour l'analyse du discours numérique dans la mesure où elle nomme un environnement technodiscursif, courant pour les adolescents en particulier, dans lequel il n'existe pas de supervision par des adultes; hors du contrôle des adultes, la *bedroom culture* est donc un espace où la cyberviolence verbale trouve des conditions propices de réalisation.

- *L'effet cockpit*. Inversement, du point de vue du *hater* ou du harceleur, la victime, sans présence physique et connaissabilité concrète, a un aspect virtuel qui pousse sans doute à un relâchement de la censure verbale. N'ayant pas de contact physique, visuel ou interactionnel avec sa cible, comme un aviateur qui lâche une bombe ou un pilote qui manipule un drone, le locuteur produit un discours à la fois ciblé en non ciblé, adressé à un interlocuteur à la fois présent et absent, et qui ne suscite donc pas d'empathie. De plus, il ne perçoit pas son acte de langage comme dangereux pour lui-même, protégé par les parois du cockpit imaginaire. Cette expression, mobilisée dans le champ du numérique par Catherine Blaya (2013), désigne des conditions de production des discours fortement liées au pseudonymat et à

l'effet d'absence qui impliquent des modifications notables des schémas énonciatifs habituels.

- *Le déplacement du rapport de pouvoir.* La question du pouvoir est au centre de l'analyse du discours dans sa tradition française, et doit être prise en compte par l'analyse du discours numérique. En ligne, les schémas d'analyse prén numérique ne fonctionnent plus et il faut intégrer le paramètre technologique. Catherine Blaya considère que les adolescents actuellement sont "techno-puissants" (BLAYA, 2013) et il faut effectivement considérer le pouvoir discursif de celui qui détient des compétences numériques, au-delà ou à côté des sceptres sociologiquement plus traditionnels comme la classe sociale, le pouvoir économique, le genre ou la force physique. En ligne, le détenteur du pouvoir discursif est celui qui détient les savoir faire technologiques, informatiques et numériques, les pratiques de publication, de diffusion, de référencement et de partage. Récupérant la force du pseudonymat, de l'effet d'absence et de l'effet cockpit, le locuteur numérique déplace le rapport de pouvoir traditionnel en maîtrisant les effets technopragmatiques des discours numériques.

- *L'inséparabilité.* On a peu parlé des appareils dans ce travail, ce que certains chercheurs appellent encore "supports", car la perspective écologique postdualiste de l'analyse du discours numérique considère l'appareil comme un élément intrinsèque de l'environnement et non un simple outil "sur" lequel des discours seraient produits, comme s'ils possédaient une autonomie. Mais il faut intégrer, dans une perspective de réception, l'usage de l'appareil par les internautes : nous avons tous notre téléphone constamment avec nous, et nos ordinateurs et tablettes ne nous quittent guère. De plus, nous restons connectés avec nos appareils, notre téléphone en particulier, pour des raisons pratiques, sociales, familiales ou professionnelles, qui sont autant d'obligations. On parle d'inséparabilité pour désigner ce lien obligé avec l'appareil, qui est d'autant plus crucial chez les jeunes, adolescents mineurs (WALRAVE *et al.*, p. 16). Sur

le plan discursif, cela veut dire que les discours de cyberharcèlement ne peuvent pas ne pas être reçus, ce qui leur donne un trait prescriptif inédit qui doit entrer dans leur description technodiscursive.

- *La viralité.* Dernier paramètres qui caractérise les discours sur internet, et qui renforce les effets pragmatiques des discours de cyberviolence : la viralité. On peut la définir comme l'association de deux sous-paramètres : la quantité des récepteurs et la vitesse de propagation. Un post sur un forum ou réseau social, un tweet, un commentaire, sera partagé à un nombre important de récepteurs en très peu de temps, via les dispositifs techniques des plateformes (listes de diffusion, répertoires, inscriptions, abonnements) et surtout la dimension fractale du partage (un internaute partage par exemple un contenu sur une liste de 300 personnes qui peuvent elles-mêmes chacune partager à 300 personnes ou plus, et ceci de manière presque infinie). La nature même de la production technodiscursive en est affectée et il devient difficile de traiter les énoncés de manière logocentrée, en les décrivant sous l'angle de l'interdiscours, sans tenir compte de leur viralité, qui a des conséquences pragmatiques importantes.

Conclusion

L'éthique du discours numérique est une question complexe, feuilletée et évolutive. Un discours de sens commun attribue facilement des facultés de nuisance aux dispositifs techniques eux-mêmes, en particulier ceux des réseaux sociaux, dans une sorte d'anthropomorphisme technologique qui fait de la technologie informatique et informatique une créature malfaisante. Mais l'observation attentive des phénomènes discursifs dans leurs environnements natifs, et dans une perspective postdualiste, montre que la technique y est, comme ailleurs, un paramètre certes puissant mais non autonome. Les internautes élaborent en effet les discours et les normes éthiques qui les déterminent *dans* les dispositifs techniques et non pas hors d'eux, en subissant leur loi extérieure. L'internet n'est pas un support, mais un milieu; les réseaux sociaux ne sont pas des outils, mais des réseaux

relationnels; les programmes informatiques ne sont pas des destins, mais des cadres.

Dans cette perspective, les questions éthiques crucialement liées à l'élaboration des discours, l'intégrité, la vérité et la décence, doivent être traitées à partir de l'ensemble de l'environnement technodiscursif et des cultures discursives qui se sont installées sur internet depuis sa démocratisation dans les années 1990. Le chantier futur pour l'analyse du discours est immense, et passionnant.

Références bibliographiques

N.B. tous les liens ont été consultés le 16 mai 2016

AMADORI, S. "Le débat d'idées en ligne: formes de la violence polémique sur Youtube". In: *Signes, Discours et Sociétés* [en ligne], 9, 2012, <<http://www.revue-signes.info/document.php?id=2853>>.

AMOSSY, R. "La coexistence dans le dissensus". In: *Semen* [En ligne], 31, 2011, <<http://semen.revues.org/9051>>.

ATIFI, H. "Inégalité et conflit dans les relations en ligne: le cas des forums d'adolescents". In: *Actes du Premier Colloque IMPEC: Interactions Multimodales Par Ecran*, Juillet 2014, <<http://impec.ens-lyon.fr,19-27>>.

ATIFI H.; GAUDUCHEAU N.; MARCOCCIA M. "L'expression des émotions dans les forums de discussion sur l'internet". Communication au 2^e Congrès de l'Association française de sociologie – Réseau thématique n° 37 "Sociologie des médias". Bordeaux, 5-9 septembre, 2006.

BAYZICK, J.; KONTOSTATHIS, A.; EDWARDS, L. "Detecting the Presence of Cyberbullying Using Computer Software". In: *Proceedings of the ACM WebSci'11*. June, 2011, 14-17. Koblenz, Germany, p.1-2.

BELLACHHAB, A.; LE GAL, S. "La violence verbale dans la communication médiée par ordinateur. Le cas des téléconseillers". In: *Signes, Discours et Sociétés* [en ligne], 8, 2012, <<http://www.revue-signes.info/document.php?id=2691>>.

- BELSEY, B. (2006). "Cyberbullying: An Emerging Threat to the "Always-On" Generation", presentation. In: <http://www.cyberbullying.ca/pdf/Cyberbullying_Article_by_Bi_Ill_Belsey.pdf>.
- BLAYA, C. "Cyberviolence et cyberharcèlement: approches sociologiques". In: *La Nouvelle Revue de l'Adaptation et de la Scolarisation*, 53, 2011, p.47-65.
- _____. *Les ados dans le cyberspace. Prises de risque et cyberviolence*. Bruxelles: De Boeck, 2013.
- BLUE, V. "Women, LGBT least safe on Facebook, despite 'real name' policy". In: *Engadget* [site], 2015, <<http://www.engadget.com/2015/06/25/women-lgbt-safety-facebook-policy/>>.
- BURR, S. "Why Facebook Is Deleting Drag Queen Profile Pages". In: *Techcrunch* [site], 2014, <<http://techcrunch.com/2014/09/15/why-facebook-is-deleting-drag-queen-profile-pages/>>.
- CASILLI, A. "Contre l'hypothèse de la « fin de la vie privée ». In: *Revue française des sciences de l'information et de la communication* [En ligne], 2014, <<http://rfsic.revues.org/630>>.
- COTÉ, J. "Les enjeux éthiques de l'utilisation d'internet en recherche: principales questions et pistes de solutions". In: *Éthique publique* [En ligne], v.14, n.2, 2012, <<http://ethiquepublique.revues.org/997>>.
- DEHUE, F.; BOLMAN, C.; VÖLLINK, T. "Cyberbullying: Youngsters' Experiences and Parental Perception". In: *Cyberpsychology & Behavior*. v.11, n.2, 2008, p.217-223.
- LINCOLN S. "Media and Bedroom Culture". In: Lemish D. (ed.). *The Routledge International Handbook of Children, Adolescents and Media*. London & New York: Routledge, 2013, p.315-321.
- McROBBIE, A. *'Jackie': an ideology of adolescent femininity*. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, 1978.
- _____.; GARBER, J. "Girls and subcultures". In: McRobbie, Angela (ed.). *Feminism and youth culture* (2nd ed.). Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Press, (2000)1978), p.12-25.
- MARATHE, S.S.; SHIRSAT, K.P. "Approaches for Mining YouTube Videos Metadata in Cyber bullying Detection". In:

International Journal of Engineering Research & Technology (IJERT), v.4 i.05, 2015, p.680-684.

MARGALIT A. *La société décente*. Trad.: François Billard. Paris: Climats, 1999 [1996].

MAUREL L. (CALIMAQ). “Pourquoi on devrait prendre au sérieux le ‘Facebook Copyright Hoax’”. In: *S.I.Lex – Carnet de veille et de réflexion d'un juriste et bibliothécaire* [blog], 2015, <<https://scinfolex.com/2015/01/10/pourquoi-on-devrait-prendre-au-serieux-le-facebook-copyright-hoax/>>.

MERZEAU, L. “Du signe à la trace, ou l’information sur mesure”. In: *Hermès* 53, 2009, p.23-31.

_____. “La présence plutôt que l’identité”. In: *Documentaliste – Sciences de l’Information*, n.47, 2010, p.32-33.

NIKOPIK. “Facebook vous demande de dénoncer vos amis à pseudonyme...”. In: *{niKo[piK]}* [blog], 2012, <http://www.nikopik.com/2012/07/facebook-vous-demande-de-denoncervosamisapseudonyme.html?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=facebook-vous-demande-de-denoncer-vos-amis-a-pseudonyme>.

OGIEN, R. *L'éthique aujourd'hui*. Paris: Gallimard, 2007.

ORLANDI E. *Les formes du silence*. Paris : Éditions des Cendres, 2004.

PAILLER, F.; CASILLI, A. “S’inscrire en faux”. In: *Communication* [En ligne], v.33/2, 2015, <<http://communication.revues.org/5986>>.

PAVEAU, M.-A. *Langage et morale. Une éthique des vertus discursives*. Limoges: Lambert-Lucas. 2013. En brésilien: *Linguagem e moral. Uma etica das virtudes discursivas*. Trad. por Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

_____. “Pseudonymat”. In: *Technologies discursives*, [Carnet de recherche], 2015a, <<http://technodiscours.hypotheses.org/?p=245>>.

_____. “Ce qui s’écrit dans les univers numériques. Matières technolangagières et formes technodiscursives”. In: *Itinéraires ltc*, 2015b [2014], <<http://itineraires.revues.org/2313>>.

_____. *Le discours numérique. Dictionnaire des formes et des pratiques*. Paris: Hermann, 2017 à par.

- PEW RESEARCH CENTER. *The Future of Privacy*, by Lee Rainie and Janna Anderson, 2014, <<http://www.pewinternet.org/2014/12/18/future-of-privacy/>>.
- PHILLIP A. “Online ‘authenticity’ and how Facebook’s ‘real name’ policy hurts Native Americans”. In: *The Washington Post* [site], 2015, <<https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2015/02/10/online-authenticity-and-how-facebooks-real-name-policy-hurts-native-americans/>>.
- TOKUNAGA R.S. “Following you home from school: A critical review and synthesis of research on cyberbullying victimization”. In: *Computers in Human Behavior*, n.26, 2010, p.277-287.
- VANDEBOSCH, H.; VAN CLEEMPUT, K. “Cyberbullying among youngsters. Profiles of bullies and victims”. In: *New Media & Society*, v.11 n.8, 2009, p.1349-1371.
- VITALI ROSATI, M. “Une éthique appliquée?”. In: *Éthique publique* [En ligne], v.14, n.2, 2012, <<http://ethiquepublique.revues.org/995>>.
- WALRAVE, M.; DEMOULIN, M.; WANNES, H.; VAN DER PERRE, A. *Cyberharcèlement: Risque du virtuel, impact dans le réel*. Rapport pour l’Observatoire des droits de l’internet (Ministère des Affaires économiques de Belgique), 2009, <http://www.internet-observatory.be/internet_observatory/pdf/brochures/Boek_cyberpest_en_fr.pdf>.
- WILLARD, N. *Educator’s guide to cyberbullying, cyberthreats and sexting*. Center for Safe and Responsible Use of the Internet, document en ligne. 2005, <<https://education.ohio.gov/getattachment/Topics/Other-Resources/School-Safety/Safe-and-Supportive-Learning/Anti-Harassment-Intimidation-and-Bullying-Resource/Educator-s-Guide-Cyber-Safety.pdf.aspx>>.
- _____. *Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression, Threats, and Distress*. Champaign Illinois: Research Press, 2007a.
- _____. *Cyber-Safe Kids, Cyber-Savvy Teens: Helping Young People Learn To Use the Internet Safely and Responsibly*. San Francisco: John Wiley & Sons, 2007b.

Palavras-chave: cyberviolência discursiva, decência discursiva, efeito de ausência, ética do discurso digital.

Mots-clés: cyberviolence discursive, décence discursive, effet d'absence, éthique du discours numérique.

Keywords : discursive cyberbullying, discursive decency, absence effect, digital discourse ethics.

Notes

¹Références de la citation: ESS, C. (2010). "Blogs: public, private, and the Intimsphere – A Danish example". Internet research ethics preconference workshop on 20th of October, Part of Internet research 11.0, the 11th annual conference of the Association of Internet Researchers (AoIR), Internet Research Ethics Digital Library, Resource Center, and Commons, [En ligne], <<http://www.slideshare.net/InResEth/cm-ess-preconworkshop#text-version>>;

BLOCHE, P., et VERCHERE P. (2011). "Révolution numérique et droits de l'individu : pour un citoyen libre et informé". La documentation française, [En ligne], <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rapports-publics/114000348/index.shtml>>;

CARDON, D. (2008). "Pourquoi sommes-nous si impudiques ?". Actualités de la recherche en histoire visuelle, [En ligne], <<http://www.arhv.lhivic.org/index.php/2008/10/12/835-pourquoisommesnousiimpudiques>>.

²Sur les licences Creative Commons, voir le site <http://creativecommons.fr/licences/>.

³Référence de la page : <https://www.facebook.com/communitystandards>.

⁴Référence de la page : <http://nnev.org/resources/survivor-privacy.html>.

⁵Scott Wiener est un avocat de membres de la communauté LGBT, membre du "San Francisco's Board of Supervisors for District 8", qui couvre le quartier Castro/Upper Market, comptant de nombreux habitants gay.

⁶Pour le philosophe, "[...] une société décente est une société dont les institutions n'humilient pas les gens. Je fais la distinction entre une société décente et une société civilisée. Une société civilisée est celle dont les membres ne s'humilient pas les uns les autres, alors qu'une société décente est celle où les institutions n'humilient pas les gens" (1999 [1996], p. 13).

⁷C'est le terme utilisé par les organisations internationales (l'ONU par exemple), par plusieurs gouvernements dont le Gouvernement français, par la plupart des médias et par de nombreux chercheurs, en particulier dans les domaines de l'éducation, de la psychologie sociale ou de la sociologie.

⁸On précise "dans cette perspective" car sous un angle plus général, il s'agit de technogenres de discours ou en tout cas de routines qui possèdent des caractéristiques langagières et discursives.

⁹On trouve également dans le même ordre d'idée cyberthreats (traduisible par cybermenaces), cyberbullycide (mot-valise désignant un suicide à la suite d'un

cyberbullying), ou en français cybersexisme. Le composé avec le terme internet ou online entre en concurrence avec l'élément cyber puisque l'on rencontre également couramment Internet harassment, Internet bullying, Internet stalking, Online aggression (voir par exemple dans Walmare et al., 2009, p. 20).

¹⁰L'article de Sara Amadori est intéressant à cet égard car il décrit bien le dispositif numérique de la plateforme Youtube et prend donc en compte l'environnement technodiscursif. Mais le travail d'analyse des commentaires repose cependant sur une application des théories de l'argumentation et de la polémique prénumériques, sans mention de travaux en internet studies ou medias studies, ou en sciences du langage qui porteraient spécifiquement sur la violence verbale en contexte numérique (à l'exception des travaux de Michel Marcoccia). La définition du flaming par exemple, est significativement reprise de celle de Ruth Amossy qui elle-même en donne en 2011 une définition à partir de savoirs prénumériques coupés des modes et rituels de communication en ligne (AMOSSY, 2011).

¹¹"BullyTracer uses a dictionary of code words that fall into the categories: insult word (retarded, dumb), swear word (bitch, fucker), and second person pronouns (you, your). BullyTracer marks each post in a window with the category of any words found in the dictionary." (BAYZICK et al. 2011, p. 2).

¹²Le rapport emploie le mot dénigration par anglicisme semble-t-il, mais on dira plutôt dénigrement en français.

QUESTIONS MÉTHODOLOGIQUES AUTOUR DE L'ÉTUDE DE DEUX PLATEFORMES INTERACTIVES MULTIMODALES : DE LA COMMUNAUTÉ DE CONTENU À L'APPLICATION INTIMISTE

Christelle Combe
Aix Marseille Université, CNRS

Resumo: Este capítulo trata das dificuldades metodológicas que se pode confrontar um pesquisador quando ele estuda uma plataforma interativa multimodal. Dois exemplos de plataformas completamente diferentes foram analisados: uma comunidade de conteúdo (Youtube) e um aplicativo intimista (Couple). Foi posta a questão do posicionamento do pesquisador dentro destes ambientes digitais ecológicos de observação distanciada e como ele interage no interior deles. A constituição do corpus a partir de dados digitais massivos e instáveis em vista de uma análise micro qualitativa também foi abordada.

Résumé: Ce chapitre traite des difficultés méthodologiques auxquelles peut se trouver confronté un chercheur lorsqu'il étudie une plateforme interactive multimodale. Deux exemples de plateformes complètement différentes sont envisagées: une communauté de contenu (YouTube) et une application intimiste (Couple). La question du positionnement du chercheur au sein de ces environnements numériques écologiques de l'observation distanciée au vécu de l'intérieur est posée. La constitution du corpus à partir de données numériques massives et labiles en vue d'une analyse micro qualitative est également abordée.

Abstract: This chapter discusses the methodological difficulties a researcher may encounter when studying an interactive multimodal platform. Two distinct platforms are considered: an open content community (YouTube) and an intimate application (Couple). Two questions are explored. On the one hand, a researcher's position as an

observer in an ecological digital environment, and on the other, as a participant directly taking part in the interaction, while attempting to distance herself as a researcher. Another aspect taken into account is the selection of the corpus, for micro qualitative analysis purposes, from massive sets of digital data which is constantly enriched by contributors.

Depuis la fin du vingtième siècle, dès l'apparition du minitel en France puis l'avènement d'Internet, le langage d'Internet et la communication médiée par ordinateur sont étudiés par les chercheurs en linguistique (ANIS, 1998; CRYSTAL, 2001; HERRING, 2004¹). La généralisation progressive à l'échelle mondiale et sociale d'Internet, la multiplication des écrans au sein de nos vies quotidiennes contribuent à susciter des recherches qui se diversifient. Les paradigmes évoluent, se spécifient : il est désormais question d'interactions multimodales par écran (DEVELOTTE, 2011) et d'analyse du discours numérique (PAVEAU, 2015), émergence d'un nouveau champ qui prend en compte la spécificité des discours natifs en ligne et qui élabore peu à peu ses outils méthodologiques. En effet, les avancées technologiques contribuent à rendre ce champ mouvant et déstabilisant pour le chercheur qui doit sans cesse adapter sa démarche méthodologique. Dans cet article, j'ai donc choisi de m'intéresser aux questions méthodologiques portant sur l'étude de deux plateformes interactives multimodales tout à fait différentes : la communauté de contenu et l'application intimiste. Après avoir rappelé brièvement le cadre théorique de mes recherches, je présenterai les deux environnements numériques, objets de recherche, avant d'évoquer les principales questions méthodologiques auxquelles je me suis trouvée confrontée: le positionnement du chercheur, la question de la collecte des données et de la constitution du corpus, les questions éthiques et juridiques seront également évoquées.

1. Le cadre théorique

Comme Crystal (2011) le rappelle, les linguistes ont pour vocation d'étudier le langage où qu'il se trouve et Internet à ce titre est un terrain privilégié. Ainsi, depuis plusieurs années, la communication médiée par des outils technologiques est un champ de recherche qui :

évolue rapidement porté par les avancées technologiques. Je rappellerai ici les principales évolutions de ce courant.

1.1. De la communication médiée par ordinateur au discours numérique et interactions multimodales

En France, c'est Jacques Anis, précurseur du domaine, qui s'est intéressé dès les années 90, tout d'abord à l'écrit sur Minitel, CD-Rom, mais aussi sur messagerie électronique et Internet. Aux Etats-unis, c'est Herring (2004) qui a développé, quant à elle, une méthodologie adaptée à la « *Computer Mediated Communication* », tandis que Crystal s'intéressait au « *Netspeak* » (2001). Dans ces travaux précurseurs et fondateurs du domaine, c'est principalement vers le discours écrit que se sont orientées les recherches. Mais depuis plusieurs années Develotte s'intéresse aux interactions multimodales tandis que Paveau étudie les discours natifs en ligne.

La première, s'appuyant sur la linguistique interactive (Develotte, 2012 : 512) étudie les conversations en ligne (Develotte, Kern et Lamy, 2011) et ce qu'elle désigne désormais du nom d'interactions multimodales par écran². Quant à Paveau, elle élabore un cadre original, postdualiste, consacré aux « discours natifs en ligne » qu'elle définit comme :

Tout discours produit en ligne, c'est-à-dire dans un écosystème numérique connecté, tout particulièrement sur le web, mais également dans l'ensemble des internets (2015 : 3).

Elle s'intéresse ainsi à la nature composite des productions technologiques qu'elle s'applique à définir dans un dictionnaire d'analyse du discours numérique³. C'est donc dans ce champ en pleine émergence que j'ancre mes travaux de recherche en m'intéressant ici plus spécifiquement aux plateformes interactives multimodales.

1.2. Les plateformes interactives multimodales

Ce sont, en effet, aujourd'hui ces plateformes qui sont en plein développement. Elles permettent à l'utilisateur de communiquer dans des environnements multimodaux par des canaux multiples et posent, comme le souligne Herring, un certain nombre de questions théoriques et pratiques sur la manière de communiquer :

To what extent does the choice of text, audio, video, and/or images affect the nature of users' communication? [...] What impressions do messages in each mode make on their recipients? Does communication in one mode influence communication in other modes? (CRYSTAL, 2015, p.2).

Amenées à se développer, à se multiplier, des recherches dans cette direction sont nécessaires, souligne cette auteure (HERRING, 2015) y compris de manière empirique et dans le cadre de l'étude d'une plateforme particulière. C'est ce que j'ai modestement essayé de faire et que je relate dans ce chapitre. Que le lecteur ne s'attende donc pas à trouver un mode d'emploi, mais plutôt le récit d'une manière de faire avec toutes les interrogations qui l'émaillent. Les différentes expériences pourront donner lieu à quelques modestes conseils.

2. Les deux objets: communauté de partage et application intimiste

Les deux objets sur lesquels je vais m'appuyer pour expliquer les questions méthodologiques auxquelles je me suis confrontée sont deux plateformes interactives multimodales tout à fait distinctes. La première est la bien connue plateforme *YouTube* et la seconde est une application intimiste moins divulguée, *Couple*.

2.1. *Youtube*: une communauté de partage

YouTube se présente comme un site web d'hébergement de vidéos. Créée en 2005, il a été racheté depuis par *Google*. Sur cette plateforme, les internautes peuvent non seulement visionner des vidéos mais également, après avoir ouvert gratuitement un compte, déposer, partager, évaluer et commenter des vidéos de toutes sortes. Depuis l'avènement du web social et dans la large catégorie des réseaux sociaux numériques, *YouTube* est défini comme une communauté de partage (KAPLAN; HAENLEIN, 2010). Avec le développement technologique des objets connectés (ordinateur, tablette, téléphone) et la facilité désormais à produire du contenu vidéo, un genre particulier de vidéo s'est développé : le vlogue (COMBE, 2014). Dans un vlogue, un internaute s'adresse via sa chaîne régulièrement aux autres dans des vidéos qu'il poste sur une plateforme multimodale interactive comme *YouTube*. Les internautes peuvent "aimer" ou "ne pas aimer"

ses vidéos en cliquant sur un pouce levé ou baissé, commenter ses vidéos sous formes de messages écrits, voire s’abonner à sa chaîne. Il existe différents sous-genres de vlogue (commentaires de jeu vidéo, saynètes humoristiques, conseils esthétiques, journaux adolescents, etc.), dans cet article, je m’appuierai sur le sous-genre du vlogue “pratique d’une langue en ligne” (COMBE, 2014).

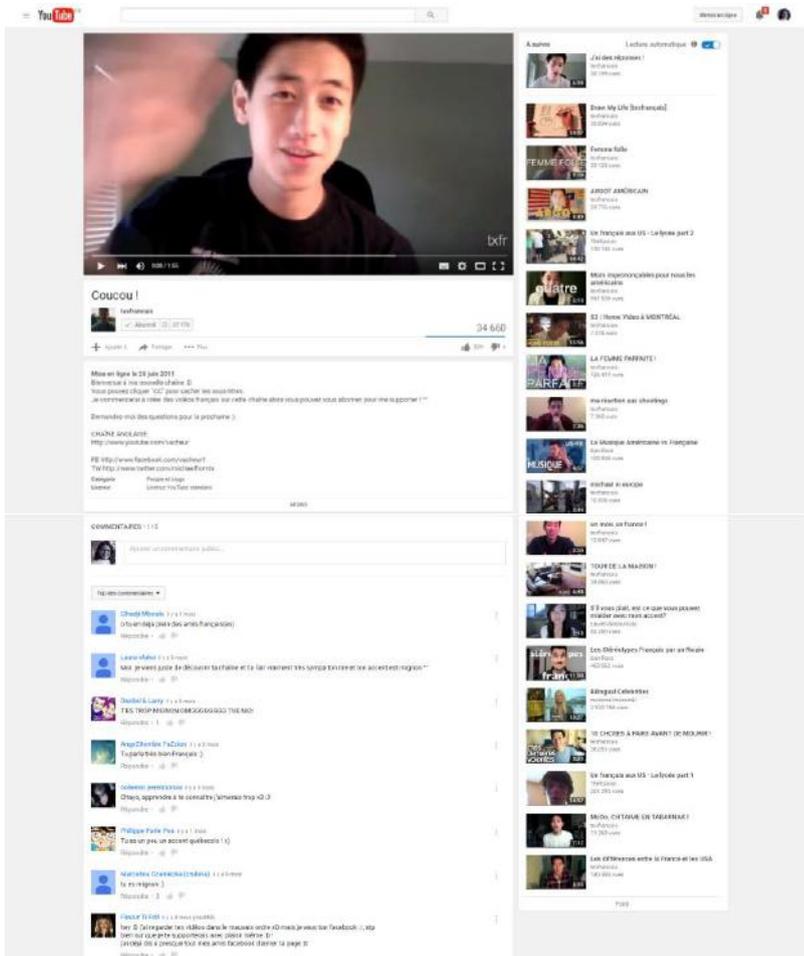


Figure 1: Un vlogue “Pratique d’une langue en ligne” extrait de la chaîne texfrançais du Youtubeur Michael.

2.2. *Couple*: une application intimiste

Couple est une application que je désigne comme “intimiste” puisqu’elle est destinée à deux interlocuteurs uniques. Cette application dont le sous-titre est “*The App for Two*” existe depuis 2012 et a été téléchargée plus d’un million de fois⁴. Dans un espace exclusivement destiné à deux personnes qui se sont identifiées et unis au sein de l’application (“*paired*”), elle offre la possibilité de s’exprimer par texte, vidéo, message audio, photos ou de réaliser un appel téléphonique. Elle possède un calendrier, un espace de stockage de photos et vidéos, une liste de choses à faire et des téléchargements et achats de stickers. Elle permet d’envoyer un “*thinking of you*”, de dessiner seul ou ensemble, de se géolocaliser, de voir la musique que le partenaire est en train d’écouter et même de vivre un baiser virtuel. L’application est l’espace premier et le plus abouti pour communiquer, mais on peut également accéder à son compte et échanger *via* un site web⁵. Les développeurs communiquent aussi avec leurs utilisateurs au sein d’un blog⁶, d’une page *Facebook*⁷ et d’un compte *Twitter*⁸.

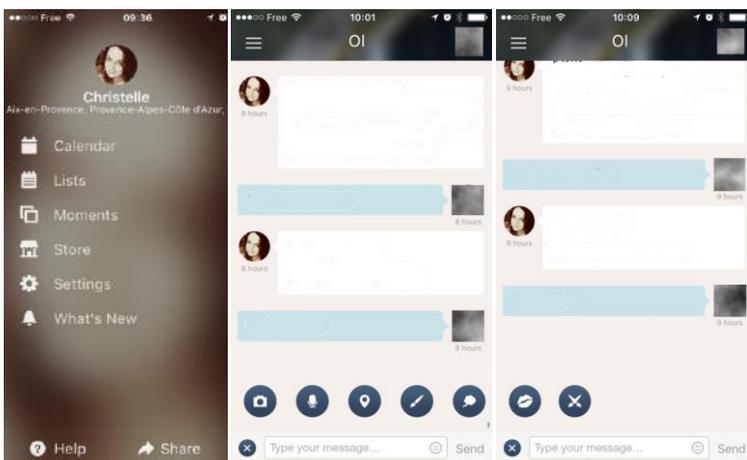


Figure 2: L’application *Couple* et ses fonctionnalités (copies d’écran réalisées à partir d’un Iphone)

3. Le positionnement du chercheur

Comme le souligne Paveau (2015, p.7), “pour rendre compte des fonctionnements langagiers des univers discursifs numériques natifs, il faut que le chercheur ait lui-même des pratiques du discours web natif”. Il est donc important que le chercheur ait une expérience personnelle de ces environnements, qu’il en soit familier, afin notamment d’en proposer une description savante valide. Le chercheur sera donc à priori impliqué dans son objet. C’est ce que j’ai fait pour ces deux environnements particuliers.

3.1. De l’observation distanciée

Dans le cas de la plateforme *YouTube*, le chercheur pourra accéder aux données publiques sans nécessairement être inscrit sur cette plateforme toutefois s’il veut avoir accès aux autres espaces numériques du vlogueur, il devra être présent sur les différents réseaux (page *Facebook* par exemple). En revanche, il pourra conserver une position tout à fait neutre et extérieure vis-à-vis de celui qui a ouvert une chaîne publique. S’il veut contacter le vlogueur pour un entretien ou un questionnaire, il pourra le faire via *YouTube* ou les autres réseaux sociaux mais il n’est pas certain que le vlogueur répondra. J’ai ainsi cherché à contacter Michael à plusieurs reprises via sa page *Facebook* et son compte *Twitter* sans succès. Le YouTubeur apparaît de fait davantage comme un personnage public inaccessible, comme peut en attester en quelque sorte sa page (et non son compte) *Facebook*, délibérément inscrite dans la catégorie “personnage fictif”.



Figure 3 : Page Facebook du Youtubeur Michael

Sur le plan juridique, les données appartiennent à *YouTube* (et par extension à *Google*), toutefois, le chercheur peut considérer que la chaîne de Michael étant publique, elle est librement exploitable dans un contexte de recherche en sciences humaines et dans le respect des différents participants. Il peut ainsi prendre la plateforme *YouTube* pour terrain et étudier les discours publiquement émis *in situ*, comme le ferait un anthropologue ou un sociolinguiste. Sur le plan éthique, le chercheur peut anonymiser les données en totalité ou en partie, toutefois l'anonymisation ne sera pas forcément de règle, comme le souligne Côté:

En dehors des situations où la sensibilité éthique du chercheur le conduit à privilégier une approche de publication anonyme,

les messages publics sur la Toile et pour lesquels les auteurs n'ont pas d'attentes en matière de vie privée doivent être cités en respectant la Loi sur le droit d'auteur et les méthodes normalisées de citations pour les documents électroniques (CÔTÉ, 2012, p.8).

Un vlogue étant constitué de données vidéos incluses dans une entité commerciale, *YouTube*, qui est une compagnie à responsabilité limitée propriété de *Google*, la question de l'anonymisation des images se pose. Ainsi, comme le rappelle également Côté:

Quant aux impressions d'écran incluses dans une publication, des enjeux légaux sont à prévoir pour les logos commerciaux et les images qui s'y retrouvent. Soit le chercheur obtiendra le consentement des compagnies ou individus auxquels ces logos et images appartiennent, soit il brouillera les images ou les personnes qui y figurent (McKee; Porter, 2009a, *apud* CÔTÉ, 2012, p.8).

Dans le cas de données vidéos, l'anonymisation peut non seulement s'avérer délicate à réaliser mais surtout paralysante si le chercheur souhaite étudier la mimogestualité (regards, mimiques, gestes, etc.). Avec le développement des éditions numériques, on peut imaginer que les extraits de corpus issus d'Internet seront directement incrustés dans la revue en ligne et donc s'interroger à nouveau sur les aspects juridiques liés à ces pratiques par partage:



Figure 4 : Exemple d'une zone de partage du vlogue de Michael

Ou intégration:

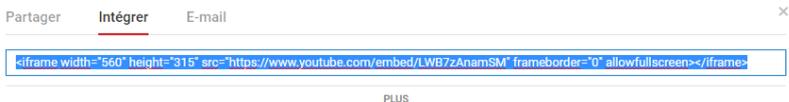


Figure 5 : Exemple d'une zone d'intégration du vlogue de Michael

Il n'en va évidemment pas de même lorsque les individus ont des attentes en matière de vie privée, et Côté rappelle que le chercheur doit alors protéger la vie privée et l'anonymat des internautes en prenant toutes les précautions :

Bien qu'un participant puisse consentir à la publication de ses messages ou de ses photos et vidéos, d'autres membres de la communauté pourraient s'y opposer: le chercheur doit alors "maintenir l'anonymat de tous les membres du groupe" (ÉPTC 2: 60), car la publication de l'un pourrait engendrer l'identification de l'autre et affecter toute la communauté virtuelle (McKEE; PORTER, 2009a). L'utilisation des moteurs de recherche pourrait permettre de retrouver n'importe quelle bricbe d'information, briser l'anonymat, voire contribuer à identifier d'autres bases de données anonymes. Même un pseudonyme peut être associé à nombre de renseignements identificatoires archivés sur le Web (JOHNS; CHEN; HALL, 2004). (CÔTÉ, 2012, p.8).

Ainsi, dans le cas d'un vlogue public, tant que la recherche ne relève pas d'une situation délicate, mais d'une analyse sémiodiscursive à visée didactique par exemple, le chercheur pourra ne pas anonymiser les vidéos du vlogueur, mais en revanche anonymiser les commentaires si nécessaire. *YouTube* met à disposition une aide consacrée à la gestion des droits et des droits d'auteur⁹. Dans le cas des copies d'écran *YouTube* de ce chapitre, elles ont été réalisées dans mon propre environnement *YouTube*, la visée de mon propos étant descriptive, sans usage commercial et sans conséquence pour les personnes citées, j'ai fait le choix de ne rien anonymiser pour conserver l'écologie de l'environnement.

3.2. Au vécu de l'intérieur

Dans le cas de l'application intimiste, la question est plus délicate. En effet, je pense qu'il est important d'expérimenter soi-même l'application et les échanges que l'on aura avec un partenaire au sein de cet espace pourront constituer des données premières. Cette immersion dans cet environnement, cette expérience vécue de l'intérieur permettra au chercheur de faire émerger des interrogations et des hypothèses qu'il lui faudra ensuite vérifier.

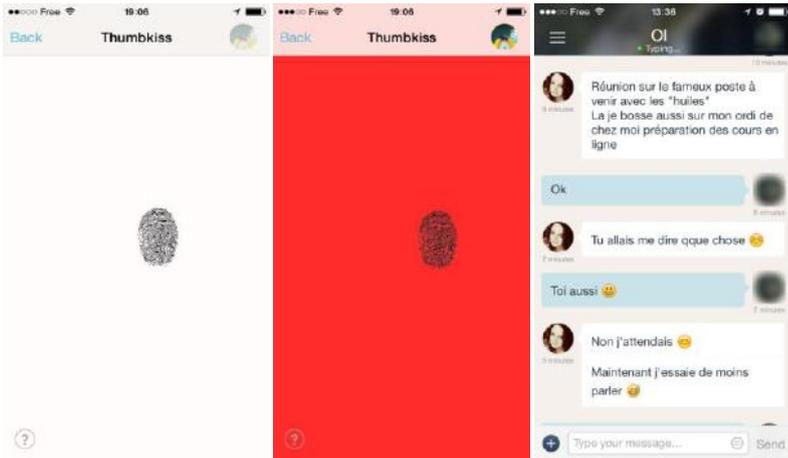


Figure 6 : Expérimentation du baiser virtuel et de la “parole à distance en action” (*Typing*).

Toutefois, compte tenu de l'intimité de ces espaces et des individus qui s'y retrouvent (deux individus en situation amoureuse a priori), il semble difficile d'obtenir ces échanges. La page “privacy¹⁰” de l'application explique clairement que personne n'a accès au contenu déposé sur la plateforme, excepté la personne avec qui l'on forme un couple virtuel et les employés de la start-up pour le support technique. Il se peut alors que le seul corpus numérique auquel le chercheur ait affaire soit ses propres échanges, mais il semble encore plus difficile de les exploiter. Quelle position adopter par rapport à son partenaire dans l'interaction? Quelle objectivité par rapport à son propre discours? Tant que le chercheur vit l'expérience en tant qu'individu, il a un rapport neutre à ce qui pourra être ensuite des

données, mais dès que l'individu et le chercheur se rencontrent, le discours risque évidemment d'être, même inconsciemment, manipulé. C'est alors que le chercheur devra se constituer un corpus à partir de données autres qui viendront enrichir ses premières données.

4. Quelles données pour quels corpus?

Les données numériques présentent généralement deux particularités: elles sont nombreuses et en apparence facilement accessibles. Mais ce qui peut sembler au départ un atout s'avère rapidement un problème que le chercheur doit solutionner, et n'est pas sans poser un certain nombre de questions que nous allons explorer toujours à partir de nos deux exemples.

4.1. Collecter des données numériques

Comme le souligne Paveau :

La nature technodiscursive de ce type d'énoncé, définie par une complète intégration de la technique à la matière langagière, impose de modifier nos regards et de prendre pour objets d'analyse, non plus les éléments langagiers dans une perspective logocentrée, mais l'ensemble de l'environnement technodiscursif dans la perspective écologique nécessaire à une analyse du discours numérique. C'est en cela que les corpus de discours natifs du web sont "sensibles" (PAVEAU, 2015, p.2).

Le chercheur qui étudie ce genre de données écologiques se trouve donc confronté à un profond dilemme : recueillir ou ne pas recueillir ces données? En effet, recueillir ces données, c'est les extraire de leur environnement et donc les dénaturer. Ne pas les recueillir, c'est risquer de les perdre, c'est aussi se priver de la possibilité d'utiliser certains outils pour les étudier. Il semble donc indispensable d'effectuer les observations *in situ*, c'est-à-dire en ligne, afin de conserver au mieux l'écologie de la production discursive; toutefois, il ne faut pas se priver de les recueillir parfois en partie. Ainsi, en téléchargeant les vidéos d'un vlogue via le logiciel "Download helper" de Mozilla Firefox, on pourra transcrire et annoter grâce au logiciel ELAN¹¹ certains moments "choisis". En effet, comme le souligne Drissi (2011), ces transcriptions prennent un temps

considérable, c’est pourquoi le chercheur peut ne transcrire que les extraits sur lesquels il veut opérer au niveau “micro”, une analyse fine concernant par exemple la mise en relation des éléments mimogestuels, prosodiques, verbaux (oraux et écrits) et graphiques (incrustations au sein de la vidéo).



Figure 7: Copie d’écran d’un “moment multimodal”.

En copiant-collant dans Word les commentaires associés à la vidéo, on pourra également opérer plus facilement sur un nombre important de commentaires une recherche lexicale, par exemple, en utilisant la fonction “Rechercher” de Word.

Dans le cas de l’application *Couple*, la consultation des données numériques sera plus aisée si le chercheur est impliqué dans l’interaction (avec toutes les questions que cela soulève cf. *infra*). Le recueil des données en revanche ne pourra s’effectuer que par copie d’écran et plutôt à partir de l’écran d’un téléphone, le site web de l’application n’étant pas aussi complet et le copier-coller s’avérant impossible.

4.2. Constituer le corpus numérique de référence

Si la constitution du corpus s’avère toujours une question importante en recherche, elle se révèle cependant particulièrement

complexe dans une étude du discours numérique et des interactions en ligne.

Comme le souligne Develotte:

Les corpus multimodaux en ligne ont en commun d'être foisonnants et de comporter beaucoup plus de données que le chercheur sera capable d'en analyser. Dès lors, s'impose la nécessité de sélectionner des moments particuliers, des "espaces-temps" propres à pouvoir mettre au jour les éléments que l'on cherche à éclairer. (DEVELOTTE, 2012, p.518)

Si l'on prend l'exemple du vlogueur Michael, on se trouve face à des données numériques multiples: trois chaînes *Youtube*, une page *Facebook*, un compte *Twitter*, un compte *Instagram*, un compte *Google +* et un compte *Snapchat*.

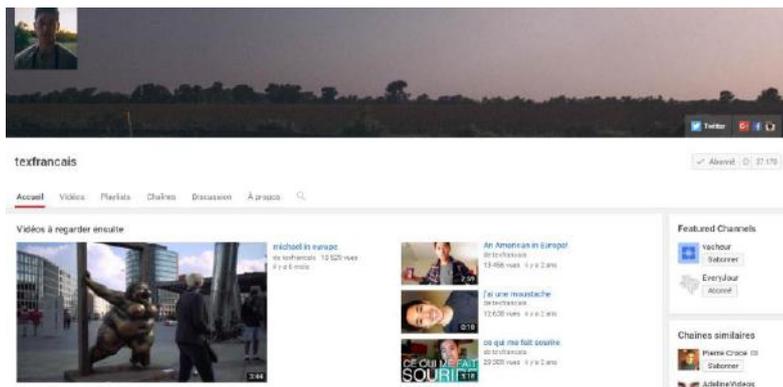


Figure 8 : Copie d'écran de la chaîne "texfrancais" de Michael avec des liens vers ses autres réseaux sociaux.

Ces données s'avèrent non seulement massives mais également labiles: en effet, les comptes, pages, chaînes sont en permanence alimentées par le vlogueur ainsi que par les internautes qui interviennent sur ces espaces publics. Ainsi, dans le cas du vlogue, Michael peut à tout moment ajouter ou supprimer des vidéos à sa chaîne. On note aussi, par exemple, que le premier commentaire à la première vidéo de sa chaîne "texfrancais" a été posté en 2011 et le

dernier “il y a un mois” par rapport à la date de rédaction de cet article (en avril 2016). Si le chercheur veut exploiter les données chiffrées d’un vlogue, comme par exemple le nombre d’abonnés, de vues, de “j’aime” et “je n’aime pas”, de commentaires, il n’aura de cesse de les actualiser.

Dans un premier temps, il semble donc indispensable d’effectuer en milieu écologique une première lecture flottante (VAN DER MAREN, 2003) du corpus existant. Le chercheur pourra ainsi voir émerger des questions de recherche et ensuite déterminer dans un second temps le corpus de référence (BOMMIER-PINCEMIN, 1999) qui sera d’abord composé de données numériques. Un ensemble formant un tout comme une chaîne *YouTube* pourra être par exemple un critère de choix.

4.3. Croiser les données et définir le corpus d’étude

Reste ensuite au chercheur à définir son corpus d’étude, c’est-à-dire celui qu’il va effectivement étudier plus en profondeur, de manière auqlitative notamment.

Si l’on prend l’exemple de Michael, on peut considérer que le corpus numérique existant est l’ensemble des données numériques publiques de Michael, donc l’ensemble de ses chaînes *YouTube* et de ses pages et comptes (*Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, etc.) accessibles par tout un chacun dès lors que l’on a soi-même un compte sur le réseau social concerné ou même sans dans le cas de *YouTube* par exemple. Le corpus numérique de référence pourra par exemple n’être composé que d’une seule de ses chaînes *YouTube* (“texfrançais” par exemple). A partir de là, le chercheur peut effectuer une sélection de certains vlogues en fonction de sa question de recherche. La thématique de la vidéo initiale pourra être par exemple un critère de choix. Ainsi, la chaîne “texfrançais” de Michael traite de thématiques très différentes comme sa vie amoureuse, les attentats de Charlie ou encore ses difficultés d’apprentissage du français. Dans le cas d’une question centrée autour de la didactique des langues, le chercheur choisira les vlogues traitant de son apprentissage du français. Par ailleurs, certains vlogues comportent un nombre considérable de commentaires. Afin de procéder à une analyse qualitative, le chercheur devra à nouveau procéder à une sélection. La méthode

proposée par Herring, en 2004, me semble toujours pertinente. Selon cette auteure, le chercheur peut choisir selon les critères suivants :

Random (e.g., each message selected or not by a coin toss), By theme (e.g., all messages in a particular thread), By time (e.g., all messages in a particular day/week/month), By phenomenon (e.g., only instances of joking; conflict negotiation), By individual or group (all messages posted by an individual or members of a demographic group, e.g., women, students), Convenience (whatever data are available to hand) (HERRING, 2004, p.11).

Dans le cas de la plateforme *YouTube*, le chercheur pourra aussi exploiter le tri effectué automatiquement par *YouTube* et apparaissant comme “Top des commentaires”, c’est-à-dire “ceux qui ont suscité des discussions auprès des spectateurs et ceux qui ont enregistré des clics sur “J’aime” au sein de la communauté¹²”. Enfin, il me semble important de croiser les données et si le chercheur ne peut réaliser un entretien avec le vlogueur, il peut en revanche, enrichir et éclairer son analyse à partir de discours du vlogueur recueillis sur les autres réseaux sociaux de ce dernier, comme sa page *Facebook* par exemple.

Dans le cas de l’application intimiste, les premières données personnelles (à partir de sa propre expérience donc) que l’on recueille peuvent s’avérer très abondantes, voire continues (si le chercheur continue d’échanger au sein de cette application). Elles sont cependant insatisfaisantes car elles ne sont que le reflet de la perception du chercheur. Cette expérience de l’application vécue de l’intérieur permet cependant d’élaborer un questionnaire ainsi qu’un guide d’entretien dans la perspective de croiser une expérience avec d’autres expériences. Le web et les réseaux sociaux peuvent alors s’avérer à nouveau source de données. Ainsi, l’on peut chercher à atteindre des utilisateurs en diffusant ces questionnaires sur la page *Facebook* et le compte *Twitter*, supports de l’application *Couple*. Cependant, le fait de passer par des réseaux sociaux ne donne que l’apparence d’une diffusion massive (la page *Facebook* est aimée par 119 519 personnes et le compte *Twitter* suivi par 7152 abonnés) et la possibilité d’entrer en contact avec les utilisateurs. Il faudra donc poster d’autres messages à d’autres endroits, j’ai personnellement cherché à envoyer

manuellement le questionnaire via leur compte *Twitter* aux différents utilisateurs de *Couple*, mais *Twitter* m'a rapidement bloquée soupçonnant un robot et dans l'ensemble, ces démarches se sont avérées relativement peu fructueuses (8 réponses à un questionnaire en anglais et 3 à un questionnaire en français). J'ai donc parcouru le web et trouvé un site dédié à l'amour à distance¹³ qui offrait des forums pour les amoureux à distance et notamment un intitulé "Conseils pratiques" dans lequel l'auteur du site avait posé la question suivante: "Quels outils utilisez-vous le plus pour communiquer ensemble?", discussion qui a recueilli 23 messages. Il avait également organisé un sondage autour des deux moyens les plus utilisés en couple. Ce site m'a donc fourni quelques données intéressantes : les réponses au sondage ainsi que le discours des acteurs de ce mode de communication directement recueilli sur le forum. Il m'a aussi permis d'entrer en contact avec des personnes susceptibles d'utiliser ce genre d'application. Via le forum du site "Amour à distance", j'ai intégré cette petite communauté et obtenu deux entretiens avec un couple utilisateur de l'application. Aux discours natifs de l'internet peut donc venir s'ajouter d'autres discours, formant un tout de données hétéroclites (un sondage, des échanges sur des forums, des données multimodales personnelles issues de notre expérimentation, des réponses à des questionnaires et des entretiens) mais offrant dans le cadre d'une application intimiste où les données numériques s'avèrent trop confidentielles pour être partagées une perspective plus objectivée de la recherche.

Conclusion

Dans cet article, j'ai cherché à relater quelques questionnements méthodologiques auxquels se trouve confronter un chercheur en sciences du langage qui a fait le choix d'étudier le discours numérique et les interactions en ligne au sein de deux plateformes interactives multimodales tout à fait différentes, voire même opposées sur le plan du concept: à savoir la communauté de partage *YouTube* et l'application intimiste *Couple*. Comme j'ai tenté de le montrer la question du positionnement du chercheur reste centrale et ce plus les données sont intimes, le chercheur, tel un cinéaste, varie ses focalisations, interne ou externe, pour mieux rendre compte d'une réalité qui doit être nécessairement vécue mais aussi observée de

manière distanciée. La question des données et de leur masse est également un point sur lequel s'interroger, et la constitution du corpus est un acte particulièrement important notamment dans une perspective d'analyse micro et qualitative. Croiser les données numériques avec d'autres données recueillies auprès des acteurs peut permettre de multiplier les points de vue et ainsi d'objectiver la recherche.

Références bibliographiques

ANIS, J. *Texte et ordinateur: L'écriture réinventée ?*. Paris; Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

BOMMIER-PINCEMIN, B. *Diffusion ciblée automatique d'informations: conception et mise en œuvre d'une linguistique textuelle pour la caractérisation des destinataires et des documents*.

Thèse de Doctorat en Linguistique, Université Paris IV Sorbonne, 6 avril 1999, chapitre VII : "Caractérisation d'un texte dans un corpus : du quantitatif vers le qualitatif", §A "Définir un corpus", 1999, p.415-427. Disponible sur Internet (consulté en mars 2010):

<http://www.revue-texto.net/Inedits/Pincemin/Pincemin_these.html>.

COMBE, C. "Vlogues sur YouTube: un nouveau genre d'interactions multimodales". In: I. COLON DE CARJAVAL et M. OLLAGNIER-BELDAME (eds), Actes du colloque Interactions Multimodales Par ECrans 2014, Lyon 2 au 4 juillet, 2014.

CÔTÉ J. "Les enjeux éthiques de l'utilisation d'internet en recherche : principales questions et pistes de solutions", *Éthique publique* [En ligne], vol. 14, n° 2 | 2012, mis en ligne le 22 juillet 2013, consulté le 14 novembre 2013. URL : <<http://ethiquepublique.revues.org/997>>.

CRYSTAL, D. *Language and the Internet: Second Edition*. Cambridge : University Press, 2001.

_____. *Internet Linguistics*. New-York : Routledge, 2011.

DEVELOTTE, C.; KERN, R.; LAMY, M.-N. *Décrire la conversation en ligne*. Lyon, ENS Editions, 2011.

DEVELOTTE, C. "L'analyse des corpus multimodaux en ligne: état des lieux et perspectives". In: *Actes en ligne du Congrès Mondial de Linguistique Française* (CMLF), 2012, téléchargeable à l'adresse : http://www.shsconferences.org/index.php?option=com_article&access=doi&doi=10.1051/shsconf/20120100213&Itemid=129

- DRISSI, S. “Apprendre à enseigner par visioconférence: Étude d’interactions pédagogiques entre futurs enseignants et apprenants de FLE”. Thèse de doctorat en sciences du langage, ENS de Lyon, 2011.
- HERRING, S.-C. “Computer-Mediated Discourse Analysis: An Approach to Researching Online Behavior”. In: S.-A. Barab; R. Kling; J.-H Gray (éds.). *Designing for Virtual Communities in the Service of Learning*. New Yor : Cambridge University Press, 2004, p.338-376.
- HERRING, S.-C. “*New frontiers in interactive multimodal communication*”. In: A. GEORGAPOULOU, A.; SPILLOTI, T. (Eds.). *The Routledge handbook of language and digital communication*. London: Routledge, 2015, p.398-402. <<http://info.ils.indiana.edu/~herring/hldc.pdf>>.
- KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. “Users of the world, unite ! The challenges and opportunities of Social Media”. *Business Horizons*, 53. Elsevier, 2010, p.59-68.
- PAVEAU, M.-A. “L’intégrité des corpus natifs en ligne. Une écologie postdualiste pour la théorie du discours”. In: *Cahiers de praxématique*, Publications de l’Université Paul Valéry, 2015, Corpus sensibles, p.65-90. <hal-01185710>.
- VAN DER MAREN, J.-M. *La recherche appliquée en pédagogie: des modèles pour l’enseignement*. 2.ed. Bruxelles: De Boeck, 2003.

Palavras-chave: plataforma interativa modal, metodologia, corpus.

Mots-clés: plateforme interactive multimodale, méthodologie, corpus.

Keywords: multimodal interactive platform, methodology, corpus.

Notes

¹Les travaux de Susan Herring dans le domaine sont très importants et je ne cite là qu’un article qui nous semble fondateur sur le plan méthodologique parmi tant d’autres écrits, cf. son site Internet <http://info.ils.indiana.edu/~herring/pubs.html>.

²<http://impec.sciencesconf.org/resource/page/id/23>.

³<https://technodiscours.hypotheses.org/category/dictionnaire-dadn>.

⁴Source : <http://blog.couple.me/about/>.

⁵<https://couple.me/>.

⁶<http://blog.couple.me/>.

⁷<https://www.facebook.com/Couple/?fref=ts>.

⁸<https://twitter.com/CoupleApp>.

⁹https://support.google.com/youtube/topic/2676339?hl=fr&ref_topic=6151248.

¹⁰<https://couple.me/privacy>.

¹¹<https://tla.mpi.nl/tools/tla-tools/elan/>.

¹²Source: Aide YouTube.

¹³<http://amouradistance.fr/>.

PROFILOPRAXIE ET APPOSITION DES STIGMATES DE LA MORT: COMMENT LES PROCHES TRANSFORMENT-ILS LA PAGE FACEBOOK D'UN DEFUNT POUR LA POSTERITE?

Fanny Georges

Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

Virginie Julliard

Université de Technologie de Compiègne - UTC

Resumo: *Este artigo estuda a transformação dos perfis de pessoas vivas em perfis de defuntos. Para tanto, iremos primeiramente tratar das possibilidades que são oferecidas aos enlutados de fazer perpetuar os perfis dos defuntos e a maneira que eles assumem isso. Quando os perfis perpetuados são assumidos eles são transformados (salvo no caso de páginas deixadas em estado e sobre as quais os enlutados podem visitar sem produzir, modificar ou remover signos). Esta transformação é similar a uma profilopraxia, o perfil do defunto é alterado para entrar em conformidade com a ideia que dele fazem os enlutados e/ou para a exposição de estigmas da morte, o perfil torna-se reconhecido como aquele de um defunto. A maneira mais evidente de expor estes estigmas consiste em anunciar a morte do defunto, e em seguida este anúncio nos aparece como sugestão, algo de interesse. Nós identificamos os enunciadores que o anunciaram, os lugares nos quais ele se manifesta e a maneira pela qual este anúncio se formula. Feito isso, nós revelamos que as características das RSN alteram as hierarquias tradicionais, os amigos bem como a família vão sendo levados a intervir nas páginas de perfil, e aí então expõem os estigmas da morte moldando-as para a posteridade. Como resultado a transformação do perfil de uma pessoa viva em perfil de morto é realizada por uma co-enunciação entre dois pontos de vista que não são sempre parecidos. Até mesmo tensões podem ser expressas entre os co-enunciadores que se manifestam em um perfil. Além disso, alguns escolhem investir em outros espaços para produzir uma representação do defunto que entre em*

conformidade com a imagem que desejam passar para a posteridade.

Résumé: *Cet article étudie la transformation des profils de vivants en profil de défunts. Pour ce faire, nous nous sommes d'abord penchées sur les possibilités qui s'offrent aux endeuillés de pérenniser les profils des défunts et la manière dont ils les investissent. Lorsque les profils pérennisés sont investis, ils s'en voit transformés (sauf dans le cas des pages laissées en l'état et sur lesquelles les endeuillés peuvent se recueillir sans produire, modifier ou supprimer de signes). Cette transformation s'apparente à une profilopraxie, le profil du défunt étant modifié pour rentrer en conformité avec l'idée que s'en font les endeuillés et/ou à l'apposition de stigmates de la mort, le profil devant être reconnu comme celui d'un défunt. La manière la plus évidente d'apposer ces stigmates consistant à annoncer la mort du défunt, nous nous sommes ensuite intéressées à cette annonce. Nous avons identifié les énonciateurs qui la prennent en charge, les lieux où elle se manifeste et la façon dont cette annonce se formule. Ce faisant, nous avons révélé que les caractéristiques des RSN bouleversent les hiérarchies traditionnelles, les amis autant que la famille étant amenés à intervenir sur les pages profil, et donc à y apposer les stigmates de la mort et à les façonner pour la postérité. Il en résulte que la transformation du profil d'un vivant en profil de mort procède d'une co-énonciation entre des points de vue qui ne sont pas toujours semblables. Des tensions peuvent même s'exprimer entre les co-énonciateurs qui se manifestent sur un profil. D'ailleurs, certains choisissent d'investir d'autres espaces pour y produire une représentation du défunt qui leur paraît plus conforme à l'image qu'ils souhaitent voir passer à la postérité.*

Abstract: *This paper studies the transformation of alive people profiles into dead people profiles. We will first analyse the possibilities offered to the ones in mourning to perpetuate dead people profiles and the way they assume this. When perpetuated profiles are assumed, they are transformed (unless in case of pages left in situation and in which the mourning ones can revisit without producing, modifying or removing signs). This transformation is similar to a profilopraxis, the profile of the dead person is changed according to the idea the ones in mourning have about him/her*

and/or to expose death stigmas, the profile is then recognized as profile of a dead person. The most evident way to show these stigmas is to announce the death, so this announcement appears as a suggestion, something of interest. We identify the enunciators of the announcement, the places where they express themselves and the way this announcement is formulated. After that, we reveal that the RSN characteristics change the traditional hierarchies, friends as well as family are conducted to intervene in the profile pages and then they expose the death stigmas shaping them for posteriority. As a result, the transformation of an alive person into a dead person profile is achieved by a co-enunciation between two points of view that are not always similar. Even tensions can be expressed between the co-enunciators who express themselves in a profile. Besides that, some of them choose other spaces to produce a representation of the dead person according to the image they wish to leave for posteriority.

“Il est des nouvelles qu'on aurait préféré apprendre autre part que sur FB.”

Publication d'un proche sur la page *Facebook* de Vogalen (21/04/2013).

Tout au long de la vie, les réseaux sociaux numériques (RSN) accompagnent les vivants et sont le support d'expression de leurs pensées quotidiennes. Le processus d'acculturation technique mis en évidence par Josiane Jouët en 1989 chez les usagers du Minitel et des premiers ordinateurs a continué de s'opérer, faisant entrer les technologies et le web au plus profond des relations interpersonnelles et de la vie spirituelle. Comme l'a montré Jeffrey Sconce dans son ouvrage *Haunted Media*, les médias ont été de longue date associés intuitivement à l'Au-delà. Les travaux sur les pratiques “technospirituelles” montrent que le web est investi comme support ou outil des pratiques religieuses (DOUYÈRE, 2011, JONVEAUX, 2013), pour la consultation de contenus religieux (prières, textes sacrés), la conduite des pratiques religieuses (ex. situer la Mecque en vue de la prière musulmane) ou l'innovation religieuse (ex. envoi de SMS par Jésus) (BELL, 2006), ou encore dans un contexte de deuil (DUTEIL-OGATA & al., 2015). Des sites de pratique de

“transcommunication instrumentale” (spiritisme sur internet) démontrent également que les morts ayant utilisé Internet de leur vivant, sont tout à fait à même de s’y exprimer après leur décès, tout comme les anciens s’exprimaient via les tables tournantes (GEORGES, 2013). Le support numérique est devenu pour certains usagers, un espace potentiel d’expression des défunts.

Le web social présente un phénomène de délégation croissante de la présentation de soi à la communauté des proches et surtout au dispositif d’écriture numérique (GEORGES, 2009). Nous avons donc souhaité étudier le cas limite de la mort d’un usager, en interrogeant comment l’identité numérique créée de son vivant continue de se construire après le décès, ceci en observant les actions du dispositif et les signes qu’il produit dans ce contexte ainsi que les *manières de faire* adoptées par la communauté des endeuillés. Depuis la fin des années 2000, des travaux ont en effet montré que les RSN (*Myspace*, puis *Facebook* en particulier) sont devenus des supports d’expression du deuil (PÈNE, 2011, WRONA, 2011)¹. On peut retenir que des caractéristiques propres aux RSN rappellent aux usagers la présence du mort parmi les vivants et nécessitent une réaction pour faire face à cette situation dysphorique. Par défaut, dans *Facebook*, les profils de défunts restent en ligne, continuant d’être indirectement actifs. Des notifications sont régulièrement adressées à leurs “amis” pour les enjoindre de recontacter les défunts, leur recommander de nouveaux amis ou leur souhaiter leur anniversaire. Le dispositif peut aussi faire envoyer automatiquement, par les profils des défunts, des suggestions de reprise de contact ou encore des invitations à jouer à des jeux joués de leur vivant. Cette forme de “récalcitrance” (BRUBAKER & HAYES, 2011) ou de survivance du défunt peut entretenir la détresse de ses proches et recèle des enjeux affectifs forts. Comme l’ont montré les entretiens que nous avons conduits, voir le profil du mort resurgir d’entre les vivants est insupportable pour certaines personnes. *Facebook* a pris conscience de ces enjeux et, depuis 2009, propose aux proches qui apportent la preuve du décès (acte de décès) de fermer les pages des défunts ou de les transformer en “compte de commémoration”, que Sophie Pène désigne sous l’expression “page mémoriale²” (PÈNE, 2011). Dans ce cas, la page apparaît avec la mention “En souvenir de” (ou “remembering” en anglais) à côté du nom du défunt et plusieurs fonctionnalités sont désactivées : les pages

continuent d’être consultables par les membres du réseau numérique du défunt, sans que l’application relance ses amis pour qu’ils interagissent avec le défunt³, réduisant ainsi l’impression traumatisante de resurgissement évoquée par les endeuillés. Les proches ont eu longtemps assez peu recours à cette fonctionnalité, soit parce qu’ils ne la connaissaient pas (ODOM et al. 2010), soit parce que les sujets confrontés au phénomène, ne faisant pas partie de la famille, ne sont pas en possession des pièces administratives nécessaires. Dans tous les cas, nos entretiens ont montré que dans la situation de deuil, il est difficile aux usagers n’ayant pas précédemment réfléchi à cette situation, de prendre des décisions ou d’effectuer des démarches relatives à ces espaces jugés triviaux par certains, face à l’inéluctable. Les usagers interrogés peuvent hésiter à perdre définitivement la totalité (dans le cas d’une suppression) ou une partie (dans le cas d’une transformation en page de commémoration) des contenus publiés sur les pages profils de leurs proches. Toutefois, on peut supposer qu’avec la médiatisation de ce thème depuis trois ans en France, de plus en plus d’usagers sont informés et susceptibles d’avoir réfléchi à ce qu’ils feraient dans une telle situation. Plus encore, avec la possibilité, depuis février 2015, de choisir de son vivant de supprimer son profil ou de le transformer en “compte de commémoration” à son décès et de désigner un légataire de son compte *Facebook*⁴ incitera sans doute les internautes à penser cette situation pour eux-mêmes. Ils peuvent ainsi faire le choix de conserver ou de supprimer leurs données, soulageant les proches de ce choix difficile. Le service permettant de transformer un profil en compte de commémoration ne constitue qu’un cas de figure parmi d’autres possibilités de pérenniser la mémoire du défunt, le seul envisagé par *Facebook*. Ainsi, bien qu’en théorie cet usage ne soit pas autorisé par *Facebook*, les usagers préfèrent parfois “faire vivre” la page d’un défunt dont ils ont les identifiants et mots de passe, ou choisissent de créer une page “groupe” à visée mémoriale, ces deux usages n’étant pas exclusifs (GEORGES et JULLIARD, 2014 ; GEORGES, 2014).

Nous procédons dans cet article à l’analyse des pratiques d’écriture qui transforment les pages profil de vivants en page de défunts à leur décès, qu’il s’agisse de supprimer, de modifier ou d’ajouter des contenus, en accordant une importance particulière à l’annonce de la mort, pratique que nous désignons sous l’expression “apposition du

stigmaté de la mort”. Ces transformations sont le fait des proches des défunts qui les assument en leur nom propre ou les délèguent à un média ou au “ligateur autonome” (c’est à dire l’ensemble formé par la photo de profil et le nom du compte, et compris comme l’identité condensée de l’internaute qui détient ce compte – GEORGES, 2007), comme si le défunt lui-même était l’auteur de telles transformations. On observe alors des phénomènes complexes de co-énonciation sur ces pages, les publications des proches en leur nom propre coexistant avec les publications du défunt, postées ou non de son vivant, les signes de survivance (de par l’activité du compte, le défunt paraît “persistant et actif” – BRUBACKER ET VERTESI, 2010) côtoyant les stigmates de la mort. Des témoins nous ont rapporté que ces transformations avaient pour objectif de rendre le profil du défunt conforme à l’image que souhaitent en conserver les vivants. Nous désignons ce phénomène par l’expression “profilopraxie”. L’objet de cet article est d’étudier l’apposition des stigmates de la mort dans la perspective de la pérennisation du profil du défunt, en observant des traits caractéristiques de la profilopraxie.

Le cadre envisagé implique que cette transformation se produise immédiatement après le décès, dans les premières phases du deuil. Elisabeth Kübler-Ross (2005) a théorisé les cinq stades successifs du processus de deuil et qui font référence actuellement: le déni, la colère, le marchandage, la dépression et l’acceptation (sublimation). Dans le premier stade, celui du déni, l’endeuillé refuse la mort du défunt, et tente de trouver des éléments pour conforter ce déni. Nous pouvons donc supposer que la page Facebook du défunt puisse constituer une forme d’artefact qui permette de soutenir ce déni de la mort en raison des signes de survivance que les endeuillés peuvent y trouver. Dans notre analyse, nous interrogeons donc le moment de l’énonciation de la mort, en le mettant en relation avec cette tentative de nier la mort propre au premier stade. Ainsi, la question de l’énonciation de la mort sur la page Facebook du défunt implique le questionnement du déni de la mort propre au premier stade du deuil ; or l’énonciation de la mort n’est-elle pas une forme d’apposition d’un stigmaté de la mort, comme nous le développons plus loin, qui entre en contradiction avec le déni?

Dans cet article, nous présentons :

- le dispositif méthodologique global de la recherche ;

- les résultats concernant la pérennisation des pages de profil des défunts par les activités de publication post mortem (la proportion de pages pérennisées et les modalités de pérennisation) ;
- les résultats concernant les formes de l'énonciation de la mort, pratique que nous désignons sous l'expression "apposition du stigmaté de la mort";
- ces résultats nous permettent de circonscrire une partie des pratiques de profilopraxie.

1. Analyser les pratiques d'écriture qui transforment les profils de vivants en profils de défunts

Nous abordons le processus de pérennisation des profils des défunts sous l'angle des pratiques d'écriture qui surviennent après le décès d'un internaute (annonce de la mort, expression de compassion aux proches, hommage à la mémoire du défunt, adresse à celui-ci), en particulier dans les pages de profil des RSN créées du vivant des usagers. Par pratiques d'écriture, nous entendons les productions de signes par l'utilisateur dans l'espace du dispositif techno-éditorial (URL, textes, images, smileys, vidéos, likes). Ces inscriptions résultent matériellement d'une inscription et symboliquement d'une interprétation. Notre acception d'"écriture" s'entend au sens large : elle intègre aussi bien les textes, les images, les vidéos, les signes écrits utilisés comme symboles graphiques. Les dispositifs d'écriture numérique constituent avant tout des supports d'inscription et d'organisation symbolique de signes (ce sont des espaces éditoriaux, documentaires et de prise de parole) (BONACCORSI ET JULLIARD, 2010). Dans un contexte de mort et de deuil, les pratiques d'écriture sont multiples : les pratiques d'écriture "autour du mort" se rapportent aux productions de signes se référant au mort par les proches, qu'il s'agisse de l'évoquer avec la communauté des endeuillés ou de s'adresser à lui directement en revenant parfois sur les publications qu'il a publiées de son vivant (JULLIARD, 2016) ; les pratiques d'écriture "à la place" du mort concernent la production de signes par les proches depuis le compte du défunt. Si ces deux pratiques d'écriture participent à la transformation de la page d'un vivant en

page de défunt et ont une incidence sur la représentation du mort, les secondes, en particulier, participent d'une "profilopraxie" et ce pour plusieurs raisons. D'abord, elles interviennent directement sur le profil pour le rendre présentable et plus conforme à l'image que les sujets adoptant cette posture d'énonciation se font du mort. Ensuite, ces transformations, tout comme les gestes du thanatopracteur, se font hors de la portée du regard des proches endeuillés, c'est le cas notamment pour les suppressions voire pour certaines modifications, sauf à faire l'analyse longitudinale des pages de profil ante et post mortem. Par ailleurs, il n'est pas toujours aisé d'identifier l'auteur empirique de ces transformations opérées depuis le compte du défunt.

Nous avons procédé à l'analyse sémiopragmatique d'un corpus de 46 pages créées du vivant des usagers, auquel nous avons adjoint 37 pages "groupe" se référant aux 43 défunts⁵ concernés à des fins comparatives.

Le corpus a été constitué selon deux procédés. D'une part, nous avons procédé à une identification de défunts par la presse, à partir de la base OT médias, de ce fait, la plupart des défunts dont les pages constituent notre corpus sont décédés des suites d'un accident ou d'une maladie médiatisée. D'autre part, nous avons procédé à une identification de défunts par recrutement boule de neige (les informateurs sont des proches des membres du projet). Dans ces deux cas, nous avons pu identifier les noms des défunts et faire des recherches à partir de ces noms dans le moteur de recherche de *Facebook*. Tous les noms n'étant pas associés à une page *Facebook*, nous n'avons conservé que les pages que l'on pouvait attribuer de façon plausible au défunt, cela en se fiant à l'adéquation entre le portrait du défunt délivré dans la presse et la description sur la page *Facebook* portant le nom du défunt et au contenu des publications lorsqu'elles étaient accessibles publiquement ou en demandant confirmation à nos proches. Dans la plupart des cas, et peut-être en raison de la médiatisation du décès dans la presse, il a été trouvé de nombreuses pages "groupe" à visée mémoriale créées post mortem, tandis que les pages créées du vivant de l'utilisateur ont été beaucoup plus difficiles à identifier. En revanche, nous n'avons pas eu accès aux hommages éventuellement produits sur les pages personnelles des proches autrement que par les entretiens – ou lorsqu'un membre de l'équipe a été personnellement concerné (ces pages ne font pas partie

du corpus pour des raisons de sensibilité des données et de respect du caractère privé de cette pratique, mais nous en tenons compte dans une approche que l'on pourrait qualifier d'expérience participante).

Dans le cadre de l'analyse de corpus, nous avons procédé, dans un premier temps, à une consultation globale de l'ensemble des pages et à une lecture des publications. Le contenu de ces pages présentant des données très sensibles et propres à susciter la compassion et l'émotion, nous avons, pour ce travail sur le long terme, procédé à une lecture de ces pages dans le cadre de réunions à deux, ce qui nous a permis de partager nos impressions et d'en discuter. Dans un deuxième temps, nous avons procédé à l'analyse approfondie des profils. Dans un souci de respecter le droit à l'oubli, nous avons anonymé ces derniers. L'analyse du corpus s'est ainsi étalée sur 18 mois.

L'analyse de corpus a été en outre complétée par des entretiens qui ont permis de saisir des pratiques non observables telles que la suppression ou la modification de textes ou d'images. Nous avons conduit sept entretiens ouverts approfondis avec des personnes de notre entourage. Parmi ces sept entretiens, nous avons procédé à deux entretiens longitudinaux, opérant plusieurs entretiens sur une période de temps étendue, s'inspirant en cela des pratiques d'entretien en anthropologie, qui permettent de saisir un même point de vue en différentes phases du deuil.

2. La pérennisation des pages de profil de défunts

Comment et dans quelles proportions les pages de profils des défunts sont-elles pérennisées ?⁶

2.1. La proportion des pages pérennisées

L'étude longitudinale⁷ du corpus de 46 pages profil créées par les défunts de leur vivant a permis de répartir ces pages selon quatre catégories (cf. Tableau 1). Les entretiens nous ont permis d'étayer les manières de faire des usagers.

Corpus total	46 pages de profil
Profils présentant des publications publiques après le décès	23
Profils ne présentant pas de publication publique après le décès	18
Profils supprimés	4
Profils transformés en page commémoration	1

Tableau 1: Classification des forms de pérennisation des pages de défunts

2.1.1. Profils actifs publiquement post-mortem

Vingt trois pages sur les 46 que nous avons recueillies présentent des publications publiques post mortem. Il se peut que ces pages présentent en sus des publications réglées en mode “visible pour les amis et les amis d’amis”, c’est-à-dire des publications auxquelles nous n’avons pas eu forcément accès. Dans le cadre du recrutement par boule de neige, nous avons ainsi pu avoir accès à plus de publications que via les copies d’écran réalisées avec le compte du projet dans la mesure où le système reconnaissait nos comptes personnels comme des “amis d’amis” du défunt.

2.1.2. Profils ne présentant pas de publication publique après le décès

Ces profils sont restés tels quels, sans aucune mention du décès de l’usager ni aucune information publiée après le décès. Le fait que nous ne consultations que les pages en mode “public” relativise nos résultats : sur les 18 pages ne présentant pas de publication publique après le décès, il se peut qu’une certaine partie soit animées en paramétrage “visible pour les amis uniquement”. Ce chiffre indique donc le maximum de pages du corpus non animées. De fait, sur les pages des défunts de notre entourage, non intégrées dans le corpus, les publications post mortem se font majoritairement dans ce dernier paramétrage privé, les usagers considérant ces informations trop personnelles sans doute pour être paramétrées en mode “public”.

2.1.3. Profils supprimés après le décès

Quatre profils de défunt ont été supprimés entre les deux sessions d'extraction. Sur l'ensemble des noms de défunts relevés dans la base OTMédia, il se pourrait que certains défunts aient eu une page de profil *Facebook* de leur vivant, voire que cette page ait pu être investie comme espace de mémoire après leur décès, mais qu'elle ait été supprimée avant notre première capture (septembre 2014). Dans le cadre du recrutement boule de neige, cette information a pu nous être fournie par des entretiens. Dans ce cas il s'agit donc d'une proportion minimale, davantage de pages ayant sans doute été supprimées en réalité.

2.1.4. Profils transformés en page commémoration

Sur les 46 pages de notre corpus, une seule a été transformée en page de commémoration. Cette proportion est en revanche en principe assez juste dans le contexte du corpus. Cela confirme les résultats de Odom et al. (2011), selon lesquels la fonctionnalité de transformation en page de commémoration est peu représentée.

2.2. Modalités de pérennisation de la page du défunt

Une moitié de notre corpus présente des publications publiques sur la page du défunt, tandis qu'une autre moitié n'en présente pas, ou ont été supprimées. Le fait qu'une page ne soit pas actualisée publiquement après le décès d'un usager ne signifie pas pour autant qu'elle n'est pas utilisée comme espace de recueillement: il se peut que la page ait été actualisée par suppression d'informations non désirables, comme il nous a été témoigné dans les entretiens, ou encore qu'elle ait été actualisée en mode "visible par les amis".

2.2.1. Investir la page du vivant comme page de défunt: écrire et se recueillir

Quand il y a pérennisation d'une page de défunt, l'activité de publication post-mortem commence généralement avec l'annonce de la mort. La prise en charge de la première réaction à la mort sur la page d'un défunt (qu'elle soit annonce, hommage, témoignage) est un

acte symbolique fort. Dans le cas d'un hommage ou d'un témoignage, cet acte peut dépasser la simple volonté de manifester sa compassion ou de partager sa douleur, puisque l'un ou l'autre peut aussi annoncer la mort de façon indirecte, sous réserve qu'ils soient lus.

Comme il a été témoigné dans les entretiens, la page du défunt est un support extrêmement sensible, et sujet à une décision de prise en charge sémiotique par les endeuillés. Lorsque la page est jugée insignifiante par les endeuillés, soit parce que l'utilisateur ne l'utilisait pas régulièrement, soit qu'il publiait des informations dont les endeuillés jugent qu'elles ne reflétaient pas sa personnalité, elle ne fait pas l'objet d'une décision sémiotique de prise en charge (la représentation n'apparaît pas aux proches comme devant se pérenniser).

La décision de sa suppression étant corrélée à des démarches pénibles auprès de *Facebook* dans ce contexte du deuil, il est probable que les usagers, *a fortiori* s'ils ne sont pas des usagers réguliers de *Facebook*, n'estimeraient pas que le coût symbolique de cette démarche se justifie du fait du caractère non représentatif de cette page : la laisser en état correspondrait donc, dans certains cas, probablement à une non décision. Par ailleurs, pour les endeuillés ou proches, connaissances, qui utilisent *Facebook* régulièrement, il est possible de supprimer le défunt de ses amis *Facebook* afin de ne plus recevoir de notification de relance de contact de la part de *Facebook*, et de revenir éventuellement sur sa page en passant par le moteur de recherche. Cette configuration peut sembler la plus proche de la relation traditionnelle à la stèle: les endeuillés reviennent sur la page du défunt et la consultent comme support de réflexion et de dialogue intérieur, se souvenant à travers les publications du moment où il était encore vivant. Cette pratique du dialogue intérieur n'est pas en contradiction avec l'usage d'une page actualisée post mortem.

2.2.2. La suppression et l'absence de suppression comme actes énonciatifs

Les pratiques d'écriture autour du mort procèdent par ajout d'information, mais aussi par suppression (supprimer une information non conforme à la représentation que l'utilisateur se fait du défunt pour offrir une meilleure image de ce dernier, ou encore suppression

du profil) ou absence de suppression (ne pas supprimer le profil d'un défunt, ne pas supprimer une publication), autant d'éléments invisibles qui n'ont pu être saisis que par les entretiens ou une comparaison méticuleuse de différents états d'une même page de profil à plusieurs moments. En ces actes de suppression ou d'absence de suppression s'exprime tacitement la volonté de l'entourage de pérenniser une certaine représentation du défunt, et d'éviter que son image soit salie par des publications indésirables (ex. publications à caractère pornographique). Ainsi, le simple fait de laisser le profil intact peut nécessiter une surveillance constante du profil du défunt; par suite on peut supposer que ce phénomène accentue la sensation de présence du mort sur lequel veillent les vivants.

3. Enonciateurs de la mort et lieux de l'énonciation

Lorsque quelqu'un décède, la nouvelle du décès circule confusément entre l'annonce orale en face-à-face ou par téléphone, et l'annonce écrite par faire-part, publication dans une rubrique nécrologique ou sur un RSN. Ces derniers modifient la temporalité de la prise de connaissance de la mort d'un individu en la rendant plus rapide, ou impromptue. Il n'est pas rare en effet d'apprendre directement la mort de quelqu'un sur *Facebook*, avant même que les autorités de police, par exemple, n'aient pu prévenir les familles au terme d'une procédure qui peut s'avérer longue⁸, ou encore d'apprendre la mort de quelqu'un bien longtemps après la date du décès, à l'occasion d'une visite sur la page d'un ami.

3.1. L'annonce de la mort par le dispositif techno-éditorial

Dans le cas où les proches ont souhaité transformer la page profil du défunt en page de commémoration, c'est le dispositif techno-éditorial qui prend en charge l'annonce textuelle de la mort en adjoignant la mention "En souvenir de" au nom de l'utilisateur sur la photo de couverture et à côté de la photo de profil. Cette apposition du stigmate de la mort par le dispositif techno-éditorial, si l'on envisage le processus de deuil tel que décrit par Kübler-Ross (2005), permet à la fois d'annoncer la mort, tout en maintenant les traces de vivance du défunt intactes. Le deuilleur "légataire" du compte, qui a fait les

démarches auprès de Facebook pour opérer cette transformation peut ainsi être motivé par le désir de dénier la mort du défunt ou porter mandat du désir des familles de dénier cette mort. Or cette transformation a ceci de particulier, en regard des autres formes décrites ci-après, qu'elle est irréversible. Une fois la page de commémoration créée, il est impossible de revenir à l'état antérieur de la page du défunt. Par ailleurs, la transformation en page de commémoration est en effet une forme d'institutionnalisation de la mort, puisque l'on recourt à une autorité tierce pour annoncer celle-ci. De ce fait, cette énonciation par le dispositif techno-éditorial peut aussi manifester l'acceptation-sublimation de la mort du défunt par le deuilleur légataire et/ou la famille qui le mandate, acceptation-sublimation qui marque l'aboutissement du processus de deuil.

3.2. L'annonce du décès sur la page du défunt par un proche : l'opérateur de l'apposition du stigmaté de la mort, l'opérateur de l'entretien de la page et les communautés d'endeuillés

Sur la page profil du défunt, l'annonce de la mort n'est plus réservée à la famille, mais à l'ensemble des personnes autorisées à publier sur son mur: le clivage traditionnel, mis en visibilité par exemple dans l'organisation des funérailles, entre la famille et l'entourage, est très atténué. Ce nouveau rôle pris par les amis dans le processus de pérennisation du profil du défunt, et par là de sa mémoire, n'est pas sans incident, comme par exemple l'annonce prématurée de la mort d'un malade⁹ ou l'annonce du décès à la famille par les amis (voir supra). Toutefois, les usages sont rémanents, et on observe qu'au fil du temps la famille peut reprendre son rôle traditionnel d'entretien de la page du défunt. De fait, sur le long terme, se sont les très proches (la mère, le fils, la compagne ou la sœur) qui animent régulièrement la page. Deux témoins ont fait part de la constitution de communautés d' "amis" formées autour de la page *Facebook* d'un défunt; ces communautés se rassemblent IRL (In Real Life) en la mémoire du défunt, et peuvent également entretenir la page en supprimant des informations ou en répondant aux publications. La socialisation du deuil sur internet peut donc ouvrir à la construction de nouvelles sociabilités entre amis du défunt qui ne se connaissaient pas préalablement, cimentées par la mort de ce dernier. Ces communautés d'amis peuvent soutenir la famille en deuil, par exemple, en

organisant des soirées en l'honneur du défunt ou encore des cagnottes pour l'aider à payer les funérailles.

3.3. L'annonce de la mort sur la page du défunt par le ligateur autonome

Des pages de profil d'un utilisateur, après son décès, peuvent être animées par des proches ayant récupéré son identifiant et son mot de passe, sans que le décès ne soit notifié selon la procédure prévue par Facebook. L'annonce de la mort dans ce cas peut être publiée sous le ligateur autonome du défunt.

Dans une page du corpus présentant ce cas de figure, afin de désamorcer l'effet d'une telle annonce (l'utilisateur annonçant sa propre mort), le proche s'identifie immédiatement comme énonciateur distinct de celui auquel renvoie le ligateur autonome de prime abord : *“Ici la fille à (prénom nom du défunt) [...] pour ceux qui ne savent pas encore mon papa nous a quitter le 29 août 2014”* (MANON, 02/11/14)¹⁰.

Dans une autre page du corpus, l'annonce des funérailles émane du compte du défunt sans qu'aucun nom ne soit précisé en auteur, ce qui produit une situation étrange, le mort paraissant convier ses proches à ses obsèques. On peut supposer que cette forme d'énonciation permet tout à la fois de répondre à l'impératif social d'annonce du décès et de convocation de l'entourage, tout en maintenant le défunt quasi-vivant du fait qu'il publie lui-même l'annonce de ses propres funérailles. Les proches qui répondent à cette publication se prêtent au jeu, si l'on peut dire, utilisant la seconde personne pour s'adresser au défunt “on sera là pour toi *Nom du défunt*”. Ce procédé, qui peut sembler choquant, permet aussi aux deuilés de vivre pleinement la phase de déni du deuil en conservant cette possibilité de dialogue avec le défunt quasi-vivant.

On observe un même effet de masquage de l'énonciateur empirique (le créateur de la page et celui qui l'anime) par l'énonciateur identifié par le dispositif (le défunt) dans les pages “groupe” créées post mortem en hommage aux défunts. En effet, le nom du premier n'est mentionné nulle part, tandis que le second apparaît partout : l'image de profil et le nom étant généralement ceux du défunt (sur le modèle: “Hommage à (Nom Prénom du défunt)”).

L'absence de mention du nom du créateur de la page est parfois sujette à polémique de la part des amis et de la famille du défunt, ces derniers accusant le créateur de la page d'imposture (GEORGES, 2014).

4. Les formes de l'annonce de la mort/Les formes des stigmates de la mort sur la page du défunt

A la différence du corps physique, qui se transforme en cadavre, la page Facebook ne porte aucun signe immédiat de la mort produit par l'utilisateur lui-même : ce sont donc les proches, référencés comme "amis" sur la page, qui vont porter la charge de la transformation de la page du vivant en page de profil du mort. Cette transformation n'est pas sans conséquence, puisqu'un témoignage personnel adressé au défunt de fait devient en quelque sorte un stigmate de la mort (exemple : "maudite route" publié en commentaire de la dernière publication géolocalisant le départ en voiture d'une utilisatrice décédée sur la route). Cet acte performatif de transformer la page Facebook du vivant en profil d'utilisateur décédé est d'autant plus difficile à prendre en charge que les usagers ne font pas partie de la famille. Dans cette partie nous distinguons plusieurs procédés d'apposition du stigmate de la mort sur le profil de l'utilisateur.

L'apposition du stigmate de la mort peut être produite de façon soit indirecte ou allusive (destinée à être comprise par ceux des "amis" Facebook qui sont déjà informés) soit explicite (ex. : "repose en paix").

4.1. L'annonce de la mort explicite

La mort peut être annoncée explicitement sur la page du défunt par un proche publiant depuis le compte du défunt (voir supra), ou publiant un message ou un commentaire sur le mur de ce dernier. Cette annonce explicite prend différentes formes qui prolongent, en les transformant, ce que l'on observe IRL : annonce d'obsèques, éloges funèbres, formules consacrées.

4.1.1. L'annonce de la mort par l'annonce des funérailles

Plus fréquemment, l'annonce de la mort s'opère à travers l'annonce des obsèques: "La mise en bière de (prénom du défunt) aura lieu mardi 9 juillet à la maison funéraire (lieu). La levée de corps s'effectuera jeudi 11 à 14h et la cérémonie débutera à 14h15 à l'église Saint-Louis. L'inhumation se fera à 15h15 au cimetière de (ville)." (LAURYN, 08/07/2013).

L'annonce, très factuelle, n'est pas différente d'un faire-part annonçant les funérailles. Le texte en semble simplement repris. L'annonce des funérailles s'effectue plus souvent sur la page groupe à visée mémoriale créée post mortem que sur la page profil du défunt.

En publiant l'annonce sur la page du défunt, la famille peut ainsi prévenir les proches avec lesquels l'énonciateur de la mort n'est pas en contact et en l'absence de personnes pouvant relayer l'information à l'ensemble du réseau du défunt; elle permet une prise en charge par le dispositif de la réunion des adresses de l'entourage, en particulier lorsque l'entourage du défunt et de l'énonciateur ne coïncident pas, c'est à dire souvent dans le cas des adolescents et jeunes adultes célibataires. Le caractère très factuel de cette annonce est inscrit dans le processus d'institutionnalisation de la mort du défunt. Elle est une formalisation, comme l'est l'envoi de faire-part de décès, au devoir d'annoncer la mort pour embrayer les processus de mort sociale du défunt et de deuil. De ce fait, les traces d'énonciation sont généralement absentes de ces messages, avec une prédominance de tournures impersonnelles tout comme observé sur les pages « groupe » créées post-mortem en la mémoire du défunt (GEORGES, 2013b).

4.1.2. L'annonce de la mort par un hommage stéréotypé : les formules dédiées

Dans les pages, toutes francophones, de notre corpus, la formule "Repose en paix" et l'acronyme RIP (*Rest in peace*) sont fréquemment utilisés par les usagers pour exprimer leur deuil et produire un hommage sur la page du défunt. Ces expressions font peu l'objet de publications principales: elles figurent en commentaire d'un message publié par le défunt ou d'un document représentant le défunt (une photographie). Par exemple, sur une page de notre corpus, une amie publie en commentaire "RIP *Nom du défunt*" le 6 juillet 2013 sous le

dernier message posté du vivant du défunt, publié le 29 juin 2013, c'est à dire une semaine auparavant. Dans ce contexte, l'expression RIP est apposée sur la dernière trace de vivance du défunt; suivie de son prénom, elle semble s'adresser à lui dans une forme de dialogue avec le défunt quasi-vivant. L'apposition de ce stigmate de la mort provoque une réaction explicite le lendemain: une autre amie publie "quoi RIP ????" le 30 juin 2013. Ce qui était l'expression du deuil se fait annonce de la mort, apposition du stigmate. De fait, l'annonce du décès ne sera pas plus formelle, mais sera suivie d'autres commentaires "RIP" à la suite du premier, et sur l'ensemble du mur. En revanche, les funérailles sont très clairement annoncées quinze jours après le décès, le 14 juillet, par un ami.

On peut s'interroger sur les motifs de la prédominance de l'expression RIP dans un contexte francophone. On peut facilement y lire une manifestation de l'emprise de la culture anglophone et en particulier américaine sur ce support américain. De plus, au vu de la gêne des témoins à évoquer les croyances religieuses (qu'elles soient musulmanes ou chrétiennes) auxquelles ces pratiques d'adresse au mort s'adosent, dans un pays revendiquant la laïcité comme la France, on peut également supposer que l'acronyme RIP serait plus pudique dans l'expression de la référence à la tradition religieuse que l'expression "repose en paix", issue de la tradition chrétienne. L'utilisation de "RIP" s'avèrerait plus conforme à ce que les usagers considèreraient comme adéquat de formuler sur un support tel que Facebook.

4.1.3. L'annonce de la mort par l'éloge funèbre

La mort peut être annoncée explicitement sur le mur du défunt sous forme d'éloge publiée par un ami:

L'histoire retiendra que tu as lutté jusqu'au bout de toutes tes forces alors en ton honneur nous garderons la tête haute. Être de joie et de lumière, danseur fantastique, chanteur magnifique, ami passionné et attachant tu laisseras à tous ceux qui t'ont connu le souvenir d'un chef-d'oeuvre inachevé. Ce samedi 17 mai 2014 tu as tiré ta révérence. Mon petit frère reçois tout mon amour de

l'endroit où tu es. — with (Nom du défunt). (MICHAËL, 17/05/2014).

Dans son éloge, Michaël s'adresse à son ami décédé, Alexander, à la seconde personne. Les qualités artistiques et sociales du défunt ainsi que les sentiments qu'il a éveillés chez ses proches sont mentionnés. Il est présenté comme un exemple à suivre. La mention de la mort est allusive, par la périphrase "tirer sa révérence" qui réfère à l'activité artistique du défunt. Le message est tagué pour qu'il apparaisse sur la page du défunt tout comme sur la page du producteur de la publication.

4.1.4. Délégation de l'annonce de la mort à un média

La circulation des textes et son appareillage techno-sémiotique sont des traits caractéristiques du web dit "2.0" et de son "économie des passages" (JEANNERET, 2014). Facebook, comme d'autres RSN, appaie la circulation des textes (JULLIARD, 2015). Les endeuillés se saisissent de cette possibilité pour déléguer l'annonce de la mort à un énonciateur extérieur à la communauté des proches du défunt en partageant un article de presse sur le mur du défunt, et en invitant les amis de celui-ci à faire circuler l'information à leur tour. C'est le cas, par exemple, sur la page de Thibault, un motard victime d'un accident de la route. L'apposition du stigmatisme de la mort est le fait d'une amie qui poste sur le mur du défunt un article du Leprogress.fr intitulé "Après l'accident mortel du Sainte-Bénigne" simplement accompagné de la mention "à partager" (12/11/2013).

4.2. L'annonce de la mort implicite

L'annonce de la mort peut également être implicite. Dans notre corpus, ce type d'annonce s'observe essentiellement dans les commentaires que les proches du défunt publient sous les messages postés par ces derniers et dans la modification des images de profil ou des photographies de couverture par les proches qui détiennent les identifiants et mots de passe des comptes des défunts.

4.2.1. L'annonce de la mort par commentaire d'une publication produite par le défunt

En premier lieu, l'annonce implicite de la mort s'observe dans les commentaires qui répondent aux messages publiés par les défunts de leur vivant, et en particulier aux messages publiés juste avant de mourir.

Par exemple, une "amie" publie en commentaire "maudite route" le jour du décès d'une utilisatrice de Facebook qui avait publié sur son mur en mode public, juste avant son décès d'un accident de voiture, l'information de sa géolocalisation dans une boîte de nuit à Saint-Tropez. Suivent des commentaires qui impliquent la connaissance du décès : "courage à vous !!! soyez fière de votre princesse !".

4.2.2. Annonce par le changement de la photo de profil du défunt

En second lieu, l'annonce implicite de la mort s'observe à travers le changement de la photographie de profil du défunt, généralement pour une photographie le représentant avec un proche qui s'est désigné comme le légataire de sa page. Le changement de l'image de profil pour une autre, qui n'est possible que si ce proche dispose de l'identifiant et du mot de passe du défunt, peut se comprendre comme le choix du légataire de publier une image supposée plus conforme à sa représentation du défunt. Souvent, cette nouvelle image présente ce dernier en compagnie de quelqu'un, dont on peut supposer qu'il est à l'origine de la modification. C'est le cas, par exemple, de l'image de profil d'Edgar, décédé le 21 février 2014, remplacée à deux reprises le 1^{er} août 2014. L'image de profil au moment du décès était la photographie d'une tête de cheval saisie à hauteur de naseaux et légèrement floue, dont on pouvait supposer qu'elle avait été prise par l'adolescent. Après la première modification *post mortem*, validée par 46 personnes qui l'ont "aimée", la photographie de profil représente un jeune garçon dans les bras d'une femme qui lui ressemble et pourrait être sa mère. Après une seconde modification *post mortem*, la photographie représente l'adolescent sur son cheval au galop, tournant le visage vers l'objectif. Cette photographie est depuis restée l'image de profil du compte. Cette modification a fait l'objet de 66 "j'aime" et de deux commentaires : "*Tu nous manque mon frère*"; "*(Prénom du défunt), tu reste dans nos cœurs pour toujours*". Le remplacement de

l'image de profil témoigne d'un changement de perspective tant au niveau photographique qu'énonciatif: celle de l'adolescent qui montre un animal auquel il est attaché devient celle d'un parent, la mère probablement, qui publie l'image qu'il garde de son enfant (dans ses bras, au cours d'une activité). On peut également faire l'hypothèse que ce remplacement est "négocié": ce n'est finalement pas la photographie d'intimité familiale qui persiste, mais plutôt celle de l'activité équestre avec le cheval auquel l'adolescent était manifestement attaché, comme si le parent à l'origine de la modification de l'image de profil était revenu sur sa première idée pour mieux "rendre hommage" à son fils. L'hypothèse selon laquelle le choix d'une image de profil manifeste la représentation du défunt qui paraît la plus conforme à l'idée que s'en font ses proches peut être étayée par un autre exemple. Si, pour son image de profil, Fabien a choisi de publier des *selfies* le montrant dans une voiture avec une jeune fille qui pourrait être sa petite amie, les images de la page "groupe" à visée mémoriale que crée sa famille à son décès le représentent seul (photo de profil) et embrassant une femme qui pourrait être sa mère sur la joue (photo de couverture). Si la page profil du jeune homme reste un lieu d'écriture et de recueillement pour certains proches, c'est surtout sur la page groupe que s'observe le principal de l'activité d'écriture post mortem autour du défunt, activité émanant principalement de sa famille.

5. Discussion/Conclusion

Dans cet article, nous avons voulu étudier la transformation des profils de vivants en profil de défunts. Pour ce faire, nous nous sommes d'abord penchées sur les possibilités qui s'offrent aux endeuillés de pérenniser les profils des défunts et la manière dont ils les investissent. Lorsque les profils pérennisés sont investis, ils s'en voit transformés (sauf dans le cas des pages laissées en l'état et sur lesquelles les endeuillés peuvent se recueillir sans produire, modifier ou supprimer de signes). Cette transformation s'apparente à une profilopraxie, le profil du défunt étant modifié pour rentrer en conformité avec l'idée que s'en font les endeuillés et/ou à l'apposition de stigmates de la mort, le profil devant être reconnu comme celui d'un défunt. La manière la plus évidente d'apposer ces stigmates

consistant à annoncer la mort du défunt, nous nous sommes ensuite intéressées à cette annonce. Nous avons identifié les énonciateurs qui la prennent en charge, les lieux où elle se manifeste et la façon dont cette annonce se formule. Ce faisant, nous avons révélé que les caractéristiques des RSN bouleversent les hiérarchies traditionnelles, les amis autant que la famille étant amenés à intervenir sur les pages profil, et donc à y apposer les stigmates de la mort et à les façonner pour la postérité. Il en résulte que la transformation du profil d'un vivant en profil de mort procède d'une co-énonciation entre des points de vue qui ne sont pas toujours semblables. Des tensions peuvent même s'exprimer entre les co-énonciateurs qui se manifestent sur un profil. D'ailleurs, certains choisissent d'investir d'autres espaces pour y produire une représentation du défunt qui leur paraît plus conforme à l'image qu'ils souhaitent voir passer à la postérité.

Tout comme l'usage des RSN a engendré des mutations des modalités d'être ensemble, et de nouvelles modalités de communication interpersonnelle, par suite, on peut considérer que la façon dont ils sont mobilisés pour rendre hommage aux morts accompagnent une mutation de la relation à la mort et au mort. De la rémanence des profils des défunts aux pratiques de profilopraxie, en passant par l'apposition du stigmate de la mort qui reste finalement une façon d'alimenter l'identité numérique du défunt, Facebook semble le lieu du déni de la mort. Dans *Facebook*, les morts font partie du monde des vivants.

Bibliographie

- BELL, G. (2006). "No more SMS from Jesus: Ubicomp, religion and techno-spiritual practices". In: *Lecture Notes in Computer Science 4206*, 141.
- BONACCORSI, J. ; JULLIARD, V. "Dispositifs de communication numériques et médiation du politique. Le cas du site web d'Idéal-Eu". In : AGHABABAIE, M. ; BONJOUR, A. ; CLERC, A. ; RAUSCHER, G. (ORGs.). *Usages et enjeux des dispositifs de médiation*. Nancy: PUN, 2010, p.65-78.

- BRUBAKER, J. R.; HAYES, G. R. “We will never forget you [online]: An Empirical Investigation of *Post mortem* MySpace”. CSCW 2011. March 19–23, 2011, Hangzhou, China.
- CLAVANDIER, G. *Sociologie de la mort. Vivre et mourir dans la société contemporaine*. Armand Colin, 2009, 247 p.
- DESPRET, V. *Au bonheur des morts. Récit de ceux qui restent*. Paris: La Découverte, 2015.
- DOUYÈRE, D. “La prière assistée par ordinateur”. In: *Médium*. n°27, 2011, p.140-154.
- DUTEIL-OGATA, F. “New Funeral Practices in Japan - From the Computer-Tomb to the Online Tomb”. In: *Online Heidelberg Journal of Religions on the Internet*. V. 8 – Religion on the Web. Proceedings of the Conference by the French Association for the Social Sciences of Religion, 2015, p.11-27.
- GEORGES, F.; JULLIARD, V. (2015). “Quand le web inscrit le mort dans la temporalité des vivants”. In : XXe Congrès de la SFSIC: 8, 9 et 10 juin, 2016, Metz.
- _____. “Aux frontières de l’identité numérique. Éléments pour une typologie des identités numériques post mortem”. In: BOUHAÏ, N.; HACHOUR, H.; SALEH, I. (ORGs.). *Les frontières du numérique*. Paris : L'harmattan, 2014.
- GEORGES, F. “Identité numérique et Représentation de soi: analyse sémiotique et quantitative de l’emprise culturelle du web 2.0.” *Réseaux 154*. 2009, p.165-193.
- _____. “Le spiritisme en ligne. La communication numérique avec l’au-delà.” In: *Les cahiers du numérique*, 3-4, 9, 2013a, p. 211-240.
- _____. “*Post mortem* digital identities and new memorial uses of Facebook. The identity of the producer of a memorial page”, In: *Thanatos*, vol. 3, n° 1. *Death, mourning and the internet*, 2013b, p. 82-93.
- JEANNERET, Y. “Faire avec le faire communicationnel: les prétentions de la sémiotique face à l’horizon des pratiques”. In: *Nouveaux Actes Sémiotiques. Actes de colloques Arts du faire: production et expertise*. 2006.
- _____. *Critique de la trivialité. Les médiations de la communication, enjeux de pouvoir*. Paris : Éditions Non Standard, 2014.
- JONVEAUX, I. *Dieu en ligne. Expériences et pratiques religieuses sur Internet*. Paris : Bayard, 2013.

JULLIARD, V. (à paraître). “L’hommage aux défunts.cn. La semaine de la Toussaint chinoise à Shanghai sur *Weibo*”. In: *Études de communication*, n°46, 2016.

_____. “Les apports de la techno-sémiotique à l’analyse des controverses sur *Twitter*”. In: *Hermès*. n°73, 2015, p.191-200.

KUBLER-ROSS, E. *On Grief and Grieving*. Schuster, 2005.

ODOM, W.; HARPER, R.; SELLEN, A.; KIRK, D.; BANKS, R. “Passing on & putting to rest: understanding bereavement in the context of interactive technologies”. In: *Proc. CHI*, 2010, p.1831-1840.

PÈNE, S. “Facebook mort ou vif. Deuils intimes et causes communes”. In: *Questions de communication*. N.19, 2011, p.91-112.

SCONCE, J. *Haunted Media: electronic presence from telegraphy to television*. Durham: Duke University Press, 2000.

WRONA, A. “La vie des morts: jesuismort.com, entre bibliographie et nécrologie”. In: *Questions de communication*. N.19, 2011, p.73-90.

Palavras-chave: profilopraxia, estigmas da morte, perfis transformados.

Mots-clés: profilopraxie, stigmates de la mort, profils transformés.

Keywords: profilopraxis, death stigmas, transformed profiles.

Notas

¹Au-delà des Rsn, de nombreux services payants dédiés à la visée mémoriale par soi-même, voient le jour chaque année (GEORGES et JULLIARD, 2014).

² “Page mémoriale” est un néologisme et anglicisme proposé par l’auteure pour traduire l’expression “*memorialized account*”, appellation adoptée par Facebook et qui est traduite dans la version française de Facebook par “compte de commémoration”. Contrairement à “mémoriel”, dont le sens en français est beaucoup plus large, puisqu’il reporte de façon générale à la mémoire (*mnemè*), le terme “mémorial” désigne ce qui est relatif à la mémoire dans le contexte de la mémoire d’un défunt.

³ <https://www.facebook.com/help/103897939701143>.

⁴ Le légataire est la personne qui prend en charge le compte du défunt à partir de sa transformation en compte de commémoration (il ne peut pas modifier les contenus publiés avant le décès sur le mur, lire les messages privés ou supprimer un ami, par exemple). Cf. <https://www.facebook.com/help/1568013990080948>.

⁵ Un défunt peut avoir plusieurs pages profil.

⁶ Ces aspects ont fait l'objet d'une présentation au congrès de la SFSIC (GEORGES ET JUILLARD, 2015).

⁷ L'étude longitudinale a été conduite de la manière suivante : une première capture des pages a été réalisée en septembre 2014, une seconde en mai 2015. Les pages ont été analysées lors du premier et du second relevé, puis revérifiées six mois (octobre 2015) et un an après (avril 2016).

⁸ *Direct Matin* "Elle apprend le décès de sa fille sur Facebook", 20/09/2012)
<http://www.directmatin.fr/insolite/2012-09-20/elle-apprend-le-deces-de-sa-fille-sur-Facebook-126616> (page consultée 24/04/16).

⁹ C'est le cas, par exemple, sur la page d'Alexander, dont la mort est annoncée deux jours avant le décès effectif du jeune homme par le biais de condoléances postées sur son "mur", alors même que le jeune homme est encore en train d'agoniser à l'hôpital.

¹⁰ Les citations du corpus sont reproduites telles que publiées, à l'exception des coupures que nous opérons pour les raccourcir et que nous marquons par des crochets.

OS VLOGS E A IDENTIFICAÇÃO PARADOXAL DOS CRIADORES DE DISCURSO

Guilherme Adorno
UNICAMP

Resumo: *Com o objetivo de compreender os processos de identificação do sujeito em alguns funcionamentos discursivos dos vlogs, no YouTube, este trabalho analisa o modo como o contraponto entre a eficácia imaginária e o jogo significativo na história produz o reconhecimento de lugares e poderes do dizer no desconhecimento constitutivo de sua relação com o Interdiscurso, nas condições de produção específicas do digital. Os recortes delimitados são: as designações equívocas de vlogueiro, youtuber e criador; a produção da autoria na imbricação de diferentes materialidades, a composição autoral que lhe é própria; e a discursividade que sustenta os enunciados “Eu sou eu mesmo” e “Broadcast yourself”. A análise do material aponta para compreensões que dizem respeito da relação da forma-sujeito do Capital com a discursividade dos objetos paradoxais em sua formulação e circulação digital.*

Abstract: *Aiming to understand subject identification processes in some Youtube vlogs' discursive functioning, this work analyses how the counterpoint between the imaginary impact and the significant role in history produces the acknowledgement of places and powers of saying in the constitutive unawareness of its relation to the Interdiscourse, taking the particular production conditions of digitality. The cutout of this research is: the equivocal designations vlogueiro, youtuber and criador; the authorship production in the encounter of different materialities, the authorial composition which is proper to them; and the discursivity that supports the following utterances: "Eu sou eu mesmo" ["I am myself"] and "Broadcast yourself". The analysis indicates comprehensions that concern Capital subject-form's relation to the discursivity of paradoxical objects in digital formulation and circulation.*

Um grande ganho teórico-político trazido pelo livro *Semântica e Discurso* de Michel Pêcheux é ter avançado na compreensão do que ele chama de “o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2009, p.124-125, grifos do autor). Nesse gesto, percorrendo e confrontando os estudos filosóficos e linguísticos, o autor fornece as bases para a Análise de Discurso encarar os desafios de apreender os movimentos históricos constituídos em processos discursivos. Um desafio re-apresentado a cada objeto analítico elencado, porque, em se tratando de processos jamais encerrados, sujeitos e sentidos nunca são capturados. Eles são provisoriamente compreendidos em condições delimitadas.

Pretendo, portanto, me valer das bases lançadas por Pêcheux (2009) para compreender os processos de identificação do sujeito em alguns funcionamentos discursivos dos vlogs, produzidos e publicados na plataforma de vídeos YouTube. Recupero alguns resultados da minha tese de doutorado (ADORNO de OLIVEIRA, 2015), intitulada *Discursos sobre o eu na composição autoral do vlog*, para explorar um pouco mais¹, nas condições de produção específicas do digital, *o modo como o contraponto entre a eficácia imaginária e o jogo significante na história produz o reconhecimento de lugares e poderes do dizer no desconhecimento constitutivo de sua relação com o Interdiscurso*, isto é, um trabalho sobre a hiato do significante nos movimentos da história.

De uma posição materialista, reiteradamente buscada por Pêcheux (2009), não partimos do sujeito e sim das condições de reprodução/transformações das relações de produção. Consequentemente, antes de chegar aos processos de identificação, explico algumas análises da tese sobre a discursividade do vlog.

Em um primeiro momento, exploro as condições de produção específicas do vlog no YouTube, apontando para a estruturação do espaço de leitura dos vídeos. Na segunda parte, defino a formulação do vlog como uma composição autoral para mostrar o funcionamento da imbricação de diferentes materialidades no efeito de autoria da discursividade do vlog. Logo depois, retomo as análises da tese que mostram os mecanismos de identificação do vlogueiro aos sentidos de trabalho e autenticidade, percorrendo os momentos em que o

imaginário falha pelo embate do político com o simbólico. Finalmente, apresento minha compreensão sobre os processos discursivos analisados.

1. Condições de produção do vlog no YouTube

YouTube é um espaço possível a partir de 2005 devido ao desenvolvimento de ferramentas acessíveis aos usuários da Internet para a produção e visualização de vídeos. Há uma apropriação de diferentes tecnologias digitais e os parâmetros não são os mesmos de, por exemplo, um vídeo na televisão: uma linguagem com condições de produção específicas, chegando à criação de formatos próprios para a plataforma, como os vlogs que compõem o objeto desta pesquisa. Isto não significa, no entanto, que no YouTube não possam ser reproduzidos os vídeos produzidos em outros espaços², como os da mídia televisiva.

Oficialmente, o YouTube é apresentado como uma “plataforma de distribuição para criadores de conteúdo original e anunciantes grandes e pequenos”, uma empresa do Google com o objetivo de que “bilhões de pessoas possam descobrir, assistir e compartilhar os vídeos mais originais já criados [...] para as pessoas se conectarem, se informarem e inspirarem umas às outras por todo o mundo”³. Para além do imaginariamente fechado, exploro a “plataforma” nas condições de produção do digital.

Retomando a relação do sujeito com sua constituição material, na história, Dias (2004) problematiza o espaço digital discursivamente. O seu trabalho teórico se inicia com os questionamentos sobre o espaço e o tempo e como estas dimensões interferem na produção de sentidos. Dias (2004, p.24) assevera a seguinte proposição: “o espaço define a temporalidade, e a temporalidade configura o espaço de significação”. Como a materialidade a que se refere modifica a forma de se relacionar com o espaço, e conseqüentemente o tempo, há uma ressignificação dos sentidos produzidos nesta nova configuração. A Internet sugere uma liberdade nunca presenciada pelo usuário, “como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo”, de acordo com Dias (2004, p.25). Entretanto, como a língua é possibilidade de *estar* neste “mundo”, a ideologia não escapa ao sujeito, já interpelado pela linguagem.

Compreender a imbricação do sujeito com a língua e a história se dá através de marcas para entender a discursividade inscrita na materialidade digital, ou seja, é compreender a constituição do sujeito nos efeitos de propriedade, realidade e individualidade na movência de fronteiras dos sentidos provocada pela memória, pelo interdiscurso, como explica Dias (2004), sem esquecer as especificidades da Web. Uma primeira instância lembrada pela pesquisadora é o recurso técnico no qual a Internet está apoiada. A autora lembra das técnicas necessárias para o uso do computador, dos programas e da comunicação envolvida na utilização da Rede⁴. Dias (2004, p.49) recupera os estudos de Pêcheux para falar de uma norma identificadora; “a técnica interpela o indivíduo em sujeito na relação ciberespacial”.

O vlogueiro (nome que se dá ao produtor do vlog) enuncia fatos cotidianos, comentários sobre acontecimentos midiáticos, ciência e política, dicas de fazeres específicos (maquiagem, jogos de videogames e gastronomia são os mais recorrentes), muitas vezes marcando opiniões a partir do que apresenta como sendo vivências particulares.



SD⁵ 1: Visualização de um vídeo no Youtube⁶

SD1 é a visualização padrão de uma tela *widescreen*⁷ de um vlog no YouTube. Alguns elementos relevantes da imagem: a logo do YouTube e a caixa de busca na parte superior da imagem; o vídeo

localizado centralmente e ocupando a maior parte da tela; título do vídeo, nome do canal⁸, quantidade de visualizações e data de publicação na parte inferior do vídeo; uma propaganda do lado superior direito do vídeo; e uma coluna de vídeos abaixo da propaganda. Mesmo com as modificações de tela em diferentes formas de acesso, como no celular ou no *tablet*, é uma regularidade o vídeo ocupar o lugar central na espacialidade da tela. Essa centralidade, no caso do vlog, é reiterada pela posição do corpo na imagem no vídeo, também central.

Para obter a imagem de **SD1** precisei utilizar o programa de captura *Awesome Screenshot*⁹ e fazer o recorte de acordo com meu objetivo. Poderia estender a imagem ainda mais e capturar todos os comentários escritos até o momento da captura. Chamo atenção, neste fato de linguagem, para o que, em outro momento, designei como *materialização de forças pela espacialização digital do dizer* (ADORNO, 2014), baseando-me no que Nunes (2012) estudou como a relação entre a *forma-material do click* e a *geometrização do dizer* e a noção de *composição de diferentes materialidades significantes* de Lagazzi (2009; 2011a). Existe aí a dimensão da tecnologia enquanto determinação da leitura. A espacialização na tela do computador já é um gesto de interpretação do(s) programador(es) da página virtual ao estabelecer os mecanismos que movimentam o (não) acesso aos elementos significantes. Um gesto que ao separar e ligar significantes de uma maneira dada, pela espacialização na tela e por clicks, produz leituras possíveis, isto é, “modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte [no caso em questão, autoriza ao internauta]” (HENRY, 2010, p.77). Para Lagazzi (1988, p.97), “já ter a sua posição de interlocutor estabelecida ou ter que defini-la no momento da interlocução, acarretam diferentes maneiras de brigar com/pelo poder, mas trazem sempre a mesma necessidade de lidar com a tensão”.

Assim que a página é carregada, o vídeo é reproduzido automaticamente, ou seja, não precisa de um click. Para acessar os comentários, o click é necessário mais de uma vez: pela barra de rolagem e pelo botão-ícone “Mostrar Mais”. Na plataforma do YouTube não existem mecanismos de busca específicos para comentários assim como há para os vídeos. Determinações da leitura e acesso ao arquivo que podem ser consideradas como *clivagens*

subterrâneas, assim denominadas por Pêcheux (2010) e desenvolvidas analiticamente para as discursividades digitais por Gallo e Neckel (2012). Mais recentemente, Pequeno (2015) trabalhou esta noção definindo-a como um conceito na relação com um processo amplo (que ele chama de Arquivo¹⁰) de regulação, no nível ideológico, das leituras possíveis: “as clivagens subterrâneas são então os dispositivos técnicos de configuração das possibilidades materiais dessa leitura”. Dito de outro modo, “se dizemos então que o Arquivo é o sistema geral de circulação ideológica do sentido, o sistema geral de produção dos arquivos, então as clivagens subterrâneas são os dispositivos técnicos que encarnam esse funcionamento em sua materialidade” (PEQUENO, 2015, p.35).

Uma primeira dissimetria constitutiva do “poder dizer” nas páginas do YouTube: a centralidade espacial e técnica do vídeo produz uma dominância do dizer do vlogueiro em relação aos comentários. Relações de força (o modo da constituição) simbolizadas e materializadas na espacialização (o modo da formulação) e na técnica do acesso (o modo da circulação). “As relações de força representam o *poder de coerção* de que se reveste o lugar do qual o sujeito fala, e esse *lugar de poder* é a posição ocupada pelo sujeito na relação com o outro” (LAGAZZI, 1988, p.96). O arquivo entre o *acessível* e *acessável* pela e na materialidade do digital (DIAS, 2013).

Existe outro mecanismo importante para considerar as condições de produção da leitura dos vídeos no YouTube. Além da caixa de procura por palavras, o acesso aos vídeos também pode se dar pelo que a plataforma tem chamado de “engajamento de usuários”. Com a produção contínua de conteúdo, os canais tornaram-se lugar de busca e acesso aos vídeos. Uma divisão entre o efeito de “ao acaso” pela caixa de busca e por links de modo disperso e o efeito de “engajamento” pelo direcionamento ao canal. O YouTube incentiva os vlogueiros a convidarem os usuários a se inscreverem nos canais pela lógica “se você gostou de um vídeo, você vai gostar de outros do meu canal”. A inscrição significa a possibilidade de buscar os vídeos diretamente no canal ou receber as atualizações mais recentes deste pela página inicial do YouTube (desde que o usuário esteja logado) ou pelo e-mail¹¹.

No conjunto dos frames a seguir, visualizam-se sujeitos que enunciam seus dizeres para uma câmera com a regularidade do corte

de imagem acima do peito, mostrando ombros e, principalmente, o rosto.



SD 2: Conjunto de fotogramas de diferentes vlogs

O enquadramento remete à memória do retrato e de uma foto de um documento de identidade, ou seja, os traços do corpo diferenciais/distintivos que possibilitam a identificação de uma pessoa em comparação com outra. Uma memória que, no sentido discursivo, não implica em uma retomada direta da imagem em linha reta. O que estou ressaltando é a relação entre identidade, corpo-rosto e pessoa

que trabalham os processos de afirmação de um “eu” em nossa formação social. Em cada uma das materialidades citadas, existem processos de identificação distintos, visto a relação particular com os Aparelhos de Estado (Familiar, no caso do retrato, e Jurídico, no caso da identidade). Para além destas diferenças, destaco o funcionamento que liga imagem, pessoa e um “eu” individualizado. Alguns aspectos aí implicados já foram problematizados em trabalhos da Linguística.

Benveniste (2008, p. 288), para situar um clássico, estudou o modo como linguisticamente o sujeito da enunciação se marca como pessoa na figura do ‘eu’, visto que, segundo o autor, “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”. Pela relação com a língua, o sujeito, enquanto sujeito de linguagem, se constitui nas formas oferecidas por ela: “propriedade que demonstra a capacidade do locutor, ao dizer, de se propor como sujeito”, afirma Orlandi (2009, p.67) em seu comentário sobre a teoria enunciativa de Benveniste. No entanto, é patente na AD que o real da língua e o real da história não cessam de produzir efeitos. O discurso é atravessado pela incompletude e pela contradição, por um espaço linguístico de sentidos normalizados e também pelos sentidos que escapam, dividem. A representação da pessoa pela enunciação do ‘eu’ no discurso dos vlogs, porque descentrada indefinidamente em sua divisão, faz explodir uma tal unidade imaginária do sujeito que diz “eu”.

O vlogueiro ocupa um lugar de dizer que não se fecha no efeito de unidade de seu próprio vlog, ainda que se apresente a ele como a enunciação de si na seguridade do “eu” que fala a um “tu”. Como animal de linguagem, o sujeito do discurso não se adéqua ao real, sua relação passa pelo simbólico e pelo imaginário, como explicita Henry (1992, p.168): “Tudo é muito diferente no homem que não somente pode ser enganado como também e mais ainda pode se enganar”. Para o autor, a marca de inadequação ao real é a separação barrada entre significante e significado. A representação de um “eu” na enunciação coloca um “tu” como o outro, outro objeto, outro indivíduo. Todavia, “o Outro, o inconsciente, continua aí, mesmo se não é visível enquanto tal. Quanto mais ele é invisível, mais ele se faz presente, à espera de ser realizado. Ele insiste e impõe sua lei em toda atividade individual” (HENRY, 1992, p.177). O sujeito, no enunciado do vlog, é a representação simbólica e imaginariamente suportada do sujeito do

discurso historicamente constituído, atravessado pelo significativo em subversões invisíveis ao “eu” centrado, “incorrupível” pelo “tu”. Marcas do sujeito deixadas na materialidade complexa do vlog.

O modo de afirmação de um “eu” no vídeo não se dá apenas na enunciação linguística (as formas fornecidas pela língua ditas por Benveniste) deste “eu-pessoa-vlogueiro” nas atuais condições de produção do vlog. É preciso, como afirmamos anteriormente a partir de Lagazzi (2009), levar em consideração o seu aspecto composicional.

2. A formulação pela composição autoral

Como o vlog se textualiza para além da língua, para compreender as discursividades que o atravessam, é preciso compreender a maneira em que as diferentes linguagens se estruturam. Os trabalhos de Lagazzi (2009; 2011a; 2011b) fornecem os elementos teóricos para este percurso: materialidade significativa definida como “*o modo significativa pelo qual o sentido se formula*” (LAGAZZI, 2011b, p.256), e “o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história” (LAGAZZI, 2011b, p.276). No entanto, para o meu trabalho, a noção de *composição* é a que se mostra mais produtiva. A pesquisadora (2009, p.68) afirma que, no trabalho discursivo, “não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra”, ou seja, “na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda”. *A composição é o entremeio de diferentes materialidades significantes imbricadas*. O desafio analítico está em compreender em como esta composição se realiza em cada material e, mais especificamente, no nosso caso, nos vlogs.

O que se tem no funcionamento da imagem do vlog, considerado como uma composição textual, é a figura jurídica de autoria sendo suscitada ao mesmo tempo pela imbricação do discurso verbal, *aquele que diz*, e do discurso imagético, *aquele que se vê, em um efeito de coincidência entre aquele que diz e aquele que se vê*. Um corpo com o efeito de não-ficcional ou não imaginário – “meu corpo é o que você vê”. A discursividade da imagem nestas condições de produção cola-

se ao sujeito. Existe uma voz que fala, esta voz é deste corpo e este corpo é este sujeito que se dirige a mim.

Outorgar uma autoria juridicamente reconhecida a um conjunto de textos muda seu estatuto (e isto já dizia Foucault (1997) em outras condições). O arquivo digital produz o efeito-autor como uma permanência, enquanto um canal que possibilita a identificação de um texto ou um conjunto de textos. Textos de um sujeito marcado pela imagem de um corpo, imagem de uma “pessoa real”, imagem “dele mesmo”, um corpo icônico metonimicamente amarrado no corpo digital que cria (re)criando ele mesmo, a produção da evidência de um sujeito.

Portanto, *chamo de composição autoral esse modo de textualizar no entremeio das materialidades, assumindo a responsabilidade de um dizer imaginariamente unificado, porém sempre tensionado pelas múltiplas contradições sobredeterminadas*. As análises da tese (ADORNO de OLIVEIRA, 2015) mostraram que a contradição entre a discursividade da língua e da imagem produz uma *sobredeterminação pela imagem*. Imaginariamente um texto para um autor. A partir destes apontamentos, acredito que retornar a uma formulação de Orlandi (2012, p.132, negritos meus) pode ser uma forma de explorar também a polissemia da teoria: “Desde que há texto, há função-autor, ou seja, estabelece-se a figura de um sujeito que toma a cargo a responsabilidade de ter produzido um enunciado. **A função-autor dá um rosto social ao sujeito**”. Um rosto social no efeito de um rosto imagético, no caso dos vlogs. A assinatura pelo corpo funciona ao mesmo tempo como a autenticação de um sujeito (função-autor) e sua legitimação (efeito-autor), para seguir a diferenciação conceitual de Gallo (2008).

Compreender a imagem do corpo como uma sobredeterminação de dizeres é uma consequência aberta do olhar analítico do texto do vlog como uma composição em que as materialidades se relacionam pela contradição. Uma unidade imaginária, mas constitutivamente equívoca.

Em um trabalho anterior (ADORNO, 2014), compreendi *a contradição discursiva como os efeitos de sentido que apontam para distintos, porém concomitantes, processos históricos, isto é, a composição de tendências históricas diferentes, irredutíveis umas às*

outras, em uma unidade material do sentido. Uma unidade que não cessa de se dividir em dois (PÊCHEUX, 2009).

A noção de irreducibilidade de um processo histórico a outro, isto é, a impossibilidade de uma síntese, é a base para compreender o que é uma contradição e não confundi-la com uma oposição. Como sustenta Althusser (1988, p.59) “la unidad de la que habla el marxismo es la unidad de la complejidad misma, que el modo de organización y de articulación de la complejidad convierte en unidad. El todo complejo posee la unidad de una estructura articulada y dominante”. Um todo complexo a dominante em relações de desigualdade, contradição, subordinação, resistência e diferenças. Algo muito bem explorado por Pêcheux (2009) através da via aberta por Althusser em sua leitura não ortodoxa do marxismo ortodoxo. O conceito de sobredeterminação de Althusser (2005) é a recusa radical de uma contradição simples ou hegeliana em que a síntese não só é possível como acaba, equivocadamente, sendo esperada.

Trabalhar a composição autoral como o efeito de unidade de um texto e de um autor na relação contraditória e sobredeterminada de diferentes materialidade significantes é uma tentativa de ser consequente com uma análise de discurso materialista que se ancora na imbricação do simbólico e do político na produção das diferenças materiais jamais sintentizadas. Uma memória sempre regionalizada na formulação, ou, parafraseando a assertiva de Lagazzi (2009), um *recorte significante na memória*.

3. Discursividades do eu no vlog: do imaginário ao simbólico

Duas regularidades se tornaram pertinentes no conjunto da tese: o **vlog como um trabalho** e o **“eu” como autêntico**. Essas duas regularidades são desdobradas trabalhando as especificidades das condições de produção em relação à tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013) de produção do vlog no digital, a historicidade da autoria e da criação no imbricamento direito-tecnologia no YouTube e o modo como o político se materializa nos objetos paradoxais da Língua de Vento. Tentarei, agora, mostrar o funcionamento contraditório e equívoco dos imaginários de trabalho e autenticidade, justamente não se fixando nas identificações imaginárias (sua eficácia), mas no embate com o simbólico e o real (quando o ritual falha). “Os efeitos

do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições” (PÊCHEUX, 2011c, p.157).

As formações imaginárias sobre o vlog são sustentadas nos sentidos de *autenticidade*, *criação* e *trabalho*, tendo como enunciados estruturantes “*Seja você mesmo*” e “*Eu sou eu mesmo*”. Entre as designações de *vlog*, *vlogueiro*, *youtuber* e *criador de conteúdo*, os sentidos sobre o “eu” são entremeados por laços equívocos com o (não) institucional, com o espaço de possibilidades de produzir e fazer circular textos, com o outro (imaginário) e com o Outro (interdiscurso).

Um ponto chave para compreender os processos equívocos que constituem a discursividade do vlog é olhar para o funcionamento de *parceiros do YouTube*, uma designação para uma modalidade especial de usuário que pode ter rendimentos financeiros através da autorização de inserção de propagandas nas páginas de vídeos do canal parceiro, firmada por um acordo (contrato) entre YouTube e usuário. Esta prática de tornar possível a inserção de propagandas é também chamada de *monetização dos vídeos*.

Os vídeos que começam a promover o YouTube a uma mídia “parceira” dos produtores de conteúdo independentes das mídias tradicionais são movidos por uma discursividade de valoração da *criação*, *originalidade* e *individualidade*. A mudança do lema da plataforma de “YouTube: um repositório de vídeos” para “YouTube: Broadcast Yourself” é indicador da mudança de sentidos dominantes. Os vlogs ganham aos poucos o lugar de carro-chefe dessa nova empreitada que implica no engajamento dos usuários, maior consumo em número de visualizações e a permanência na plataforma medida pela quantidade de tempo cronológico gasto assistindo aos vídeos.

Recortei as sequências que funcionam pelas formações imaginárias de trabalho e profissão-vlogueiro, porque sua regularidade é a de justamente significar o particular em sua publicização. Há um sentido de espaço público na Formação Social Capitalista que se define pela oposição ao espaço privado. Publicizar, no caso dessa pesquisa, é também (se) dizer na relação imaginária com outros sujeitos, em um possível espaço de circulação distinto e, portanto, na possibilidade do encontro de um gesto de interpretação de um imaginário “eu” com outros gestos de interpretação. Publicizar o vlog é um movimento que desestabiliza os sentidos de público e privado como sendo discretos

(não contínuos, separados) e estanques, desestabiliza uma divisão moderna (ou seja, o processo de formação e concretização do Capital desde o século XIII até o século XVIII) em que o Estado é tido como público e o ambiente familiar tido como o signo máximo da propriedade privada¹².

Existe na página oficial do YouTube um link para o “Centro de Criação”¹³ (em português, mas é um conteúdo disponível em outras línguas), que é um conjunto de páginas, internas à própria plataforma, com cursos, vídeos, programas, ferramentas e diretrizes para os *criadores de conteúdo* do YouTube. Existe também a possibilidade de participar de cursos presenciais ou agendar o uso dos recursos disponíveis no *YouTube Space*, locais físicos com ilhas de edição, estúdios cenográficos, estúdios musicais, palcos, salas de aula, galpões e salas de reunião. Em 01/05/2016, o *YouTube Space* está instalado em nove cidades: Los Angeles, Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Berlim, Paris, Mumbai e Toronto.

As formações imaginárias sobre o “trabalho”, ao trazerem, também, como regularidade, o laço com o YouTube, produz um atravessamento do significante *trabalho* pela designação *youtuber*. Não é apenas o trabalho significado, mas um lugar de dizer sustentado pela relação com o YouTube, naturalizado como uma plataforma de vídeos (em que o sentido de empresa se esvai). Um laço equívoco, porém já apontando o modo como as possíveis posições discursivas inscritas neste espaço de alguma forma respondem a estas condições de produção (e criação) do YouTube.

Os sentidos reiterados são da evidência de um lugar social para o vlogueiro, particularmente um lugar para este *eu* que só poderia existir no vlog do YouTube. Antes de seguir, gostaria de fazer uma observação breve sobre um enunciado que é estruturante dessa discursividade: “*Seja você mesmo(a)*” (SD3), que pode ser parafraseada, nessas condições de produção e na relação com o conjunto das sequências discursivas recortadas na tese, como “*Eu sou eu mesmo(a)*” (SD4). No caso da deriva “Eu sou eu mesmo”, o verbo “ser” conjugado no presente do indicativo em primeira pessoa depois do pronome “eu”, coloca o complemento “eu mesmo” em posição de objeto (o funcionamento é semelhante para o caso do verbo “ser” que está na forma imperativa). Sintaticamente há uma objetificação do “eu”. Um sujeito “eu” ligado ao predicado “eu” objetificado,

determinado por “mesmo” que pode funcionar como um determinante demonstrativo (uma forma de tratamento enfático ao pronome pessoal “eu”). *“Quando as pessoas me perguntam o que meu canal tem de diferente, a minha única resposta é: eu”* (SD5): um “quem” que é também um “o quê”.

Quanto ao enunciado “Seja você mesmo”, a forma imperativa, sendo uma forma impossível para a primeira pessoa do singular no português, coloca em cena o interlocutor do vlogueiro e o coloca também nesse funcionamento intercambiável de ocupar a posição de sujeito e objeto da oração. O equívoco da forma imperativa é a enunciação do “eu” e sua identificação espelhada e reflexiva. Eu sou eu mesmo e você deve ser você mesmo, uma forma de, sendo você, ser um outro “eu”: *“No conteúdo da Internet são pessoas reais fazendo pra pessoas reais”* (SD6). Um “eu” e um “você” imaginariamente distintos, mas sobredeterminados pelo “eu” que enuncia. Mais um laço equívoco, porém, com o espectador: o outro? *“Você não quer ser outra pessoa, você quer ser você mesmo”* (SD7): enunciado equívoco que tropeça pelo verbo “querer” conjugado antes do verbo “ser”, no infinitivo, na projeção não realizada no presente.

Formações imaginárias atravessadas por laços equívocos: com o Youtube, com o outro, com o eu-sujeito e o eu-objeto. A objetificação do “eu” remete à memória da discursividade jurídica imbricada com a técnica ao significar o sujeito a um só tempo como sujeito e objeto. Também mediante estes trajetos é que considero possível compreender a relação do vlogueiro com o YouTube e a construção de uma política administrativa tendo a “criação” como centro de intervenção.

O meu interesse é compreender esta criação no encontro do “eu” do vlog com a formulação significante da composição autoral nas condições especificadas anteriormente. Um percurso que me leva às fronteiras equívocas do que é um vlog e um vlogueiro na relação com outras produções discursivas relacionadas ao YouTube, além do “eu” também ser significado no entremeio de fronteiras tênues, paradoxais e equívocas.

A relação parafrástica entre “divulgar ideias interessantes” (SD8), “conseguir ser ouvido” (SD9), “explicar sua ideia” (SD10), “espalhar sua ideia sem intermediários ou por muita burocracia” (SD11), “compartilhar epifanias” (SD12) traz os efeitos desse “eu” poder dizer

com os efeitos de consequência desse poder: a relação dos enunciados anteriores com o “auxiliar o crescimento da comunidade Brasileira do Youtube” (SD13) significa esse *poder-dizer do eu* também como um *dizer do eu com poder para além do próprio dizer*. É neste sentido que há uma evidência do *poder-dizer* com efeitos de não interrupção, de uma continuidade, uma permanência na rede quando há a regularidade de enunciados do tipo: “compartilhe este vídeo nas suas redes sociais” (SD14), “clique em gostei que isso vai ajudar na divulgação” (SD15), “inscreva-se no canal” (SD16) e “veja os vídeos anteriores” (SD17). Os verbos *compartilhe*, *clique*, *inscreva-se* e *veja* estão entre o imperativo e a sugestão, mas substancialmente estabelecem relação com o interlocutor enquanto um espectador que visualizará o presente vídeo e os futuros, além de ser chamado para *fazer parte / estar junto* (*compartilhar*, *ajudar*).

É a aliança entre estes múltiplos efeitos que me permite perguntar sobre esta tomada de posição que diz sobre o efeito de engajamento entre o “eu” do vídeo e seus virtuais espectadores. Entre um *eu*, um *você* e um *nós*. Um *poder-dizer do eu* que, ao *compartilhar* vídeos, *compartilharia* também *ideias*, *críticas*, *opiniões* para um espectador que, por sua vez, teria o *poder de escolha* de também *compartilhar* estas mesmas *ideias*, *críticas* e *opinões* para outros nesta *comunidade do YouTube*. Um *dizer compartilhado que faz compartilhar dizeres entre sujeitos de uma comunidade*. Um *dizer* significado para além desse *dizer*. Um *dizer* que também é um *fazer*. Relação esta geralmente estudada na Linguística, com destaque para o estudo fundador do filósofo britânico John Langshaw Austin¹⁴, como uma relação de performatividade. Outros recortes me ajudam a compreender esta performatividade em seus processos discursivos.

No dia 18 de junho de 2013, o vlogueiro Felipe Neto, o primeiro brasileiro a ter mais de um milhão de inscritos no YouTube¹⁵, publica o vídeo “Muda Brasil – Faz sentido”¹⁶, que tematiza os movimentos e protestos que aconteciam na mesma época em diferentes cidades brasileiras, tendo grande repercussão na mídia. Felipe Neto retoma logo no início da sua fala um enunciado que circulou de modo massivo para significar os protestos: “O Brasil acordou”. As imagens abaixo são capturas do último minuto do vídeo e as formulações verbais concomitantes à formulação do corpo estão transcritas a seguir

junto com alguns outros enunciados recortados desde o início da fala de Felipe Neto.



SD 18: Fotogramas do vídeo do Felipe Neto

SD 19: “Um período que provavelmente será lembrado nos livros de História do Brasil como uma época em que o povo brasileiro finalmente se desprende das amarras impostas por um controle de mídia e governamental e finalmente acordou e foi para as ruas reivindicar o que é seu por direito [...] talvez seja a hora de nós, população, começarmos a dizer pra eles com palavras tudo o que estamos reivindicando [...] E vocês querem saber por que eles tentaram acabar com os protestos? Por que eles ordenaram a violência. Porque estes mesmos corruptos safados estão se borrando de medo neste exato momento. Eles estão em pânico [...] essa é a hora de termos um discurso. Um discurso contra a má administração, contra os maus gastos do poder público, contra a nossa presidente indo gastar 327 mil reais em uma viagem pro Vaticano com o nosso dinheiro. Nós controlamos [a mão batendo no peito] a nossa Nação, porra! Vocês [apontando o dedo indicado para a câmera] não têm o poder desse País. E se tem um momento [tirando os óculos] que chegou a hora de vocês saírem, de vocês pararem com o roubo, de vocês pararem de tirar aquilo que é nosso pra colocar nos próprios bolsos e nos bolsos daqueles que já detém milhões. Vocês vão tomar

no cú! Porque o povo brasileiro não mais vai ficar calado. O povo brasileiro não mais vai ficar sentado na porra do sofá. A gente vai pra rua. E esse momento, esse momento será lembrado por vocês, políticos cafajestes, como o momento que nós mostramos a nossa força, que nós mostramos que isso que tá acontecendo se repetirá e que cada ação que vocês vão tomar a partir de hoje vocês vão ficar com o cú trincado pensando que nós vamos poder ir pra rua de novo. Não ficaremos mais calados. A mídia não controla mais este País. A internet tá pra resolver. A gente não vai mais ficar na mão de vocês, filhos da puta!”.

Chamo atenção para os enunciados que significam um entremeio de um poder-dizer e de um poder-fazer: “talvez seja a hora de nós, população, começarmos a dizer pra eles com palavras tudo o que estamos reivindicando”, “essa é a hora de termos um discurso. Um discurso contra [...]”, e quando encerra o vídeo em “Não ficaremos mais calados. A mídia não controla mais este País. A internet tá pra resolver”. A materialidade vocal é marcante, pois o volume sonoro da voz aumenta gradualmente no decorrer do vídeo e ao final a sonoridade é a de um grito de Felipe Neto. Quando o vlogueiro retira os óculos (e ainda é possível escutar o ruído da batida do objeto ao cair no chão), a trilha de fundo (característica de todos os vídeos do canal que estão neste formato com Felipe de óculos) não pode ser mais ouvida e a voz dele fica em total destaque. Também é neste mesmo momento de retirada dos óculos que não há mais cortes secos em um efeito de não edição nesta parte do audiovisual. A retirada dos óculos ao compor com estes outros elementos significantes, sem edição, sem música, reitera a performance de Felipe Neto como o que há de mais autêntico. Sem edição, sem música, sem óculos: sem máscaras.

Considerando os trajetos da memória já trabalhados anteriormente, considero pertinente uma paráfrase para a formulação corporal de Felipe Neto tirando os óculos conjugados aos dizeres transcritos:



SD 20: Super-homem

A paráfrase imagética de Clark Kent tirando os óculos e se transformando no Super-Homem aponta para a produtividade de investigar o modo como a discursividade do super-herói ressoa, por trajetos de memória em conflito de *imagens interdiscursivas* decantadas em *formulações visuais intradiscursivas* (LAGAZZI, 2015), nas tomadas de posição de um *poder-dizer com poder para além deste dizer*. Nestas condições de produção do vlog no YouTube, os trajetos difusos e esburacados da memória percorrem os sentidos de nerd e saudações midiáticas que têm o super-herói como um ícone parafrástico. Entre as imagens interdiscursivas e reafirmando o poder de seu formular performático, o eu assume uma posição no complexo dissimétrico dos sentidos que afetam uma formação social.

Zoppi Fontana (2012, p.19) define tomada de posição, recorrendo a Michel Pêcheux, como “uma reduplicação dos processos de identificação que constituem o sujeito em uma posição-sujeito dada, movimento vivido-percebido-experenciado imaginariamente pelo sujeito da enunciação como uma ‘tomada de posição’”. Nesta direção, a Análise de Discurso busca “detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tal, isto é, como efeitos de identificação assumidos”, nas palavras de Pêcheux (2008, p.57). Para Zoppi Fontana (2012), na análise que desenvolveu sobre documentos que têm como objeto a língua nacional, as marcas linguísticas de modalização e de performatividade “fornecem indícios dos agenciamentos enunciativos que representam os gestos de interpretação do sujeito como ‘tomadas

de posição' assumidas e reconhecidas enquanto tais" (ZOPPI FONTANA, 2012, p.21). Como explica a autora (2012, p.20), as marcas são "os vestígios materiais deixados nos enunciados pelos processos de identificação/interpelação que constituem o sujeito de discurso em relação a uma posição-sujeito determinada".

Em "Foi propaganda mesmo que você disse?", publicado originalmente em 1979, no Canadá, Pêcheux (2011a) começa seu texto analisando a propaganda na história política do desenvolvimento capitalista para discernir pontos sobre as práticas de revolta em movimentos políticos. O autor é crítico destas práticas, pois entende que a oposição demarcada e explicitamente formulada, como se o revolucionário estivesse sempre em outro lugar conhecido, mas não alcançado, não provoca deslocamentos. Ele (2011a, p.89) também denuncia o modo de pronunciamento pela performance, estagnado nas palavras, sem fornecer condições para irromper com certo modo de produção: "a 'política do performativo' parece ter representado um papel decisivo; quando dizer equivale a fazer, a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado". Pêcheux (2011a) cita 1968 e 1978 como os anos em que o movimento operário francês encontrara-se, no interior da ofensiva, tomado e paralisado (palavras do autor) pelo adversário, mais rápido na forma de reorganizar-se. Fala-se, no movimento, em desordem, mas seu sentido já é dado pelo Estado; não produz outra significação. O movimento iniciado em 1968, na França, passa a ser a desordem necessária para o capitalismo dos burgueses franceses adequar-se, pelo consenso liberal, a uma nova ordem. O performativo de ir às ruas, em 1968, e textualizar um programa comum de esquerda, em 1978, portanto, transforma a prática política em propaganda. "Nesse duplo fracasso, as 'direções' têm sua parte de responsabilidade... a de se ter inscrito (sob modalidades distintas em 68 e em 78) nesta política imaginária, nesta ordem do parecer em que os gestos e as declarações substituem as práticas", conforme Pêcheux (2011a, p.91).

O exemplo do parágrafo anterior apresenta um modo particular do funcionamento de uma (imaginária) prática política quem tem funcionado também em outros cenários pelas performances, termo enunciado por Pêcheux (2011a), pretensamente revolucionárias. Essa discussão do filósofo francês relaciona-se com o que ele, em

diferentes textos, chamou de Língua de Vento, um termo cunhado por Régis Debray (2008), que pode ser definido como:

Fala fluante, sem ancoragem na materialidade sensível ou histórica; sintaxe sem semântica em que os signos jogam entre eles, no ar. A noção mesma de referente ou de realidade tendo desaparecido do horizonte, esta língua não tem outro índice de verdade além dela mesma. Quem fala tem sempre razão de dizer isto que se diz no momento em que é dito, tem razão quem tem a última palavra (como nos debates televisionados em que se trata primeiramente de gritar mais forte que o vizinho e, sobretudo, de concluir depois dele). Universo de uma só vez compacto e instantâneo, rudimentar e sem apelação, não deixando espaço para a autocrítica, a discussão ou o simples exame das partes. Os fatos são isto que dizemos ou fazemos dizer, os dizeres da véspera caem no efeito de uma prescrição automática. (DEBRAY, 2008, p.101-102, tradução minha).

Debray (2008) problematiza justamente os movimentos de Maio de 68 e o modo como eles vinham sendo rememorados na França, no final da década de 1970, quando há a proposta de unificação da esquerda (o que culminará na eleição de François Mitterrand poucos anos depois), ao mesmo tempo diluindo-a. O autor considera dois sinais da perda do presente, isto é, da materialidade sensível: face ao futuro, o esforço de prever é substituído pelo prescrever e, face ao passado, a investigação é substituída pela celebração. “A perda do sentido da prática é regularmente acompanhada de uma intensa satisfação de si mesmo”, afirma Debray (2008, p.48, tradução minha). O pesquisador ironiza esta Língua de Vento quando lembra enunciados em que o privado comeria o público assim como “a sardinha o tubarão”: “podemos mudar de vida sem mudar o Estado” ou ainda “se não podemos mudar a vida dos outros, ao menos podemos sempre melhorar a nossa”. Uma prática inocente, eu diria, mas, para permanecer na contradição, uma inocência perversa, no sentido de que uma língua de vento pode ser leve, mas pode alastrar o fogo em muitas direções.

Ainda no mesmo texto, Debray (2008) explora as práticas midiáticas, sobretudo televisivas, mostrando como são constituídas

pela Língua Vento. Um paralelo possível é a conceituação de Eni Orlandi (2004; 2012) sobre a memória metálica também para compreender o funcionamento da televisão. Para a autora é uma lógica da produtividade apenas pela variação, repetição sem movimento, acontecimento sem história, sentidos que tocam apenas a horizontalidade (intradiscurso) e não a verticalidade (interdiscurso ou memória discursiva). A memória metálica é “um simulacro de memória, ela é um artefato mesmo, da qual temos até uma representação eletrônica [...] tudo é dito o tempo todo, é dito e funciona *como se fosse* uma memória” (ORLANDI, 2004, p.26-27, grifos da autora). Minha compreensão tanto de Debray (2008) quanto de Orlandi (2004) é que eles tratam de um funcionamento entre outros e não que toda e qualquer prática, no caso de Debray (2008), e todo e qualquer discurso, no caso de Orlandi (2004), advindos da televisão (e, atualmente, abrangendo as mídias digitais) possam ser colados à Língua de Vento ou à Memória Metálica.

A complexidade me parece ser o ponto discutido pelo artigo de Pêcheux (2011a) sobre a propaganda, citado anteriormente. Considero que, apesar de não ser uma leitura óbvia ou direta, é uma problemática abordada também em *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Já lembrei a eleição de Mitterand (na França, em 1981), o acontecimento político que desembocou no enunciado “On a gagné”, analisado por Pêcheux (2008). Em certa altura, Pêcheux (2008, p.26-27) explica que “‘a esquerda toma o poder na França’ é uma paráfrase plausível do enunciado-fórmula ‘on a gagné’ [‘ganhamos’], no prolongamento do Acontecimento”, trabalhando o equívoco do que seria “tomar o poder” e que aparece, por vezes, entre outros sentidos, como “um ato performativo a se sustentar (fazer o que se diz)”. O filósofo entende que o funcionamento desta equivocidade é um sintoma dos deslocamentos da arena eleitoral, onde “a figura central passou da luta ‘política’ para o confronto com o anjo do espaço solitário da ‘escritura’. Hoje, a nova forma que tende a se impor é a da performance (mais freqüentemente em solo, mais raramente em equipe)”, acrescentando, ainda, que no equívoco entremeado do acontecimento político, midiático e esportivo, ao sentido “do termo [performance] se junta, lateralmente, a conotação do espetáculo, induzida pelo uso anglo-americano do termo ‘performance’”.

Fronteiras equívocas de “tomar o poder” entre um *dizer que faz poder* e um *fazer que diz poder*.

No texto *Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?*, Pêcheux (2011b, p.115, grifo do autor) descreve uma singularidade dos movimentos populares em “lutas de deslocamento ideológicas” que é a insistência “na repreensão de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) paradoxais, que são, simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos”. Esses objetos paradoxais a que o filósofo (2011b, p.116) se refere, nomeados como povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade e eu diria ainda futuro, cidadania, democracia, igualdade e criação funcionam em “relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”. A luta pelos objetos com o intuito de preenchê-los de significado para todos em qualquer condição, além de não ser possível, busca um consenso que é imobilizador. Seja em movimentos de esquerda ou em políticas públicas atuais, os objetos paradoxais não comportam, eles mesmos, a mudança. Ser contra ou ser favorável a um lugar ocupado por estes objetos em nossa formação social, quando reduzido ao performativo, substitui as práticas por gestos de consenso. Para Pêcheux (2011a, p.91), há necessidade de “reaprender na prática [...] que a luta de classes não é simétrica, e que a contra-identificação estratégica ao adversário é um engano [...] O Estado capitalista moderno passou a ser mestre da arte da propaganda, e esta arte (arma) não poderia virar-se, como tal, a serviço do proletariado e das massas”.

Trazendo a discussão para o objeto específico deste artigo, o que pode um dizer do vlogueiro? Que posições são tomadas com este dizer significado com poder? Como as performatividades do eu, ao significarem o espaço da internet como um espaço revolucionário, produzem gestos de interpretação que afetam a história? Qual o espaço para os objetos paradoxais e para o equívoco? Questões que continuam a me mobilizar no confronto com o material: que movimentos elas trazem para a formulação visual da retirada dos óculos?

O canal de Felipe Neto ficou conhecido pelo “Não faz sentido”, uma série de vídeos publicadas a partir de 2010. Posteriormente, Felipe começou a designar “Não faz sentido” como um programa,

evitando algumas vezes de chamá-lo de vlog. A série é considerada como um dos maiores fenômenos do YouTube brasileiro, sendo que o canal do vlogueiro foi o primeiro produzido no Brasil a alcançar um milhão de inscritos¹⁷ (em 01/08/2016, o número é de aproximadamente 5 milhões e 200 mil), sendo o episódio mais visto do canal, “Não faz sentido! – Crepúsculo”, com mais de 14 milhões de visualizações¹⁸. Felipe explica que apesar de se tratar sempre de suas opiniões autênticas, o modo de falar com palavrões e expressividade marcante é a característica do vlogueiro/personagem que usa óculos escuros do programa “Não faz sentido”. É nesta direção que as descrições e análises do material de pesquisa têm possibilitado compreender os gestos de interpretação do eu-vlogueiro em composições equívocas. Equívocos na designação vlog/programa e vlogueiro/personagem materializados na formulação visual-corporal dos óculos, uma *metaforização metonímica* (LAGAZZI, 2014) das fronteiras de identificação do eu-vlogueiro/real/personagem.

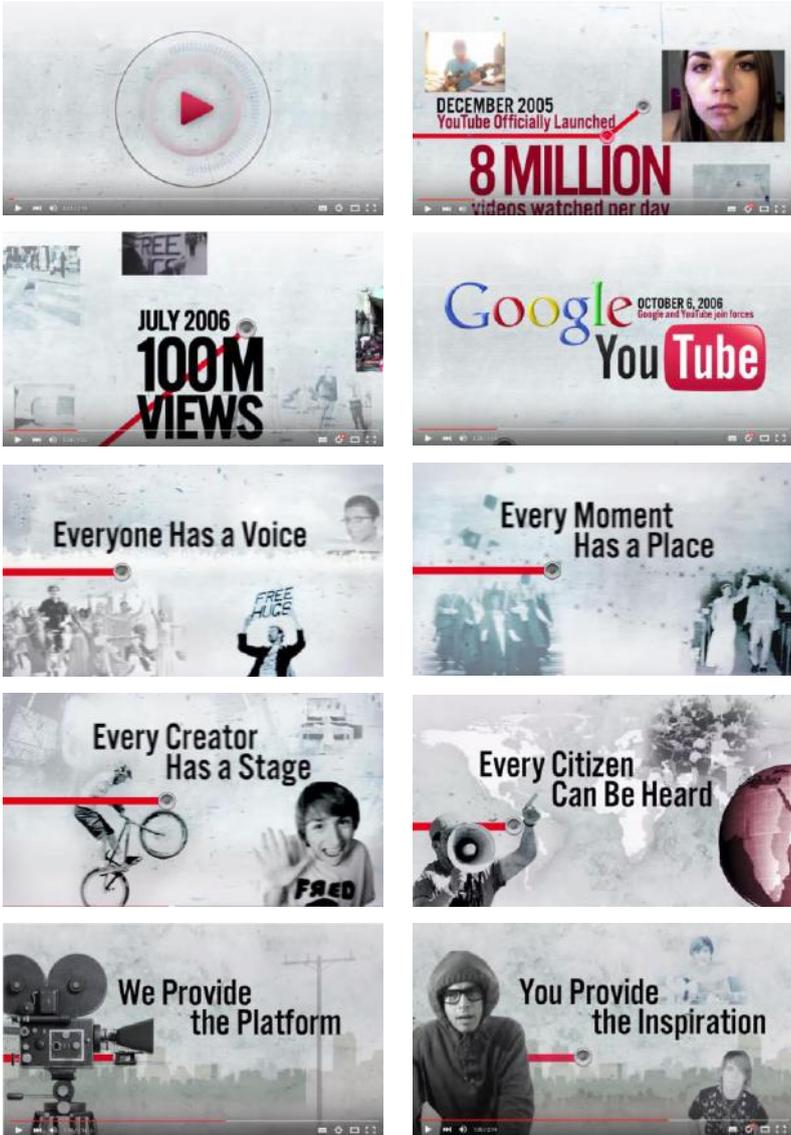
Até aqui, busquei descrever como uma das regularidades do material percorre os sentidos de trabalho, por exemplo, nas designações equívocas de vlogueiro e youtuber. Um laço equívoco com o (não) institucional ao significar a relação com a plataforma como uma parceria, determinada pelo contrato entre vlogueiro e YouTube, significando(-se), por sua vez, o criador de conteúdo. Em um dos capítulos da tese (ADORNO de OLIVEIRA, 2015), delineei as condições de produção históricas em que se torna possível designar vlogueiro como criador. Mediante o estudo das determinações advindas da historicidade da imbricação direito-tecnologia na Formação Social Capitalista, trouxe os desencadeamentos mais significativos para compreender os deslocamentos que a figura do *autor* sofre desde o século XV até chegar à nova figura do *criador* do YouTube, mais especificamente o vlogueiro, legitimado como um lugar social. O movimento, apesar de sempre tensionado, foi o de delimitar as condições de produção de produção *do vlog*. Agora, com a descrição das seqüências anteriores, considero relevante voltar para a designação equívoca de vlog, porém investigando pela ligação particular com a criação tal como significada neste espaço de circulação digital do audiovisual.

“Todos esses caras falando pra câmeras juntos representam uma revolução comportamental gigantesca” (SD21); “Todos esses caras

falando pra câmeras roubaram da TV Globo, da Folha e dos outros veículos tradicionais o poder de determinar o que é informação, entretenimento, opinião e notícia” (SD22), “Todos esses caras falando pra câmeras roubaram dos veículos tradicionais a audiência” (SD23), “esses youtubers conseguem gerar algum tipo de impacto no mundo e influenciar o comportamento das gerações que os acompanham” (SD24). “Youtubers” é a designação que retoma “todos esses caras falando pra câmera”, uma paráfrase possível para vlogueiro. Uma relação parafrástica que também se relaciona com as seqüências trazidas para explorar a historicidade do que seja um vlog e um vlogueiro no espaço de interpretação circunscrito pelo e no YouTube.

Isolando a parte que parafraseia *vlogueiros* e *youtubers* *simultaneamente*, “*Todos esses caras falando pra câmeras*”, repetida três vezes nas seqüências **SD21**, **SD22** e **SD23**, resta, a cada repetição, uma outra parte que funciona como uma ação/consequência decorrente da primeira: “*representam uma revolução comportamental gigantesca*”; “*roubaram da TV Globo, da Folha e dos outros veículos tradicionais o poder de determinar o que é informação, entretenimento, opinião e notícia*”; “*roubaram dos veículos tradicionais a audiência*”. Há, novamente, a reiteração da regularidade: um *poder-dizer com poder para além deste dizer*. O *falar* pode *representar uma revolução, roubar o poder de determinar o que é informação, entretenimento, opinião e notícia* e *roubar a audiência dos veículos tradicionais*. A ambiguidade de “*Todos esses caras falando pra câmeras*” funciona pelo equívoco dos elementos significantes, que, mesmo em uma interpretação tradicional dos termos gramaticais, indetermina o sujeito. A composição do substantivo (*caras*) com um pronome indefinido (*todos*) e um pronome demonstrativo (*esses*) é equívoca também na ligação com a subordinada composta pelo verbo no gerúndio (*falando*). Trabalhar esta composição seguindo os procedimentos desenvolvidos por Pêcheux (2009) certamente seria produtivo, porém esta descrição tem o intuito de mostrar como a relação parafrástica entre vlogueiro, youtubers e “*todos esses caras falando pra câmeras*” é tensa em suas designações equívocas. O que fica patente é que a discursividade de um poder dizer com poder para além deste dizer extrapola a designação de vlogs e vlogueiros. Como meu interesse é o discurso,

considerar estas fronteiras equívocas é uma “questão política” (PÊCHEUX, 2008, p.57).



SD 25: Fotogramas do vídeo “YouTube's 7th Birthday”, publicado em 2012

Em razão da comemoração do aniversário de sete anos da Plataforma, o canal oficial do YouTube publicou um vídeo em 20/05/2012¹⁹ com uma narrativa (de dois minutos e quatorze segundos) por imagens da história da plataforma desde o surgimento no início de 2005 até aquele momento. A narrativa começa com a seta em vermelho, um dos símbolos do Youtube sinalizando o “Play” de um vídeo. Depois a barra de rolagem em linha vermelha com um círculo em cinza começa a “caminhar” através do tempo, marcando datas como o “nascimento do YouTube” (janeiro de 2005), o registro do domínio na Internet (fevereiro de 2005) até chegar em dezembro de 2005, quando a linha em vermelho se inclina e começa a subir, marcando em números o crescimento exponencial da plataforma, chegando ao seu ponto mais alto com a compra do YouTube pelo Google. Os seis últimos fotogramas são os enunciados que recortei e que estruturam a narrativa a partir deste momento de “virada” da plataforma: *Everyone has a voice, Every moment has a place, Every creator has a stage, Every citizen can be heard, We provide the platform, You provide the Inspiration*. Ainda trago mais duas sequências, desta vez de vídeos brasileiros (um do canal oficial do YouTube Brasil²⁰ e outro do canal Gustavo Horn²¹), para avançar na descrição já em seu conjunto.



SD 26: Fotograma de Workshop YouTube Creator Camp Brasil de 2014



Há pouco mais de um ano começamos a dar os primeiros passos para o que um dia pode ser uma grande transformação. Com a popularização dos vlogs, inúmeros brasileiros deixaram de ser espectadores passivos e se tornaram produtores ativos. Embora ainda seja uma iniciativa tímida, só pelo fato de praticamente todos terem um acesso ao celular ou uma câmera digital, podemos esperar um número cada vez maior de pessoas expressando suas ideias de forma original. Proponho uma revolução, onde nos armaremos apenas com a nossa criatividade, com o propósito de transformar o entretenimento digital em algo atrativo, divertido e rico culturalmente. Vamos dar início a uma nova geração brasileira no YouTube em que finalmente você pode participar e influenciar no próprio conteúdo, expressar suas ideias e assim dar sua contribuição para o mundo. Liberdade essa que a televisão, por muito tempo, não ofereceu [...] Essa revolução refletirá de forma positiva em todas as áreas [...] Lembre-se que o seu vídeo pode mudar o mundo

SD 27: Fotogramas e transcrição do vídeo “Por um Youtube mais Brasil”, do canal “Gustavo Horn”²²

O que o conjunto das sequências **SD25**, **SD26**, **SD27** suscita é essa intercambialidade entre o todos e o “você” individualizado, o “cada

um” parafraseado por “toda voz”, “todo momento”, “todo criador”, “todo cidadão” realizando-se entre uma plataforma (não uma empresa) e um você capaz de inspirar. “We” que se separa do “You”, um pronome da língua inglesa no equívoco de ser um você individualizado ou coletivo²³. A plataforma é o espaço para a voz ser escutada, o palco do criador, o lugar onde a revolução acontece. Uma revolução do cidadão (SD25), uma revolução democrática (SD26). Mais uma vez, o slogan em inglês “Broadcast Yourself” (SD26) produz o equívoco na interpretação: transmita “você mesmo” e “você mesmo” transmite, um funcionamento semelhante ao enunciado analisado no segundo capítulo “Seja você mesmo” – e isto não me parece ser um acaso. Ocupando a posição de sujeito ou objeto, “you” ou “yourself” significam a revolução democrática mais uma vez na reafirmação da liberdade do sujeito em ser cidadão ao mesmo tempo em que se objetiva.

O trecho transcrito do vídeo de Gustavo Horn, publicado em 22/02/2011, textualiza uma grande transformação no Youtube brasileiro iniciada pela popularização dos vlogs, em que “só pelo fato de praticamente **todos** terem um acesso ao celular ou uma câmera digital, podemos esperar um número cada vez maior de pessoas **expressando suas ideias** de forma original” e cada um “**pode participar e influenciar no próprio conteúdo, expressar suas ideias e assim dar sua contribuição para o mundo**”. Paráfrases do que tenho chamado de um *poder-dizer com poder para além deste dizer* e que dão a dimensão da performatividade do eu: **Proponho uma revolução, onde nos armaremos apenas com a nossa criatividade, com o propósito de transformar o entretenimento digital em algo atrativo, divertido e rico culturalmente**. Uma revolução de um *nós* (*nos armaremos com nossa criatividade*) sustentada na performatividade de *eu* (*proponho*). Os fotogramas mostram, sob uma mesa branca e em meio a uma caneca com café, canetas, lápis e dados, um caderno com folhas coloridas com desenhos e uma montagem das imagens das pessoas que estão falando no vídeo: Gustavo Horn e sua amiga Ally Days. Os objetos sobre a mesa, incluindo o caderno, são enquadrados como se o espectador estivesse sentado sobre a cadeira de frente para esta e a olhando (ou seja, com o olhar direcionado para baixo). A imagem do corpo se entremistura aos desenhos da revolução. Um corpo de um sujeito em meio a desenhos feitos por um

sujeito. Um caderno sobre a mesa como a própria textualidade do vídeo. Um corpo dentro de um caderno dentro do vídeo em uma sobreposição de textualidades. A composição visual como uma metaforização metonímica da intercambialidade entre sujeitos, entre criador e criação, entre autor e texto, entre sujeito e objeto.

4. Objetos, sujeitos e identificações paradoxais

Iniciei o artigo remetendo ao livro *Semântica e Discurso* de Michel Pêcheux com o intuito de apresentar a problemática discursiva dos processos de identificação do sujeito. Após o desenvolvimento das compreensões analíticas decorrentes da minha tese de doutorado, considero possível inferir algumas considerações teóricas sobre o modo como as identificações são produzidas na discursividade do vlog.

De uma leitura *a posteriori*, é crível ressignificar as análises da tese mostrando uma outra regularidade: a produção do efeito de intercambialidade entre sujeito e objeto. Os enunciados “*Eu sou eu mesmo*” e “*Broadcast Yourself*”, as designações equívocas de *vlogueiro*, *youtuber* e *criador*, a composição autoral de diferentes materialidades significantes (particularmente no efeito de coincidência entre *aquele que diz* e *aquele que se vê*) apontam para o indiscernimento do sujeito do dizer e o objeto deste dizer, ou seja, entre sujeito(s) e discurso(s). Todavia, imaginariamente, continua-se reafirmando os lugares de autenticidade de cada sujeito (eu único) e cada objeto (criação única). Mais uma vez, trata-se de um funcionamento semelhante ao já compreendido por Pêcheux:

A tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa

impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito (PÊCHEUX, 2009, p.160).

Se para Pêcheux (2009), a forma-sujeito do Capital reproduz o *mito continuísta empírico-subjetivista*, isto é, um efeito de progressão da situação imediatamente vivenciada pelo sujeito para a universalização dos sentidos, produzindo efeitos de verdade do imaginário, em conformidade com o teatro da consciência do “eu-aqui-agora”, e também não apresentamos uma ruptura com este funcionamento, então, que especificidades as análises do vlog apresentam? Por que as compreensões trazidas por este trabalho são pertinentes?

Um primeiro ponto é a explicitação de diferentes materialidades também constituírem os processos de identificação. No Brasil, este é um empenho que já vem sendo realizado há alguns anos por diferentes autores, como Eni Orlandi e Pedro de Souza, com destaque para o investimento característico de Suzy Lagazzi. É justamente pelos trabalhos desta pesquisadora que eu pude mostrar que o funcionamento da imbricação das diferentes materialidades produz a sobredeterminação de uma ou algumas delas, deslocando a posição teórica que afirma a língua como única materialidade do discurso²⁴.

Outro ponto diz respeito ao embate da eficácia imaginária e o jogo significante na história. Uma das retificações de Pêcheux ao que ele desenvolveu em *Semântica e Discurso* é a valorização excedida na eficácia imaginária nos processos de identificação (sob a forma do centramento do ego). As análises do vlog se sustentaram também nos apontamentos de Pêcheux sobre os objetos paradoxais e as fronteiras tênues para trabalhar as falhas nos rituais de linguagem, resultando em processos de identificação que nunca cessam e não se colam ao sujeito.

Sobre este segundo ponto, penso que os trabalhos de Eni Orlandi (2004; 2012) sobre a tensão entre paráfrase e polissemia proporcionam explicar de um outro modo o funcionamento dos objetos paradoxais para ligá-lo ao funcionamento dos próprios processos de identificação na Formação Social Capitalista.

O objeto paradoxal, como abordado nas análises, é caracterizado pela possibilidade de *atribuição simultânea de diferentes sentidos por diferentes posições-sujeitos no efeito de não diferença/divisão destes*

sentidos e sujeitos. Entendo que o objeto paradoxal funciona como *um efeito catalisador da polissemia, admitindo que diferentes posições-sujeito se identifiquem/reconheçam a este/neste objeto simulando sentidos parafrásticos em direção ao mesmo*. Ao tratarmos de objetos paradoxais, estamos tratando também de sujeitos e identificações paradoxais. O que este efeito catalisador da polissemia apaga é que, no movimento da história, uma posição sempre sobredetermina as outras: a posição dominante. É justamente o modo como é produzido o reconhecimento de um dizer, identificando-se a um sentido, porém desconhecendo a relação contraditória e sobredeterminada deste sentido com outros no Interdiscurso.

No caso dos vlogs, por exemplo, *revolução e democracia* funcionam como objetos paradoxais. Há a possibilidade do efeito de diferentes sentidos, mas um deles se sobrepõe a outros, dando direções específicas ao movimento histórico. O objeto paradoxal, mesmo em situações de disputa, simula a contradição da história em paradoxo, desentendimento ou incompreensão. “Precisamos lutar pela democracia no sentido certo”, “precisamos fazer a revolução no sentido certo” são enunciados possíveis para localizar o “erro” e, então, “corrigi-lo”, a síntese possível. De uma posição materialista, a contradição da história é irredutível a uma síntese. A contradição entre posições na história não concede acordos, não resolve disputas políticas, mas as transformam e as desdobram em contradições outras. E isto não é pouco!

Na tese, trouxe a seguinte compreensão geral: *o eu discursivizado em composições equívocas no vlog, no embate com os gestos de interpretação e no encontro de linguagens do espaço digital cria laços paradoxais com o Outro, o sujeito outro e o outro-eu, produzindo fronteiras tênues que deslocalizam este eu no complexo de forças dissimétricas, afetando o modo como as discursividades dominantes produzem a dominação*. Justamente a possibilidade de desdobramento da contradição, e não a imaginária resolução dela, tensiona o jogo polissêmico entre posições, sendo uma delas a dominante. É a contradição infundável entre posições constituídas pela incompletude da linguagem que traz mobilidade à disputa pelos sentidos dominantes.

No caso do espaço digital, ao produzir lugares de poder-dizer distintos, como os vlogs, ainda que constituídos sob discursividades

dominantes, introduzem formulações (composições equívocas) que podem jogar com a economia dos discursos, pois o resultado do encontro nunca é pré-determinado. *Na imbricação do simbólico com o político, em espaços possíveis de ressonância (a circulação), os deslocamentos provocados pelos encontros podem durar, afetando a história.* O Capital tem necessidade de *fronteiras móveis* (PÊCHEUX, 1990) porque também precisa lidar com estes espaços de circulação em que o Poder está no embate com os poderes.

Referências bibliográficas

- ADORNO, G. (2014). *Visualizar, ler e compreender o dicionário Priberam: divisões políticas da língua no limiar do linguístico e do visual.* Qualificação na área de História das Ideias Linguística. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ADORNO de OLIVEIRA, G. (2015). *Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs.* Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ALTHUSSER, L. (1988). *Filosofia y marxismo: entrevista por Fernanda Navarro.* México: Siglo Veintiuno.
- _____. (2005). *Pour Marx.* Paris: La Découverte.
- BENVENISTE, É. (1998). “Da subjetividade na linguagem”. In: BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I.* Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 2ª ed, p.284-293.
- DEBRAY, R. (2008). *Mai 68 une contrerévolution réussie.* Paris: Mille et UneNuits.
- DIAS, C. P. (2004). *A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV.* Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. (2011). *Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo.* Campinas: Labeurb/Unicamp.
- _____. (2013). “Museu da Língua Portuguesa - língua de acesso: “acessável” ou acessível?”. In: *Revista Letras*, v.23, p.245-255.
- FOUCAULT, M. (1997). *O que é um autor?.* Lisboa: Veja, 4ª ed.
- GALLO, S. L. (2012). “Novas fronteiras para a autoria”. In: *Revista ORGANON*, v. 28, n.53, p.1-8. Porto Alegre.
- GALLO, S; L; NECKEL, N. (2012). “As clivagens subterrâneas/ contemporâneas da rede e o efeito narciso”. In: GALLO, S. L.;

- NECKEL, N. M.; FLORES, G. B. (Orgs.). *Discurso, ciência e cultura: conhecimento em rede*. Palhoça: Ed. da Unisul, p. 11-24.
- HENRY, P. (1992). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2010). “Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora da Unicamp: Campinas, 4ª ed., p.11-38.
- LAGAZZI, S. (1988) *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes.
- _____. (2009). “O recorte significante da memória”. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz.
- _____. (2011a). “O recorte e o entremeio condições para a materialidade significante”. In: BRANCO et al (Orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, Editora RG.
- _____. (2011b). “Análise de Discurso: a materialidade significante na história”. In: DI RENZO, Ana et al. (Orgs.). *Linguagem, História e Memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, p.275-290.
- _____. (2014). “Metaforizações metonímicas do social”. In: ORLANDI, E. (Org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, p.105-112.
- _____. (2015). “A imagem em curso. A memória em pauta”. In: TASSO, I.; CAMPOS, J. (Orgs.) *Imagem e(m) discurso: a formação das modalidades enunciativas*. Campinas: Pontes. p.51-65.
- MARTINO, L. M. S. (2014). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis: Vozes.
- NUNES, S. R. (2012). *A geometrização do dizer no discurso infográfico*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ORLANDI, E. (2004). “História das ideias x história de vida: entrevista com Eni Orlandi”. In: *Fragmentum*, n.7. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. PPGP. Laboratório Corpus.
- _____. (2009). *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed.
- _____. (2012). *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 4ª ed.

- PAVEAU, M. A. (2013). “Technodiscursivités natives sur Twitter : une écologie du discours numérique”. In: *Epistémè* 9, p.139-176.
- PÊCHEUX, M. (2009). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: E. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 4ª ed.
- _____. (2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 5ª ed.
- _____. (1990). “Delimitações, inversões e deslocamentos”. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*, n.19, p.7-24, jul./dez.
- _____. (2011a). “Foi propaganda mesmo que você disse?”. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, p.73-92.
- _____. (2011b). “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?”. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, p.107-119
- _____. (2011c). “Metáfora e Interdiscurso”. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, p.151-161.
- _____. (2014). “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E (org.). “Gestos de leitura”. Campinas: Ed. da UNICAMP, 4ª ed.
- PEQUENO, V. (2015) *Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico*. Dissertação. Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- ZOPPI FONTANA, M. G. (2012). “A arte do detalhe”. In: *Discursividade: Estudos Linguísticos*, v.09, p.1-21, Nova Andradina, MS, BRASIL.

Palavras-chave: contradição, discurso digital, sujeito

Keywords: contradiction, digital discourse, subject

Notas

¹ Apesar de trazer trechos do próprio texto da tese, este artigo é uma tentativa de avançar a partir das questões feitas por Cristiane Dias durante minha defesa e que continuam ressoando. Deixo aqui meus agradecimentos a ela.

² Ainda que a formulação do vídeo inicial seja mantida, a mudança de espaço, estando sujeita às mudanças de circulação e de gestos de interpretação em disputa, pode também transformar os efeitos produzidos. Não se trata, portanto, de uma mera reprodução técnica.

³ Disponível em < <https://www.youtube.com/yt/about/pt-BR/> >. Acesso em: 22 de abril de 2015.

⁴ Dias (2004) analisa os chats, porém algumas dessas compreensões poderiam ser expandidas para outras redes sociais, imaginariamente “definidas por seu caráter horizontal desprovido de uma hierarquia rígida” (MARTINO, 2014, p.55), podendo ser problematizadas em suas relações materiais: “as redes de relacionamento não são o lugar de uma (nova) discursividade específica, mas a nova base material-técnica para todo um ecossistema de discursividades” (PEQUENO, 2015, p.35).

⁵ SD é a sigla para Sequência Discursiva.

⁶ Captura do vídeo disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=sUZ4beihOYk> >. Acesso em: 22 abril 2015.

⁷ Outros formatos de tela podem ter proporções e distanciamentos diferentes entre os objetos da imagem.

⁸ Um canal no Youtube é um espaço demarcado em forma de uma página virtual onde estão localizados todos os vídeos enviados pelo usuário responsável. Neste meio, outros usuários têm a opção de “se inscreverem”, isto é, um modo de acompanhar outras pessoas que postam vídeos sem precisar acessar o canal. As atualizações são enviadas aos “inscritos” automaticamente. Ainda existem opções para envio de comentários e marcação de vídeos favoritos.

⁹ O programa **Awesome Screenshot** é um aplicativo gratuito que pode ser instalado no navegador de Internet para capturar, no formato de imagens, páginas de sites da Web. O programa oferece a opção de obter somente imagem visualizada e enquadrada em uma tela de computador no momento da captura e também a opção de obter a imagem da totalidade de uma determinada página carregada ou partes dela, de acordo com o interesse do usuário.

¹⁰ “O Arquivo é aquilo que, nesse âmbito da circulação, configura as possibilidades de toda leitura. Ou seja: que os arquivos, apesar de serem amplamente produzidos nos contextos institucionais, não são produzidos no nível institucional, ou intencionalmente, mas que há um sistema geral de produção de arquivos, de circulação do sentido, que opera de acordo com o princípio histórico-ideológico, e é a esse sistema que damos o nome de Arquivo” (PEQUENO, 2015, p.22).

¹¹ Caso o usuário tenha permitido, o YouTube envia um e-mail semanal para mostrar os vídeos mais recentes de acordo com as inscrições deste mesmo usuário.

¹² Na historicidade da Formação Social Capitalista, em que a propriedade sempre é de interesse privado (ainda que imaginariamente possa se apresentar como pública), o “privado” chega a ser um pleonismo dissimulado pela adjetivação de “propriedade”.

¹³ Disponível em: < <https://youtube.com/yt/creators/pt-BR/index.html> >. Acesso em: 13 agosto 2015.

¹⁴ No Brasil, o livro “How to do things with words” (publicado postumamente em 1962) foi traduzido para o português como “Quando dizer é fazer” e é

mencionado nas bibliografias de Semântica e Pragmática como uma referência clássica.

¹⁵ No dia 30 de junho de 2015, o canal já tinha mais de quatro milhões de inscritos e 260 milhões de visualizações.

¹⁶ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=v9rgOwH99nc> >. Acesso em: 30 junho 2015.

¹⁷ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=g4aKSxHamik> >. Acesso em: 26 julho 2015.

¹⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2Lp7XO6oWCM> >. Acesso em 26 julho 2015.

¹⁹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GLQDPH0ulCg> >. Acesso em: 07 agosto 2015.

²⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/YouTubeBrasil> >. Acesso em: 28 abril 2015.

²¹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/GuguHorn/featured> >. Acesso em: 14 maio 2015.

²² Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hWOUdFdHYck> >. Acesso em: 14 maio 2015.

²³ O funcionamento em português para “você” no singular é semelhante, mas o equívoco não é o mesmo para o plural do pronome. O You na relação com o We do enunciado anterior joga com as interpretações de modo diferente dos pronomes em português “Você”, “Vocês”, “Nós”.

²⁴ Não é possível afirmar que Pêcheux desconsiderava outras materialidades, porque seus últimos trabalhos já apresentavam reflexões sobre o funcionamento da imagem e da voz, porém, tampouco é possível afirmar que ele desenvolveu princípios e procedimentos analíticos para o tratamento específico destas materialidades.

ENTRE O DISCURSO JURÍDICO E O TECNOLÓGICO: A PRODUÇÃO DO SILENCIAMENTO DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE AUTORIA NO BRASIL

Michele Schmitt
IFSul – Câmpus Charqueadas

Resumo: *a partir da análise discursiva de três documentos que versam sobre a prevenção e o combate ao plágio no Brasil, observamos efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento do discurso jurídico e do discurso tecnológico, tais como a obliteração de um debate sobre o processo de constituição da autoria científica, o qual é silenciado pelo discurso jurídico e pelo discurso tecnológico, na medida em que o primeiro visibiliza o sujeito que comete o plágio e ao mesmo tempo homogeneiza a autoria e o segundo constitui-se como hegemônico na resolução do problema do plágio.*

Abstract: *we observed the production of sense effects of the juridical and the technological discourse, such as the obliteration of a debate about the process of scientific authorship constitution, through a discursive analysis of three documents that are about prevention and combat of plagiarism in Brazil. The juridical and the technological discourse silence this debate: the former makes the subject of plagiarism visible and at the same time homogenizes the authorship; the latter constitutes itself as hegemonical regarding the resolution of the problem of plagiarism.*

O presente texto apresenta-se como um retorno a algumas questões discutidas em nossa tese de doutorado¹, as quais consideramos fundamentais em relação a um debate sobre a prática do plágio no Brasil. Em nossa tese, atentamos para a produção de sentidos sobre o plágio no espaço enunciativo brasileiro, apontando para uma compreensão discursiva de sua prática.

Inscrevendo-nos teoricamente na perspectiva da História das Ideias linguísticas no Brasil e da Análise de Discurso, colocou-se de modo

fundamental a compreensão de como se constrói, como diz Orlandi (2008), o imaginário que significa o brasileiro. Esse olhar teórico tornou possível compreender o funcionamento de uma memória que significa o brasileiro como analfabeto e imoral, sentidos esses que trabalham discursivamente enquanto evidências imaginárias que sustentam os sentidos relacionados à prática do plágio no Brasil.

Chamamos atenção para a produção desse imaginário, relacionada a uma “marca de nascença” (op. cit.) do ser brasileiro: “o discurso colonialista” (op. cit.). Esse discurso sempre presente ao longo de nossa história produz efeitos, entre outros, no modo como é significada a produção de ciência no Brasil, a qual pode ser lida em enunciados como *No Brasil, nada se cria, tudo se copia* ou *Brasil, o país do jeitinho*. Em outras palavras, o brasileiro é significado como um sujeito fadado a copiar os modelos científicos europeus e norte-americanos, até porque dar um jeitinho é a sua marca.

Observamos, nesse percurso, a responsabilização do sujeito pela prática do plágio. Elemento esse que tomamos como fundamental para ser levado em conta no que diz respeito a um debate sobre a prática do plágio no Brasil. Do nosso ponto de vista, esse movimento de responsabilização do sujeito tem como efeito a obliteração desse debate, por meio do silenciamento (1) das condições de produção históricas fundadas em um imaginário de país colonizado incapaz de produzir ciência, (2) das atuais condições de produção e circulação do conhecimento, sustentadas no discurso da produtividade da ciência (ZOPPI-FONTANA, 2013) e (3) da constituição e da assunção da autoria científica em diferentes campos disciplinares.

Por meio de uma 'nova-velha' análise de parte do corpus de nossa tese, temos como objetivo, no presente texto, trabalhar com o funcionamento discursivo da responsabilização do sujeito pela prática do plágio. Elegemos três textos como objeto de nossa análise: 1) “Proposta de adoção de medidas para prevenção do plágio nas instituições de ensino e do comércio ilegal de monografias²; 2) “Orientações Capes – Combate ao plágio”³ e 3) “Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq”⁴.

O primeiro foi protocolado em outubro de 2010, junto ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em forma de um documento intitulado “Proposição”, de autoria de advogado inscrito na OAB do Estado do Ceará. Como o próprio título do documento indica,

o texto chama atenção para medidas de prevenção do plágio e do comércio ilegal de monografias. Cabe salientar que a oficialização da “Proposição” seguiu o seguinte caminho: (1) seu autor a elabora e a protocola junto ao Conselho Federal da OAB; (2) um conselheiro federal elabora Relatório sobre a Proposição e expõe voto favorável ao prosseguimento do processo; (3) os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil acolhem por unanimidade o voto do Relator e (4) o acórdão é publicado em 22 de novembro de 2010 no Diário da Justiça. Observe-se que, para o documento se tornar oficial, é somente necessária a conclusão das quatro etapas acima mencionadas, as quais se restringem a pareceres do Conselho Federal da OAB. A proposta torna-se um documento oficial ao ser publicado o acórdão em relação a ela no Diário da Justiça; seus requerimentos devem então ser atendidos. Nesse percurso, instituições implicadas com a produção de conhecimento científico não encontram espaço para pronunciar-se a respeito da prática do plágio; elas ocupam apenas o lugar de destinatário/executor do que prevê a “Proposição”, elaborada por um advogado.

Vejamos o que diz o texto em sua última seção, intitulada “Requerimentos”:

(1⁵) Sendo assim, por ser **assunto relevante em matéria de propriedade intelectual e educação**⁶, REQUER o proponente seja enviada, através de ofício circular, com cópia destas razões, **RECOMENDAÇÃO** do Conselho Federal da OAB a todas as instituições de ensino superior do país, para que utilizem de *softwares de busca de similaridade na internet e em bancos de dados* em suas atividades, e que adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, visando coibir o plágio nas atividades acadêmicas.

REQUER, ainda, como suporte institucional, que se envie a recomendação, com cópia das razões:

- a) Aos Presidentes das seccionais da OAB de todo o território nacional;
- b) Ao Ministro da Educação da República Federativa do Brasil;
- c) Ao Ministro da Ciência e Tecnologia da República Federativa

do Brasil;

- d) Ao Ministro da Cultura da República Federativa do Brasil;
- e) Ao Conselho Federal de Educação do Brasil;
- f) À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
- g) Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;
- h) À Presidência da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
- i) À Presidência da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

No que toca ao ensino médio, REQUER ao Ministro da Educação da República Federativa do Brasil providências e adoção de medidas para prevenção e combate ao plágio nas escolas.

Podemos observar o funcionamento do discurso jurídico como um lugar de poder socialmente legitimado, que estaria acima de outras instituições – ministérios, órgãos de fomento à pesquisa, Conselho de Educação, universidades – no que diz respeito ao poder de enunciar o que é importante em termos de *propriedade intelectual e educação*, tomando, dessa forma, para si a responsabilidade de orientar demais instituições sobre a prática do plágio no Brasil. A instância jurídica insinua-se, de modo insidioso, no lugar das instituições de educação brasileiras, como podemos observar no recorte abaixo:

(2) De que adiantam verbas para educação e bons professores, se os alunos não escrevem e não aprendem?

Assim, pois, existe uma tecnologia de fácil implementação para minimizar o plágio nas instituições de ensino, devendo ser adotada em larga escala. Podemos combater o problema de forma efetiva.

A partir desse recorte, podemos explorar a produção de muitos sentidos: o apagamento do lugar da educação como promotora do ensino e da aprendizagem da escrita, remetendo-nos à produção do

*imaginário de que a educação nunca daria conta de sua função*⁷ primordial de promover a aprendizagem e, ainda, de modo associado à produção desse vazio, a tecnologia sendo significada como um instrumento jurídico capaz de combater o plágio de modo efetivo⁸.

O apagamento do lugar da educação é atualizado no percurso dos efeitos de sentido que o texto da Proposição produz. Se tomarmos as “Orientações” da Capes sobre o combate ao plágio, as quais foram postas em circulação menos de dois meses após a publicação do acórdão no Diário da Justiça, isso se dá de modo patente, pois o texto limita-se a referir-se de modo intertextual ao documento da Proposição.

Vejam os que o texto da Capes retoma:

(3) A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio[...]

[...] O texto ressalta que as ferramentas tecnológicas da informática e o advento da internet proporcionam acesso irrestrito a muitos bancos de dados oficiais e particulares e que algumas distorções advindas desta facilidade de acesso eletrônico têm gerado preocupações no sentido da prática nociva de copiar e colar textos. [...]

A OAB recomenda o uso de softwares que fazem a leitura eletrônica do texto (artigo, monografia, dissertação ou tese). Em seguida, realizam rastreamento comparativo em vários sites de busca na internet ou em base de dados, verificando se o autor copiou frase ou parágrafo, por exemplo, identificando a base de dados e o texto copiado. A OAB orienta ainda que, por não se tratar de programa absoluto, procedimentos internos nas instituições acadêmicas devem ser adotados para aferir se houve ou não plágio. Um deles, citado como necessário, é que as instituições criem comissão que avalie os resultados obtidos pelo software de forma objetiva, aferindo o grau de

gravidade no caso dos textos copiados.

A Capes concorda com as orientações da Ordem dos Advogados do Brasil e reforça a necessidade de combate ao plágio onde quer que este se manifeste.

A íntegra do documento aprovado pelo Conselho está disponível na internet no seguinte endereço:
<http://www.oab.org.br/combateplagio/CombatePlagio.pdf>

Cabe salientar que o recorte que apresentamos acima trata-se do texto da Capes quase em sua íntegra. As orientações consistem em uma transcrição de partes do texto da Proposição. Na parte final, sinaliza-se textualmente que a Capes concorda com as orientações da OAB e ainda é indicado o *link* onde o texto pode ser consultado em sua totalidade. Dessa forma, a Capes produz seu posicionamento a partir do lugar do discurso jurídico e não do seu lugar, que, do nosso ponto de vista, seria o da promoção de uma discussão acadêmica sobre o plágio.

Em maio de 2011, o CNPq publica o “Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq”, que, além de abordar o plágio, trata de “outras condutas na pesquisa científica e tecnológica”. Esse relatório aponta para a necessidade de boas condutas na pesquisa científica e tecnológica, fazendo-o de modo a estabelecer fronteiras, por meio de diretrizes e definições, entre boas e más condutas. Como já analisado por Zoppi-Fontana (2013), esse relatório apresenta-se ao modo de um discurso regulador e instrucional em que se explicita “um dever ser e um dever fazer” (p.119) ou, em outras palavras, no que diz respeito à prevenção da prática do plágio, “uma normativa instrucional que delibera sobre o modo de citação das fontes consultadas e de textos já publicados” (p.120). Ao mesmo tempo em que temos a possibilidade da assunção da autoria (ou seja, a negação do plágio) reduzida à prática de um manual de instruções, esse receituário técnico coloca-se de maneira normativa, devendo, assim, ser seguido tal como se fosse uma lei, à qual todo o sujeito de direito está submetido. Observamos aí também o funcionamento do discurso jurídico, por meio da responsabilização do sujeito pela prática da autoria - seguir o manual de instruções - e, por conseguinte, pela prática do plágio, se o sujeito não o seguir. Desse

modo, reduz-se a complexidade da autoria à apropriação de uma técnica textual, que consistiria em saber citar fontes e deixar claro o que é da autoria de um indivíduo em específico e o que foi produzido por outros autores. Cabe aqui lembrar Lagazzi-Rodrigues (2010, p.99) quando se posiciona em termos das condições de produção de autoria na atualidade: “vemos a generalização que sustenta o discurso jurídico sobre-determinar a relação de autoria, invisibilizando o autor e responsabilizando o sujeito”. A partir do pré-construído sustentado pelo discurso jurídico de que todo o sujeito é responsável pelos seus atos, o (não) domínio de uma técnica textual seria de sua responsabilidade. Tendo acesso às normativas, se o sujeito, mesmo assim, se constitui como plagiário, é porque ele é incapaz de aprender ou então optou por infringir uma norma, adotando, assim, uma atitude antiética. Silencia-se assim o processo de assunção de autoria, na medida em que se produz, como afirma Zoppi-Fontana (2013, p.129), “uma sobreposição-indistinção de dois funcionamentos discursivos diferentes, *o nome do autor e a função-autor*”, em que uma “definição da autoria científica (o que é ser autor? O que é ocupar função-autor no discurso científico hoje?) [...] é formulada, por efeito de pré-construído, como aquilo que todo mundo sabe antes, de outro lugar e independentemente, ou seja, como uma evidência compartilhada por todos” (ZOPPI-FONTANA, 2013, p.119). Constituir-se como autor passaria tão somente por seguir as normativas.

Esse silenciamento do processo de assunção de autoria dá-se também pela imbricação do discurso jurídico com o discurso das novas tecnologias. Vejamos os seguintes recortes:

(4) Assim, pois, existe uma tecnologia de fácil implementação para minimizar o plágio nas instituições de ensino, devendo ser adotada em larga escala. Podemos combater o problema de forma efetiva.

(5) a existência de software capaz de identificar trechos já publicados de manuscritos submetidos tem facilitado a prevenção de plágio e autoplágio.

O uso da tecnologia serviria tanto para minimizar/combater (4) o plágio quanto para previni-lo (5). Tanto a *prevenção* quanto o *combate*

são reduzidos a uma mesma temporalidade semântica, sendo tomados como objeto daquilo que já é plágio. Desloca-se o foco da produção da autoria (dos meios de fazê-la acontecer) como um modo possível de prevenção do plágio, para a sua contraparte negativa: como evitar o plágio, a partir da verificação de sua prática, da identificação daquele que não é autor e, portanto, é plagiário. A detecção do plágio por meio de uso de software seria uma solução para o problema. O uso da tecnologia constitui-se aqui como um instrumento jurídico de produção de prova do desvio autoral, servindo assim como uma advertência/um constrangimento moral para os potenciais plagiários, os quais, cientes de que podem ser flagrados, optariam por constituir-se como autores. Ser autor ou não ser tratar-se-ia apenas de uma escolha, até porque a solução para o plágio é **simples**: a tecnologia é de **fácil implementação** (4), e além disso **facilita a prevenção do plágio e do autoplágio** (5). A tecnologia proporcionaria, pois, uma solução **fácil** para o problema do plágio.

Podemos observar aí o funcionamento de uma rede de sentidos em que se associa a tecnologia à promoção de facilidades. Vejamos outro recorte:

(6) As ferramentas tecnológicas da informática e o advento da internet proporcionam acesso irrestrito a muitos bancos de dados, oficiais e particulares, informações diversas e notícias em tempo real de todas as partes do mundo.

Não se pode olvidar a importância do uso da rede mundial de computadores, que auxilia na pesquisa, ensino, na vida pública, na iniciativa privada e em, praticamente, todos os ramos de atividade.

Contudo, **algumas distorções advindas desta facilidade de acesso eletrônico**⁹ muito nos preocupam. Em especial, merece destaque o crescimento desenfreado **da prática do plágio nas universidades brasileiras e escolas de ensino médio**.

A tecnologia proporcionaria um *acesso irrestrito a bancos de dados, a notícias em tempo real*, assim como seria *uma auxiliar na pesquisa, no ensino, [...] para praticamente todos os ramos de atividade*. Tudo

isso se apresentaria de modo facilitado em dois sentidos: o acesso eletrônico é facilitado – como se todo e qualquer sujeito tivesse as ferramentas tecnológicas a seu alcance – e a internet (produto da tecnologia) se apresentaria como um depósito irrestrito de conteúdo de importância fundamental para quase todos os ramos de atividade. A existência da tecnologia oportunizaria a realização do sonho iluminista de que todo e qualquer sujeito pode ter acesso à totalidade do conhecimento. Nesse recorte, vemos funcionar o imaginário de que a rede mundial de computadores seria um repositório de todos os saberes¹⁰.

Dessa forma, seria simples e fácil ser autor, bastaria fazer um bom uso da tecnologia. Já o mau uso seria ou decorrente da incapacidade do sujeito em usar a tecnologia (não saber citar as fontes consultadas) e/ou de uma falha moral (copiar e colar textos de modo deliberado, sem fazer as devidas referências); características essas que o fariam incorrer na prática do plágio.

Por meio de nossa análise, podemos observar a constituição de um discurso de banalização da questão do plágio, na medida em que a solução para esse problema seria da ordem do *simples e do fácil*.

O discurso jurídico e tecnológico jogam um papel importante na produção dessa simplificação. O primeiro apaga o político, na medida em que universaliza/homogeneiza os sujeitos, de modo que a autoria também se constituiria de modo isonômico: para ser um autor científico, bastaria seguir um modelo de técnica textual. Já o discurso tecnológico apresentar-se-ia como a solução para a falha na produção da autoria: bastaria usar um software para prevenir e, ao mesmo tempo, combater o plágio. Ou seja, ao ser a tecnologia hegemônica na resolução do problema do plágio, são dispensados outros meios de discutir a sua prática.

No entanto, por meio do funcionamento desse imaginário de soluções simples e fáceis, não se coíbe o plágio; pelo contrário, fazendo o uso do mesmo verbo: **são coibidas** as possibilidades de uma discussão acadêmica e pedagógica sobre a sua prática. Do nosso ponto de vista, o uso de softwares e/ou de buscadores na internet só nos farão lamentar de modo recorrente novas ocorrências de plágio e responsabilizar o indivíduo que o cometeu. Para nós, os documentos analisados tratam da questão do plágio de modo circular, ao restringirem-se à sua ocorrência, não debatendo, dessa forma, a constituição da autoria.

Fica a pergunta: se as instituições ligadas ao ensino e à ciência não promovem essa discussão, ao restringirem-se a enunciar do lugar do discurso jurídico e tecnológico, onde poderá residir um debate científico e pedagógico sobre a prática do plágio?

Referências bibliográficas

DIAS, C. (2015). A tecnologia como condição de produção do conhecimento na sociedade contemporânea: redes, memória e circulação. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, v. 1, p. 279-291.

LAGAZZI-RODRIGUES, S (2010). Texto e autoria. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S; ORLANDI, E. (orgs.) *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, p. 81-103.

ORLANDI, E. (2008). *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo mundo*. 2.ed. Campinas: Unicamp.

PFEIFFER, C. (2000). *Bem-dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

SCHMITT, M. (2006). *Da incompletude da linguagem na materialidade metálica*. Dissertação. Mestrado em Letras. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

_____. (2015). *Plágio no Brasil: entre o modelo, a cópia e autoria*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

ZOPPI-FONTANA, M. (2013). Deadline: a função-autor e os efeitos do discurso da produtividade na ciência. In: GUIMARÃES, E. (org.). *Cidade, linguagem e tecnologia: 20 anos de história*. Campinas: Labeurb, p. 110-136.

Palavras-chave: discurso jurídico, discurso tecnológico, plágio

Keywords: juridical discourse, technological discourse, plagiarism

Notas

¹ Cf. Schmitt (2015).

2 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Proposta de adoção de medidas para prevenção do plágio nas instituições de ensino e do comércio ilegal de monografias*.

Proposição 2010.19.07379-01. 19 de out. de 2010. Origem: Ricardo Bacelar Paiva. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo. Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/000/20/CombatePlagioDocumentoOAB.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

³ COORDENAÇÃO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Orientações Capes – Combate ao plágio*. 2011. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁴ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*. 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

⁵ A numeração será adotada ao longo do texto com o objetivo de ordenar os recortes analisados.

⁶ Grifo nosso.

⁷ Cf. Pfeiffer (2000).

⁸ A relação entre o discurso jurídico e o discurso tecnológico será desenvolvida mais adiante no texto.

⁹ Grifo nosso.

¹⁰ Cf. Schmitt (2006) e Dias (2015).

REFLEXÕES SOBRE O TEXTO E SUAS NOVAS POSSIBILIDADES: A AUTORIA NO SITE

Claudia Freitas Reis
IFSP

*¿Quién está dispuesto a
desplazarse, a desafortunarse, a
descentrarse, a descubrirse?
(Rayuela, Júlío Cortázar)*

Resumo: Neste trabalho, apresento uma reflexão sobre as relações de autor e leitor no texto que circula no ciberespaço. Problematizo a escrita neste espaço, a materialidade dos textos produzidos neste espaço e, baseada em uma análise de um website, discuto a configuração da cena enunciativa e a proposta de tradução apresentada pelo site, o que possibilita e embasa minhas reflexões sobre as especificidades do funcionamento do texto na Internet e a constituição de uma nova possibilidade de ser do texto. Utilizo como base teórica e metodológica os preceitos da Semântica do Acontecimento.

Abstract: In this work I present a study of the relations between author and reader in the text that circulates in cyberspace. I problematize the writing process in that space, the materiality of the texts produced in that space and, based on the analysis of a website, I discuss the configuration of the enunciative scene and the proposed translation submitted by the website, which enables and underlies our analysis on the specificities of how the text operates on the Internet as well as the creation of a new possibility for the text. I use as theoretical and methodological basis the precepts of the Semantics of Event.

Introdução

Nos últimos anos, venho refletindo sobre a questão do texto na Internet. Meu ponto de partida é a demanda que a teoria que sustenta minhas reflexões apresenta, ou seja, quando lanço a hipótese de que há uma especificidade do texto funcionando no ciberespaço, parto da forma como o método de análise proposto por Guimarães (2002) em torno do sentido de uma palavra e de sua formulação sobre a relação palavra-enunciado-texto problematiza esta questão. Assim, este lugar teórico me levou a amadurecer a questão ao longo de alguns trabalhos cujo *corpus* de análise eram textos publicados na Internet em sites, motores de busca como Google, blogs, etc.¹ Neste trabalho com o *corpus*, passei a refletir sobre a materialidade dos sites e a forma como esta materialidade me levava a propor deslocamentos teóricos para pensar o texto neste espaço. Desta forma, podemos dizer que as problemáticas propostas estão intimamente ligadas ao exercício analítico.

O eixo deste deslocamento está relacionado, especificamente, com a forma como Guimarães define texto: pela relação integrativa entre palavras, enunciados e texto (GUIMARÃES, 2011). Ao tomar esta formulação, parece-me pertinente propor reflexões que tocam na questão da hipertextualidade, ou seja, como considerar os deslocamentos textuais promovidos pelo hiperlink, levando em conta esta relação integrativa? Como pensar no sentido da palavra na relação com os links? A hipertextualidade impressa possui o mesmo funcionamento que a hipertextualidade digital?

Neste artigo, pretendemos apresentar reflexões em torno do funcionamento do texto na Internet. Para tanto, trarei, primeiramente, algumas considerações sobre a escrita neste espaço. Em seguida, apresentarei uma análise de um site para discutir, pela problemática da tradução e pelo layout da página, as questões relativas ao funcionamento do texto na relação com o memorável da Internet, que recorta o sentido de *circulação de tudo*, e com elementos da cena enunciativa que nos permitam pensar na constituição dos lugares de autor e leitor. Desta forma, objetivamos problematizar a hipótese de que há especificidades do funcionamento do texto na Internet e a constituição de *uma nova possibilidade de ser* do texto na relação com o ciberespaço.

1. Ponto de partida: escrever na era digital

É sempre complexo definir de onde parte uma questão, um estalo que nos faz pensar sobre determinados problemas e formular hipóteses de reflexão. Por outro lado, a obviedade de centralizar o problema do que seja o *texto* ou a *língua* dentro da Linguística se esconde, justamente, neste lugar em que a proximidade com o objeto nos levaria a uma naturalização da relação do analista com o mesmo, o que nos encaminharia a uma espécie de aceitação do que já se apresenta conceituado, ou seja, o incômodo de muitas vezes ser encorajada a abandonar a pergunta que teria uma resposta óbvia, foi, justamente, a alavanca que me levou sempre a retomar a questão: O que é língua? O que é um texto? A primeira pergunta foi o norte de minha tese; já a segunda será o lugar de reflexão deste artigo.

Desta forma, o ponto de partida para propor a reflexão sobre o funcionamento do texto na Internet e, especificamente, sobre as aproximações e afastamento do que seria o texto *fora e dentro* da Internet, é justamente a demanda que temos ao nos propor trabalhar com a linguagem, seja como um objeto de análise, seja como uma relação fundamental para a própria produção de conhecimento.

Começo, então, por três questões que são sempre latentes para que eu insista na formulação do questionamento a pouco esboçado:

1. A Internet como um espaço de enunciação e a forma como é possível pensar a distribuição de línguas na relação com as condições de produção da materialidade digital;
2. A produção do texto digital na relação com o texto impresso;
3. A Internet e a circulação dos textos.

Sobre a primeira questão, já afirmei em outros trabalhos a consideração da Internet como um espaço de enunciação, na linha do que propõe Guimarães (2002), já que é um espaço de distribuição de línguas a falantes, mas sobretudo pela:

velocidade e o tempo; a espacialidade; a relação entre o oral e o escrito; a própria forma como, materialmente, uma língua é ou não possibilitada de circular, (...) regulação de ordem técnica que implica na distribuição das línguas neste espaço. (REIS, 2015, p.31)

Tratar a Internet como um espaço de enunciação nos leva a inserir o político em nossas reflexões e a refletir sobre o funcionamento da língua que não é outra, não é uma língua da Internet, mas que está, de certa forma, condicionada a outros meios materiais de circulação, distribuição e hierarquização, próprios do ciberespaço.

Podemos dizer que o tópico 1 embasa nossas reflexões; mesmo que não seja explicitado neste trabalho específico é sempre um lugar teórico que direciona as descrições e análises que realizo. Sobre os tópicos 2 e 3, a produção do texto digital na relação com o texto impresso e a circulação dos textos na Internet, falaremos com mais detalhes na sequência do texto, já que serão pontos centrais do que segue.

1.1. Texto e site: a questão da autoria na relação com a materialidade

Pensemos nas duas questões de maneira separada: 1. Os meios materiais de produção de texto digital; 2. A forma como a digitalização do texto e a Internet permitem a circulação destes textos.

Tomemos algumas questões apontadas por Paixão de Souza (2009), cujas reflexões nos servem de norte para propor algumas hipóteses mais adiante. Nesse texto, a autora concentra sua descrição na construção de um quadro que leva a pensar nas formas que, historicamente, nos serviram para a representação escrita da linguagem. De acordo com a autora, se tomarmos como eixo esta propagação no tempo e no espaço, podemos ter boas pistas para esboçar as primeiras diferenças entre a escrita tradicional e a digital. Apesar de uma aparente similitude entre desenhar as letras e pressionar os teclados no que diz respeito à ação de associar símbolos a sons, processo que considera de um plano lógico sensorial, a autora chama a atenção para a necessidade de transformação da escrita simbólica em números para que seja possível a digitalização dos símbolos inteligíveis aos leitores/escritores de uma maneira geral. Desta forma, no processo de escrita digital, além da relação *lógico-sensorial*, teríamos também a relação *lógico-artificial*, advinda desta necessidade de transposição do código *fora* para sua existência *dentro* do computador. Sobre o processamento artificial, a autora nos diz:

O processamento artificial funciona como uma cadeia complexa de composições e decomposições de informação binária, que “quebram” a corrente daquilo que, nas mentes humanas, chamamos de “leitura”. Depois de “quebradas” – ou seja, depois de decompostas em pedaços mínimos de informação binária – as informações precisarão ser recompostas em linguagem legível na interface. No caso do processamento de textos, e tomando ainda o exemplo dos caracteres: os caracteres decompostos em códigos binários precisam ser recompostos sob forma de caracteres, e então sob forma de grafos humanamente legíveis. (PAIXÃO DE SOUZA, 2009, p.169)

Considerando, então, este entremeio entre o humano e o texto no processo de construção do texto no computador, a autora proporrá a necessidade de se conceituar o texto digital nesta relação indissociável com a codificação matemática dos símbolos criados no processo de escrita para que eles possam existir digitalmente. Desta forma dirá que:

Podemos sair deste labirinto conceitual aceitando o problema nos seus dois planos inseparáveis, abordando os “textos digitais” como camadas de informação matemática e informação humana, as quais, combinadas, formam o que percebemos como “o texto”. Definiremos então o texto “digital” como o texto cujo processo de difusão envolve a codificação de informação por linguagens artificiais, e que se constitui materialmente como informação linguística codificada matematicamente e apresentada com a forma de escrita humanamente legível. (PAIXÃO DE SOUZA, 2009, p.173)

Assim, trazendo estas considerações de Paixão e Souza, vale a pena esclarecer que quando pensamos sobre o texto na Internet, estamos pensando nos textos que se constroem neste suporte acessível via computador, os sites. Isso porque poderíamos trabalhar, por exemplo, com arquivos digitalizados, uma página de livro que digitalizo e lanço em um site, por exemplo. Neste caso, se estamos pensando na construção do texto, não teríamos grandes questões para discussão; teríamos, sim, uma importante diferença no que concerne a

circulação deste texto. No entanto, gostaríamos de centrar o problema da construção textual que se realiza em um site.

O site será por nós entendido como um conjunto de páginas HTML², ou seja, um conjunto de hipertextos, cujas páginas publicadas formará o que conhecemos como world wide web. Centraremos nossos estudos no site, entendendo que pode haver algumas diferenças entre este formato de texto e blogs, portais, hotspots, por exemplo. Sobre esta questão, tomemos a consideração de que:

A internet é algo tão gigante e complexo que fica difícil classificar os sites utilizando um modelo. Por esse motivo, além da classificação quanto ao conteúdo, quem trabalha com a criação de sites devemos classifica-los também quanto ao seu propósito.³

Assim podemos pensar em diferentes formatos de sites: institucionais, e-commerce, informação, blogs e redes sociais. Estas possibilidades definiriam, por exemplo, a forma como o site é arquitetado para que se tenha uma disposição de informações específica que permita uma navegação centrada em postagens cronológicas (blogs) ou com foco em disponibilizar não só informações, mas também ferramentas, como buscadores, aos seus usuários (portais)⁴.

Coloquemos uma nova questão: poderíamos pensar em dois processos diferentes, mas convergentes, que compõem a escrita neste espaço: a escrita do site, ou seja, a construção da arquitetura que permitirá e organizará o texto que existiria fora do computador para existir dentro do computador, e, na sequência, o texto que existiria *off-line* para existir *online*. Primeiro, para que os textos sejam legíveis e inteligíveis, e possam ser representados na tela do computador em determinada língua alfabética, precisam passar por um processo de matematização deste alfabeto, ou seja, cada caractere precisa de um algoritmo⁵ para que possa ser representado na tela do computador. Já para existirem em um site, além desta prévia matematização anteriormente descrita, precisam estar repletos de instruções “invisíveis” para que existam de fato. Estas instruções são a base para a construção das páginas HTML. Nas figuras 1 e 2 temos uma exemplificação disso. Na figura 1 temos “os bastidores” da interface

acessível aos internautas. A imagem ilustra o texto na relação com as instruções em HTML. Observamos que cada enunciado aparece entre instruções do tipo <title> </title> (A) ou <h1>...</h1> (B). Estas instruções chamadas *tags* “informam o browser⁶ a estrutura e o significado de seu texto” (FREEMAN, E.; FREEMAN E., 2008, p.05). Assim, para que tenhamos o texto nos moldes do que aparece na figura 2, precisamos, primeiramente, dominar uma outra linguagem que possibilita a legibilidade e inserção do texto *offline*.

```

<html>
<head>
  <title>Head First Lounge</title> (A)
</head>
<body>
  <h1>Bem-vindos ao Bar Use a Cabeça</h1> (B)
   (C)
  <p>
    (D) Junte-se a nós qualquer noite dessas para beber<a ref="bebidas/
    elixir.html">elixires</a> refrescantes, ter um bom papo
    e talvez algumas partidas de <em>Dance Dance Revolution</em>. (E)
    O acesso wireless está sempre disponível;
    TSPSW(Traga Seu Próprio Servidor Web).
  </p>
  <h2>Como chegar</h2> (F)
  <p>
    (G) Você nos encontrará bem no centro da cidade
    de Weblândia. Junte-se a nós!
  </p>
</body>
</html>

```

Figura 1 - Código HTML – página 04

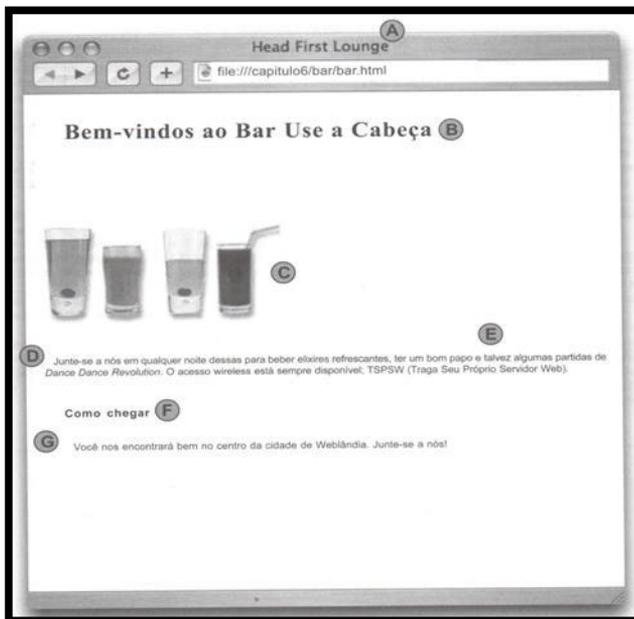


Figura 2 – Imagem exibida pelo browser – página 05

De acordo com Freeman, E. & Freeman, E., “a única coisa que separa você da web é a capacidade de aprender a linguagem: Hyper Text Markup Language, ou HTML” (FREEMAN, E.; FREEMAN E, 2008, p.01). Eu diria que o domínio da linguagem HTML não nos separa da web, já que a relação com a web está posta pela possibilidade de navegação; eu diria que o acesso a este tipo de linguagem nos limita enquanto autores, ou talvez instaure uma nova relação de autoria. Pensando nesta questão, especificamente por parte de alguém que não domina a linguagem HTML, já podemos lançar o fato de que a liberdade tanto do autor, cujo texto fará parte do site, e até mesmo do leitor, que pode navegar livremente pelos links, está condicionada à forma como o site é arquitetado. Ou seja,

Apesar da possibilidade de escolha conferida ao leitor/navegante, vejamos que elas são delimitadas pelo autor da página. Assim, a liberdade é apenas um efeito de sentido que recai sobre a ideia de que na Internet há espaço para inserção e

acesso de tudo que está ali depositado ao alcance do nosso click! (REIS, 2015, p. 88)

Não adentraremos muito mais nestas instruções técnicas de como desenhar o site e dos elementos necessários para que os textos ali existam, por conta de nossos propósitos. Esta breve exposição nos servirá para problematizar a questão da autoria, tomada de uma maneira mais ampla: quem, de fato, é o autor do texto: aquele que domina os códigos que permitem a inserção dos textos no site, ou aquele que cunhou o texto *offline*? Como isso pode ser apreendido na enunciação?

1.2. Sobre o lugar do leitor e do autor

Partindo da consideração de que a Internet é um espaço de enunciação (REIS, 2015), o que significa dizer que neste espaço temos uma distribuição política de línguas a falantes, pensemos de forma mais específica em duas questões que aproximam nossas reflexões aos problemas enunciativos: a questão do leitor e do autor.

Antes, no entanto, explicitemos como consideramos o texto: “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p.19). Para o autor é esta relação de integração que faz funcionar o sentido. No entanto, sobre esta relação integrativa que se constrói a partir do que propõe Benveniste, é necessário dizer: 1) não é uma relação do tipo enunciado a + enunciado b = texto, já que entendemos que o texto integra os enunciados; 2) o dito anteriormente nos leva a entender que não tomaremos sentido por uma segmentação, mas por uma integração, sendo “o sentido dos enunciados esta relação de integração” (GUIMARÃES, 2011, p.23).

(...) todo enunciado significa um engajamento específico do Locutor (uma performatividade específica), o texto como um todo se apresenta por um engajamento particular do Locutor, num certo espaço de enunciação, com o texto. A este engajamento do locutor com o texto vou chamar de relação de autor. Neste sentido diria que este engajamento do Locutor com o texto se dá pelo agenciamento do falante, no espaço de enunciação, como autor. (GUIMARÃES, 2011, p.25)

Tomemos as propostas de Guimarães (2013), que desenvolve e retoma questões apresentadas em Guimarães (2011) e que nos servirão de sustentação para desenvolver a hipótese esboçada: como pensar o lugar da autoria, se tomarmos o texto no site? Minha proposta não é trabalhar em torno da conceituação de autor, mas propor um olhar para esta figura, pensada enunciativamente, no site tomado enquanto um texto. Retomando, então, a questão lançada, se para escrever em um site precisamos ou dominar os códigos que permitem a organização do site, ou ter alguém que intermedeie esta inserção, como podemos pensar na autoria?

Neste texto referido, Guimarães propõe a disparidade entre os lugares do autor e do leitor, partindo da questão do acontecimento da enunciação. Considerando que autor e leitor são lugares sociais constituídos na enunciação, sua hipótese é a de que esta disparidade está atrelada ao tempo do acontecimento. Assim, diz que:

Ser leitor é ser tomado por um lugar social de leitor, em outro acontecimento (em outra temporalidade) que não é o acontecimento da enunciação do texto. O lugar social de leitura é, diríamos, um alocutário-y a partir do qual se interpreta, inclusive, as relações da cena enunciativa que o lugar de autor projeta. Ou seja, não se pode analisar um texto sem levar em conta seu próprio modo de enunciação e aquilo que ele estabelece pelo funcionamento de suas formas de linguagem, mas o lugar de leitor não é o lugar projetado no texto pelo autor. (GUIMARÃES, 2013, p.197)

A reflexão de Guimarães nos interessa, especificamente, pela sua proposta de disparidade e, sobretudo, pela afirmação de que o leitor não se constitui por uma projeção do autor, ele é outro lugar marcado por uma temporalidade outra. Desta forma, continua Guimarães:

Ser autor e ser leitor são relações constituídas por acontecimentos diferentes relativamente ao mesmo texto, e isto por si significa a não univocidade dos sentidos para um texto, significa a abertura do texto a interpretações segundo os lugares de leitor que se constituírem para a análise. (GUIMARÃES, 2013, p.203)

Teríamos, então, uma convergência de temporalidades que movimentaria o sentido do texto: o mesmo texto cortado pelas temporalidades díspares do autor e do leitor, sendo, justamente, este cruzamento o próprio lugar da heterogeneidade semântica, das múltiplas possibilidades de sentidos.

Considerando esta disparidade, gostaria, então, de focar o lugar de autoria, retomando as especificidades do texto digital em dois aspectos: 1) A escrita do texto no computador; 2) A escrita do texto no site. Minha questão é pensar na autoria nestes dois lugares e em como, por outro lado, estes dois lugares se diluem, apresentado-se, na enunciação, como o mesmo. Poderíamos pensar na disparidade destas duas instâncias de autoria que, no entanto, são projetadas, no acontecimento do leitor, como um só lugar. Por outro lado, poderíamos considerar uma partição deste lugar quando consideramos o alocutário-x que, desde seu lugar social, constrói uma relação de autoria pelo texto que lê, ou seja, um alocutário-webdesigner (leitor) significa o locutor-webdesigner (autor) por uma relação com o texto que um alocutário-internauta (leitor) talvez não construa. Ou seja, neste lugar de observação, no site, a autoria estaria, pelo próprio fato da disparidade dos lugares de autor/leitor cujas temporalidades são outras, atrelada ao acontecimento pela relação que o leitor estabelecerá com o texto, de como o leitor projeta diluindo ou fundindo os lugares sociais (aquele que arquiteta o site e aquele que se representa socialmente).

2. Um texto, muitas línguas e um click

Um fato que tomaremos para incrementar nossa discussão é a possibilidade de termos um site em versões para diferentes línguas. Esta problemática de um texto em diferentes línguas pode nos ajudar a desenvolver o que propomos sobre a autoria em uma outra instância. Seria, então, uma forma de democratização das informações e do conhecimento, já que permite que os leitores/navegadores acessem o mesmo conteúdo em diferentes línguas. Assim, “A possibilidade de ler em diferentes línguas as informações de um mesmo *site* faz significar um sentido de democratização já que, desta forma, garantimos acesso à informação.” (REIS, 2015, p.78). Vejamos que

esta forma como o site passa a significar como um lugar em que todas as línguas podem existir está pautado no ideal da Internet como um *lugar de tudo*.

Em Reis (2015), dissemos:

A tradução aparece hoje como uma forma de acesso à informação, muitas vezes uma espécie de ferramenta divina, paradoxalmente atrelada à ideia de uma língua universal, onde não seria necessário traduzirmos nada; um meio de solucionar a problemática babélica do mundo atual, problemática esta que fica ainda mais evidenciada quando pensamos nas possibilidades de interação que brinda o “cibermundo”. (REIS, 2015, p.78)

Poderíamos pensar que, no limite, qualquer língua pode ser traduzida diante dos tantos tradutores online; a língua, desta forma, não seria mais uma barreira para a comunicação entre os povos conectados, seria ela uma forma de acesso a tudo. Vejamos que esta peripécia do mundo ciberespacial deixa ainda mais instigante a pergunta que já fizemos no início do artigo: *há diferenças entre o texto impresso e o digital?*; ou ainda *de quem é a autoria dos textos traduzidos?*; ainda mais instigante: *quem é o autor do texto traduzidos pelas próprias máquinas?*

Pensando nestas questões, em uma busca despreziosa pelo nosso conhecido *Google*, fiz a pergunta “todas as línguas existem na Internet?”⁷. Dos resultados apresentados já no início da lista, cheguei ao seguinte site⁸ que servirá para nossas reflexões a partir de agora:



Figura 3. Site apontado pelo Google

O site em questão tem como propósito a divulgação da religião “Testemunhas de Jeová”, religião conhecida, primordialmente, por sua conduta de evangelização *de casa em casa*. A página que é rastreada é uma das páginas que compõe o site institucional. Esta possibilidade está relacionada ao formato HTML que vai articulando as diversas interfaces na costura da hipertextualidade. Assim, apesar das camadas que compõem o site estarem atreladas pelo esquema de linkagem possibilitado por este tipo de linguagem, é como se as páginas tivessem uma possibilidade de existência independente das outras. Ou seja, a página é apresentada pelo buscador independente da página de abertura do site.

Primeiro, façamos uma análise da figura 1, que é a parte superior da página apresentada pelo Google. Se considerarmos o site como um texto, veremos um primeiro deslocamento importante: as imagens e os links que fazem significar este texto. Um texto que será construído no movimento de navegação e que significa por este movimento. Pensemos nos dois movimentos de constituição: a forma como ele foi arquitetado e que determinará, por exemplo, os títulos, as posições dos links na página, a cor do texto de apresentação; e o texto que se lê e que só existe *online* por conta dos caracteres disponíveis nos computadores. Outro ponto fundamental é que a escrita do texto no site passa, necessariamente, por uma escrita técnica, restrita aos que dominam a linguagem HTML, mas que, no entanto, se dilui e se representa, na cena enunciativa, por um lugar social que apaga esta

exclusão técnica, ou seja, enunciativamente o lugar social, o locutor-x que seria o lugar de autor, é ocupado por um locutor-x que vou chamar de locutor-evangelizador-institucional que fala de um lugar de coletividade, representado por um enunciador-coletivo. Assim, estudando a cena enunciativa, o lugar do autor técnico, ou seja, o locutor-web designer se dilui. A autoria, representada nos sites por um lugar social que pode ser ocupado por qualquer grupo social (jornalistas, evangelizadores, professores, empresários, etc), confere, então, o sentido de que a *web é para todos*, apagando a restrição de acesso a este espaço que requer um domínio de linguagem acessível apenas aos que dominam a linguagem da programação. O enunciado *nosso site agora disponível em mais de 300 idiomas!* corrobora o dito anteriormente na medida em que reitera o dizer coletivo, *nosso*, e instaura a atualidade do texto enunciado na relação com a palavra *agora*.

Vejam também como os links significam “testemunhas de Jeová” pelos sentidos das palavras que os representa: reuniões, celebrações, congressos, atividades, escritório e visitação, mas de forma mais contundente, pela relação com a imagem que projeta os fiéis desta religião. As primeiras palavras movimentam o sentido institucional da religião, significando o texto na relação com as atividades institucionais dos que se reconhecem como pertencentes a este grupo. Temos também o domínio *.org* que relaciona a página a uma organização não governamental. Poderíamos inclusive sugerir que esta relação institucional funciona como argumento que legitima a religião pela institucionalização de suas condutas o que nos leva a conclusão *a religião é institucionalizada, portanto confiável; seja um fiel*.

Na leitura da imagem, os fiéis são significados pelo acesso “à palavra”, possibilitado por *tablets* e *smartphones*; a bíblia impressa dando lugar a sua forma digital. E a forma digital, aliada à velocidade da Internet impacta, não só nesta nova forma de existir do texto, o texto digital, mas em uma nova forma de circulação do texto, o texto no ciberespaço; mais ainda, temos esta espécie de multiplicação, sem limites, do texto possibilitado pela tradução. A tradução frenética anunciada pelo site, que permite um alcance nunca antes visto “algo que nenhum outro site conseguiu até agora!” e que independe de anos de tradução e da publicação impressa. Não falamos mais em

exemplares vendidos, mas em “sites mais visitados”; não cuidamos mais de quem escreve, mas do número de leitores que podem acessar aquele texto; não precisamos mais procurar (pelo efeito da completude que a Internet mobiliza); está tudo ali, na tela, atrás do link que revela, em um click, o mesmo texto em qualquer língua; *em todas as línguas?*

Tentando articular de forma mais contundente nossas hipóteses sobre a autoria no site, trouxemos a tradução que nos permite enfatizar o caráter quantitativo do texto (o mesmo texto multiplicado pelas versões traduzidas) em detrimento da legitimidade de quem o redige. Orlandi (2001) em uma resenha de Cerquigliani (1989)⁹ aponta:

[...] O nome que se põe na folha destinada à impressão autoriza, permite a multiplicação singular de um fragmento da escrita e dá a esse fragmento o estatuto de um texto: ele o mune de um autor, isto é, de uma origem e de um direito; ele o dota de uma forma canônica, isto é, de uma conformidade estável. (ORLANDI, 2001, p.79)

Vejamos como isso se desloca quando pensamos no site. Há muitos textos assinados na web, especialmente quando eles são vinculados em sites de notícias que divulgam reportagens. No entanto, isso não é uma regra. No site que estamos analisando, esta marca de autoria se constrói pelo texto publicado que está vinculado aos fiéis ou, como estamos propondo, também na relação do leitor especialista com o autor especialista. A assinatura mencionada na citação dá lugar ao *copyright*, deslocando a autoria para um domínio institucional, como se, ao tomarmos o texto impresso, transferíssemos a autoria para as editoras.

Teríamos, então, dois lugares para pensar a diferença entre o texto impresso e o digital: a problemática da tradução que permite uma circulação de um mesmo site, de um mesmo texto, em 300 línguas, ao alcance de um click; neste caso o grande impacto está no movimento de navegar que dispensa a ida física a uma livraria e coloca ao alcance de todos, ao alcance do mundo, as informações vinculadas ao site. Outra questão é a consideração deste duplo lugar de autoria (autor técnico que arquiteta o site e o autor do, poderíamos chamar,

conteúdo) que, no caso do nosso exemplo, é representado, na enunciação, por um locutor-evangelizador-institucional que apaga esta disparidade. O lugar de autor ocupado socialmente pelo evangelizador-institucionalizado significa este lugar social como apto e habilitado a ocupar este espaço de enunciação, justamente porque apaga este autor especialista; no mesmo movimento que o leitor que navega no site é atravessado pela liberdade de construção textual que apaga toda a arquitetura do site, os leitores são levados a navegar por mares que, na verdade, foram organizados; por trás dos efeitos de um sem fim de possibilidades de escolhas brindadas pelos clicks não lineares está toda uma construção propostas por um autor que desenhou, previamente, os percursos para desbravarmos o site.

Considerações finais

O que procuramos mostrar neste artigo foram alguns aspectos do texto funcionando na Internet e de que forma esta demonstração nos permitiria problematizar a questão da autoria pelo viés enunciativo. Expusemos algumas questões técnicas relativas à escrita digital para que pudéssemos tomar o site em duas instâncias de autoria: o autor técnico, que arquiteta e projeta o site e o autor que, enunciativamente, ocupa determinado lugar social. Para ilustrar esta hipótese, realizamos uma análise do site *www.jw.org* e verificamos como a autoria pode ser problematizada por estes dois lugares, assim como na relação com a tradução de um mesmo texto a várias línguas. Não objetivamos, com esta exposição, reformular o conceito de autor, mas problematizar as novas relações possíveis entre autor-leitor no texto funcionando na internet.

Para finalizar, gostaria de trazer uma formulação de Dias (2013) que fecha ao mesmo tempo em que provoca a continuação do que expusemos:

Para mim, a ciborgização não está apenas no “uso” da tecnologia para produção de homens-máquina, de híbridos, mas no efeito de controle que o discurso da tecnologia produz sobre a subjetividade e sobre a sociedade, seja nas políticas científicas, nas políticas públicas educacionais, na ideia de

mundo global, ou nos comerciais de TV, publicidades etc.
(DIAS, 2013, p.63)

Esta citação parece estranha e deslocada do que apresentamos no corpo do artigo, mas interessa e amarra a discussão pelo enunciado “*o efeito de controle que o discurso da tecnologia produz sobre a subjetividade e sobre a sociedade*”. Este efeito de controle que a tecnologia produz e o sentido de completude que a Internet mobiliza são, para mim, elementos que nos levam a repensar esta relação do *online* com o *offline*. O desenvolvimento da tecnologia que impacta as nossas relações cotidianas e um dos produtos deste desenvolvimento tecnológico, o advento da Internet, colocam-nos diante de novas dimensões e possibilidades de ser, convidando-nos a questionar e provocando-nos seja na posição de analista, seja no lugar ordinário de navegantes, desbravadores de novos mundos tão virtuais e tão reais, na insistente provocação sobre a disposição de “nos deslocarmos, atrevermo-nos, descentrarmos e de nos (re)descobrir”¹⁰.

Por fim, este artigo toca de maneira bastante sutil em uma problemática que pretendemos trabalhar com mais detalhes em trabalhos futuros, sendo este texto apenas um primeiro exercício para pensar nesta questão da relação autor/leitor/texto/Internet.

Referências bibliográficas

- DIAS, C. (2013). “Sujeito Digital: sentidos de um novo paradigma”. In: GUIMARÃES, E. R. J. (org). *Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História*. Campinas: Labeurb.
- FREEMAN, E.; FREEMAN E. (2008). *Use a cabeça! HTML com CSS e XHTML*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2^a ed.
- GUIMARÃES, E. (2002) *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2011) *Análise de Texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. R. J. (2013). “Ler um Texto: uma Perspectiva Enunciativa”. In: *Revista da ABRALIN*, v. XII, 2, p.189-205.
- LOPES, D. C.; MELO, E. C. (2002). *Desenvolvimento de Algoritmos*. Disponível em:
<<http://ftp.ufv.br/dea/ Disciplinas/Evandro/Eng691/Material%20Didatico/ApostilaAlgoritmos.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (2004). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucena.

ORLANDI, E. (2001). *Discurso e Texto: Formulação e Circulação de Sentidos*. Campinas: Pontes.

PAIXÃO DE SOUZA, M. C. (2008). “Memórias do texto”. *Texto Digital*, Florianópolis, v. 2, n. 1. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1420/1131>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

PAIXÃO DE SOUZA, M. C. (2010). “Conceito material de ‘texto digital’: um ensaio”. *Texto Digital*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 159-187. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2009v5n2p159/13192>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. (2013). “Texto digital: Uma perspectiva material”. In: *Revista da ANPOLL*, v. 1, p. 17-60.

REIS, C. F. (2010a). *Os sentidos de portunhol e spanglish no espaço enunciativo da Internet: Um estudo das relações de determinação e (des)legitimação*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp.

REIS, C. F. (2010b) “Uma Política de Língua para o Ciberespaço: Sobre os Limites da ‘Igualdade’”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, nº25, p 93-108. Campinas: Editora RG.

REIS, C. F. (2015). *A designação de língua: sentido, argumentação e o texto no ciberespaço*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento, texto, ciberespaço.

Keywords: Semantic of the Event, text, cyberspace.

Notas

¹ Desde o mestrado estabeleço esta relação com a temática da Internet. Veja-se, por exemplo, Reis (2010a, 2010b, 2015^a e 2015b).

² HTML (Hyper Text Markup Language) é um dos tipos de linguagem para escrita das páginas web. Há outras possibilidades como as linguagens XHTML (eXtensible Hypertext Markup Language), HTML5(Hypertext Markup Language, versão 5) e CSS (Cascading Style Sheets).

³ Disponível em: <<http://universidadedosite.com.br/diferentes-tipos-de-sites/>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

⁴ Fica a proposta para um estudo mais aprofundado destas diferentes formas de construção dos sites.

⁵ Informalmente, um ALGORITMO é qualquer procedimento computacional bem definido que tenha algum valor ou conjunto de valores como ENTRADA e produza algum valor ou conjunto de valores como SAÍDA. Portanto, um algoritmo é um conjunto de passos computacionais que transformam uma entrada de dados (problema) em saída de dados (solução).

⁶ *Browser* é um termo que se refere aos conhecidos navegadores que são programas que permitem o acesso às páginas web.

⁷ É importante dizer que as buscas que fazemos no Google estão cada vez mais personalizadas. Quando digitamos um termo para ser pesquisado, os robôs do Google fazem uma pesquisa no banco de dados do servidor que rastreia as páginas web que possam ter relação com a palavra-chave apresentada pelo usuário. Dentre os critérios que estes robôs usam para organizar os resultados estão as próprias informações que os usuários fornecem a partir de suas buscas anteriores. Para confirmar isso, pedi para que uma amiga realizasse a mesma busca em seu computador pessoal. As páginas apresentadas foram diferentes e percebemos que muitos resultados estavam relacionados a buscas prévias que ela havia feito. Mais uma vez, o sentido de acesso a tudo se desconstrói pela regulação que estes critérios de organização das páginas buscadas impõem ao usuário.

⁸ <<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/atividades/publicacoes/jw-org-mais-de-300-idiomas/>>.

⁹ Cerquiglíni, B. Éloge de la variante. Seuil, Paris, 1989, 122pp. In: *Cahiers de civilisation médiévale*, 36e année (n°144), Octobre-décembre 1993. pp. 396-398.

¹⁰ Tradução livre da epígrafe.

A ÉTICA DA GUERRA OU A NECROÉTICA NO DISCURSO SOBRE O DRONE

Cidarley Grecco Fernandes Coelho*

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do Drone*. Trad. de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 288 p.

Uma resenha de *Teoria do Drone* não é uma novidade. Apesar de lançado recentemente, estão em circulação em diversos meios algumas resenhas muito bem escritas com abordagens diferenciadas. Isso, a meu ver, só reforça o caráter necessário da discussão que este livro suscita. A leitura que faço tem o olhar voltado para o caráter linguístico-discursivo da questão, o que também exige que seja extremamente necessário destacar as implicações filosóficas, éticas e jurídicas da dronização na sociedade contemporânea.

O livro *Teoria do drone* tem uma linguagem fluida, leve, mas não com menos densidade e profundidade de análise, que nos faz (re)pensar os dispositivos tecnológicos como instrumentos de poder e *aparelhos* a serviço de um Estado que através da prática técnica, da vigilância e do controle apagam o político.

Dividido em cinco capítulos, com um prelúdio e um epílogo recortados de documentos oficiais, as quase trezentas páginas desse livro são uma descoberta e uma reflexão, principalmente para quem não tem uma leitura muito aprofundada sobre as guerras de um modo geral. Resgatando a memória de guerras como a do Vietnã, da I Guerra Mundial e outros conflitos, passeando por filósofos e jornalistas contrários e favoráveis aos drones, o filósofo Grégoire Chamayou divulga parte de sua pesquisa – que investiga a história da experimentação humana – feita no CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) na França.

Como já dito, a abertura do livro traz uma narrativa com a transcrição oficial de conversas de operadores de drones em sua base militar em Nevada, berço da frota de drones da US Air Force, apelidado

de “lar dos caçadores” durante um ataque feito no Afeganistão em 2010, onde mulheres e crianças foram vítimas dos ataques. As conversas são de trechos do documento censurado em várias partes.

Atravessado o impacto do ataque aéreo das primeiras páginas, a introdução do livro traz uma definição do drone pelo léxico oficial, esclarecendo que o drone não é composto apenas de objetos voadores – há drones terrestres, marítimos, subterrâneos submarinos – qualquer máquina não tripulada é um drone e pode ser controlado a distância por operadores humanos ou dispositivos robóticos, o que na prática acontece é a combinação dos dois. No jargão oficial o que se usa para denominar um drone é a expressão *unmanned aerial vehicle* ou *unmanned combat air vehicle*, sendo a palavra *drone* uma palavra da linguagem leiga.

Mas Chamayou chama a atenção para outros sentidos possíveis para um drone: um olho convertido em arma, dispositivo de vigilância convertido em máquina de matar. Valendo-se de uma definição de David Deptula que diz que a vantagem dos sistemas de aeronaves não pilotadas é projetar poder sem projetar vulnerabilidade, o autor destaca um outro sentido possível para o drone: projetar poder, que deve ser entendido como uma extensão da força militar para fora de suas fronteiras, numa projeção de poder e de envio de tropas que deixam o corpo vulnerável fora do alcance do inimigo. Isso faz com que se alcance o desejo histórico da balística, qual seja, aumentar a extensão dos ataques de modo que o inimigo não tenha condições de fazer o mesmo. Chamayou prosseguindo em sua reflexão dos sentidos possíveis para o drone afirma que “projetar poder” é também um eufemismo, que encobre o ato de ferir, de matar, de destruir. E fazer tudo isso ‘sem projetar vulnerabilidade’ implica que a única vulnerabilidade exposta à violência armada será a de um inimigo reduzido ao estatuto de simples alvo.” (p. 20)

Desse modo, a retórica militar atenua o fato de que a estratégia é unidirecional. Com uma frota de seis mil drones de diferentes modelos, seu uso foi banalizado nos últimos anos e tornados até rotineiros, enviados a zonas de conflito armado, mas também a países oficialmente em paz como a Somália, Iêmen e Paquistão onde ocorre um ataque por drone a cada quatro dias, deixando um rastro entre 2 a 4 mil mortos entre 2004 e 2012.

O propósito inicial do livro é submeter o drone a uma investigação filosófica, baseando-se em Canguilhem para o qual a filosofia é uma reflexão para qualquer matéria estranha, ou melhor dizendo, que a reflexão filosófica só serve a matéria que lhe for estranha. Chamayou considera o drone como um ‘objeto violento não identificado, que abala noções como as de lugar – zona, pensando categorias geográficas e ontológicas – as noções de virtude ou bravura – como categorias éticas – ou ainda de guerra ou conflito – como categorias estratégicas, jurídico-políticas. Seguindo por uma abordagem materialista, interessa ao autor começar um desmonte do mecanismo da violência, por meio do estudo das armas e suas especificidades por meio de um saber técnico, mas mais que isso, por meio de um saber político.

“Mais do que apreender o funcionamento do meio, importa determinar, com base em suas características próprias, quais serão as suas implicações para a ação de que é o meio.” por meio de um exame técnico do funcionamento das armas é possível analisar o político. “No lugar de indagar se o fim justifica os meios, importa indagar-se o que a escolha desses meios, por si mesma, tende a impor. às justificativas morais da violência armada, preferir uma analítica, tanto técnica quanto política, das armas.” Colocando assim como questão central: quais são os efeitos dos drones sobre a situação de guerra? “Há, emboscados na névoa da guerra, grandes manobras intelectuais que se preparam, golpes de força semânticos que se tramam, todo um conjunto de ofensivas teóricas lançadas para se apropriar, distorcer e redefinir os conceitos que permitem, nomeando-a e pensando-a, exercer a violência legítima.” (p. 24). O objetivo do livro é fornecer ferramentas discursivas a quem quiser se opor à política que usa o drone como instrumento.

Prosseguindo na análise da noção de guerra, o autor diz que falar em guerra dos drones não é mais exatamente uma guerra, então a que ‘estado de violência’ corresponde? O drone seria a arma do covarde, uma vez que se opõe a bravura do guerreiro, e mesmo assim é aclamado pelos seus defensores como a arma mais ética que a humanidade jamais conheceu – uma arma humanitária por excelência. “Nesses discursos de legitimação, os elementos de linguagem próprios de comerciantes de armas e de porta-vozes das forças armadas veem-se reciclados, por meio de grosseiros processos de alquimia discursiva” (idem) e Chamayou questiona a transparência dos discursos de legitimação de um novo tipo de filosofia ética: a necroética.

A guerra sem risco proclamada por essa nova categoria filosófica ética põe em crise os princípios jurídicos constitutivos do direito de matar na guerra, numa redefinição do poder soberano de vida e de morte, que trata de dar um lugar legítimo de assassinato coletivo, matando junto o direito dos conflitos armados. Lançando sua crítica, o autor diz que a generalização dessa arma implica uma mudança nas condições de produção do poder de guerra na relação do Estado com seus próprios sujeitos: Quais os efeitos para a população tornar-se o sujeito de um Estado-drone?

O primeiro capítulo de *Teoria do Drone*, denominado Técnicas e táticas, tem oito subtítulos. O primeiro, apresenta a metodologia de Clark (1965) que propõe uma divisão do espaço numa distribuição assimétrica onde por meio do uso de máquinas telequíricas, de tecnologia manipulada a distância, o corpo vital estaria separado do corpo operatório, sendo prioritariamente utilizado por profissionais em situação de risco: bombeiros, mineradores, astronautas, etc. Chamayou destaca que em 1964, um leitor atento comentou que a prioridade seria para aqueles que tem a profissão mais perigosa de todos: o combatente de guerra que deveria ser substituído pelo soldado telequírico. “Quando o dispositivo telecomandado torna-se máquina de guerra, o inimigo é que é tratado como material perigoso. [...]A guerra assimétrica se radicaliza para se tornar unilateral. pois é claro que ainda se morre, mas só de um lado.” (p. 32) Assim, o uso do drone armado segue, no plano político-estratégico, o mesmo tipo de delimitação espacial: divisão topográfica entre o seguro e o hostil. Drone e muro funcionam juntos e o ideal da força telecomandada é perfeitamente congruente com a de um Estado-bolha.

O segundo subtítulo faz uma genealogia do drone chamado Predator, partindo de uma imagem publicitária de uma jovem operária segurando uma hélice de drone, em 1944, da Radioplane Company, antes de se tornar Marilyn Monroe e afirma o autor que o drone nasce em parte em Hollywood, sob o signo da hipocrisia. Ao analisar o nome ‘drone’ a partir do sentido no inglês para zangão, que significava tanto o inseto quanto o zumbido, o autor mostra que a metáfora não se refere apenas ao tamanho dos aparelhos ou ao zumbido dos motores, mas também traz consigo os emblemas clássicos do factício e do dispensável – se pensamos na imagem do zangão que acabam sendo mortos pelas abelhas – algo feito para ser abatido. Chamayou traça um breve

histórico dos drones desde a I Guerra Mundial e seu avanço até os foguetes V-1 e V-2 usados pelos nazistas como ancestrais mais próximos dos atuais drones, que adquirem o sentido de reutilização, pois o drone não é um projétil como antes, mas um portador de projéteis. Durante a guerra do Vietnã os dispositivos foram utilizados com sucesso contra os mísseis soviéticos e depois deixados de lado até os anos de 1970, quando Israel passou a utilizar as máquinas abandonadas pelos norteamericanos. O que garantiu a Israel o controle aéreo contra o Egito e depois contra os sírios em 1982. Contudo, os dispositivos não passavam de olhos, não eram ainda armas propriamente ditas, eram dispositivos de informação, vigilância e reconhecimento. A transformação ocorreu entre Kosovo e Afeganistão, quando o *Predator* é concebido, em 1995, com nome inquietante e antecipador do que estaria por vir, a “fera ainda não era munida nem de garras nem de dentes”. Em 1999, o drone armado *Predator* iluminava os alvos com um laser para o ataque dos F16. Pouco antes de 11 de setembro de 2001, oficiais que estavam em ação no Kosovo tiveram a ideia de equipar o drone com um míssil: o *Hellfire AGM-114C*. O *Predator* finalmente torna-se um predador e é usado por quase dois meses no Afeganistão com alvos vivos como presas, fazendo avançar as experiências de guerra muito mais do que uma década de estudos, como afirmou o ex-presidente Bush.

No terceiro subtítulo do primeiro capítulo, Chamayou traça os princípios teóricos da caça ao homem e começa fazendo isso com o exemplo da polêmica criada pelo uso do site *live-shot.com* que propunha caçadas virtuais. Trazendo como recortes as falas de pessoas que se manifestaram contra a caça virtual ressaltando seus problemas éticos e destacando a contradição da caça aos animais pelo site – que seria uma forma de prazer interconectado – o autor diz que isso faz gerar todo o repúdio à caçada e também o silêncio sobre a caça ao homem telecomandada que se proliferava no mesmo período. Ao se referir à caça online, o pesquisador francês destaca que Bush usou o termo “caça ao homem internacional” em um de seus primeiros discursos após o 11 de setembro e ainda diz que o que parecia um slogan pitoresco se transformou numa doutrina de Estado, encontrando sua unidade conceitual e teórica na caça ao homem militarizada, de onde se buscava enunciar os “princípios teóricos da caça ao homem”. Para tanto, a arte do rastreamento moderno combina informações de vigilância e traçados

cartográficos por meio da conexão de dados de redes sociais que fornecem matéria para a construção de mapas topográficos das conexões. A partir disso, o inimigo não é mais concebido como um elo na cadeia, mas como um nó inserido em redes sociais. Por meio da identificação de nós-chave, é possível então assumir uma política preventiva de ameaças eliminando potenciais agentes. “Nessa lógica de segurança baseada na eliminação preventiva de indivíduos perigosos, a ‘guerra’ toma a forma de vastas campanhas de execuções extrajudiciais. *Predator* ou *Reaper* – aves de rapina e anjos da morte -, os nomes dos drones são bem escolhidos.” (p. 45). Então é necessário vigiar e prevenir.

Partindo para o quarto subtítulo, *Vigiar e Aniquilar*, Chamayou diz que o ideal é o de um olho-que-tudo-vê para então descobrir quem é importante numa rede, seguir todos os seus passos até poder aniquilá-lo. Ressaltando que seu objetivo não é prejudicar a efetividade do drone, o autor adensa sua análise enumerando seis princípios orientadores da racionalidade dos argumentos que promovem o uso do que chamam uma revolução da “capacidade de manter o olhar constante sobre o inimigo” (p. 48), sendo eles:

1º. O princípio de olhar persistente ou de vigília permanente, por meio de uma vigilância geoespacial constante do olhar institucional;

2º. O princípio da totalização das perspectivas ou de vista sinóptica (ver tudo, o tempo todo), por meio da capacidade de uma rede de câmeras de vigilância disseminada por toda uma cidade, com um drone onividente;

3º. O princípio de arquivamento total, no qual não apenas a vigilância em tempo real interessa, mas o armazenamento de dados na construção de um arquivo em que seja possível navegar não apenas no espaço, mas também no tempo, para uma “rastreadibilidade retrospectiva de todos os itinerários e de todas as gêneses” com ampliação das capacidades de estocagem, indexação e análise dos sistemas que ainda não é possível. Os drones em 2009 geraram um arquivo equivalente a 24 anos de gravação em vídeo – vários terabytes por minutos – o que gera a contradição da *data overload*: uma sobrecarga de informação inexplorável. Para contornar o problema, o Pentágono busca nos modelos de estádios de futebol que por meio de softwares de alta performance conseguem captar todos os movimentos com riqueza de detalhes – ressaltando o que Benjamin disse sobre a guerra futura que

com um caráter esportivo colocará as “ações guerreiras sob o signo do recorde” (p. 51). Chamayou fala em um sistema com máquinas capazes de descrever imagens, dados e ações indexados na forma de nomes, verbos e preposições, num imaginário futuro de máquinas-escribas, escrivãos voadores e robotizados que elaboram em tempo real o mundo abaixo deles, com linhas de texto, numa crônica detalhada de todos os gestos.

4°. O princípio de fusão dos dados: Os drones não têm apenas olhos, eles podem rastrear as comunicações e coordenadas gps.

5°. O princípio de esquematização das formas de vida: Através do uso de redes sociais é possível uma cartografia de tipo novo – tridimensional, com espaço-tempo definidos por percursos, ciclos, itinerários, mas também por acidentes e derivas. Com informação baseada nas formas de vida, é possível estabelecer um padrão. Mas mais do que seguir perfis conhecidos, é possível, paradoxalmente, identificar formas anônimas, num processo de identificação não mais singular, mas genérica. Por sua capacidade de reunir dados sobre probabilidades de riscos é possível eliminar os nós da rede que forem considerados como riscos, seguindo preceitos da suspeição categórica e da triagem social.

6°. O princípio de detecção das anomalias e de antecipação preventiva, onde se busca prever o futuro com base nas ações passadas, por meio da identificação de irregularidades e antecipação das ocorrências. Mas não seria possível apenas prever o futuro, mas modifica-lo por meio de ações preemptivas. O autor alerta que mesmo com bases epistemológicas bastante frágeis essas pretensões podem ser muito perigosas.

Após enumerar os princípios dessa vigilância, o filósofo de *Teoria do Drone* diz que “entramos na era dos pan-ópticos voadores e armados. Não mais vigiar e punir, mas vigiar e aniquilar. [...] “Os drones, com efeito, petrificam. Eles produzem um terror de massa, infligido a populações inteiras. É esse, além dos mortos e feridos, dos escombros, da cólera e dos lutos, o efeito de uma vigilância letal permanente: um isolamento psíquico, cujo perímetro não é mais definido por grades, barreiras ou muros, mas pelos círculos invisíveis que traçam em cima das cabeças os rodopios sem fim de mirantes voadores.” (p.55)

No quinto subtítulo desse primeiro capítulo, o autor fala de uma análise das formas de vida, onde mais de cem membros de um comitê

se reúnem semanalmente por teleconferência para analisar as biografias dos suspeitos terroristas e recomendam a morte ao presidente. A conhecida *terça-feira do terror* apresenta uma *kill list* e o presidente aprova oralmente os nomes – os drones se encarregam do restante.

Os ataques nominativos também conhecidos como *ataques de personalidade* não são os únicos: uma vez que há também ataques de assinatura, ou seja, pelo traço ou característica definidora de um indivíduo como suspeito ou comportamento que leva a supor o pertencimento a uma organização terrorista. Mesmo sem conhecer a identidade, as formas de vida, os modos de agir, vistos do céu, são determinantes para corresponder a uma assinatura. E são a maioria dos casos.

Nessa análise das formas de vida é elaborado um mapa cronoespacial de seus percursos familiares, por meio de registros telefônicos com uma superposição ao mapa da rede social do sujeito determinando quais são seus vínculos pessoais e estabelecendo assim as conexões entre o alvo, lugares, pessoas e os nós da rede do inimigo como num mapa digital onde os dados de Facebook, Google Maps, Outlook são superpostos fundindo os dados sociais, locais e temporais em três dimensões que constituem a vida humana. Um vínculo numérico feito pela máquina e pelo comportamento do sujeito em rede, na indistinção das relações intersubjetivas por uma homogeneização em pixels e bytes.

O sexto subtítulo, chamado de *kill box* destaca que há uma política de verticalidade, por meio de um controle tecnológico do território aéreo numa nova dimensão aeropolítica de um poder sobre o ar e sobre as ondas, o domínio não é mais plano, mas tridimensional. A *kill box* – representada graficamente por uma linha preta contínua que delimita uma área específica – é um conceito que surgiu nos anos 1990, em que a zona do conflito armado é fragmentada em *kill boxes* miniaturizáveis – reduzindo-se ao corpo, ao corpo tomado como campo de batalha. Pelo princípio da globalização e da homogeneização o corpo se torna um microespaço móvel transferível para onde a presa estiver, e isso mostra o caráter móvel da tecnologia que tem proporcionado a extinção das barreiras físicas em diversos aspectos da sociedade – e a questão do espaço – da definição de um lugar para a guerra é uma questão de vida ou morte.

No penúltimo subtítulo, Chamayou fala dos efeitos políticos dos ataques aéreos. Os defensores da contrainsurgência pelo ar, por meio

dos drones, alegam que conseguem escapar de obstáculos, que o progresso da tecnologia favorece ataques cirúrgicos e precisos. A dupla revolução da persistência no olhar e da precisão na localização teria, segundo eles, jogado as antigas objeções nas latas de lixo da história, diz o pesquisador. Citando Hannah Arendt, o autor afirma que ao acreditar na própria mentira a impressão que domina é a de uma “autointoxicação discursiva” – pela repetição de que o ataque por drones é preciso e não causam danos, seus defensores começam a acreditar que não há nenhum efeito adverso.

Como a guerrilha, a contrainsurgência é uma luta “A luta é, antes de mais nada, política” (p. 79). Não é apenas uma tomada de terreno geográfico, mas sim política e isso não se faz pelo ar, mas no chão – o verdadeiro terreno é humano, é a população, a começar pelo que ela pensa, crê, percebe. A arte da guerra política é pela (contra)insurgência, pois a compreensão é fundamentalmente político-militar: uma herança de uma compreensão marxista-revolucionária da violência armada, numa competição de diferentes campos, onde o que está em jogo são as pessoas, ou seja, o mobilizar a população para uma causa. Assim como a contrainsurgência é político-militar e o antiterrorismo é policial-securitário. Com a dronização das operações o que ocorre é a preeminência do paradigma do antiterrorismo sobre o da contrainsurgência. Diferenças notáveis entre dois paradigmas, onde o primeiro é centrado na população e o segundo, do antiterrorismo, no indivíduo. A ação antiterrorista exclui todo o tratamento político do conflito. Erradicar a ameaça terrorista é a palavra de ordem. Aniquilar, cortar as cabeças assim que elas surgem. O autor usa a metáfora de uma hidra: numa espiral sem fim, ao ser decapitada, ela se regenera continuamente pelos efeitos produtivos de sua própria negatividade. Drone: uma guerra sem perdas e sem derrotas, mas também sem vitória. Uma violência infinita, de solução impossível, um poder intocável em guerras invencíveis.

Para finalizar o primeiro capítulo, o autor fala que o drone é uma arma frágil, com falhas e contradições, com vulnerabilidades técnicas. Por meio do controle do espaço aéreo, se o inimigo dispor de defesa eficaz o drone é facilmente abatido. Até 2009, o exército dos EUA não tinham se dado conta de criptografar suas transmissões emitidas pelo drone. O *Hezbollah* desenvolveu há mais de dez anos a capacidade de interceptar vídeos dos drones israelenses, a vigilância armada

emprestava sem saber seus olhos ao inimigo. Mas as falhas não são só técnicas, são também político-estratégicas, pois retirando os soldados do alcance, restam os civis. A tendência de um Estado-drone é que as represálias sejam sua própria população.

Chamayou segue em sua análise falando da seguinte contradição: o drone sendo de baixo custo se prolifera rapidamente. Os drones como objetos de admiração aos aficionados pelo aeromodelismo reafirmam a tese de Benjamin “a técnica, hoje a serviço de fins mortíferos, pode encontrar suas potencialidades emancipatórias recuperando a aspiração lúdica e estética que a anima secretamente” e afirma o autor que o drone pode e deve ser desmilitarizado. Além disso, o autor fala do duplo jogo, da dupla face entre o drone e um homem-bomba, pois o drone pode facilmente se converter em um homem-bomba. É a invenção do drone-humano: um homem telecomandado por outros, que por meio da detonação a distância pode explodir a qualquer momento. A arte do atentado não passa pela ética da guerra.

O segundo capítulo, denominado *Éthos e Psiquê*, é dividido em cinco subtítulos. E começa com Benjamin e sua reflexão sobre os drones em meados de 1930, em *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, que distinguiu as técnicas de guerra, sendo que a primeira grande guerra preconizava o sacrifício humano, técnicas de sacrifício com engajamento total, e a segunda pregava o uso mínimo de forças humanas por meio de aviões telecomandados, técnicas de jogo com desengajamento total. No primeiro caso, os camicases ou o atentado suicida, os homens da morte certa estão numa fusão total do corpo do combatente com sua arma; no segundo, os drones e os homens da morte impossível: minha arma não tem corpo. É o antônimo de atentado suicida: não há expressão possível para dizer que não só não é necessário morrer para matar, como também é impossível ser morto durante o ato de matar. “Drone e camicase constituem duas opções práticas opostas para resolver um problema idêntico: guiar a bomba até o alvo. O que os japoneses pretendiam realizar pela superioridade de seu sacrifício moral, os norte-americanos farão pela supremacia de sua tecnologia material.” (p. 99) Se por um lado teremos combatentes valorosos, diante da constituição do drone em uma economia ético-técnica da vida e da morte, no qual o poder tecnológico substitui o sacrifício moral, do outro teremos máquinas-fantasmas. E nesse ponto, Chamayou destaca dois motivos opostos da sensibilidade moral, sendo

um a antítese e o pesadelo do outro, pois o que está em jogo é a concepção da relação com a morte, tanto a própria quanto a de outrem, numa relação de sacrifício ou preservação, perigo e coragem, vulnerabilidade e destrutividade. Duas economias políticas e afetivas da relação com a morte.

Para os norte-americanos a possibilidade de um camicase não existe – seria algo repugnante e como afirma Cohen, editorialista do *The Washington Post*, “talvez sejamos nós que prezamos demais a vida”, e sobre essa afirmação, Chamayou destaca que a vida que prezam não é a vida de outrem, mas a própria. “São as nossas vidas, não a vida em geral que nós prezamos.” e o autor lança mão da pergunta feita pelo diretor do programa de saúde mental de Gaza: “Como você pode acreditar na sua própria humanidade se não acredita na humanidade do inimigo?” (p. 101)

O segundo subtítulo desse capítulo *Que morram os outros* traz de início o lema inscrito no o brasão do drone *MQ9 Reaper*, que o autor destaca e dá consequências ao sentimento de invulnerabilidade despertado pelo uso do drone. Numa redefinição da estrutura da relação de hostilidade, o ‘fazer a guerra’ torna-se um estado de violência de outra espécie: não se combate mais o inimigo, ele é eliminado. Citando Voltaire, o autor diz que não há novidade uma vez que qualquer rico torna-se invulnerável na guerra, vida e morte se instalam de modo exclusivo de qualquer um dos lados da linha de hostilidade.

O pesquisador francês de *Teoria do Drone* ressalta que toda vez que alguém se opõe e fica indignado ante ao espetáculo da violência armada é possível recorrer a uma estratégia discursiva bastante antiga para calar os acusadores, qual seja: o discurso assegurador da permanência histórica, e mostra como pela história como isso é aceitável. Afirmando que o drone é a arma de uma violência pós-colonial amnésica, o filósofo diz que a invocação da história é feita para mutilar o sentido de continuidade histórica por meio da invocação da violência colonial convocada para relativizar a violência presente. Com o esquecimento dos sentidos para a guerra colonial, com o esquecimento do desprezo pela morte a ética militar abre caminho e se perpetua na memória.

Contudo, no terceiro subtítulo desse segundo capítulo, Chamayou vai discorrer sobre uma crise no éthos militar, ressaltando que o deslocamento é produzido pela virtude dada ao uso da tecnologia que coloca o homem invisível como o virtuoso, quando antes a ética militar

tinha como virtude a coragem, o sacrifício, o heroísmo. Valores com uma função ideológica clara. Guerrar era aprender a morrer e a guerra era uma experiência ética por excelência. Desse modo, o autor vai dizer que matar por meio do drone é o ápice da covardia e da desonra “a discordância entre a realidade técnica da conduta da guerra e sua ideologia remanescente constitui uma contradição poderosa, inclusive para os membros das forças armadas.” (p. 112)

Prosseguindo na análise, Chamayou mostra que há um perigo na designação do *avião não tripulado*, que em inglês é uma expressão intraduzível – *unmanned aerial vehicle*. O perigo associado é o fato de tornar-se *unmanned* em todos os sentidos da palavra: “des-homenado” desvirilizado e até emasculado, por isso a resistência à generalização dos drones por parte de muitos militares. Para o autor, o drone é considerado virtuoso e moralmente justificado em si mesmo, nesse sentido o que se assiste é mais uma operação de redefinição das virtudes guerreiras do que um espetáculo da guerra sem virtude, uma solução de recusa à substância, mas mantendo os efeitos, passando pelo produto de substituição do sentido das palavras que são mantidas.

Em *Psicopatologias do drone*, penúltimo subtítulo do segundo capítulo, o autor destaca que em vários discursos o trauma dos pilotos de drone é um motivo midiático. Eles tem as mesmas patologias dos combatentes: fadiga do combate, transtorno de estresse pós-traumático. Entretanto, ele mostra que essa é uma estratégia para retirar o que ficou claro com o discurso inicial dos operadores: a mentalidade *play station*. “O drone é um jogo, é como um videogame”, diziam os operadores. Orientados por assessores de imprensa os operadores adotaram o oposto no discurso e passaram a afirmar “aqui não estamos jogando videogame” e ao invés de viver uma experiência de desrealização do assassinato, eles estariam bastante afetados pela preocupação demais com as vítimas. Empatia com o inimigo como fermento para uma resistência ao assassinato. Esses discursos funcionam como “um verniz de humanidade em um instrumento homicida mecanizado. Porém, diante dessa vasta operação de instrumentalização das categorias ético-afetivas para fins militares, há outra imagem que vem à mente: a do crocodilo, que só derrama lágrimas para melhor devorar sua presa”. (p. 124)

O autor fala da dificuldade de categorização nosográfica no caso dos operadores de drones, uma vez que o dispositivo técnico anula ou

modifica radicalmente os sentidos das palavras que não se aplicam mais, pois esse caso é desprovido de qualquer ameaça vital para a pessoa que o opera, uma “espécie de clínica dos algozes, psicoterapias para assassinos destinada a livra-los do mal estar”. (idem)

Finalizando o capítulo, Chamayou trata de questão de matar a distância, diz que nessa perspectiva a função do olho é a da arma, que olha não para ver os objetos, mas para aponta-los. A imagem na tela é o que liga os dois – olho e arma – e o ato de matar se reduz a um clique, por meio de imagens acionáveis que substituem o corpo em carne e osso do inimigo. Isso rememora a prática de feitiçaria de se alfinetar um boneco de cera para matar, no caso o homem é substituído por um proxy de cera. Ele traz essa metáfora, pois no vocabulário dos operadores alfinetar, pregar mostra o funcionamento da memória onde uma prática mágica se converte em procedimento de alta tecnologia. Além disso, o autor apresenta a teoria da repugnância de matar criada por Dave Grossman, que consiste no fato de quanto mais perto se está da vítima maior a repugnância. Por meio de um diagrama psíquico dos diferentes tipos de matar, fazer de conta que não estão matando seres humanos traduz a negação psíquica que diminui com a distância. Assim, a combinação distância física e proximidade ocular torna a violência mais gráfica e mais personalizada. Uma menor sujidade física corresponde a uma menor sujidade moral. Aperta-se um botão e uma silhueta desaparece e em virtude desses arranjos a estrutura do ato significativo de ferir um homem rompe-se produzindo efeitos de amortecedores morais, ou seja, pela combinação dos arranjos, pelo caráter filtrado da percepção, pela redução figurativa do inimigo, pela não reciprocidade dos campos perceptivos e desmembramento da unidade fenomenológica do ato.

Chamayou ainda destaca que uma característica importante é exercer a violência de guerra a partir de uma zona de paz. Os operadores ficam numa zona entre a guerra e a paz, o que é uma contradição sempre latente na sobreposição de uma zona de dois universos que tudo separa, numa duplicidade do regime moral de Estados ditos democráticos que são também potências militares imperiais. Diante disso, o autor questiona: “E se a psicopatologia do drone não estivesse lá onde acreditamos, isto é, nos eventuais traumas dos operadores remotos e sim, ao contrário, na produção industrial de psiquismos compartimentados, imunizados contra qualquer possibilidade de

reflexão sobre sua própria violência, tal como seus corpos já o são contra qualquer eventualidade de exposição à do inimigo?” (p. 139)

O capítulo terceiro do livro trata da *necroética* do drone, começando a discussão sobre *a imunidade do combatente*, que prevalece sobre a imunidade de uma criança de Gaza, o discurso ético mimetiza o rigor formal da filosofia analítica. Uma ética que se traduz na divisão hierárquica entre o nacional e o estrangeiro, onde a preservação seja de corpos dos cidadãos do Estado-nação, onde o mais feroz nacionalismo emerge em um altar de preservação das vidas nacionais. “Uma evisceração dos princípios do direito internacional por um nacionalismo da autopreservação vital.” (p. 151).

No segundo subtítulo, *a arma humanitária* os defensores do drone afirmam que ele é uma tecnologia humanitária, promovendo um deslizamento e uma inversão nas palavras que coloca a tecnologia do drone como meio de matar como algo humano para se tirar vidas. “Os drones, antes de tudo, salvam nossas vidas”. O aspecto moral do uso dessa arma é exposto por meio de uma tese enunciável por uma lógica tortuosa. “Ninguém morre – exceto o inimigo”, enunciado que estampa a capa da revista *Popular Science*, de 1997. A necroética do drone é paradoxalmente vitalista. O imperativo humanitário é salvar vidas: as nossas. O que emerge aqui é um regime de violência militar com pretensão humanitária, que o autor chama de poder *humilitar*. Citando Hannah Arendt, o autor discute a lógica do mal menor: “Politicamente, a fraqueza do argumento sempre foi que aqueles que escolhem o mal menor esquecem muito rapidamente que escolhem o mal”

O terceiro subtítulo desse capítulo, denominado *Precisões* discute o que está entre a forma e a função da arma, fala de uma mesma função tática e uma confusão semântica. O termo *precisão* indica três noções: a acuidade do tiro, o caráter mais ou menos limitado de seu impacto e a identificação adequada de seu alvo. Há uma diferença entre atingir o alvo e atingir só a ele. Se o ataque for nos Estados Unidos não enviarão drones, pois encontrarão outra maneira mais segura de combater terroristas, exemplifica o autor.

A tese do drone como dispositivo ético de precisão apoia-se em outra confusão: a precisão técnica da arma e a capacidade de discriminação na escolha dos alvos. A verdade ética da “precisão-maior-que-faria-do-drone-uma-arma-ética-pois-mais-apta-para-discriminar-entre-civis-e-combatentes” é repetida indiscriminadamente na imprensa e

publicações acadêmicas. Chamayou apresenta um paradoxo do drone usando a metáfora de um microscópio muito potente que desativa, por meio de sua capacidade técnica de observação, o fenômeno que deveria observar. O drone apaga o combate, que é o que constitui a condição de diferenciação entre combatentes e não combatentes. Na passagem entre o combatente e o militante presumido – com base na análise do perfil de vida de um sujeito que chega a 70% de chance de ser um militante – já há aí o direito de matá-lo. “Eis aí, sob miragens da ética militarizada e das mentiras de Estado, o princípio, por certo bastante humanitário e ético, do drone: os alvos são presumidos culpados até que sejam provados inocentes – a título póstumo, porém.” (p. 165)

A ética clássica se definiu por bem viver e bem morrer, a necroética do drone constitui-se com uma nova doutrina: a do bem matar. “A necroética não se caracteriza apenas por certo número de teses, mas também, e talvez sobretudo, por certo estilo. Um estilo de pensamento e de escrita. Esse estilo que combina a segura da escrita acadêmica com o formalismo jurídico-administrativo da racionalidade burocrática, engendra, a começar pelo vocabulário que emprega, efeitos incontáveis de eufemização e de desrealização da violência que, no entanto, é seu objeto. Como é um ‘dano colateral’? O que faz concretamente uma ‘arma humanitária’? Que corpos são sepultados sob essas palavras?” (p.167)

O penúltimo capítulo do livro é intitulado *Princípios filosóficos do direito de matar* e é separado em três partes: a primeira, *Os assassinos indelicados*; a segunda, *A guerra fora de combate* e a terceira, *Licence to kill*.

Na primeira, o autor destaca que o discurso jurídico faz parte das armas de guerra e também que há uma desigualdade radical no valor das vidas. Enquanto as do inimigo dispensáveis e as “nossas”, sempre aspidas, são sagradas. Afirmando que a máxima niilista de Camus foi invertida, o autor nos diz que a lógica agora é a de que não se pode matar se não se está disposto a morrer, para só estar disposto a matar se tiver certeza de não morrer. Camus advertiu que viriam outros homens que recusariam qualquer equivalência entre as vidas e que viria “o tempo dos carrascos filósofos e do terrorismo de Estado.” (p. 175).

Já na segunda parte, em *A guerra fora de combate*, o autor fala de uma arma insidiosa como o veneno, que mata privando o inimigo da liberdade de se defender. A lógica presente na guerra tradicional de

matar ou ser morto numa luta entre iguais é substituída por algo que se parece a uma caçada, uma guerra assimétrica, que degenera em abate, uma guerra fora de combate, com unilateralidade absoluta, transformando a guerra, privando o inimigo de combater. Deslocamento da ética de combate para uma ética do abate, uma necroética, que utiliza os princípios do *jus in bello* para transformá-lo em critérios de um assassinato aceitável. Não mais combatentes, mas carrascos ou executores, não é mais uma guerra, mas uma operação política fora do contexto. A partir de uma substituição do *warfare* pelo *lawfare*, de uma conduta de guerra para uma conduta jurídica, por meio da qual as normas da guerra seriam substituídas por crime e castigo, por leis impostas pelos militares, numa verticalização da violência armada implicando numa tendência à hostilização político-jurídica absoluta do inimigo.

Por fim, a terceira parte, o autor destaca a discussão que se tem em torno do uso do drone como arma de guerra ou como legítima defesa de estado, ambos regimes diferentes, com implicações e efeitos diferentes sobre o uso desse dispositivo. Uma vez que a operação é realizada por civis da CIA, haveria a implicação de enquadramento por crime de guerra, uma vez que não é permitida a participação de civis em conflitos armados, por outro lado há uma defesa do uso do drone com poder de polícia. De qualquer modo, a proposta é tornar legal os ataques de drones como eram as práticas de tortura ou os esquadrões da morte, oficializando por meio de uma nova categoria híbrida jurídica em seja possível a adoção dos dois regimes. “A caça militarizada ao homem teria enfim encontrado sua expressão legal adequada na forma de um direito de política letal globalizada”. (p. 191)

Dividido em quatro partes, o último capítulo *Corpos Políticos* nos conduz a uma reflexão profunda sobre o papel do Estado e o apagamento do político que a dronização produz. Abrindo o primeiro subtítulo, *Tanto na guerra como na paz*, Chamayou diz que ao se inventar o drone, descobriu-se uma solução técnica para a tensão sobre a teoria e a prática da soberania política e pergunta em que aspecto o drone tende a modificar a relação do Estado com seus próprios cidadãos. Pela lógica do soberano que protege e obriga a obedecê-lo, o poder de proteção embasa o direito de comandar numa situação de paz. Já em uma situação de guerra, a lógica é *obrigo, logo sou protegido*, numa reviravolta interpretativa que dão início a todas as teorias críticas

de poderes protetores. Sua vida é produto do Estado, ela fundamenta uma dívida de proteção e apela, seguindo a lógica de Hegel, contraditoriamente por ser um Estado liberal-securitário, para o sacrifício guerreiro. O autor questiona o fato de as democracias liberais desenvolverem uma síndrome de aversão pelas perdas, o que faz pensar que se atribui valor elevado pelas vidas, quando na verdade é justamente o contrário, pois preservar a vida física prevalece a qualquer preço, “mesmo em detrimento da natureza dos meios empregados, sobre a salvaguarda de uma vida ético-política superior a esta.” Invertendo a lógica Hegeliana, a recíproca é verdadeira e é o que possibilita a tendência à dronização das forças armadas, cujo desafio político é conciliar a restrição liberal-securitária com a manutenção de suas prerrogativas guerreiras.

Exercer o poder tanto na guerra quanto na paz. O autor aponta para duas grandes estratégias discursivas que visam limitar a autonomia de decisão do soberano: a primeira situar a guerra no campo da economia política, colocando o povo como uma riqueza e a segunda situada no campo da filosofia do direito em que os súditos do poder são produtos, o direito da guerra como direito político também é um direito de proprietário, questionado por Kant, a proposta do sufrágio e da possibilidade de oposição à guerra por meio da cidadania foi um vetor que impulsionou os grandes movimentos antigueras do século XX. E o autor alerta que acreditar no discurso de “aversão pelas perdas” seria um erro, assim como o uso do cálculo custo/benefício seria a única forma de voz crítica perante da violência do Estado.

Na segunda parte, *Militarismo democrático*, o discurso de que o drone é uma arma ética tem como função reduzir os custos reputacionais dessa arma. Quanto mais esse discurso circula, mas ela se torna socialmente aceitável, o que produz duas contradições: 1. Nulidade da comparação condicional: alega-se que com o uso de outras armas o número de mortos seria muito maior, mas se o uso de outras armas não seria permitido, então não seria menor o número de mortos caso nenhuma arma fosse possível de ser utilizada. 2. Cumulatividade dos males menores: as medidas menos brutais são as que podem ser mais facilmente naturalizadas, aceitas e toleradas. Ao se fazer menos vítimas a cada ataque se reduz o custo reputacional e se aumenta a produção.

Chamayou afirma que o *Homo economicus* vai à guerra e que “se mudarmos as lentes teóricas, trocando as da economia ortodoxa por uma análise em termos de relações de classes, o fenômeno adquire outra fisionomia. O que está em jogo na tendência à substituição do trabalho militar pelo capital não é apenas um abalo das condições do cálculo político do soberano democrático, mas também, e mais fundamentalmente, maior autonomização social e material do aparelho de Estado.” (p. 210)

Duas preocupações que convergem a partir do que precede: a) o industrial vender novas armas e b) o político preservar seu capital eleitoral. Ambas se articulam, uma sobredeterminando a outra.

No penúltimo subtítulo, denominado *A essência dos combatentes*, a partir de uma retomada de Kant, o autor nos diz que um Estado não pode tornar seus súditos em assassinos, em combatentes sim, mas assassinos não. Não é uma questão de dever e sim de devir dos agentes da violência armada, não é o que eu devo fazer, mas o que vou me tornar... e essa não é uma questão exclusivamente subjetivista, mas que diz respeito ao outro que também está implicado nisso. Um dos slogans de manifestantes contra a guerra do Vietnã em que se dizia: “Nós não somos uma nação de matadores” encontrou eco nos movimentos antiguerra dos anos 2000 que enunciava “não em nosso nome”, deslocando os sentidos e a posição dos sujeitos em que há semelhanças e diferenças, no qual “sob um ar familiar, a diferença que os separa reveste-se de uma importância política decisiva”. O autor de *Teoria do drone* nos leva a perguntar o que há no desenvolvimento tecnológico que faz com que esse enunciado não volte a ser brandido com o uso de drones armados?

Não em nosso nome opera, nesse ponto de vista, um gesto inverso: em vez de reafirmar a identidade com um “nós” mítico e predeterminado, constitui, ao contrário, um “nós” que se opõe a um “vocês” por um ato de secessão, e que, no objeto de sua recusa presente, não esquece de perceber a continuidade de uma história cujo curso já muito ‘rolou sobre os túmulos de mortos sem nomes’”. (p. 223) Sob a égide do mesmo e do diferente, desde os primeiros movimentos colonizadores, o “nós constituinte” destaca o político, mostrando o funcionamento de um “nós-nação” e um “nós” nominável, em contraposição aos que morrem sem nome.

Por fim, o autor chama a atenção para o que Marx chamou de cenário da “guerra desenvolvida antes da paz” no qual certas relações sociais ou econômicas se desenvolvem primeiro nos contextos militares para serem posteriormente “generalizadas no funcionamento ordinário da sociedade civil. O exército como foco de invenção, laboratório de experimentação para novas tecnologias políticas” p. 225 Citando exemplos de uso dos drones com armas não letais, Chamayou diz que a sociedade fracassa em sua mobilização para barrar os drones policiais, os dispositivos de videovigilância móveis e armados como polícia aérea de proximidade.

O último subtítulo, *A fábrica dos autômatos políticos*, destaca que o erro político é crer numa automatização automática por si mesma e pergunta onde está o sujeito do poder, afirmando em seguida que “esse sujeito está precisamente em qualquer lugar em que ele se empenhe ativamente para se fazer esquecer” no apagamento de si mesmo está sua maior denúncia... os investimentos na prática técnica, nos funcionamentos algorítmicos, nas constantes correções de bugs, regulagens de acessos e atualizações de sistemas permitem escamotear qualquer sujeito discernível, travestindo a ação em puro funcionamento.

Ainda há os defensores de que um robô-combatente pode se comportar de modo mais ético que o próprio ser humano, atuando como um governador moral, por meio de uma consciência artificial ou de um Super-Eu maquínico, e isso se dá exatamente por eles serem desprovidos de uma propriedade essencialmente humana: o que chamamos de afetos. E anunciam que para realizar uma humanidade autêntica é necessário se desvencilhar dos seres humanos. O que Chamayou vai chamar de um discurso paradoxal absurdo apenas na sua aparência, pois buscando sentidos para a palavra “humanidade”, ontológica e axiologicamente, afirmará que a própria possibilidade do humanismo reside na diferença semântica entre o que é ser humano e o que é ter um comportamento humano, o que permite advertir humanos a serem humanos. “Mas, enquanto o gesto constitutivo do humanismo filosófico consiste em ligar esses dois sentidos um ao outro, o pós-humanismo roboético salienta essa discordância até operar um desligamento real. Se os seres humanos podem às vezes mostrar-se inumanos, por que os não humanos não poderiam se fazer mais humanos que eles, isto é, se adequar melhor aos princípios normativos que definem o modo de se conduzir ‘humanamente’?”

Então o autor vai apontar para dois problemas para a chamada roboética legal, ou seja, para os que defendem que não importa que uma máquina decida matar seres humanos desde que os matem humanamente: o primeiro o homicídio é colocado no mesmo plano que a destruição de uma pura coisa material e isso seria uma negação radical da dignidade humana; e segundo, arma e combatente operariam sem indistinção, se fundindo em uma única entidade sem estatuto.

Analisando a questão legal de um robô que comete um crime de guerra, restaria apenas o que foi feito em 1386 com uma porca criminosa condenada por infanticídio, pois nesses casos teríamos todo um coletivo de responsáveis, e um sujeito em fuga tanto no código jurídico quanto no informático, restando apenas um único agente identificável como humano: a vítima. “passando do intencional ao não intencional, do crime de guerra ao acidente militar industrial. Um pouco como no caso dos “títulos-lixo” sabiamente elaborados pelo sistema financeiro, fica muito difícil saber quem é quem ou quem fez o quê. É um dispositivo típico da fábrica de irresponsabilidade.” (p. 233)

O que defendem os roboeticistas é um modo de implementação da norma jurídica por meio da incorporação das normas éticas ao design das próprias armas, o que o autor de a Teoria do Drone chama de um “abuso grosseiro de linguagem”, pois seria uma operação discursiva para “justificar o desenvolvimento de um hardware altamente perigoso pela perspectiva contingente de um software virtuoso oferecido como opção.” (p. 234)

Retomando o filme clássico Exterminador do futuro, Chamayou fala de duas visões equívocas de modelos de centramento do sujeito e, citando novamente Benjamin ao falar dos pilotos de aviões armados com bomba de gás, afirma que é necessário pensar no sujeito-piloto em uma relação que ele mantém com outra espécie de máquina: o aparelho de Estado. Uma vez que o sujeito-piloto não é nada além do “avatar fetichizado da máquina burocrática do Estado moderno”, com o uso do drone armado há uma supressão ou deslocamento desse sujeito – elo imperfeito que ligava o Estado as suas máquinas de guerra – por meio da realização técnica. Desse modo, os operadores subalternos perdem cada vez mais a autonomia em prol dos que estão acima nos níveis de comando, e uma robotização integral obrigaria a uma centralização cada vez maior das decisões. Valendo-se do argumento utilizado pelo roboticista Noel Sharkey, o autor mostra como um software de tomadas

de decisão por um robô ético necessitará sempre de uma especificação dos alvos tornados legítimos mediante um valor, formalizado pelo princípio da proporcionalidade, em suma: seria necessário uma decisão sobre a decisão. As implicações disso estão na centralização do comando e nas questões que envolvem decidir qual o valor correspondente à variável de carnificina mínima, no qual uma palavra ou uma tecla digitada tem efeitos multiplicados, muito concretos. Numa atrocidade que o autor afirma ser fria, formalista, tecnicamente racional, apoiada em cálculos, na qual se apoiarão a ética dos robôs matadores do futuro.

Destacando a capacidade de insubmissão dos robôs, Chamayou afirma que a redefinição da ética pela capacidade de se adequar às normas é sinônimo da docilidade mais descerebrada e que a questão principal não é saber se homem ou máquina estão no controle, mas que o “desafio real é o da autonomização material e política desse ‘bando de homens armados’ que é antes de tudo o aparelho de Estado. Rememorando a figura de Leviatã e seu traje feito de corpos humanos, a Teoria do Drone conclui sua análise mostrando como o Estado é um artefato, uma máquina, a máquina das máquinas constituída pela materialidade dos corpos vivos de seus súditos e com a dronização o sonho de se construir uma força sem corpo, um corpo político sem órgãos humanos, torna-se possível Colocando-se acima da sociedade, como escrevia Engels, se distanciando dela cada vez mais, o aparelho de estado torna-se de fato um aparelho e a sociedade uma peça velha de ferragem.

O livro *Teoria do Drone* finaliza com um epílogo chamado *Da guerra, da distância*, e nele o autor traz no epílogo um artigo publicado em 1973, na revista *Science for the people*, produzida por jovens cientistas engajados no movimento antiguerra. O texto denuncia, por meio de antecipações, uma guerra unilateral, na qual um lado perde pessoas e o outro só brincuedos. Afirma que o exército norte-americano tem os vietcongues como inimigos, mas que em breve terá o mundo todo como inimigo potencial e que todos aqueles que se posicionam contrários à guerra são tomados como subversivos. Um texto de mais de quarenta anos e que Chamayou chama a atenção para sua atualidade impressionante. E prossegue destacando outros pontos importantes do texto que afirma ser a visão pessimista e aterradora do artigo efeito de uma falta: a de perspectiva política. Além disso, sublinha que o

desenvolvimento da tecnologia vem da fraqueza, e não da força, do capitalismo norte-americano, que investe em vigilância para enfrentar a resistência e procura soluções tecnológicas, característica endêmica, para seus problemas políticos.

Uma outra leitura que merece destaque nesse livro é a das notas. Com mais de 30 páginas dedicadas não só ao amplo e importante referencial teórico, as notas trazem também noções e conceitos com a qual o autor tem trabalhado e desenvolve suas análises. Referências a autores que vão do Direito à Filosofia, da Linguagem à Lógica, num vasto quadro de fontes, com links de livros, revistas, entrevistas e pesquisas pintado para aqueles que desejem se aprofundar nesse tipo de pesquisa.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Contato: profacidagrecco@gmail.com